Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Antonio Mauricio Freitas Brito

O GOLPE DE 1964, O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFBA E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964-1968)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Salvador - Bahia
Maio de 2008

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Antonio Mauricio Freitas Brito

O GOLPE DE 1964, O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFBA E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964-1968)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Jorge Almeida (UFBA)
Profa. Dra. Lucileide Cardoso (UFRB)
Profa. Dra. Maria Victória Espiñheira González (UFBA)
Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (UFBA - Orientador)
Prof. Dr. Paulo Santos Silva (UNEB)

Salvador - Bahia
Maio de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FFCH - UFBA

Brito, Antonio Mauricio Freitas
B86 O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura
militar (1964-1968) / Antonio Maurício Freitas Brito. – Salvador, 2008.
243 fl.: il.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Ferreira
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas.

1. Movimentos estudantis – 1964-1968. 2. Golpe militar de 1964 - Brasil.
3. Brasil – História – Revolução de 1964. I. Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. II. Ferreira, Muniz. III. Título.

CDD – 371.81

Para minha mãe

RESUMO

Amparada principalmente em jornais, atas do conselho universitário, atas das congregações e fontes orais, esta tese investigou as principais lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil da Universidade da Bahia no início de 1960 e discutiu sua ação política entre os anos de 1964 e 1968. Combatendo o esquecimento a respeito da ação estudantil dos anos 1960 e a mitificação em torno da geração de 1968, analisamos a heterogeneidade do comportamento político estudantil. Caminhando na fronteira tênue entre uma história do movimento estudantil e uma história política da universidade, demonstramos o colaboracionismo e a resistência na prática política de estudantes, reitores, professores e diretores de Faculdades na recepção ao golpe de 1964 e na relação com a ditadura militar até 1968. Mostramos que a partir de 1965 emergiu um movimento estudantil que desenvolveu múltiplas formas de resistência à ditadura militar. Influenciado pela conjuntura nacional, o movimento estudantil desenvolvido a partir da Universidade Federal da Bahia foi caracterizado por uma dinâmica própria, expressa notadamente pela aliança com o movimento estudantil secundarista. Contudo, este processo não sobreviveu ao AI-5 e ao cancelamento de matrículas dos militantes estudantis em 1969 e o ME foi desarticulado. A pluralidade do comportamento político dos atores universitários e a diversidade de experiências foram analisadas ainda a partir da memória dos militantes, o que permitiu identificar os mitos, as percepções e os significados que os militantes atribuíram ao passado.

ABSTRACT

The present research is concerned with the history of the student´s political movement in the Federal University of Bahia (UFBA) from 1964 to 1968. Sources used include records of the university council meetings, newspapers, legal proceedings and interviews. Demonstrate the colaboration the Rector Albérico Fraga and some members of the University Council with the civilian-military coup of 1964. The civilian-military coup brought disruption to the student movement and the struggle for university reform - a central theme of the agenda student before the coup of 1964 - has the background. We show that from 1965, emerged a student movement that developed multiple forms of resistance to military dictatorship. Influenced by the national situation, the student movement developed from the UFBA was characterized by a very dynamic, especially the alliance with students. However, this process has not survived the AI-5 and the cancellation of registration of student activists in 1969.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 8

INTRODUÇÃO 10

1- O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO INICIO DOS ANOS SESSENTA..... 32

2 - O GOLPE DE 1964, A UNIVERSIDADE DA BAHIA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL..... 65

3 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR.....115

4 - MEMÓRIA E MILITÂNCIA.....187

CONSIDERAÇÕES FINAIS 228

FONTES E BIBLIOGRAFIA 233

AGRADECIMENTOS

"É tão bonito quando a gente sente que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá! É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar". O trecho da música de Gonzaguinha sintetiza a gratidão com a quantidade de abraços, braços e gestos necessários à conclusão deste trabalho.

Agradeço à CAPES por ter concedido a bolsa de doutorado e ao Programa de Pós-Graduação pelo empenho na viabilização das condições materiais e subjetivas para o sucesso da pesquisa. Ao Prof. Dr. Muniz Ferreira, meu orientador, por ter contribuído para uma relação de confiança, cumplicidade e tranqüilidade ao longo da orientação; também lhe sou grato pelas indicações bibliográficas, críticas e sugestões para a pesquisa. Estendo os agradecimentos aos Professores Dr. Antonio Luigi Negro e Dr. Jorge Almeida pelas críticas durante participação na banca de qualificação. Agradeço também a Renato Lemos, que me acolheu de modo muito fraterno na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2004, e me apresentou sugestivos caminhos historiográficos.

Soraia Ariane sempre foi muito generosa e paciente com minhas solicitações na Secretaria da Pós-Graduação. O mesmo se aplica a Marina Santos, nas suas múltiplas funções exercidas na Biblioteca da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, inclusive elaborando a ficha catalográfica desta tese. A Senhora Terezinha Dutra disponibilizou o acervo do Setor de Documentação da Universidade Federal da Bahia – processo operacionalizado pelo competente e solícito Eduardo. Sou grato também aos responsáveis pelo Arquivo Geral da UFBA, pelo Arquivo da Faculdade de Medicina, pelo Arquivo da Escola Politécnica e pelo Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Registro minha gratidão àqueles que concederam entrevistas.

No período de conclusão do trabalho, senti de perto a solidariedade dos colegas da UNEB, especialmente Zacarias, Paulo, Milton e Ricardo Moreno. Os alunos do 2º e 4º semestre foram compreensivos e se dispuseram a reorganizar três semanas de aulas no calendário, num contexto em que os dias valiam séculos, como já metaforizou um pensador. Aldrin compartilhou sua

tese, o que me ajudou a corrigir alguns erros técnicos. Cecília Velasco passou energia contagiante.

Hilton Coelho, Iacy Maia, Jair Batista e Luís Flávio, além de amigos que ajudam a colorir os dias, leram partes do trabalho e fizeram comentários valiosos. Sou eternamente grato a vocês! Carla Patrícia, Sandra Barbosa, Fabricio Lyrio e Mel também vibraram positivamente e analisaram algum capítulo com dicas pertinentes. Lilil sempre vibrou positivamente e me deu dicas fundamentais para a conclusão da pesquisa. Edemir, Fabiana, Anderson, Vanessa, Mário, Luciana, Juazeiro, César e um sem número de outras pessoas e companheiros de lutas, sonhos, noites estreladas e dias de sol também merecem muito do meu afeto. Dani transmitiu tranqüilidade e carinho nos momentos de agonia. Seu abraço sempre foi um aconchego. Por fim, mas não menos importante, agradeço a meu pai, Amorim Brito, Magui, Néa, Amanda, Quinho e sobrinhas. Zal digitou agilmente algumas fontes na reta final. Sem todos vocês, “o que seria de mim”?

Introdução

Esta tese investiga a história do movimento estudantil (ME) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) durante os primeiros anos da ditadura militar (1964-1968)[1]. A nossa definição de ME engloba um conjunto de ações desenvolvidas por estudantes na defesa de seus interesses, reivindicações, lutas, idéias etc. Investigamos principalmente ações organizadas a partir dos Diretórios Acadêmicos (DAs), Diretório Central dos Estudantes (DCE), União dos Estudantes da Bahia (UEB) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

Este enfoque se justifica porque, neste período, essas entidades canalizaram a energia militante daqueles estudantes que buscavam atuar no cotidiano do ME. Além disso, como disse Guillon Albuquerque (1977), qualquer proposição política que quisesse ter audiência junto ao corpo discente - em termos de organização específica - tinha de passar pelo crivo dessas estruturas de representação para ganhar legitimidade, independente da sua força de atração.

É oportuno sublinhar que houve um ME ativo e presente na vida política da cidade no início da década de 1960. Depois do golpe de 1964, os estudantes protagonizaram diversas experiências de resistência à ditadura militar, sendo que várias personalidades políticas do presente ensaiaram seus primeiros passos de atuação política naquele movimento. Ao mesmo tempo, há uma dose de silêncio transitando para o esquecimento relacionado à ação estudantil desenvolvida a partir de 1960, já que os trabalhos que discutem a participação política dos estudantes soteropolitanos – Benevides (1999), Dias (2001) e Oliveira (2002)[2] - analisam o ME a partir de 1964.

Isso convive pacificamente com alguma mitificação numa memória social difusa sobre o comportamento do ME após o golpe de 1964. Ainda que tenha como foco principal os estudantes, esta tese se orienta pelo combate à mitificação e ao esquecimento e visa mostrar a pluralidade e heterogeneidade

---

[1] Após dois anos de doutorado, modificamos o projeto original e optamos em dar continuidade à pesquisa desenvolvida no mestrado e que culminou na dissertação intitulada "Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)", defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFBA, sob orientação do Prof. Dr. Muniz Ferreira. Deste modo, algumas das questões analisadas nesta tese foram discutidas na dissertação.

[2] O trabalho de Oliveira (2002) discute o ME a partir da década de 1970. Como faz poucas conexões analíticas com os anos 1960, não nos deteremos na sua análise.

política presente nas múltiplas formas de comportamento dos atores universitários (incluindo Reitores, diretores de Faculdades e professores), seja na recepção ao golpe de 1964, seja na relação com a ditadura militar. Colaboração e resistência de diversos tons se alternaram com as mudanças da conjuntura e estiveram presentes na prática política dos estudantes, assim como na ação dos reitores e professores universitários[3].

Estas questões nos alertam para o papel social da universidade. Primeira universidade instalada na Bahia, fundada em 1946, a UFBA foi responsável pela formação de quadros dirigentes estaduais possibilitando o surgimento de novas faculdades e universidades no estado (BOAVENTURA, 1999). Foi pioneira na reestruturação interna em 1968, sintonizada com as mudanças propostas pelo governo militar para o ensino superior. A instituição era chamada de Universidade da Bahia quando foi federalizada em 1965, passando a ser denominada Universidade Federal da Bahia[4]. O quadro abaixo mostra o número de alunos.

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
1961	3.029
1962	3.370
1963	3.732
1964	3.871
1965	4.529
1966	5.097
1967	5.248
1968	6.716
1969	7.976

FONTE: ARQUIVO GERAL UFBA

FACULDADE	NÚMERO DE ESTUDANTES

[3] Por ausência de fontes, não discutimos o comportamento dos funcionários.
[4] Deste modo, as duas denominações (UBA e UFBA) estarão presentes nesta pesquisa, sendo fiéis à época.

Faculdade de Medicina	421
Faculdade de Direito	481
Escola Politécnica	416
Faculdade de Filosofia	347
Faculdade de Ciências Econômicas	150
Escola de Belas Artes	119
Faculdade de Farmácia	103
Faculdade de Odontologia	198
Faculdade de Arquitetura	108
Escola de Geologia	61
Escola de Biblioteconomia	51
Escola de Enfermagem	78
Escola de Administração	67
Escola de Nutrição	68
Seminários Livres de Música	142
Escola de Teatro	80
Escola de Dança	170

Fonte: ARQUIVO GERAL UFBA. 1961. CAIXA 0004.

No período investigado por esta pesquisa, a universidade teve quatro reitores. O primeiro foi Edgard Santos (1946-1961). É considerado um protagonista da modernização cultural na Bahia. Contribuiu para o desenvolvimento da universidade e articulou projetos científicos e captação de recursos financeiros. Possuía interlocução com expoentes locais no mundo da política, da intelectualidade e das artes. Era considerado por seus adversários como centralizador de poder. Em 1960, enfrentou uma greve estudantil de quase 100 dias. Tentou se reeleger em 1961, mas foi preterido pelo Presidente Jânio Quadros que nomeou Albérico Fraga.

O Reitor Albérico Fraga atuou entre os anos marcados pela campanha da legalidade (1961) e pelo golpe de 1964. Nas eleições, foi apoiado pela liderança estudantil, principalmente por ser visto como alternativa à candidatura

de Edgard Santos. Foi deputado em 1946 e presidente da UDN baiana no início da década de 1960. Seus posicionamentos políticos refletiram o ideário partidário, sobretudo durante a conjuntura que marcou a deposição do governo João Goulart.

Miguel Calmon foi eleito para reitor em setembro de 1964. Ex-deputado pelo PSD, Miguel Calmon trazia na sua biografia uma mistura de intelectual e empresário. Empreendeu esforços na sua gestão para a reforma da UFBA. Desenvolveu uma relação com o ME que alternou entre o conflito e a negociação. Esses posicionamentos foram influenciados pela violência policial na repressão aos protestos estudantis ocorridos entre 1966 e 1967.

Por fim, em julho de 1967, Roberto Santos assumiu a reitoria da UFBA. Durante a segunda quinzena de agosto, emergiram intensas manifestações estudantis, algumas marcadas por repressão policial. Acompanhou também os protestos e conflitos de diversa natureza envolvendo o setor estudantil em 1968, o "golpe dentro do golpe" com o AI-5 e o Decreto 477 em 1969. Na sua gestão se consolidou a reforma universitária com a UFBA sendo reestruturada em 1968.

Em relação à escolha do tema, apesar do projeto de memória estudantil organizado pela UNE e o *boom* memorialístico em torno de datas simbólicas – a exemplo das reflexões em torno dos 40 anos do golpe militar e dos 40 anos de 1968 - que tiveram alguma audiência social, há muito desconhecimento da trajetória do ME nos anos 1960. Isso se agrava na medida em que parcela da juventude é marcada pelo que Hobsbawm (1995) chama de presente contínuo: uma sensação de despertencimento e um desinteresse pelo passado.

De um outro ponto de vista, percebemos muitos exageros sobre o que foi a geração de 68. Fala-se muito da geração de 68 imbuída de combatividade e politização, porém é sempre bom lembrar que uma grande parcela dos estudantes naquela época era indiferente à participação política.

É prudente falar em geração de 68 no sentido de afinidade e/ou de experiência compartilhada evitando generalizar para o conjunto dos estudantes daquela época idéias e projetos que entusiasmavam apenas determinada parcela estudantil. Em função desses argumentos, pesquisas sobre a história

da participação política dos estudantes em 1968 contêm importância, ainda que esta tese não tenha por objetivo discutir a criação da mística sobre 68.

No plano da justificativa acadêmica, há um aspecto marcante na bibliografia sobre a história da participação política estudantil: prevalecem estudos sobre o ME na cena pública e no confronto de rua, incluindo sua luta geral contra a ditadura militar. Não identificamos pesquisas a respeito do movimento estudantil interno às instituições educacionais (Escolas e Universidades) que esquadrinhe as lutas do ME e os conflitos entre os diversos atores sociais.

Exercitar a imaginação histórica pode nos indicar algumas hipóteses sobre a ausência da redução de escala. No caso do movimento estudantil universitário, talvez exista pouca criatividade dos pesquisadores em explorar novos acervos, a exemplo da utilização de fontes produzidas pela instituição. Em contrapartida, ainda que legalmente de caráter público, é possível que esta documentação não esteja disponibilizada para a pesquisa, contribuindo para tal invisibilidade. Pode-se acrescentar a proximidade temporal e o receio da história do presente. É necessário lembrar ainda o receio da investigação de um tema tão espinhoso e carregado de implicações para o presente, especialmente para as relações de poder no interior da própria instituição, sua memória e a imagem de muitos intelectuais e figuras públicas.

Por tudo que foi exposto, a história do ME na UFBA é um tema de pesquisa relevante considerando inclusive a originalidade de um tipo de fonte pesquisada: as atas e notas taquigráficas das reuniões do Conselho Universitário. Microcosmo da luta política no interior da universidade, o Conselho Universitário (CONSUNI) foi espaço de elaboração de política acadêmica, tensão, negociação e conflito político. A pesquisa da documentação produzida pelo CONSUNI e das atas de reuniões das Congregações das Faculdades nos permitiu demonstrar o colaboracionismo de algumas autoridades universitárias com o golpe de 1964. A riqueza da documentação evidenciou ainda a necessidade de, sem perder o foco na ação estudantil, discutir o comportamento de outros atores universitários.

Em termos de delimitação temporal, ao contrário da pesquisa do mestrado, a investigação atual terá como marcos 1964-1968. Essa periodização coincide com a maioria dos estudos sobre ME durante a ditadura

militar na medida em que representa o período no qual foi possível uma oposição política aberta ao regime no espaço público. O ME foi o principal protagonista dessa oposição que se manifestou até finais de 1968, quando o Ato Institucional no. 5 (AI-5) foi decretado[5]. A partir daí, houve uma escalada de repressão nacionalizada e o ME perdeu representatividade.

Não tomamos os marcos temporais como camisa de força. Para compreender a recepção ao golpe de 1964 na universidade, as mudanças advindas após a deposição do presidente João Goulart e o papel desempenhado pelo movimento estudantil no pós-golpe, achamos pertinente pontuar brevemente as principais lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil no início dos anos 1960 até o golpe de 1964. Em sentido complementar, apresentamos fragmentos sobre a atuação estudantil em 1969 e o ambiente universitário após o AI-5 para ilustrar aspectos da nova atmosfera política em que se inseriu o esvaziamento de um ciclo do protesto estudantil aberto na oposição à ditadura militar. Dito isso, como conhecimento se produz com diálogo, passemos a algumas considerações sobre a bibliografia.

Notas bibliográficas

Foracchi é um clássico para compreender o comportamento político dos discentes brasileiros. Utilizando uma amostra abrangendo 5% do total de estudantes da USP (377 discentes responderam a um questionário e 55 foram submetidos a uma entrevista aberta), o trabalho examina a ação estudantil no processo de transformação da sociedade brasileira.

A partir dos dados coletados, a autora construiu categorias de análise como trabalho, socialização, carreira profissional, dependência familiar, condição juvenil e emancipação econômica. Aqui é preciso evitar generalizar o universo uspiano enquanto representativo do estudante universitário brasileiro. Além disso, “a classe, como categoria explicativa, é convertida no eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social não dispensa a elucidação da natureza e do

[5] O AI-5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968. É tido como um marco no fechamento do regime e no combate à oposição política e à esquerda. No capítulo 3 e 4 retomaremos o impacto do AI-5 na universidade.

conteúdo dos vínculos de classe" (FORACCHI, 1977, p. 6). Esta abordagem implicou interpretar o estudante universitário como vinculado à condição de classe pequeno-burguesa.

Embora o trabalho de Foracchi seja denso e fundamentado, o objetivo da nossa pesquisa não foi explicar a natureza teórica do comportamento estudantil. Portanto, não nos deteremos no conceito *classe* como vetor central na análise do ME na UFBA. Isso não implica vislumbrarmos uma plena autonomia estudantil deslocada da correlação de forças presentes na sociedade brasileira. A título de exemplo, como demonstraremos adiante, a análise sobre a ausência de resistência massiva dos estudantes universitários ao golpe de 1964 não pode ser dissociada de um comportamento mais amplo dos setores médios em apoio ao movimento político-militar; não poderíamos analisar também o esvaziamento do ME após o AI-5 apenas por razões endógenas ao corpo discente.

Vale sublinhar que a autora escreveu o trabalho no período da luta pelas reformas de base, onde o ME era uma força coadjuvante na arena política. Não haveria uma mudança significativa após o golpe de 1964, considerando que o ME passou a ser o protagonista da oposição política?

Em um contexto diferente e no calor efervescente de 1968, Artur Poerner produziu uma abordagem diversa e escreveu *O Poder Jovem* (POERNER, 1979). Advogado e jornalista, o autor investigou as lutas estudantis dos tempos do Brasil-Colônia até as manifestações pelo Fora Collor, em 1992. A documentação trabalhada pelo autor se constituiu numa rica coleta de periódicos estudantis, leis, propostas educacionais, jornais e moções legislativas garantindo riqueza factual e um amplo panorama do ME brasileiro a partir do eixo Rio-São Paulo.

Embora seja precioso em detalhes, o texto carece de uma metodologia que investigue e analise as motivações da participação estudantil de forma menos evolucionista e mitológica. O autor tem como pressuposto a compreensão do jovem como um revolucionário e o estudante "como um oposicionista nato". Segundo alguns autores, o trabalho é o principal porta-voz de uma visão mitológica sobre o jovem (SALDANHA DE OLIVEIRA, 2003) e apresenta uma espécie de história oficial da UNE (MARTINHS FILHO, 2007).

Seu principal mérito reside em ser a primeira tentativa de síntese sobre a história do ME brasileiro.

Depois de 1968, durante mais de uma década houve pouca produção acadêmica sobre ME. A única exceção que conhecemos é Romagnoli (1979), um livro de denúncia da ditadura que homenageia a UNE. A carência de estudos pode ser um reflexo da atmosfera de controle e repressão ao trabalho intelectual sobre alguns temas durante a ditadura militar (FALCON, 1999).

No contexto da "abertura lenta e gradual do regime" e buscando contribuir para romper um profundo desconhecimento dos jovens em relação ao regime militar, Sanfelice (1986) examina a produção política/teórica da UNE, a resistência desencadeada pela entidade à ditadura e as diversas tentativas dos governos militares em disciplinar o ME. Ao frisar que não se pode transferir a ideologia da UNE ao ME que se configurou em cada estabelecimento universitário, o autor nos sugere a importância de investigar o ME nos estados e nas universidades.

Já se contrapondo à mitologia sobre o ME enquanto um movimento naturalmente oposicionista, Martins Filho critica análises que consideram os universitários "imunes aos condicionamentos de classe e [...] portadores de uma ampla liberdade social de ação" (MARTINS FILHO, 1987). Referenciado em Poulantzas, o cientista político propõe estudar os estudantes como categoria social e perceber as vinculações do ME com a classe de origem, inserindo-o numa conjuntura historicamente determinada e relacionando-o com as orientações de sua direção política. A partir desse horizonte teórico, Martins Filho investiga as raízes do protesto estudantil nos anos 60, discute o ME após o golpe militar, analisa as lutas desenvolvidas entre os anos 1966-1968, os embates entre as correntes de esquerda no interior do próprio movimento e o processo de radicalização entre ME e ditadura militar.

O autor apresenta um panorama nacional das mobilizações estudantis a partir do uso da imprensa carioca e paulista. Por razões óbvias à cobertura jornalística num país extenso como o Brasil, estas fontes silenciam em relação a vários episódios importantes da luta dos estudantes brasileiros, o que traz cautela na generalização do ME brasileiro a partir do eixo Rio-São Paulo.

Neste mesmo período, Cavalari (1987) escreve dissertação de mestrado sobre o tema. Focalizando por que o ME foi perseguido e qual seu real poder

de questionar a ordem estabelecida, a autora estuda as possibilidades e barreiras do movimento problematizando se a sua ação contribuiu ou não para a transformação social. As fontes primárias utilizadas se reduzem a periódicos estudantis (SP), jornais e revistas e limitam a validade de algumas conclusões extraídas para o ME no Brasil.

Ao discorrer sobre os mecanismos repressivos utilizados pelo regime militar, a autora afirma que foram criadas comissões especiais de inquérito em empresas estatais, universidades e outras instituições vinculadas ao governo. Aponta também que os Regimentos Internos de várias universidades incorporaram um clima de terror nas instituições. Embora a autora não explore este caminho, a leitura do seu trabalho foi importante para algumas interrogações da presente pesquisa.

Para responder ao seu problema de pesquisa, Cavalari afirma a "ambiguidade de classe" enquanto o principal limite para a pequena burguesia formular um projeto revolucionário. Como o ME foi um movimento da pequena-burguesia, não ameaçou a ordem estabelecida, segundo a autora. Esta conclusão coloca o ME numa "camisa de força", determinado inexoravelmente pela sua composição classista. O trabalho se distancia da nossa abordagem ainda que seja bastante enriquecedor ao descrever o ME nos anos posteriores a 1968 até 1980.

No rol das relações entre comemoração, política e história, e aproveitando o simbolismo em torno dos 20 anos de 1968, Reis Filho (1988) publica um estudo sobre o ME no Brasil. Coletando depoimentos de alguns diretores da UNE e UEEs, o autor apresenta uma cronologia nacional do ME associada ao panorama internacional. Uma das principais contribuições do texto é questionar a relação entre o ME brasileiro e o francês, sobretudo no contexto de 1968. Wladimir Palmeira, um importante líder estudantil nesta época e depoente do livro, mostra, por exemplo, que a UNE não se relacionava com o ME na França e que, à época, não conhecia os escritos de Herbert Marcuse, considerado o principal teórico que influenciou lideranças importantes do maio de 1968.

Distante de mediações sobre os contatos entre o ME nacional e o internacional, Justina da Silva (1989) lança *Estudantes e Política*. Importante livro sobre o ME num estado fora do eixo Rio/São Paulo, a autora analisa a

gênese do ME norte rio-grandense e suas lutas no início dos anos 60 até o golpe de 1964.

Focando as lentes na cúpula da UFRN, Silva afirma que o Conselho Universitário apoiou a proposta do MEC de extinguir a UNE, bem como concedeu o título de Doutor *Honoris Causa* a Suplicy Lacerda – Ministro da Educação e autor da Lei que extinguia a UNE. Estes dados nos instigaram a investigar o nível de cumplicidade entre o Reitor e outros membros do CONSUNI UFBA com o golpe de 1964, e em que medida a instância buscou controlar, reprimir e/ou disciplinar o ME no nível local. Uma outra rica sugestão apontada pela leitura do trabalho é apontar a cumplicidade de alguns estudantes com o golpe de 1964.

Já na década de 90, Fávero (1994) publica um Ensaio intitulado *A UNE em tempos de autoritarismo*. A autora focaliza sua análise na UNE e nos projetos em disputa de reforma universitária. Discute o golpe, a conjuntura do pós-64 e a radicalização das relações entre o ME e a ditadura militar. Mostra os enfrentamentos entre ambos notadamente em relação à Lei Suplicy e aos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (MEC-USAID)[6]. A principal contribuição do trabalho para esta pesquisa consiste na avaliação sobre a reforma universitária tomando por base as resoluções dos seminários sobre o tema promovidos pela UNE no início da década de 60.

Também centrando perspectiva no estudo sobre o ME e a reforma universitária nos anos 1960, mas ampliando o enfoque ao analisar as propostas dos empresários, Sandra Pelegrini (1998) estuda a plataforma educacional elaborada pela UNE confrontando-a com o discurso ideológico do empresariado paulista, que se organizou no âmbito do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

A autora explicita a intenção do empresariado em criar uma universidade subordinada às necessidades do capital. Para viabilizar este projeto, Pelegrini aponta que o IPES utilizou diversos métodos como panfletos, filmes e livros, seja para afirmar a sua visão sobre a universidade, seja para construir um discurso no qual os militantes de esquerda eram subversivos, violentos,

[6] Os acordos MEC-USAID foram realizados entre o governo brasileiro e a agência estadunidense USAID. Vistos pelo ME como tentativa de "infiltração imperialista" na educação, os acordos foram objeto de protestos estudantis.

aventureiros e estranhos à democracia e ao cristianismo - valores familiares ao povo brasileiro, segundo a propaganda oficial. Desta forma, trilhando por outros caminhos já desenhados por Dreifuss (1981), a autora indica o papel do IPES no debate ideológico e aponta que a bandeira das reformas foi objeto de luta política mesmo depois do golpe.

Convém salientar que, superando o receio de uma "história do presente", a autora foi a primeira historiadora a deixar sua marca registrada nos estudos sobre o ME. Talvez a formação da autora tenha trazido duas importantes decorrências para a pesquisa: a utilização de fontes como a iconografia e as peças teatrais produzidas pelo CPC UNE e a análise de discurso como ferramenta metodológica.

Na esteira do que Pierre Nora chama de febre das comemorações, Martins Filho (1998) organiza coletânea com diversos textos sobre o significado de 1968 para o ME brasileiro. Quatro textos analisam o ME no Paraná, Goiânia, Alagoas e Minas Gerais. Os artigos mostram riqueza, pluralidade e complexidade das relações entre ditadura militar, governos estaduais e ME. Ao mesmo tempo, ilustram o papel das reitorias em implementar políticas específicas sintonizadas com a lógica governista. Estes textos tiveram contribuição significativa para esta pesquisa. Vale a pena comentar dois deles.

O primeiro aborda o ME no Paraná. Além da imprensa, Hegemeyer utiliza os arquivos do DOPS-PR, mais especialmente os informes de agentes infiltrados no ME. Num desses, a questão da violência era pensada nos seguintes termos: "o movimento estudantil brasileiro encontra-se num clima de intranqüilidade, explorado e estimulado pelas esquerdas, que procuram manter no país um clima artificial de agitação". Decorrente dessa percepção, apesar de apontar os riscos de tolerar protestos estudantis, a "estratégia do DOPS-PR estava concentrada em evitar a repressão violenta aos estudantes, ao menos publicamente. Não criar "fatos políticos" significava não dar subsídios para a retórica de denúncia da ditadura, utilizada pela esquerda estudantil" (HEGEMEYER, 1998, p. 101).

Além de contribuir para formularmos perguntas sobre o nosso objeto de pesquisa, o artigo descreve as lutas dos excedentes paranaenses, bem como aponta conflitos envolvendo o ME e a Reitoria da UFPR a respeito da proposta institucional de implementar ensino pago. Corroborando implicitamente com a

importância de observar tensões entre esses atores, o autor conclui que a gratuidade do ensino foi a principal vitória e legado do ME de 1968.

Em outro instigante artigo referenciado principalmente na imprensa, Saldanha de Oliveira discute o ME alagoano. O autor destaca que a mobilização dos excedentes alagoanos envolveu diversos segmentos da população, desenvolveu várias formas de luta, mas, ao contrário de outros estados, não teve como "objetivo explícito colocar em xeque a política educacional do regime militar" (SALDANHA DE OLIVEIRA, 1998, p. 150).

O artigo mostra que os protestos de excedentes ocorreram no Brasil e foram caracterizados pela pluralidade – podemos dizer que, no caso da UFBA, essa luta não adquiriu maiores proporções[7]. Além de comentar a importância do trabalho cultural no ME alagoano, Saldanha de Oliveira tece observações sobre as relações entre as organizações de esquerda e os membros dos diretórios acadêmicos da UFAL concluindo que "a maioria desses integrantes vai se enquadrar como ´área de influência´ das esquerdas" (Op. Cit., p. 163).

Saldanha de Oliveira persiste em estudar o ME. É dele a principal crítica ao livro *O poder jovem* enquanto porta-voz da mitologia estudantil. O trabalho descortina a presença do mito na narrativa de Poerner e explorando o terreno da memória. Inspirado em Giardet (1987) e sua compreensão sobre a função social do mito político, Saldanha de Oliveira formula contribuição significativa aos estudos sobre o ME. O autor preenche uma lacuna na bibliografia sobre o tema e critica discursos produzidos por alguns dos ex-líderes estudantis e que foram apropriados pela UNE. Nossa única ressalva diz respeito ao pressuposto que relaciona a mitologia reproduzida pela UNE diretamente ligada ao livro de Poerner.

Em sintonia com as preocupações em torno da crítica a uma mitologia estudantil, Sílvio Benevides (1999) escreveu um trabalho sobre o ME baiano entre 1964/1980. Preocupado em estudar o ME fora do eixo Rio-São Paulo, Benevides toma a Bahia como cenário e os estudantes como jovens de uma geração que fez história. O autor investiga se o ME, com o intuito de driblar a repressão exercida através dos sucessivos governos militares, desenvolveu formas alternativas àquelas permitidas pelos meios institucionais. Além disto,

[7] Excedentes eram os estudantes classificados no vestibular em posição abaixo das vagas. Lutavam para garantir a sua vaga na universidade.

utilizando jornais e entrevistas, problematiza se estas ações resultaram na produção de uma cultura política que o aproximasse dos novos movimentos sociais emergentes na década de 70.

Por último, Dias (2001) discute as manifestações de rebeldia contra o regime militar. Aponta as características do poder político na Bahia e analisa as manifestações de resistência e rebeldia de estudantes e outros sujeitos sociais contra a ditadura militar. O principal mérito do trabalho é apresentar uma narrativa instigante sobre o golpe e a resistência à ditadura militar desenvolvida por diversos atores sociais.

***

Desta produção acadêmica brevemente resenhada[8], é pertinente reter algumas questões. Poucos historiadores pesquisaram o ME, o que talvez ajude a explicar uma bibliografia pouco inovadora em termos de fontes. Percebe-se uma ampliação nos estudos sobre ME para locais fora do eixo Rio-São Paulo, tais como Paraíba, Goiás, Alagoas, Paraná, Sergipe e Porto Alegre. Esta ampliação mantém um recorte hegemônico que privilegia a ação de rua do ME e a resistência contra a ditadura militar, prioritariamente os confrontos com a polícia.

Sem perder de vista as ações de rua e os enfrentamentos entre ME e o aparato repressivo, achamos promissor um caminho de pesquisa que delimite a escala de análise nas universidades. É necessário investigar, por exemplo, os conflitos entre o ME e as autoridades universitárias, uma vez que a ditadura militar se reproduziu porque também teve capacidade de conquistar apoio no interior das instituições. A ausência de trabalhos com esse enfoque contribui para sustentar o silêncio na bibliografia do ME em relação à recepção ao golpe de 1964[9] nas universidades brasileiras e seu impacto no ME.

Acrescente-se também que, na maioria dos casos, o foco nos conflitos de rua silencia em relação a outras formas de resistência mais sutis à ditadura

[8] Vale registrar que a bibliografia sobre o ME brasileiro não se esgota nos títulos aqui comentados. Selecionamos apenas aqueles que tiveram importância para esta pesquisa.

[9] É importante ressaltar que a (re)organização de algumas associações docentes nos anos 70 veio acompanhada da luta pela readmissão de professores cassados durante os anos de 1968-1969, o que significou a publicação de manifestos políticos denunciando os “expurgos” no interior das instituições bem como os graus de cumplicidade envolvendo Reitores, professores e a ditadura militar (ADUSP, 1979; ADUFRGS, 1979).

militar. Para finalizar, estes estudos mostram a diversidade regional que caracterizou a atuação estudantil e o equívoco de generalizar para o Brasil dinâmicas ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo como se fossem nacionais, enquanto aquelas ocorridas nos outros estados são vistas como regionais[10].

A ênfase no ME desenvolvido a partir do Rio de Janeiro caracteriza a síntese que Martins Filho escreveu a respeito da relação entre ME e ditadura militar no Brasil. Após considerar o Rio de Janeiro como maior centro nervoso e irradiador do ME em nível nacional, seguido por São Paulo, o autor aponta que "fora do eixo Rio-São Paulo, as mobilizações em capitais como Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e na própria Brasília não tinham uma dinâmica própria, raramente criando acontecimentos de repercussão nacional" (MARTINS FILHO, 2007, p. 191).

No caso de Salvador, diferentemente de Martins Filho, tentaremos demonstrar que o ME antes do golpe teve impacto nacional, mas perdeu influência após o golpe. Já depois de 1964, o protesto dos universitários soteropolitanos foi influenciado pela conjuntura nacional, mas não deixou de produzir uma dinâmica própria.

A partir das reflexões apresentadas, sobretudo a crítica à mitificação e ao esquecimento presentes numa memória social difusa e numa bibliografia sobre a ação estudantil e a reflexão sobre as relações entre universidade e ditadura militar, investigaremos algumas questões: quais as principais lutas desenvolvidas pelos estudantes no início dos anos 1960? Como se deu a recepção ao golpe de 1964 na Universidade da Bahia? Em que medida houve uma dinâmica própria do ME na resistência à ditadura militar? De que modo outros atores universitários se comportaram? De que forma essas experiências foram processadas pelos militantes estudantis no plano da memória?

Estas interrogações serão respondidas tendo como eixo articulador a idéia da existência das múltiplas formas de ação política dos atores universitários, prioritariamente os estudantes, tanto na recepção ao golpe de 1964 quanto na resistência à ditadura militar. Para responder a estas questões, a tese está dividida em quatro capítulos.

---

[10] Subliminarmente parte de uma "divisão de trabalho intelectual" mais ampla na produção acadêmica brasileira onde a dimensão regional seria uma forma de conhecimento inferior.

O capítulo 1 apresenta brevemente as principais lutas do ME na Universidade da Bahia no início dos anos 1960. Pontua a greve desenvolvida pelo ME em 1960 contra o Reitor Edgard Santos e o papel desempenhado pelos estudantes em nacionalizar a luta pela reforma universitária. Em meio à polarização característica da conjuntura anterior ao golpe, investiga alguns conflitos que envolveram a universidade, o ME e o governo estadual antes do golpe de 1964.

O capítulo 2 discute a recepção ao golpe de 1964 na UBA. Demonstramos a vigência do colaboracionismo[11] com o golpe desenvolvido pelo Reitor Albérico Fraga e alguns diretores de Faculdades e investigamos a reação do ME nas dimensões de resistência e de apoio.

O capítulo 3 investiga a reorganização do ME na UFBA e seu papel na resistência à ditadura militar. Indica as principais lutas e conflitos envolvendo o ME. Desenvolvemos a idéia de que, paralelo à influência externa, em alguns momentos, houve uma dinâmica própria do ME local. Debatemos o papel do AI-5 e do Decreto 477 no esvaziamento do ME e explicitamos o colaboracionismo e a resistência de autoridades universitárias com a ditadura militar. Mostramos as múltiplas formas de ação política dos atores sociais.

O capítulo 4 examina as entrevistas concedidas pelos militantes do ME. Sustentado por um lastro teórico-metodológico relacionado ao uso das fontes orais na pesquisa histórica, apresentamos algumas percepções, (auto) críticas, representações[12] produzidas pelos militantes a respeito do período. Queremos investigar como as experiências vividas foram elaboradas no plano da memória.

Além do diálogo com bibliografia relativa aos temas, esta pesquisa esteve amparada em fontes primárias – atas do CONSUNI, imprensa, fontes orais e processos judiciais. Deste modo, é conveniente apresentar breves notas metodológicas sobre as fontes utilizadas e, já que o recorte temporal

[11] Interessa dizer que esta noção foi utilizada recentemente por Beatriz Kushnir (2001) para analisar jornalistas que assumiram a condição de censores visando colaborar com a censura à imprensa durante a ditadura militar. Achamos a expressão pertinente para explicar o comportamento de alguns atores universitários.

[12] Concordamos com Fico (1997) ao definir representações como interpretações, imagens e percepções sobre idéias, eventos e processos.

(1964-1968) se insere na chamada história do presente, sintetizarmos aspectos do debate historiográfico que nos ajudaram a iluminar o objeto de pesquisa.

Considerações Metodológicas

Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, adotamos a sugestão de que "nunca confiar numa única fonte é um dos mandamentos da profissão de historiador" (BECKER, 2001, p. 30). Ao mesmo tempo, atentamos para tecer "a crítica da noção de documento, que não é material bruto, objetivo e inocente" (2005, p. 9). Isso implica remeter às regras elementares do ofício: "quem constituiu as fontes? Em que condições? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem?" (FRANCOIS, 1998, p. 157). Estes pressupostos orientaram a nossa análise das fontes.

Uma primeira fonte utilizada foi a grande imprensa. Já foi dito que esta documentação "esposa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade" (REMOND, 2003, p. 282). Deste modo, pesquisamos o *A Tarde* e o *Jornal da Bahia* buscando identificar acontecimentos relevantes e reconstituir factualmente os principais capítulos da ação do ME. Eventualmente, apontamos e analisamos as interpretações jornalísticas veiculadas a respeito da ação política estudantil.

Estes periódicos tinham distintas linhas de relação política com o governo João Goulart, que se manifestaram na recepção ao golpe de 1964 e na relação com as lutas sociais – acontecimentos que polarizaram a vida social e o comportamento dos atores políticos naquela atmosfera política. O *Jornal da Bahia* era favorável ao Governo João Goulart e, ainda que timidamente, não se posicionou favoravelmente ao golpe de 1964. Já o *A Tarde* engrossou o discurso anticomunista e apoiou a intervenção das Forças Armadas em 1964.

Mas há mais complexidade do que a síntese acima sugere. As distintas linhas editoriais se manifestaram na cobertura do ME com nuances. Em alguns momentos, depois do golpe, o *Jornal da Bahia* registrou a ação do ME sob tensão do discurso anticomunista. Já o *A Tarde*, mesmo marcado pelo anticomunismo, publicou entre 1962 e 1963 uma seção de uma página inteira com noticiário produzido pela/sobre a União dos Estudantes da Bahia (UEB) – entidade que, em muitos momentos, teve militantes comunistas atuando no seu

interior. Na hipótese da seção ser paga pela UEB, não deixa de evidenciar a mediação do jornal entre um "modelador de opinião pública" (CAPELATO, 1989) e uma empresa jornalística.

Após o golpe de 1964, o mesmo jornal teceu críticas ao tratamento violento dado pelos militares ao protesto estudantil. Anos depois, criou o *ronda universitária* - espaço que se constituiu num quase informativo da política estudantil. Segundo as entrevistas, alguns jornalistas eram estudantes e/ou amigos dos militantes do ME, o que abria mais brechas para o ME criar fatos políticos e, de outro lado, permitia aos jornalistas mais capacidade de adentrar nos bastidores da vida política universitária. Vale sublinhar que estas condições foram possíveis porque, no período delimitado por esta pesquisa, a imprensa pôde exercer relativa liberdade de opinião e os jornais não expressaram posições em bloco fechado e homogêneo. Por estas razões, foram fontes fundamentais para esta pesquisa.

Realizamos entrevistas com pessoas que atuaram politicamente - os militantes - no cotidiano do ME. Muitas dimensões do passado vieram à tona. Desenvolvemos um diálogo com a bibliografia referente à "história oral", com o intuito de tentar compreender determinados relatos e interpretá-los dentro dos diversos caminhos possíveis[13]. Para minimizar o risco de uma discussão teórica feita na introdução e que pouco iluminasse a pesquisa, concentramos as notas teórico-metodológicas no capítulo 4, que examina algumas narrativas produzidas pelos militantes. Isso significa que os relatos desenvolvidos nos capítulos anteriores foram inseridos fundamentalmente para ilustrar fatos ou apresentar novos dados para a análise dos acontecimentos.

Esta opção não nos impede de, por ora, indicar que a fonte oral é produzida pela mediação entre o pesquisador e o entrevistado. Suas características estão associadas ao complexo jogo da memória envolvendo lembrar, esquecer, silenciar e atualizar o passado a partir do presente. É possível interpretar as entrevistas como "fatos" e "representações" (PORTELLI,

[13] Vale sublinhar que não tivemos o objetivo de desenvolver uma abordagem inovadora para a historiografia sobre oralidade e memória, nem de discutir a relação entre história e memória. Buscamos apenas nos municiar com um arsenal conceitual para examinar trechos das entrevistas. Para tanto, sintetizamos idéias de alguns autores da ampla e vasta bibliografia sobre o uso das fontes orais na pesquisa história.

2001). A própria memória dos militantes pode ser investigada como objeto de pesquisa histórica.

Sem pensar os caminhos de modo estanque, isto significa que as entrevistas foram utilizadas para suprir lacunas na documentação escrita, complexificar a análise em torno de processos ou fatos específicos quando foi possível cruzar fontes orais e escritas, e, por último, como objeto da própria investigação histórica. Como sintetizou Sorgentini (2003), as fontes orais nos ajudaram a tentar uma aproximação do que "realmente aconteceu" e permitiram analisar os "significados que os sujeitos atribuem às suas experiências".

É oportuno informar que entrevistamos 17 militantes do ME: Aécio Sampaio, Amílcar Baiardi, Benedito Veiga, Fernando Alcoforado, Gey Espinheira, Iracema, Joãozinho, José Sérgio Gabrielli, Juca Ferreira, Jurema Valença, Marisa Jambeiro, Othon Jambeiro, Pedro Castro, Saul Quadros, Sérgio Passarinho e Vitor Hugo. Estas pessoas freqüentaram cursos na Faculdade de Filosofia[14], Escola Politécnica, Economia, Faculdade de Direito e Escola de Música. Muitos são professores universitários, profissionais liberais, dirigentes de estatais ou membros do executivo. Duas pessoas são militantes do Partido dos Trabalhadores, enquanto um é filiado ao Partido Verde. Alguns continuam no campo da esquerda, enquanto outros redefiniram suas posições.

Além da dimensão espacial, os militantes participaram do ME de diferentes lugares institucionais: alguns foram membros de DAs; outros do DCE; outros ainda da UEB e outros não ocuparam cargos em direções de entidades. A maioria era ligada à esquerda. Ação Popular (AP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Política Operária (POLOP) e Esquerda Independente (EI) foram as organizações que atuavam no ME local e que atraíram a energia dos militantes que foram recrutados. No caso dos outros ativistas estudantis - os chamados independentes, segundo o jargão político -, a influência existia, mas era difusa. Interessa ressaltar que a lista dos entrevistados também responde ao critério da heterogeneidade no plano da inserção política: houve tanto setores da direção política de organizações quanto ativistas políticos que não ocupavam lugar de destaque na "vanguarda" do ME à época.

[14] A Faculdade de Filosofia congregava treze cursos e foi desmembrada em 1968-1969.

As informações sobre os entrevistados são genéricas para fazer jus a uma operação metodológica: manteremos o anonimato nas entrevistas. Esta opção encontra amparo na bibliografia relativa à história oral e nos permitiu mais desenvoltura na análise dos relatos. Na medida do necessário e possível, identificamos a organização política do depoente.

É importante considerar que o ME era heterogêneo no plano da sua base social e da sua direção política. Em muitos momentos, as divergências táticas e estratégicas sobre a luta estudantil emergiram. Entretanto, havia uma convergência em relação à oposição ao golpe de 1964 e a resistência à ditadura militar. Deste modo, não consideramos absolutamente imprescindível a demarcação das clivagens político-partidárias para análise dos relatos porque priorizaremos a resistência do ME à ditadura militar. Além disto, deve-se considerar que havia um ideário compartilhado pela esquerda, bem como traços de uma cultura política comum entre a militância estudantil.

Concluído o comentário sobre a utilização das fontes orais, apontemos outro *corpus documental* relevante para os objetivos da pesquisa: as atas do Conselho Universitário (CONSUNI). O CONSUNI elaborava política geral para a vida universitária. Além do Reitor, tinham assento no conselho - com direito a voz e voto - os diretores de Faculdades (professores Catedráticos) e dois representantes estudantis indicados pelo Diretório Central dos Estudantes e pelos Diretórios Acadêmicos.

A pauta do conselho era extremamente diversificada. Discutia-se de política para assistência estudantil a recursos de candidatos que prestaram concurso para professor. Isso nos sugere a existência de poucos fóruns universitários e, ao mesmo tempo, indica uma centralização de poder decisório nesta instância.

As atas do CONSUNI nos permitem perceber algumas tensões na relação entre o ME e os diversos Reitores, e na relação entre o ME e os Governos, notadamente após o golpe de 1964. A documentação possibilita analisar a recepção ao golpe e esquadrinhar a universidade no imediato pós-golpe. As atas e as notas taquigráficas propiciam olhares sobre diversas questões: lançam feixes de luz sobre o clima subjetivo na universidade; apresentam o discurso oficial da reitoria; contribuem para traçar um perfil do

Reitor; radiografam as conexões entre a reitoria e o aparelho repressivo; indicam aspectos da resistência estudantil: táticas, discursos e limites; mostram posicionamentos de alguns diretores ao passo em que silenciam em relação a tantos outros.

Urge explicitar alguns problemas metodológicos dessa fonte, notadamente no contexto que percorreu do imediato pós-golpe até 1966 e depois do AI-5. É possível imaginar os "olhos e ouvidos" das Forças Armadas devido ao sentimento anticomunista e de combate à "subversão" presente no Reitor Albérico Fraga. Isto pode ter possibilitado censura ou autocensura quanto a um posicionamento crítico em relação ao golpe de 1964 pelo receio (real ou fictício) da onipresença da vigilância.

Já o reitor Miguel Calmon, em 1966, censurou explicitamente um representante estudantil afirmando que o conselho universitário não era um espaço adequado para críticas ao governo. Com o tempo, Miguel Calmon não abordaria mais a questão e, já na sua gestão, identificamos posicionamentos estudantis marcados pela crítica à ditadura militar. De todo modo, não é conspiratório imaginar que falas contra o golpe de 1964 e a ditadura militar poderiam não ser transcritas e registradas, ao menos no imediato pós-golpe. É possível ainda que membros do conselho, estudantes ou não, tenham internalizado a autocensura.

Além das fontes já elencadas, utilizamos alguns dados dos processos instalados pela justiça militar para indiciar estudantes baianos entre 1964 e 1968. As fontes foram trabalhadas como arquivos do ME já que houve um sem número de anexos utilizados pela justiça militar para fundamentar denúncias, enquadrar ações, provar delitos, etc. Silva (2001, p. 42) frisou bem que "com o intuito de negar, a polícia reproduziu os conceitos revolucionários". Noutras palavras: a documentação contém material produzido pelo próprio ME. De outro ângulo, as fontes foram utilizadas enquanto arquivo da repressão. Registramos que a documentação é rica e apresenta possibilidades analíticas que não foram desenvolvidas nesta tese.

Algumas reflexões que emergem desta tese têm interface com a problemática das relações entre intelectuais, universidade e política. Desse modo, nunca é demais novas recomendações de prudência já que "a história

dos intelectuais é, em essência, uma história de forte teor ideológico" (CHAUVEAU & TÉTART, 1999, p. 29). Nesta perspectiva, considerando que o historiador produz conhecimento a partir de um lugar social, o autor diz ainda que

> Para o historiador dos intelectuais, muito particularmente, coloca-se o problema da simpatia. Esta, no sentido primeiro do termo, é necessária; constitui mesmo a essência do ofício do historiador. Resta contudo o sentido comum e, nesse registro, sem dúvida alguma, simpatias nascem, antipatias crescem, o todo acompanhando as curvas da evolução intelectual do pesquisador. Mais que ocultar o fenômeno, sem dúvida é preciso tomar plena consciência dele, assumi-lo de algum modo, a fim de avaliá-lo (SIRINELLI, 2003, p. 239).

Seria omissão imperdoável não explicitar algo já implícito ao longo das linhas já delineadas: sua temporalidade de investigação faz com que este projeto seja inscrito na "história do presente". Embora muitos amantes de *clio* já tenham se debruçado sobre o presente como reflexão historiográfica, as idas e vindas desse debate e a leitura de uma recente obra dedicada ao tema nos fazem concordar com a idéia expressa de que "o estudo historiográfico, metodológico e epistemológico dos tempos atuais está apenas desbravado" (CHAVEAU & TÉTART, 1999, p. 19).

O texto de Chaveau & Tétart deve ser visto como um quase manifesto sobre a legitimidade dos estudos históricos sobre o presente. Além disso, há preocupações sobre as diferenças e aproximações entre história imediata e história do presente, comparações entre o ofício do historiador e o trabalho dos jornalistas, bem como um conjunto de possibilidades de abordagens produzidas pela historiografia francesa envolvendo a temática.

No caso desta tese, a principal contribuição que colhemos da leitura da obra diz respeito ao rigor metodológico necessário à oficina da história em geral e especialmente imprescindível aos estudos históricos sobre o presente considerando as implicações políticas e a vigilância sob o trabalho do historiador por parte das testemunhas vivas que experienciaram acontecimentos e processos. Além de evitar "introduzir a *posteriori*, no desenrolar da história uma racionalidade, mesmo que ela não exista"

(CHAUVEAU & TÉTART, 1999, p. 55), há ainda um cuidado adicional aos pesquisadores:

> muito frequentemente acontece-lhes dar lições aos atores e espantar-se com sua cegueira, esquecendo simplesmente da ambivalência das situações, das ambigüidades dos comportamentos e das incertezas. Devemos estar sempre alerta contra essa tendência de simplificação que nos faz acreditar que as coisas deviam necessariamente se passar como o fizeram. É um erro maior: a atenção ao fato mostra que sempre há bifurcações (Op. Cit., p. 56).

Implícita ou explicitamente, estas preocupações metodológicas estão presentes nesta tese. Tentamos evitar distribuir condenações, julgamentos e antipatias; buscamos cruzar as fontes para compreender a complexidade do passado; temos ciência de que muitas interpretações são provisórias e podem ser remodeladas com a descoberta de novos acervos. Dito isso, passemos ao capítulo 1.

1. O movimento estudantil na Universidade da Bahia (1960-1964)

1.1 A greve dos estudantes da Universidade da Bahia

Salvador, 1960. Em greve, os estudantes da Universidade da Bahia participavam de uma assembléia para debater os rumos do movimento estudantil. Num clima de impasse, havia aqueles dispostos ao sacrifício de perder o ano letivo. Um dos oradores pediu a palavra. Não era estudante e

> começou a manifestar sua opinião, inicialmente recebida por uma tremenda vaia: Vocês não estão dispostos a perder o ano! Era Auto José de Castro, [professor] da Faculdade de Filosofia. Ele prosseguiu: Não adianta vaiar porque vocês não estão dispostos a perder o ano! As vaias continuaram, ele insistiu e, com uma dialética grega, analisou todos os aspectos da greve e suas implicações. No final do encontro, Auto de Castro foi consagrado delegado capaz de levar à Reitoria as reivindicações propostas pelo movimento estudantil. Fez negociações serenas e equilibradas, atendendo aos desejos de ambas as partes (NASCIMENTO, 1999, pp. 133-134)

Junto com outros docentes, a missão do professor Auto de Castro era construir uma solução negociada entre os estudantes e a Reitoria que implicasse o final da greve. Esta proposta foi levada a termo e apresentada na reunião do CONSUNI:

> sobre a comunicação apresentada, em caráter de urgência, pelos Professores Evandro Baltazar da Silveira, Nelson Pires e Auto José de Castro. Disse o Magnífico Reitor que, como resumo da comunicação por eles feita e que se prende ao problema estudantil, tinha os seguintes itens: 1°) volta dos alunos às aulas; 2°) constituição de um grupo de trabalho; 3°) realização da prova parcial em época especial; 4°) abono de faltas; 5°) explicação dos pontos e 6°) prorrogação do período de aulas (ATA CONSUNI, 22/09/1960).

O relato sobre a participação de Auto de Castro foi feito por Oliveiro Guanais. Baiano, ativista estudantil, depois da greve baiana assumiria a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), em julho de 1960. Para entender as propostas acima e as razões da greve, é interessante dizer que, desde 1957, a UNE – entidade de representação dos estudantes universitários – pautava a necessidade de mudanças na universidade. Em maio de 1960, a UNE e a UEB realizaram o "I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior com a participação de delegações representativas de todas as Uniões Estudantis Latino Americanas" (A TARDE, 04/05/1960). Neste evento, "os estudantes latino-americanos firmaram um compromisso de luta pela democratização do ensino universitário" (ARAÚJO, 2007, p. 102).

A Universidade da Bahia foi um terreno fértil para a luta estudantil sobre este tema. É oportuno registrar que o Reitor da instituição era Edgard Santos. Formado em Medicina, Edgard Santos foi diretor da Faculdade de Medicina por uma década (1936-1946) e depois reitor fundador da UBA durante 15 anos (1946-1961). Foi nomeado catedrático da Faculdade em 1925 e 12 dias depois dispensado, após movimentação dos seus adversários políticos. Assumiu a cátedra de cirurgia em 1926 com aliados e adversários atacando-o. Portanto,

> Edgard Santos conheceu desde cedo e bem de perto as regras do jogo político do período no qual dominavam os grupos oligárquicos que ocupavam os espaços públicos e dividiam seus territórios em zonas de influência, segundo as quais as decisões eram tomadas de acordo com os interesses dos chefes e em atenção às reivindicações de seus correligionários. Um modelo análogo dominava também o ambiente acadêmico da Famed [Faculdade de Medicina], da Faculdade Livre de Direito da Bahia (FLDB) e da Escola Politécnica, onde os catedráticos exerciam o poder nas suas áreas de conhecimento, tal como os chefes oligárquicos faziam nos seus territórios políticos. Nas disputas pelas posições e pelos cargos, organizavam-se para defender os seus aliados e amigos, seus discípulos, filhos, parentes ou afilhados. [...] Edgar Santos enfrentou com sucesso esse tipo de relação de poder ao longo de toda sua carreira, tendo ocupado por 25 anos ininterruptos dois dos principais cargos federais na Bahia [....] Esse foi um jogo que Edgard Santos soube jogar, aliás, mais do que isso, ele foi um dos melhores (DIAS, 2005, pp. 127-128).

A experiência no tabuleiro da política baiana e no jogo de poder acadêmico permitiu que Edgard Santos estivesse em constante interlocução com expressões políticas, intelectuais e científicas do Estado. Isso propiciou que a UBa estivesse na "vanguarda dos movimentos que buscavam redirecionar os rumos políticos e econômicos da Bahia" (idem, p. 129). Permitiu também

> acesso a recursos federais e internacionais, muitas vezes sob a forma de convênios destinados a projetos específicos, os quais ele administrou com muita autonomia e de forma bastante centralizada. Aliás, a centralização administrativa durante a gestão de Edgard Santos constituiu-se em motivo de desentendimentos com seus adversários, que o acusavam de se apropriar do poder para afastar do caminho aqueles

> indivíduos que estivessem se interpondo na consecução de seus planos[15] (idem, p. 130).

Ao longo destes anos, é lícito dizer que a Universidade da Bahia se expandiu. Novas escolas superiores foram criadas. Faculdades e cursos foram emancipados. O Hospital das Clínicas foi construído. Nasceram os seminários de música. A propósito, é sobre o terreno do mundo da cultura e das artes que se privilegia a abordagem em relação a Edgard Santos. Um militante afirmou que "por mais que criticassem Edgard Santos, ele encarnava uma figura de honra da universidade. Ele era como se fosse a própria instituição". Risério (1995, p. 23) considera que Edgard Santos

> foi um poderoso agente transformador da realidade envolvente [...] em tempos de uma ação cultural ampla, vigorosa e inventiva. Havia dinheiro, é claro. A Escola de Teatro, por exemplo, era bancada pela Fundação Rockfeller. E Edgard sabia se mover de muitos modos, sabia com quantas moedas se faz uma canoa, descolando verbas com idéias, lábia, etc. [...]. Um imbecil, com milhares e milhares de dólares na mão, faria milhares e milhares de imbecilidades. Edgard era pássaro de outra plumagem. Investiu muito – e bem. No campo estético e extraestético.

Trazendo nomes de expressão nacional e internacional no mundo das artes para os quadros da instituição, Edgard Santos investiu energia administrativa na modernização cultural. Pertencia "a uma nova elite modernizante que [tentou] reverter o quadro de estagnação econômica, desprestígio político e marginalização cultural" da Bahia (RISÉRIO, 1995, p. 36). Havia os Seminários de Música, Concertos, mostra de filmes e um conjunto de outras iniciativas artísticas gratuitas ao público. Ainda segundo o autor, esse projeto encontrava resistência num setor conservador e provinciano à inovação artística. No que se refere ao papel dos estudantes, Risério (1995, p. 24) analisou:

[15] "A diferença entre os salários pagos aos professores contratados pelo reitor com os recursos provenientes dos convênios que administrava autonomamente e de forma centralizada e os vencimentos regulares dos catedráticos era certamente um dos motivos das repercussões negativas provocadas junto a seus adversários" (DIAS, 2005, p. 135).

> a degringolada cultural baiana começara antes do movimento (ou da parada) militar. Edgard, que fora nomeado por Eurico Dutra, deixou a reitoria do Canela em 1961. Adversário do presidente Jânio Quadros e combatido sistematicamente pelas lideranças esquerdofrênicas do movimento estudantil que achavam que a instauração do milênio comunista passava por uma cerimônia de enforcamento no *campus*, o reitor foi defenestrado.

Investigar a gestão de Edgard Santos, a sua biografia e o seu papel para a política e a cultura na Bahia escapa aos objetivos desta tese. Além de traçar breves linhas que nos ajude a perceber aspectos da atmosfera política da Universidade, o fundamental é dizer que a priorização dada pelo Reitor à questão cultural tinha um preço, não era ponto consensual na universidade e despertou críticas do ME, pois havia outras lacunas e demandas. Ilustremos isso com o trecho de um diálogo entre o representante estudantil Silvany e o reitor Edgard Santos numa reunião do CONSUNI:

> - Acho que há um exagero nas verbas artísticas [...] Eu gosto muito de música, mas não tenho electrola porque não posso ter e há muita gente que não pode ter [Silvany]
>
> - Então V. Exa. acha que nós não devemos ter essas atividades? Essas atividades artísticas são gratuitas. Todas essas exibições de concertos e de representações teatrais são gratuitas de modo que, toda a universidade e mais aquêle público que quer comparecer é acolhido sem contribuição [Reitor]
>
> - São gratuitas, mas a verba que se desvia de um setor para o outro é um ônus [Silvany]
>
> - V. Exa. acha que a Universidade pode dispensar esta atividade? [Reitor]
>
> - Deve dispensar a ênfase [Silvany].
>
> - É uma opinião [Reitor]
>
> - Eu estou expressando meu ponto de vista porque depois eu não quero que se diga que eu estive aqui e nunca apresentei sugestões e de um momento para outro venho fazer críticas violentas. É um ponto de vista que eu gostaria de deixar bem claro [Silvany] (ATA CONSUNI, 11/01/1960).

O trecho indica ênfases diferentes no investimento cultural. Para o ME, havia outras demandas importantes como o aumento das vagas na universidade, um investimento maior na política de assistência ao estudante, especialmente na melhoria da residência e alimentação. Neste período, alguns estudantes tinham direito a moradia e se instalavam nesta residência. Esta problemática foi o estopim da greve quando um grupo de estudantes estadunidenses veio para a Bahia e se instalou numa residência construída especialmente para esta finalidade, chamada de residência internacional. Como havia a problemática da insuficiência de vagas nas residências da UBA, alguns estudantes baianos ocuparam a casa internacional. Isso foi pautado pelo CONSUNI. Segundo o conselheiro Orlando Gomes

> Trata-se, no meu modo de ver, de um ato de desrespeito, de grave indisciplina a utilização desse processo violento que sob nenhum pretexto o fundamenta, que sob nenhum pretexto se justifica, de modo que, antes de tomar qualquer medida no sentido de resguardar, como me compete a disciplina na Universidade [porque o Reitor Edgard Santos está viajando], eu entendi, pela gravidade do fato, que era conveniente ou mesmo necessário convocar o Conselho Universitário para que o mesmo apreciasse o assunto e me aconselhasse nas medidas que porventura devo tomar para reprimir mais esse ato de indisciplina que é praticado e do qual eu não tenho a menor dúvida de persistência em face do tom categórico com que responderam dizendo-me que de lá não sairiam. Em face de outras informações que possuo, o que significava que estamos diante de um fato, no meu entender, gravíssimo porque é a reincidência de um ato de indisciplina, de desrespeito, razão pela qual trago o caso ao conhecimento do Conselho Universitário para os fins que há pouco declarei.

Quanto ao desfecho da reunião:

> 1°) O CONSELHO considera a invasão como um grave ato de indisciplina. 2°) Considera necessário coibir esses processos violentos que estão se tornando sistemáticos e utilizados no propósito de obter o que lhes parece deva ser concedido. Que, em face dessas duas premissas, tinha uma pequena questão de ordem jurídica a submeter ao CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Esse ato de indisciplina deve ser punido com pena correspondente que é da suspensão dos invasores. Acontece, porém, se o fato é gravíssimo, pelas disposições do ESTATUTO DA UNIVERSIDADE, o poder do REITOR de

> aplicar essa pena é limitado ao prazo de 30 dias, competindo ao CONSELHO UNIVERSITÁRIO aplicar a pena se ela ultrapassar o referido prazo. Considerando que o fato é grave e que, talvez, o CONSELHO justifique uma punição maior que somente ele pode aplicar, esperava dos SENHORES CONSELHEIROS uma orientação particular, declarando quais os seus pontos de vista em relação a essa medida disciplinar que lhe pareceu estar na consciência de todos. Usando da palavra o CONSELHEIRO ALCEL HILTNER disse que estava de acordo com o MAGNÍFICO REITOR quanto à penalidade aos estudantes, entretanto, considerando a opinião da maioria, senão da totalidade do CONSELHO, de que aos estudantes cabe um pouco de irresponsabilidade, propunha que ficasse o MAGNÍFICO REITOR autorizado a aplicar a pena que achasse conveniente, dando aos estudantes, antes disse, um prazo de 24 horas para evacuarem as instalações tomadas. Ainda o CONSELHEIRO ALCEU HILTNER disse que o seu voto era pela pena superior a 30 dias, uma vez que vai ser concedido um prazo de 24 horas para a evacuação da residência. [...] Contra o voto do representante dos estudantes, [o Conselho] deliberou notificar aos invasores que devem desocupar em 24 horas a residência do Largo da Vitória, sob pena de lhes ser a aplicada a suspensão de 40 dias.

Interessa dizer que a dialética repressão-resistência funcionou após esta deliberação. A reação estudantil veio com assembléias realizadas nas Faculdades e a aprovação da greve pela revogação da punição. A deflagração da greve contou com a solidariedade de entidades operárias e ligadas ao movimento popular que entregaram à UEB uma moção assinada por representantes da Federação dos Trabalhadores no Comércio, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, da Federação das Sociedades de Bairro, do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Eletricistas. A reitoria publicou um comunicado sobre os prejuízos com os incidentes:

> em consequência dos acontecimentos que são do conhecimento público, referentes às invasões e ocupação da casa do Largo da Vitória, 2-A, os estudantes americanos que, neste ano, deveriam fazer o curso programado em convênio com a Universidade de new York não virão para a Bahia, sendo acolhidos pela Universidade de São Paulo para os seus estudos sem as incompreensões e os vexames aqui encontrados. Lamenta a Universidade da Bahia que o seu programa de intercâmbio com as Universidades estrangeiras haja sido prejudicado, no particular por ter sido considerado o ambiente impróprio a essa convivência – 14/07/1960.

Dias depois, o movimento ganhou outros rumos. Segundo o Jornal da Bahia "o episódio da invasão da chamada "Residência Internacional", que culminou com a suspensão dos presidentes da [...] UEB, do [...] DCE e dos vários diretórios [...] evoluiu, nas últimas horas, para um movimento mais amplo. Já agora os acadêmicos afirmam defender "uma reforma na estrutura da universidade"".

A reforma da universidade se expressava em bandeiras concretas. Os estudantes pleiteavam melhorias materiais e democratização dos espaços decisórios. Mas o tempo passava:

> Num desespero de causa tentamos fazer uma greve de fome na porta do Alvorada. Mas não fomos adiante. Naquele tempo, Brasília era uma poeira só, tipo filme "farwest". Quando o presidente foi inaugurar uma agência de um banco, cercamos o quarteirão e ele não pôde nos ignorar. Convidou três representantes do movimento para ir com ele ao Rio de avião. Mas não foi encontrada solução (NASCIMENTO, 1999, p. 133).

Vale dizer que o Presidente Juscelino chegou a vir a Salvador tentar intermediar uma solução e foi até a residência do universitário dispensando esquema de segurança. Segundo dizem, teria afirmado: "os estudantes são meus guarda-costas". Além do Presidente, "influências intelectuais e políticas do Brasil inteiro convergiram para encontrar uma solução que satisfizesse ambas as partes – reitoria e comunidade estudantil" (Op. Cit., p 133).

Estes dados indicam o impacto nacional da greve na opinião pública e nos altos escalões do governo e das autoridades educacionais brasileiras.

No caso local, a greve desgastaria a gestão do reitor Edgard Santos, mas não minaria seu apoio interno. Talvez o melhor demonstrativo esteja abaixo inserido. Reunida para debater a situação de crise institucional, a Congregação da Faculdade de Filosofia

> manifesta a sua plena solidariedade ao Conselho Universitário, na atitude assumida e nas providências adotadas na defesa da convivência harmoniosa e do bom nome da Universidade, ao mesmo tempo em que dirige apelo aos estudantes no sentido de voltar as suas aulas e trabalhos normais, com ânimo

> tranqüilo, e confiamos na serenidade e na justiça e seus mestres, dentro da hierarquia e da ordem (ATA CONSUNI, 26/08/1960).

Para não parecer que era um caso isolado, outras congregações aprovaram moções e enviaram ao Conselho Universitário:

> A Congregação da Faculdade de Direito, em sua primeira sessão desde que os estudantes resolveram, há mais de sessenta dias, abandonar coletivamente as aulas, manifesta sua solidariedade às decisões tomadas na universidade da bahia, e concata o corpo discente a retornar aos seus deveres escolares, reatando as tradições de disciplina, trabalho e cordialidade que sempre dignificaram a vida estudantil em nosso estado. Bahia, 17 de agosto de 1960"; do Diretor da Faculdade de Odontologia enviando cópia da Moção aprovada pela Congregação – "A Congregação da faculdade de Odontologia da Universidade da Bahia reunida em sessão ordinária, resolve hipotecar o seu inteiro apoio a maneira sempre ponderada e tolerante do agir do Conselho Universitário, assim como as providências adotadas pelo egrégio Conselho no sentido de preservar disciplina e a ordem das condições indispensáveis à vida da própria Universidade[...]"; do diretor da Escola Politécnica [...]: É de indispensável gravidade a crise que neste instante, atravessa a Universidade da Bahia. E, por isso mesmo, não se deve procurar remedia-la com providências que impliquem na renúncia à ordem, à autoridade, à hierarquia e à disciplina. Força é encará-la com sobranceria, para que passe, sem deixar vestígios de conseqüências para a vida do País. Votamos, nesse pressuposto, favoravelmente, a uma moção de aplausos à atitude do Conselho Universitário que não transigiu com esses princípios, fundamentais a qualquer sociedade que se preze de civilizada" – e logo a seguir também, por unanimidade o seguinte: (ATA CONSUNI, 26/08/1960).

Como se depreende da leitura das fontes, o tom do discurso oscilava no diagnóstico, mas a ênfase consistia no respeito à autoridade, hierarquia e disciplina. Ao mesmo tempo, havia a proposição do diálogo e do retorno às aulas. Com o avançar do movimento a situação aumentaria de tensão e haveria variação do discurso dos professores. Muitos afirmariam o desrespeito patrocinado pelos estudantes, a quebra da hierarquia, a crise institucional, o desafio da autoridade do reitor, a falta de civilidade nos métodos e outras variações gramaticais ressaltando a crítica ao protesto estudantil.

A UNE montaria plantão em Salvador. Tentaria reunir a representação estudantil brasileira para debater a situação. Em Congresso realizado, a militância estudantil que era afinada com as posições da JUC construiu uma aliança com o setor do PCB e indicou o baiano Oliveiros Guanais como candidato. O nome representava a expressão do eixo político a ser impresso pela UNE. Com autoridade moral pelo enfrentamento com a Reitoria da UBA, Guanais assumiria a entidade em setembro de 1960. Sua assunção viraria fato político e os jornais baianos dariam destaque. A Câmara Municipal aprovaria uma saudação:

> A Câmara Municipal da Cidade do Salvador manifesta suas congratulações com os estudantes universitários baianos pela grande vitória alcançada com a eleição do seu jovem e dinâmico representante, acadêmico Oliveira Guanais, para a presidência da União Nacional dos Estudantes, fato que veio projetar ainda mais a classe universitária conterrânea, sempre empenhada nas boas causas, na defesa das liberdades públicas.

A principal meta da nova gestão seria tentar nacionalizar a greve para outras Faculdades. Mesmo com o sucesso parcial da tática uma vez que apenas algumas universidades brasileiras aderiram ao movimento, a UNE e diversas entidades estudantis expressariam solidariedade à greve porque apontava para graves deficiências nas universidades brasileiras.

> Quase todas as escolas superiores do Estado da Guanabara declararam-se em greve, na manhã de hoje, aderindo ao movimento decretado pela União Nacional dos Estudantes cumprindo resolução tomada no Congresso Nacional (Belo Horizonte), em solidariedade aos universitários baianos.
>
> As seguintes unidades da Universidade do Brasil entraram em greve hoje: Escolas Nacionais de Química, Arquitetura, direito, Filosofia e Medicina. As escolas de Música, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Belas Artes, Educação Física e Engenharia não aderiram ao movimento.
>
> Diversas unidades da Universidade de S. Paulo entraram em greve à zero hora de hoje, de acordo com o movimento de

> protesto desencadeado pela UNE. A Faculdade de Engenharia Industrial da Universidade Católica terminou hoje a greve que realizou durante 3 dias, em protesto contra uma decisão do diretor do estabelecimento. Imediatamente is estudantes retornaram à greve, solidários com o movimento da UNE.

No final das contas, a greve estudantil foi encerrada. Mas isto não anula a síntese de um pesquisador ao formular que "o início dos anos 60 presenciou os primeiros movimentos estudantis de massa voltados agora para os problemas específicos da Universidade" (MARTINS FILHO, 1987, p 42-3). Ao mesmo tempo, os estudantes da UBA dariam concretude à luta pela reforma universitária. A experiência de luta mostrou a importância da reflexão e do estudo sobre a universidade, o que passaria a ser objeto de reflexão do ME.

Tempos depois da greve, houve eleição para reitor em 1961. Na época havia a eleição era restrita aos membros do CONSUNI que aprovavam uma lista com três nomes que, por sua vez, era submetida ao Presidente da República. O primeiro da lista foi Edgard Santos. Porém, ao contrário dos seus apoiadores e da sua expectativa, o presidente nomeou Albérico Fraga. Segundo um entrevistado:

> Nós, [estudantes], apoiamos Albérico Fraga. Ele [...] tratava [as lideranças] com muita consideração. Qualquer nome que significasse substituir Edgard Santos era bem vindo. Aí nós aplaudimos o nome dele porque imaginávamos que com ele o nosso diálogo com a reitoria ia melhorar [...] e realmente melhorou. [...] Ele chegou a ser reitor também porque houve interferência do movimento universitário junto ao governo de Jânio no sentido de retirar Edgard Santos. Edgard Santos não era palatável porque ele tinha um pensamento autocrático. Ele não facilitava as coisas para o movimento universitário. A relação era de conflito. [...] Não chegava a ser truculento [mas] era autoritário.

Albérico Fraga era professor catedrático da Faculdade de Direito. Foi oficial de gabinete dos Governadores Francisco Góis Calmon (1924-1928) e Vital Soares (1928-1930). Deputado estadual entre 1935 e 1937 e deputado constituinte em 1946, Albérico Fraga foi "defensor dos interesses das classes

dominantes de sua região de origem" (BRAGA, 1998, p. 190). Era homem de partido com larga experiência política no circuito liberal e vínculos com

> grupos econômicos privados cujos investimentos estavam fortemente concentrados nos setores financeiro, securitário, imobiliário e em áreas afins de prestação de serviços comerciais. Apesar de esses mesmos grupos terem participação acionária empresas industriais, a maior parte de seus interesses e aplicações se voltava então para esses setores da atividade econômica amplamente dependentes de manobras especulativas, ou, então, da concessão de favores e créditos por parte dos poderes públicos (MICELI, 1986, p. 582 APUD Braga, 1998, pp. 186-187).

Talvez por isso, Albérico Fraga assinou muitas emendas conjuntas com Clemente Mariani. Em 1960, assumiu a presidência da União Democrática Nacional (UDN). Em 1961, foi conduzido à reitoria da UBA. Ao longo deste período, o Reitor Albérico Fraga manteve uma relação de diálogo com o ME, mas não abandonou suas convicções políticas e ideológicas, notadamente nos momentos de polarização política. A conjuntura imediatamente anterior ao golpe evidenciaria que o reitor era anticomunista e com um discurso próximo do imaginário e da propaganda golpista.

A paisagem política da universidade não seria afetada apenas pela mudança na direção da instituição. A conjuntura nacional ganhava novos enredos e, em agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou à presidência da República. Jânio foi eleito em 1960 criticando a corrupção e sem um programa definido. O vice-presidente eleito foi João Goulart, que participava de uma coligação com o Marechal Lott no posto de candidato a presidente – algo possível à época, pois se podia votar no presidente de uma chapa e no vice de outra.

Os primeiros meses do mandato de Jânio Quadros foram marcados por fatos associados a temas como proibição do biquíni e briga de galos. Em março, visitou Cuba e, posteriormente, condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Estes gestos indignaram os setores anticomunistas. No plano interno, o presidente demonstrava alguma simpatia pela reforma agrária e agia sem base de apoio e autonomamente. Em agosto de 1961, denunciando uma tentativa de golpe, Jânio renunciou à presidência.

Pela Constituição Federal, João Goulart (também chamado de Jango) assumiria a presidência. Porém, muitos militares compreendiam que Jango possuía laços com os sindicalistas, o que permitiria a ascensão dos comunistas. Os ministros militares vetaram o nome de Jango – que coincidentemente encontrava-se em visita à China – mas havia posições diferenciadas entre as Forças Armadas. Um deles era o general Machado Lopes que, junto com o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, organizou a cadeia da legalidade. Este foi o principal foco de resistência militar à tentativa de golpe.

No plano político, o "movimento pela legalidade" estimulou a vigência de atos políticos em muitos estados. A UNE fez parte

> imediata e ativamente, da resistência organizada pela chamada "Cadeia da Legalidade", ocasião em que grupos de estudantes chegaram a se unir a outros setores populares para a coordenação de grupos armados. Tal atuação da UNE marcou o seu ingresso efetivo na Frente Nacionalista e Popular, ao mesmo tempo em que lhe garantia, no contexto de 1961, importante repercussão favorável entre os universitários (MARTINS FILHO, 1987, p. 54).

Em Salvador, a luta pela posse de Jango ficou marcada pela criação da "resistência democrática". Os estudantes universitários assumiram um papel importante neste processo. Deflagraram greve geral e convocaram reunião da UEB. No outro dia, se reuniram no restaurante universitário e marcaram assembléia para a Faculdade de Medicina. O boletim da UEB divulgado pelo *A Tarde* resumiu os acontecimentos no dia 28 de agosto:

> histórica assembléia na Faculdade de Medicina. Ratificada a greve; O comício marcado para a tarde não se realizaria. A polícia tinha ordem de dissolvê-lo e impedi-lo por todos os meios (cachorros inclusive). Ameaça de invasão da escola. Parlamentares (inclusive o presidente da assembléia) se dirigem ao local. O Reitor [Albérico Fraga] também. Líderes estudantis vão ao governador. Sua Excia diz que é legalista, mas não permitiria nenhuma manifestação mesmo que fosse em defesa desta mesma legalidade. Estado de sítio de fato (A TARDE, 11/09/1961).

Chamada de “QG da legalidade”, a Faculdade de Medicina foi o território que polarizou os setores da resistência democrática soteropolitana:

> Há uma semana que as dependências da Faculdade de medicina se encontram ocupadas por grande número de estudantes que dia e noite circulam pelos corredores do velho prédio do Terreiro. Diversos professores têm se dirigido àquele local para levar o seu apoio à mocidade universitária baiana. O Reitor Albérico Fraga, por sua vez, tem estado em contato permanente com os estudantes, tendo emprestado sua inteira solidariedade ao movimento de resistência democrática que vem sendo empreendido pelos acadêmicos da Bahia.

Os estudantes confeccionaram um boletim intitulado “Ao Povo” e distribuíram à população. Era um canal de informação e, junto com o alto-falante instalado na Faculdade, permitiam informes e discursos, sendo denominado de “rádio da legalidade”. Alguns estudantes foram presos enquanto distribuíam o panfleto. A polícia ameaçou retirar o alto-falante, mas recuou. Vale dizer que o Reitor Albérico Fraga manteve contato com os estudantes e o Governador Orlando Moscoso

> esteve na sede da Resistência Democrática da Bahia, desde a última segunda-feira instalada na Faculdade de Medicina [...].S. Excia. se mostrou inteiramente identificado com o movimento dos universitários baianos e, defesa da legalidade e das instituições democráticas. A certa altura, declarou o Governador e aos estudantes: “A minha luta é a mesma de vocês”.

A luta pela legalidade durou duas semanas, o que fez a UEB denominar o movimento de “14 dias que abalaram o Brasil”. No final das contas, o congresso adotou o parlamentarismo como solução para a crise. Seria um expediente temporário para a crise política.

1.2 A UNE e a luta pela reforma universitária: conexões nacionais e internacionais

Neste mesmo ano, a UNE realizou o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU). Depois da greve estudantil na UBA, não por acaso o local escolhido foi Salvador. Neste seminário, os estudantes debateram a situação da universidade e formularam críticas estruturais. Uma primeira se referia ao elitismo da universidade. Apenas 1% da população brasileira à época tinha acesso ao ensino superior e o conhecimento produzido se distanciava das demandas dos setores populares. O elitismo estava no acesso à universidade e no tipo de conhecimento produzido. Por fim, não havia democracia interna nas instituições. Os estudantes opinavam e influenciavam muito pouco nos rumos das decisões. A experiência da greve baiana era somada a um repertório de lutas estudantis que tem seu marco de longa duração na experiência argentina de Córdoba, em 1918.

Ao mesmo tempo em que os estudantes se organizavam para a luta educacional, nem por isso deixaram de ser influenciados pela efervescência política dos anos 60 no Brasil e no mundo. No plano internacional, o destaque era para a Revolução Cubana que inspiraria um processo de radicalização à esquerda e também à direita. Localizada a 150 quilômetros dos Estados Unidos, Cuba despertaria a solidariedade dos militantes estudantis e passaria servir de referência para muitos ativistas políticos[16]. Em 27 de julho de 1961, foi realizado um

> ato público de solidariedade ao Governo de Fidel Castro – manifestação convocada por deputados, jornalistas, dirigentes estudantis e operários. A sessão [...] foi iniciada com um discurso do jornalista Milton Santos, que esteve recentemente em Cuba, integrando a caravana do sr. Jânio Quadros: Declarou o diretor da Imprensa Oficial: "Em Cuba é o povo quem está no governo. Não há, no mundo, quem não compreenda que a luta de Cuba é a luta da América Latina". [...] [Houve] outros oradores: o sr. Newton Macedo Campos (representante do Partido Socialista), deputado Ciro Fialho, acadêmico Luiz Gonzaga Ferreira (presidente em exercício da UEB).

Com a revolução cubana, a América Latina seria lançada ao centro da Guerra Fria (SÁ MOTTA, 2002). Os Estados Unidos mudaram sua política

[16] "Patrocinado pelo Centro Acadêmico Teixeira de Freitas, haverá, dia 9, às 10:30 horas, ato público de solidariedade à revolução de Fidel Castro. No local, fronteiro à Faculdade Católica de Direito, será colocada uma faixa e um retrato do chefe revolucionário cubano".

externa para a América Latina. Intensificaram “medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica)” (Op. Cit., p 232).

Muitos militares brasileiros passariam a conhecer mais de perto a lógica estadunidense de combate ao comunismo. A “Aliança para o Progresso” seria criada enquanto um programa para combater os comunistas pelo viés da ajuda econômica e social aos países do continente. O fomento a programas de intercâmbio universitário estimulando viagens de estudantes brasileiros aos EUA seria uma outra sutil medida para a propaganda capitalista. Muitos estudantes baianos viajariam para os EUA financiados por estes programas.

A Doutrina de Segurança Nacional e o anticomunismo ganhariam novos capítulos em função da luta contra o “inimigo interno” ou da vigilância aos “amigos de Fidel Castro”. A revolução cubana iria ensejar um processo de polarização política e ideológica que se manifestaria em diversos espaços do “mundo da política” e também no movimento estudantil.

A imprensa local não ficaria inerte diante desta polarização. A crítica aos comunistas cubanos e a tentativa de alinhar e transformar toda atividade de solidariedade e debate de política internacional pelo ME seria tônica nestes discursos.

O relevante a ser destacado é que Cuba ocupará destaque na agenda política nacional. Em 1961, haverá onda de indignação por parte dos anticomunistas pelo Presidente João Goulart anunciar o reatamento de relações diplomáticas com a URSS. A indignação dos setores anticomunistas voltaria a ter carga total em 1962, devido à política externa desenvolvida pelo Governo João Goulart de não concordar com a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) nem com uma intervenção armada no país. Decorrerá desse embate a proliferação do discurso a respeito da “infiltração comunista” nos escalões do Governo, bem como nos espaços de luta política mais amplos. Este jargão seria acionado muitas vezes pela imprensa e pelos ativistas estudantis anticomunistas nos embates políticos e na tentativa de desgastar a imagem do ME e da UNE.

Esta polarização política influenciaria o ME, mas não seria capaz de desviar os estudantes da problemática da reforma universitária. Em 1962, os

estudantes voltariam a debater a problemática. Aprofundaram as resoluções e compreensão da estrutura universitária, sintetizada nas resoluções do II SNRU, desta vez realizado no Paraná (FÁVERO, 2000). A principal resolução foi lutar por 1/3 de representação estudantil nas instâncias de direção da universidade. Segundo Martins Filho (1987, pp. 55-56):

> a União Nacional dos Estudantes, após o seminário de março de 1962, aprovou que a luta mais imediata deveria voltar-se para a conquista da regulamentação da participação estudantil nos órgãos de direção da Universidade, a partir do que seria possível conseguir as outras mudanças reivindicadas. A urgência dessa batalha estava configurada no prazo previsto pela Lei de Diretrizes e Bases para que os conselhos universitários mudassem os regimentos de cada escola. Conforme afirmavam então os dirigentes da UNE: "Os estatutos das universidades estão aí para serem organizados. A exigirem a nossa voz e a nossa escolha. A nenhum estudante deve passar despercebido esse momento, pois é agora que podemos influir fundamentalmente". Em seguida, defendia-se a participação estudantil de um terço nos órgãos diretivos.

Um estudante de Direito ingressou na universidade em 1962. Contou que, logo em seguida, participou de "uma greve nacional de estudantes que lutava pela representação estudantil nas congregações das faculdades de todas as universidades. Era a greve por 1/3. Nós queríamos que os estudantes tivessem 1/3 de participação em todas as congregações e no conselho universitário. [...] Foi uma luta que demorou muito tempo e quase tomou o semestre inteiro. [...] A calourada da Faculdade de Direito foi batizada com este movimento".

Em julho de 1962, a UNE aprovou uma greve nacional estudantil com esta reivindicação. Como sintetizou uma pesquisadora "a luta por 1/3 propunha alterar a composição dos órgãos de direção universitária – os colegiados, os conselhos e as congregações – inserindo neles estudantes e funcionários com um percentual de voz e voto (ARAÚJO, 2007, p. 103). A greve paralisou a maioria das 40 universidades brasileiras, ensejou grandes manifestações e, embora não tenha atingido seu objetivo, pautou a questão da reforma universitária na opinião pública. Martins Filho analisa a mobilização e os resultados:

> a greve do 1/3 pode ser considerada com a mais clara expressão do apoio dos estudantes às reivindicações que iam se configurando como os objetivos centrais do movimento universitário daquela fase histórica: a democratização da universidade e a sua modernização; a abertura de vagas, através do subsídio estatal à educação; e a modificação dos métodos e estruturas educacionais, a fim de formar os profissionais de nível superior "necessários ao desenvolvimento" (MARTINS FILHO, 1987, p. 57).

As conseqüências da greve se fariam sentir. Depois de três meses de greve sem vitória, o ME entraria num relativo refluxo. Este processo aconteceu também movido por outras razões. Há uma boa síntese:

> [os estudantes universitários] ainda sofriam as conseqüências da derrota da greve nacional de 19262, vivendo a política estudantil uma situação de relativo refluxo em suas mobilizações de massa. A partir de agosto de 1962, a dinâmica do movimento se deslocaria gradativamente para as atividades de seu setor mais politizado, sob influência direta das diretrizes da "vanguarda". No plano geral, tal redirecionamento foi incentivado pela intensificação das lutas sociais mais amplas, no seio das quais a UNE e as entidades regionais passariam a desempenhar papel ativo. No plano específico do movimento estudantil, o deslocamento entre as atividades da base e as da direção deu-se no quadro da radicalização progressiva das posições da esquerda cristã. Sua manifestação mais visível foi a criação de uma nova organização política intensamente militante, a já citada Ação Popular, fundada no início de 1963 (Op. Cit, p 59-60).

É interessante dizer que o processo de mobilização estudantil desenvolvido teve o componente cultural nos métodos de luta. Isto por que a UNE já teria criado o Centro Popular de Cultura (CPC). Para o fomento da conscientização política dos estudantes, a UNE aprovou também a UNE Volante. Esta experiência se constituiu em caravanas estudantis que visitavam os diversos estados e apresentavam nas Faculdades peças teatrais que discutiam a luta pela reforma universitária.

A UNE criou CPCs em vários estados, inclusive em Salvador. Sua sede virou um ponto de encontro de jovens que queriam mudar o mundo através da

arte e consideravam a necessidade de produzir cultura em sintonia com as aspirações populares. Com o golpe de 1964, o CPC de Salvador foi fechado.

1.3 Seminário dos estudantes do mundo subdesenvolvido

Na esteira da Revolução Cubana e da necessidade de uma ação conjunta entre os povos latino-americanos para a derrota do imperialismo, os estudantes baianos organizaram o S*eminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido.* O Governador Lomanto Júnior expressou sua posição:

> A iniciativa da mocidade brasileira de realizar um Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido é bem um atestado da seriedade com que a nossa juventude vem encarando problemas de tão alta magnitude, cujos reflexos se projetam na soma dos interesses nacionais.
>
> Cumpre, portanto, que os integrantes do importante conclave, que atrairá jovens de vários países, o qual, por isso mesmo já constitui oportunidade de aproximação entre países diversos, saibam encaminhar e discutir os assuntos com a preocupação de quem deseja investigar para solucionar, e não apenas com o simples propósito de ressaltar desníveis sociais, já sabidamente conhecidos, e cuja correção se há de fazer pela conjugação de esforços dentro do justificado ideal de libertação econômica que é hoje uma constante entre os diversos povos do mundo.

Segundo a imprensa, quase 300 delegados de 93 países diferentes participaram do seminário, que contou também com a presença de autoridades oficiais, incluindo o Ministro das Relações Exteriores, o deputado Paulo de Tarso. Além disto, estiveram presentes correspondentes de muitas agências do país, da *France Presse* e jornalistas dos países socialistas. As plenárias foram realizadas na Faculdade de Direito e a abertura ocorreu no salão nobre da Reitoria

Num momento de polarização política e ideológica, seria engano imaginar que o evento foi objeto exclusivamente de solidariedade. Antes da sua

realização, muitas críticas foram desenvolvidas à reunião. Houve uma carta da Frente da Juventude Democrática (FJD):

> A FRENTE DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA vem denunciar aos estudantes universitários de todo o país que a União Nacional dos Estudantes, central de agitação do Partido Comunista (secção do Brasil), programou e vai realizar, com financiamento das Embaixadas de Cuba e Tchecoslováquia, uma reunião de grandes proporções na capital da Bahia, ente 7 e 14 de julho – rotulado de Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido – como ato antecedente ou simultâneo à realização do seu Congresso Nacional, quando será renovada a atual diretoria.
>
> Para que os universitários fiéis ao Brasil e às instituições se capacitem do relevo da maratona soviética, a FRENTE DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA antecipa que se transportarão para a quatricentenária cidade brasileira agentes estrangeiros da Bolívia, de Cuba, do Peru, e de países africanos e asiáticos, aparecendo a reunião com o nítido caráter até conspirativo em continuidade ao feito em louvor de Fidel Castro.

De acordo com Dreifuss (1981) a FJD era dirigida por ativistas estudantis de direita e visava desagregar a UNE. Essa campanha era articulada pela elite orgânica que conspirava contra o Governo Goulart e era financiada pelo IPES. O tom predominante do discurso era o anticomunismo, combinado com o argumento da corrupção governamental para fins "subversivos". Note-se ainda a noção segundo a qual a UNE era uma seção brasileira do partido comunista, financiada por países externos (Cuba e Tchecoslováquia) e que o evento contaria com a presença de estrangeiros visando conspirar a favor de Fidel Castro. Argumentava também que a "diretoria russificada" da UNE organizou o evento também para conseguir dinheiro, "corromper e vencer as eleições no Congresso". Por fim dizia que:

> A FRENTE DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA, com seus elementos em vigilância indormida e buscando informações nos próprios redutos dos adversários estrangeiros, conclama os verdadeiros estudantes a que defendam as instituições nacionais e repudiem a farsa soviética, que nada tem de seminário e muito menos de estudantil, pois representa um ato notório de ingerência estrangeira no país. Ary Madeiro de Brito – presidente em exercício da FDJ.

Mesmo sob críticas[17], a atividade teve seu início e um dia depois ocorreu

> na Praça da Sé, [em Salvador,] o comício de protesto contra o Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido. Vários oradores se fizeram ouvir, entre os quais o deputado Wilson Lins que, à certa altura de seu discurso declarou "não poder a Bahia ficar silenciosa ante tal afronta à democracia". Em sinal de repúdio foi queimada uma bandeira do Partido Comunista, tendo o deputado Wilson Lins definido este ato como "um batismo de fogo autêntico contra o comunismo". Ainda usou da palavra o universitário José Barros Guedes, da Faculdade de Direito do Ceará, qualificando o congresso de imoral, palavras que foram ratificadas pelo secretário geral da Frente da Juventude Democrática, Alaim Araújo, que afirmou estar sendo o congresso custeado com o dinheiro do povo e que seus participantes estão hospedados em hotéis de luxo, porque, também, financiados pela Cortina de Ferro.

A UNE responderia às críticas afirmando que seu objetivo era a luta pela reforma universitária, particularmente a participação nos órgãos colegiados e a luta contra a Cátedra Vitalícia. Mencionava também que pretendia "realizar uma ampla programação que nos dê oportunidade de contatos com todos os Universitários Baianos como com os operários, camponeses e povo em geral". Esta declaração foi suficiente para o Jornal concordar com a avaliação da FJD sobre o evento. Segundo o jornal, a "entrevista denota claramente o caráter da reunião que pretende a UNE realizar na Bahia, (o seu próprio secretário confessa que "pretendemos realizar uma ampla programação que nos dê oportunidades de contados com todos os Universitários Baianos bem como com os operários, camponeses e o povo em geral". Uma outra matéria atesta o fato político criado com o evento e a disputa em torno dos seus significados:

O Seminário da Subversão

[17] Outra matéria dizia que a UNE é hoje "o tempo da mais deslavada venalidade, da mais concebível subserviência ao Governo Federal". Ao frisar que o Governo presta auxílio financeiro ao congresso de Salvador ressaltou a falta de critério da administração federal nesta hora difícil para as finanças públicas, pois, de um lado impede aos Estados receberem empréstimos externos, e, do outro, permite que a UNE faça um convênio de dez mil dólares com a UIE (União Internacional de Estudantes) destinados à comunização da classe estudantil brasileira".

> Mas se na há benefício para o País na reunião de estudantes comunistas, daquém e dalém-mar, para debaterem o que não entendem ou repetirem os eternos chavões contra a democracia e a ordem jurídica, contra a harmonia social, contra as tradições e os princípios do povo brasileiro, como explicar o auxílio governamental para a realização do seminário? Note-se que esse auxílio parte, simultaneamente, de diferentes áreas oficiais, o que mostra ter havido uma diretriz, uma coordenação altamente comprometedora para todo o Governo. [...] Só do Congresso, portanto, podemos esperar as medidas e providências que ponham termo à despudorada e desembaraçada atuação dos servos de Moscou em nosso País. Apoiados, assistidos, estimulados de tantas maneiras e de tantos lados, os comunistas estão ampliando suas atividades, penetrando em outros setores, abrindo novos caminhos. Em vez de criar dificuldades à ação de entidades anti-comunistas, como o IBAD, o IPES, o CONCLAP, o Congresso necessita ocupar-se da expansão vermelha e investigar como ela obtém, dentro do Governo, tantas facilidades, ajuda e recursos. Da atuação das associações acima citadas, e outras no gênero nada tem a recear o Legislativo. Mas a ascensão dos comunistas, por essas associações combatidos, será o fim da democracia e, conseqüentemente, do Congresso. Transcrito de "O Globo", de 1º de Julho de 1963 (A TARDE, 02/07/1963).

1.5 A polarização política e a prisão do presidente do DCE

No período de abertura do ano letivo, a universidade realizava uma assembléia universitária com uma aula inaugural tendo a participação de um conferencista convidado pela reitoria e externo à instituição. Evento de pompa e rito do cotidiano acadêmico, a aula magna em 1963, Gilberto Freyre. Já em 1964 teria peculiaridades e ganharia outros contornos. O reitorado teria convocado Clemente Mariani. Esta posição desagradava o ME. Segundo um entrevistado, a proposta do ME era Leonel Brizola[18].

A divergência entre o Reitor Albérico Fraga e o DCE expressava a polarização presente em um contexto nacional marcado pela elevação da temperatura da luta de classes. Havia uma reunião de governadores no Estado agendada para a mesma semana em que aconteceria a atividade na UBA.

[18] Segundo Sá Motta (2002, p. 253) "neste contexto, ganhou grande destaque a figura de Leonel Brizola, cujas posturas radicais contribuíram para a elevação da 'temperatura' política. O político gaúcho, então ocupando uma vaga na Câmara dos Deputados, tornou-se um dos principais expoentes do lema "reformas na lei ou na marra". [...] O radicalismo de Brizola atraiu sobre si a ira dos anticomunistas que identificaram no estancieiro o mais provável candidato ao papel de "Fidel" brasileiro". Num contexto de polarização política, inversamente ao que foi dito, Brizola também atraia muita simpatia. Isso justifica a posição do DCE.

Representantes de distintas posições políticas estariam presentes com destaque para Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, ícone civil da luta anticomunista e hábil em criar pronunciamentos afirmando existir um clima de caos e agitação[19].

Houve boatos que Carlos Lacerda iria à Reitoria, sendo que, na TV, o Governador "insinuou que compareceria, no dia seguinte, à Aula Magna de abertura do ano letivo [...] e provocou os estudantes de esquerda chamando-os de 'filhos de lee Oswald´" (DANTAS NETO, 2006, p. 236). A UNE já tinha enviado telegrama sugerindo ao reitor Albérico Fraga a não presença de Carlos Lacerda. Acrescente-se ainda que a UEB junto com entidades sindicais convocaram um comício por reformas de base para o mesmo dia e turno da aula inaugural, na Praça da Sé, centro de Salvador[20].

Tudo isso marcou os bastidores da aula inaugural e gerou ansiedade e muita articulação política. De acordo com um entrevistado, geralmente, poucas pessoas iam à aula inaugural. Porém, no clima de polarização, existia a expectativa de uma participação mais ampla. A deliberação do ME era aproveitar o evento para debater a situação da UBA porque a representação estudantil teria estudado o orçamento da instituição e identificado problemas financeiros. No início de fevereirio, os estudantes tinham votado contra a proposta orçamentária para a universidade em 1965 na reunião do CONSUNI (ATA CONSUNI, 03/02/1964).

Torna-se relevante dizer que o presidente do DCE era Pedro Castro, um oficial da Polícia Militar. Muitos podem estranhar que um oficial da Polícia fosse ativista de destaque no ME. Entretanto, segundo um militante, "antes do golpe

---

[19] "Do lado conservador, ressalte-se, Carlos Lacerda fazia papel semelhante ao do político gaúcho, só que com sinal trocado, ou seja, ocupando a outra ponta do espectro político. Pela mesma época que Brizola começava a fazer suas declarações bombásticas, o Governador carioca fazia ações provocativas contra a esquerda, que o considerava o representante maior da direita" (SÁ MOTTA, 2002, p. 253). Com base no mesmo raciocínio exposto a respeito de Brizola, muitos apoiavam Carlos Lacerda.

[20] A manifestação aconteceu. Segundo o *Jornal da Bahia* (03/03/1964) a "UEB promoveu comício pelas reformas e contra Carlos Lacerda" e "cerca de 2 mil pessoas aplaudiram o Governador Mauro Borges, o Prefeito Virgildásio de Sena, o Deputado Nelson Souza (representante do Governador sergipano Seixas Dória) e os outros oradores que se fizeram ouvir no comício promovido, ontem às 19 horas na Praça da Sé, pela UEB, em favor das reformas de base e que teve também o sentido de protesto pela presença do Governador Carlos Lacerda na Bahia. Em meio a multidão que se aglomerava naquela praça, viam-se faixas trazidas pelos estudantes, com os dizeres: "Go home, Lacerda" e "A Universidade baiana de luto com a presença de Lacerda".

de estado esta ambigüidade era facilmente administrável. As forças políticas de esquerda no plano do governo estavam em ascensão". Mais do que isso, havia uma paisagem de estímulo à participação política que influenciava distintos setores sociais, inclusive os militares.

No dia da aula inaugural, o salão nobre da reitoria estava lotado. Na busca de um acordo com o ME, José Calasans, Diretor da Faculdade de Filosofia, propôs um acordo e Pedro Castro teria o direito à palavra entre cinco a dez minutos. O presidente do DCE teria respondido negativamente, pois a assembléia estudantil já havia deliberado que o DCE ocuparia o *lugar de fala* institucional garantido pelo estatuto da universidade.

Começou a assembléia. Segundo um entrevistado, "o pessoal tinha levado ovo podre, gente da extrema-direita infiltrada no ME e não deixava o reitor falar. Aí [chegou] a PM para manter a ordem. O secretário de segurança e o comandante da PM estavam na mesa". O presidente do DCE teria ido até o local do tumulto. Em seguida,

> o governador chamou o presidente Pedro Castro pra falar no microfone e [o representante estudantil] disse apenas uma frase: "Os líderes estudantis não podem ir contra as manifestações populares". Quando disse, o filho do reitor, Fraguinha, saiu do doutoral e veio pra dar um soco. Ele dizia: "seu tenentinho de merda". [...] Ele [...] escorregou e caiu. Daí o Coronel [Waldemar dos Santos Lima] que era assistente militar do Governador [...] ficou ofendido por ele ter chamado tenentinho de merda e tirou o revólver na cara dele e disse: "tenentinho de merda é você seu filho da puta"!

Posteriormente, alguns sindicalistas retiraram Pedro Castro do conflito. O Governador Lomanto Júnior teria sido enérgico em conter os ânimos – algo que motivaria inúmeras declarações posteriores de diversos atores em apoio a esta ação[21] – e, acatando sugestão do Reitor Albérico Fraga, encerrou a aula inaugural (A TARDE, 03/04/1964). O que seria um evento de pompa se transformou numa arena de confronto com impacto político, inclusive para a

[21] "Depois do incidente, Lomanto foi à TV dizer que seu governo não estava a serviço "nem da esquerda, nem da direita" [...]. Mas nos dias seguintes recebeu apoio de sindicatos e representações estudantis e quanto mais a situação nacional radicalizava-se, mais alinhava ao Governo Federal (DANTAS NETO, 2006, p. 237).

vida profissional e pessoal de Pedro Castro que foi preso, respondeu a inquérito policial e foi excluído dos quadros da Polícia Militar.

No plano interno da universidade, o CONSUNI se reuniu no dia 05/03/1964 dentro do

> seu curso normal, graças às medidas adotadas pelo Governo do Estado com o deslocamento de um destacamento de 20 soldados da Polícia Militar e 10 investigadores que contiveram os grupos que se postaram durante a reunião à frente da Reitoria. Os estudantes que permaneceram no jardim da Reitoria reclamavam a sua presença à sessão, mas essa idéia foi desde cedo eliminada através dos entendimentos com polícia. Ficou um representante dos estudantes servindo de emissário para informar os demais dos resultados da reunião. A sessão decorreu num ambiente de absoluta calma, enquanto de fora notava-se um clima de apreensão, com tendência para uma reação dos estudantes por não terem participado da reunião.

Diferentemente desta abordagem, a UEB divulgou nota criticando a decisão do reitor e negando a presença estudantil na reunião porque Albérico Fraga "colocou um aparato policial da Reitoria [...] impedindo o acesso dos estudantes àquele prédio, medida com a qual impossibilitou que os estudantes participantes do Conselho Universitário exercessem suas funções legais". Na reunião mencionada, houve o registro de que "os representantes do corpo discente [...] só participariam da sessão do Conselho se fôsse permitido o ingresso dos demais estudantes na sala das sessões" (ATA CONSUNI, 05/03/1964). Ausente da reunião, a UEB prosseguia no seu comunicado afirmando que

> mais uma vez o Magnífico Reitor demonstrou sua disposição de criar um clima de tensão com os estudantes e de tentar impedir a luta que desenvolvem para a solução dos graves problemas da Universidade da Bahia, muitos dos quais criados pela administração omissa do Magnífico Reitor. Levando adiante pela tentativa de sufocar a luta estudantil, o Magnífico Reitor conseguiu envolver áreas da direção universitária no sentido de que fosse instaurado um inquérito pela polícia. Medida com a qual, não só se demitem os dirigentes universitários de prerrogativas que lhes cabem exclusivamente, como violam a autonomia da Universidade e sobretudo tentam ferir a independência e os direitos do movimento estudantil. Por

> conseguinte, o Conselho Universitário procura converter em crime o que não passou de uma simples manifestação de desapreço.

Para entender a nota estudantil, deve-se considerar que o conselho debateu os conflitos na aula inaugural. Arnaldo Silveira criticou o comportamento estudantil, pois "o presidente do DCE ao subir à tribuna para falar, cometeu um ato de indisciplina no recinto da universidade". Já a conselheira Dirce de Araújo analisou que "os estudantes, no momento, estão confusos, desorientados e aquela indisciplina não foi senão um fruto desta desorientação, da insuflação de elementos realmente desordeiros, mas, no âmago, estão bem intencionados" (ATA CONSUNI, 05/03/1964).

As responsabilidades dos incidentes foram estendidas ao Professor da Nelson Pires (Faculdade de Medicina). Novamente Arnaldo da Silveira "disse que havia encontrado o professor Nelson Pires na entrada [da reitoria], fantasiado de estudante". Foi afirmada também a necessidade de "apurar a responsabilidade do professor da FAMED Doutor Nelson Pires, que aqui compareceu no meio da baderna em mangas de camisa, trajes esses que foram advertidos por vossa Magnificência" (ATA CONSUNI, 05/03/1964). É possível notar os argumentos baseados no conservadorismo cultural e no estigma em relação ao professor comunista. Após o debate, o CONSUNI deliberou:

> 1) Ratificar todas as medidas adotadas pela Reitoria da Universidade em decorrência dos lamentáveis acontecimentos da noite de 2 deste mês; 2) Restabelecer as atividades escolares; 3) Nomear uma comissão de professores da Universidade para proceder a inquérito disciplinar a fim de apurar a responsabilidade pela perturbação da ordem no recinto da Reitoria, na noite de 2 do corrente mês; 4) Solicitar ao Secretário da Segurança Pública abertura de inquérito policial sobre os mesmos fatos; 5) Autorizar o Magnífico Reitor a constituir uma comissão de professores a fim de levar ao Exmo. Sr. Governador do Estado as expressões de sua confiança na manutenção do clima de entendimento entre a Universidade e o Governo Estadual, indispensável ao normal funcionamento do regime democrático; 6) Nomear uma comissão de professores a fim de levar ao Professor Clemente

> Mariani as expressões do alto apreço e irrestrita solidariedade pelas ocorrências do dia 2 de março, que constituíram, além de chocante violência às nossas tradições de cultura, revoltante atentado ao princípio da liberdade de cátedra, que o Conselho considera pedra basilar da organização universitária.

Instalada no dia 12 de março, a comissão de sindicância para investigar os conflitos discutiu a proposta feita pelo Professor Thales de Azevedo no sentido de incorporar um representante estudantil. A sugestão foi enviada para o conselho que, com os votos contrários de Arnaldo da Silveira, Alceu Hiltner, Ismael de Barros e João Rescala, aprovou a proposta e indicou Luiz Tenório Lima. O representante estudantil não acatou a resolução porque a posição do DCE era de somente participar se fosse "dissolvida a comissão policial militar".

Mesmo sem a participação discente, a comissão se reuniu e ouviu Albérico Fraga Filho (secretário da universidade) e Carlos Eduardo da Rocha; Pedro Castro e Carlos Mangieri (estudantes); José Calazans, Edgard Pires da Veiga, Jorge Valente, Augusto Novis, Hosannah de Oliveira e Roberto Santos (professores). Convidou ainda o Professor Nelson Soares Pires[22], o estudante Carlos Alberto Oliveira, o deputado Wilson Lins e o Tenente-Coronel Waldemar Santos Lima – por razões diversas não compareceram[23]. Encerrou seus trabalhos em 26 de junho, após o golpe de 1964, e sob o arcabouço legal do AI-1 que determinou os inquéritos nas instituições estatais. A comissão concluiu que os acontecimentos registrados no dia 2 de março

[22] "Resulta dos depoimentos que o Professor Nelson Pires, esteve presente a sessão, em trajes "pouco condizentes" com o caráter da reunião, na opinião de alguns depoentes. Todavia, iniciadas as desordens, ele, o Professor Nelson Pires, não mais foi visto de tal sorte que não se lhe pode atribuir qualquer participação nos acontecimentos" (RELATÓRIO COMISSÃO DE INQUÉRITO CONSUNI, 1964).

[23] O professor Nelson Pires e o estudante Carlos Alberto Oliveira foram convocados pela imprensa para prestarem depoimentos uma vez que não foram encontrados nos endereços de residência fixa. Tudo leva a crer que eles fugiram para não serem presos no clima da devassa do imediato pós-golpe. Já o deputado Wilson Lins fora convocado porque "em discurso proferido na Câmara, o Deputado Estadual, senhor Wilson Lins, [...] apontou o referido Professor [Nelson Pires] como um dos responsáveis pela desordem. Foi convidado a depor o referido deputado uma vez que a Comissão desejava ouvir de viva vez os elementos que, eventualmente, tivesse ele, relacionados com a denúncia que fizera. Entretanto, conforme já assinalado, o referido Deputado nem só não compareceu para atender ao convite, como, mesmo, nada informou, por qualquer outra maneira, à Comissão" (RELATÓRIO COMISSÃO DE INQUÉRITO CONSUNI, 1964).

foram parte de um movimento em maior escala que se vinha processando por todo o País, e com o qual se procurava estabelecer um clima de desordem e inquietação. Pelo conjunto dos depoimentos ouvidos sente-se, perfeitamente, que o tumulto foi provocado de fora para dentro da Universidade, e realizado, também, de fora para dentro do Salão da Reitoria no momento aprazado. É verdade incontestável que os Universitários estavam disposto à provocar um debate, possivelmente com o Magnífico Reitor e o Prof. Clemente Mariani, que deveriam proferir a aula inaugural, e os representantes da sua classe [...] Entretanto, não menos verdade é que esse debate não chegou a ser provocado, porque o Salão Nobre da Reitoria, foi invadido por um grupo de pessoas que portavam faixas contra o Senhor Carlos de Lacerda, Governador da Guanabara, grupo esse, que, ao que se percebe, havia se deslocado da praça da Sé, em demanda do prédio da Reitoria, após um comício que, aliás, tinha sido promovido pela União dos Estudantes da Bahia. [...] A rigor, não se pode atribuir uma culpa direta aos estudantes PEDRO CASTRO SILVA[24] e CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS[25], dois dos três únicos estudantes cuja presença no Salão foi devidamente comprovada (RELATÓRIO COMISSÃO DE INQUÉRITO CONSUNI, 1964).

[24] "Em referência ao estudante PEDRO CASTRO SILVA que já se encontrava no Salão Nobre desde antes ao início dos trabalhos foi-lhe atribuído o haver tomado o microfone que encontrava sobre a mesa da Presidência, para dirigir-se aos presentes. Entretanto, a versão mais aceitável é a de que o mencionado estudante pediu ao Magnífico Reitor e ao Senhor Governador do Estado que lhe permitissem o uso da palavra o que lhe foi concedido. A frase inicial proferida pelo estudante Pedro Castro, referida por ele em seu depoimento, e, de resto, confirmada em seus termos gerais por outros depoentes foi: "os líderes estudantis não podem ir de encontro às manifestações populares", frase esta, ao que parece, única que chegou a ser proferida. A interpretação dessa frase é difícil de ser feita, passado o momento emocional e levadas em conta as circunstâncias [...]. Entretanto, parece à Comissão que não seria ela, em si e por si, o único elemento a contar e bastante para fundamentar o tumulto que já havia e, mesmo, procedeu o discurso iniciado, mas não concluído, pelo estudante Pedro Castro. Tão pouco, parece ainda à Comissão, seria fato bastante para aumentar, por qualquer forma, a confusão existente" (RELATÓRIO COMISSÃO DE INQUÉRITO CONSUNI, 1964).

[25]"De referência ao estudante CARLOS ALBERTO OLIVEIRA SANTOS, apura-se com segurança que o mesmo subiu a uma das cadeiras do auditório e daí, dirigiu-se aos presentes. É e só. Ninguém, entretanto, foi capaz de reproduzir palavras que hajam sido por ele proferidas ou, sequer, dar-lhe sentido. O Dr. Carlos Eduardo da Rocha, por exemplo, menciona que "viu um rapaz de cor trepado em uma cadeira do auditório, de costas para mesa, a gesticular em atitude de orador de rua". E, adiante, novamente, refere: "pela gesticulação parecia ao depoente que se tratava de um agitador". Assim, não há uma prova de que o mencionado estudante houvesse sido um dos que hajam provocado o tumulto ou, mesmo, hajam contribuído para aumentá-lo, ainda mesmo que seja certo, pelo depoimento do seu colega Pedro Castro Silva, que o estudante Carlos Alberto, na sua qualidade de Presidente da União dos Estudantes, haja sido o promotor do comício que se realizou na Praça da Sé, antes da aula inaugural, comício esse que está diretamente ligado aos acontecimentos verificados no dia 2 de março no Salão da Reitoria. Face a isso, o que há de censurável é que a sua atitude de subir numa cadeira do auditório no mínimo, foi desrespeitosa para com as autoridades presentes" (RELATÓRIO COMISSÃO DE INQUÉRITO CONSUNI, 1964).

Embora a comissão tenha deliberado não punir ninguém, o relevante é realçar que a Universidade da Bahia não ficava imune à radicalização política presente na conjuntura e no comportamento dos diversos atores sociais. O CONSUNI expressaria estas tensões no trato com os conflitos, especialmente sob a ótica do respeito à hierarquia e do combate à indisciplina – palavras carregadas de conservadorismo político. Na conjuntura do imediato pós-golpe, este discurso será reforçado com a tinta do anticomunismo. Contudo, a atuação da Comissão de Inquérito mostraria a pluralidade de comportamento dos atores sociais e indicaria que a Universidade da Bahia não era reduzida ao CONSUNI.

É importante salientar que os incidentes da aula inaugural repercutiram amplamente na imprensa. O Reitor, o Governador e o Secretário de Segurança foram à TV analisar os acontecimentos com nuances em relação ao papel da polícia militar. Albérico Fraga[26] argumentava que teria solicitado

> ao Secretário de Segurança Pública policiamento para a manutenção da ordem, na aula inaugural, apresentando haver tomado tal medida tendo em vista não ser próprio do cargo de Reitor o pedido de polícia. Segundo o Prof. Albérico Fraga, o incidente deve ser atribuído à ação de elementos agitadores, estranhos aos meios universitários. Não pode entender, também, porque o dispositivo policial presente à Reitoria, não exitou a invasão do recinto pelos grupos agitadores. Em sua palestra, o sr. Albérico Fraga insistiu enfaticamente no fato de haver solicitado a ação da polícia, refutando, por outro lado, declarações do Governador do Estado, também através da televisão, segundo as quais faltava energia de sua parte, no decorrer do incidente. Rememorou a depredação, meses antes, da Faculdade de Ciências Econômicas, quando não se fizera, sentir providências enérgicas, por parte do Governo do Estado.

Já Lomanto Jr. Afirmou que não iria ordenar um massacre. No caso da imprensa escrita, os jornais também registraram as tensões:

[26] O posicionamento do Reitor Albérico Fraga na TV estimulou uma nota de solidariedade: "o CONSELHO DE CURADORES da Universidade da Bahia esteve reunido, hoje, às 17.30 horas para apreciar os lamentáveis acontecimentos da noite de 2 do corrente na Reitoria. Com a palavra o Cons. Hosanaah de Oliveira propôs um voto de especial louvor ao Magnífico Reitor pela maneira serena e superior com que defendeu os brios da Universidade, congratulando-se, ao mesmo tempo, com sua Magnificência pela forma sóbria, comedida e tranqüila com que defendeu a dignidade do seu alto cargo, na entrevista concedida à Televisão no dia 4 do mês corrente. Tal proposição foi aprovada por unanimidade. Salvador, 5 de março de 1964".

> Graves incidentes impediram, às 21 horas de ontem, a realização da aula inaugural da Universidade da Bahia, no edifício da Reitoria, ao Canela, interrompida por grupos de universitários e de outras camadas da população, insatisfeitos com a anunciada presença do Governador Carlos Lacerda na reunião. Apesar de não haver comparecido o político carioca, o salão nobre da Reitoria foi invadido por elementos empunhando [faixas] e entoando o Hino Nacional, tendo-se evitado conseqüências mais graves graças à atitude serena e ponderada do Governador Lomanto Júnior, que sustou a intervenção da polícia no incidente. O dispositivo de policiamento constava de dois carros de assalto da Polícia Militar e vários investigadores do DOPS, fortemente embalados. Pondo um ponto final em todas as manifestações, assim como à aula inaugural, o Governador Lomanto Júnior dirigiu-se aos manifestantes dizendo que os mesmos não abusassem de sua tolerância e de ponderações do seu governo (JORNAL DA BAHIA, 03/03/1964).

Já o *A Tarde* enfatizou que a assembléia universitária "foi tumultuada, de modo lamentável, por agitadores infiltrados no seio da massa estudantil. A pretexto de protestarem contra [Carlos Lacerda] (que não se achava presente ao ato!), os agentes da irritação ideológica promoveram a interrupção da solenidade, [...] e passaram a dar curso a manifestações francamente desrespeitosas [...], numa cena profundamente deplorável".

Note-se a diferença de abordagem jornalística. O *Jornal da Bahia* enfatizou a insatisfação de camadas da população com a suposta presença de Carlos Lacerda e expressou solidariedade ao Governador Lomanto Júnior. Já o *A Tarde* ressaltou implicitamente um pressuposto do discurso anticomunista, a saber, a presença de agitadores que criaram um clima artificial já que o governador da Guanabara não esteve presente à aula magna. A diversidade de posições evidenciava a tensão política no comportamento dos atores, reduzindo o espaço para a mediação. Semanas depois, isto ficaria mais claro.

O ME tentaria reagir ainda à prisão de Pedro Castro. Responsabilizando o Reitor Albérico Fraga pelos incidentes, o DCE criticava a arbitrariedade da prisão do presidente da entidade. Em uma nota pública, o DCE expressou sua compreensão em relação aos acontecimentos:

> a)– Os setores reacionários do nosso Estado estão enfatizando no estudante Pedro Castro da Silva a sua condição de Tenente da Polícia Militar, querendo usá-lo como "Bode Expiatório" pelos acontecimentos ocorridos na aula inaugural; b) – O colega Pedro Castro tinha autorização do Comando da Polícia Militar para exercer as funções de Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UBA, e, consequentemente, conselheiro da UBA; c) – Na noite do dia 2 de março, o nosso colega, quando tentava apaziguar os ânimos no Salão Nobre da Reitoria da UBA., foi agredido por um funcionário, o sr. Albérico Fraga Filho, provocando, por conseguinte, uma situação anormal contida, graças à intervenção do Governador do Estado; d) – Em todos os acontecimentos da noite do dia 2 de março, o Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UBA., no pleno exercício de suas funções, tomou medidas de cautela, solicitando dos estudantes e populares que ouvissem o apelo da Autoridade Suprema do Estado. Não tendo o colega Pedro Castro cometido crime e estando em pleno exercício de suas funções de Dirigente do Movimento Estudantil os universitários baianos solicitam do Governador do Estado, que seja reconsiderada a punição imposta[27].

Com exceção da reunião do CONSUNI após os incidentes, não mapeamos nenhum ato público construído pelo ME para reagir à prisão do presidente do DCE. A inexistência de reação com base social de massa pode sugerir que a polarização política e a prisão do presidente do DCE não repercutiram no conjunto dos estudantes a ponto de animá-los à luta política.

Não custa lembrar que estes conflitos eram contagiados pelo contexto geral. A polarização e radicalização política se conjugavam desenhando um desfecho para a cena política nacional. No mês de março, o governo convocaria um comício visando mobilizar uma base social em apoio às reformas de base e em prol das mudanças constitucionais - posteriormente ao evento, Goulart enviou proposta de desapropriação de terras com indenização paga com títulos públicos. O ato político reuniria aproximadamente 200 mil pessoas no Rio de Janeiro e, segundo Sá Motta (2002, p. 163),

> provocou um impacto muito forte nos dois lados do espectro político. Para a esquerda foi uma apoteose: o evento serviu

[27] Assinaram a nota os seguintes diretórios: Presidente do DCE – Gutemberg Caíres Brito (Pres. Em exercício), Presidente da UEB, D.A. de Administração, D.A. de Arquitetura, D.A. de Belas Artes, D.A. de Biblioteconomia, D.A. de Enfermagem, D.A. de Ciências Econômicas, D.A. de Direito, D.A. de Farmácia, D.A. de Filosofia, D.A. de Geologia, D.A. de Medicina, D.A. de Nutrição, D.A. de Odontologia, D.A. da Escola Politécnica, D.A. dos Seminários de Música e D.A. de Teatro.

> para selar o comprometimento público de Jango com as reformas. Por outro lado, fortaleceu a convicção de que o povo apoiava as transformações sociais, pois o comparecimento foi massivo [...]. Os defensores do projeto reformista cobriram-se de entusiasmo.
> No campo conservador, o comício da "sexta-feira 13" foi recebido com alarme. O simples fato de o evento ter sido organizado, em grande parte, pela liderança sindical comunista, já era motivo suficiente para causar temor. A presença de numerosas bandeiras ostentando a "foice e o martelo", somada ao tom violento de muitos discursos, deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada celeremente.

A imprensa conservadora agiria como uma orquestra afinada. O *A Tarde* publicou uma matéria também intitulada "sexta-feira, treze" - aguçando o imaginário negativo do azar em torno do título. O jornal sentenciava que "o Congresso, as Forças Armadas [...] os democratas, no sentido correto da palavra, os homens de bem que não querem submeter-se ao jugo de uma ditadura falida e obsoleta estrangeira, devem congregar seus esforços no sentido de salvar, enquanto é tempo, a liberdade, a felicidade e o futuro do Brasil". Aqui emerge o papel da grande imprensa na construção de um clima propício à deflagração de golpes militares.

A luta política no Brasil se radicalizaria. Enquanto os setores favoráveis à reforma anunciariam novos comícios, em 19 de março, depois de planejamento cuidadoso, cerca de 500 mil pessoas participariam da Marcha da Família com Deus pela Liberdade para defender a constituição e repudiar o "perigo vermelho". A marcha ensejaria ainda a construção de outros atos no Brasil para se contrapor a Goulart e às manifestações em prol das reformas.

A imprensa mais uma vez mostraria que não era isenta. Intitulado "Cruzada pela Constituição", o editorial do *A Tarde* interpretava a marcha como "uma mensagem de fé e de esperança na vitória da lei sobre o arbítrio das ditaduras, da ordem sobre a anarquia. Do trabalho sobre as agitações estéreis. Vitória da cruz sobre o ateísmo comunista. Vitória do Brasil sobre os que desejam escravizar a Moscou". Indicando que o futuro não reservava lugar para neutralidade, afirmava a necessidade de vigilância constante porque "o inimigo aí está a nos rondar, insidioso, forte, pronto a levantar-se ao nosso primeiro descuido" (A TARDE, 23/03/1964).

O *Jornal da Bahia* não patrocinaria a defesa da intervenção militar: “compreende-se que haja oposição contra o Sr. João Goulart. Oposição é fato normal num regime democrático. Compreende-se [...] que muitos discordem veementemente do Sr. João Goulart. Mas é inadmissível que se leve tal oposição a um desafio aberto e declarado, a um convite ostensivo à guerra civil”.

Haveria ainda um outro episódio que seria usado como o estopim para aprofundar o clima subjetivo para o golpe. No Rio de Janeiro, entre 26 e 27 de março, aconteceu a chamada “revolta dos marinheiros”. A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais realizou uma assembléia para protestar contra a prisão de alguns líderes. Isto teria incomodado o Ministro da Marinha que ordenou a detenção da liderança. Por sua vez, os marinheiros não acataram a ordem e tropas do Exército foram enviadas e ameaçaram invadir o local. O impasse foi solucionado depois de muita negociação, sendo que o Ministro da Marinha foi afastado do cargo, os marinheiros foram a um quartel do Exército e depois liberados. Essa solidariedade do presidente João Goulart com os revoltosos foi interpretada pela direita como prova da revolução em marcha (SÁ MOTTA, 2002).

Acionando o discurso da quebra da hierarquia, do caos, da desordem rumo à criação de uma “república sindicalista” (D´ARAÚJO, 1994) e, principalmente, do anticomunismo (SÁ MOTTA, 2002), as Forças Armadas brasileiras, junto com o apoio de setores civis, romperiam com a legalidade democrática. Sem esquecer que esta intervenção das Forças Armadas não foi uma peculiaridade do Brasil, o chamado “dispositivo militar” do governo foi desmoronado com facilidade. Jango não reagiu e optou pelo refúgio no sul do país. Como disse um estudioso, “o Governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de estado (TOLEDO, 1994, p. 31).

***

Para os objetivos desta tese, a questão relevante a partir de então é investigar como se deu a recepção ao golpe de 1964 na universidade e seu impacto no movimento estudantil. Qual a posição do Reitor Albérico Fraga em

relação ao golpe? Como o CONSUNI se posicionou em relação ao golpe? Qual a reação dos estudantes? Responderemos a estas interrogações no próximo capítulo.

2. O GOLPE DE 1964, A UFBA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

2.1 Um breve panorama geral

Os anos 60 e 70 do século XX na América Latina foram marcados por uma intensa participação dos militares na política, resultando em muitos casos em rupturas institucionais através de golpes militares. Podemos citar os exemplos do Uruguai, em 1964; da Argentina, em 1966 e 1973; e do Chile, em 1973. Sem perder de vista as particularidades de cada formação social, o

engajamento político foi quase regra na corporação militar desses países – o que significa pensar que as rupturas institucionais não foram resultado de meras ações isoladas executadas por oficiais de alta patente.

O Brasil não ficou imune a essa paisagem política e, na contramão de uma tradição de intervenção pontual dos militares na cena política, 1964 representa um marco na construção da ditadura militar brasileira[28]. O uso de uma terminologia com ênfase no protagonismo militar não desconsidera a importância de analisar o papel dos setores civis, sobretudo para a deposição do presidente João Goulart. A propósito, o uso da expressão *golpe civil-militar*[29] atenta para essa perspectiva analítica.

Deste modo, é interessante pôr em relevo que o apoio à deposição do presidente João Goulart teve base social ativa na sociedade brasileira. Aplausos da imensa maioria da imprensa, marcha de mulheres, empenho da Igreja católica, engajamento de camadas médias urbanas, entusiasmo empresarial e transformismo em amplos extratos sociais são apenas algumas faces dessa moeda.

Em maior ou menor grau, alguns aspectos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e do pensamento anticomunista inspiraram a ação política de muitos atores apontados no parágrafo anterior. Alinhada com a lógica de pensamento binário entre *bem* versus *mal* típica da guerra fria, a DSN operava como se o mundo vivesse uma guerra generalizada entre o bom Ocidente (simbolizado pelos EUA) e o mal Oriente (simbolizado pela URSS).

---

[28] Não é este o lugar para o exame detalhado de um processo cujos traços gerais são conhecidos. Para os objetivos do presente estudo, as referências ao golpe militar no Brasil serão feitas para iluminar a ação política de atores sociais que interagiram com o movimento estudantil. Além disto, estas referências nos ajudam a entender seus impactos, reações na Universidade Federal da Bahia e decorrências para o ME.

[29] "Porém, se a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para a Presidência. [...] [Portanto,] não se pode descurar da crescente militarização [...] do regime. As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar" (FICO, 2002, p. 38). Concordamos com o autor e utilizaremos, de modo complementar, as noções de golpe civil-militar e ditadura militar ou regime militar.

A partir da Doutrina Truman, que enxergava a URSS como expansionista e conquistadora, e alimentada pelas experiências do Exército Francês nas guerras de descolonização[30], a DSN encontrava uma chave para interpretar fatos, conflitos, conjunturas e processos históricos. O dedo de Moscou era visto em tudo. Não por acaso, como demonstraremos mais adiante, vários discursos reproduzidos por setores da imprensa, professores e militares – dentre outros - reproduziam a idéia de que o ME era dirigido por Moscou.

A teoria da conspiração também era um elemento estruturante da DSN, incitando esforços para encontrar tramas da guerra revolucionária a partir de pequenos indícios. Daí a deformação constante da realidade e a desqualificação de demandas sentidas por diversos atores. É neste sentido que, por exemplo, reivindicações estudantis e críticas ao *status quo* foram deslegitimadas e interpretadas como resultantes da "ação de subversivos" e de "comunistas".

Vale ressaltar que este tipo de pensamento nutria a crença de que o inimigo interno era onipresente e infiltrava-se nos diversos espaços para manipular as "massas" e estimular a "guerra revolucionária". A noção de inimigo interno era bastante elástica. Na conjuntura brasileira do golpe de 1964, esta noção enquadrou militantes políticos, ativistas sociais a favor das reformas de base, comunistas, militante de esquerda e críticos do regime em geral. Acrescente-se a incorporação de novos conteúdos e nomes: o militante virou agitador; o comunista passou a ser subversivo; o revolucionário virou terrorista; o aparato repressivo se tornou órgão de segurança.

A DSN as "massas" como sendo incapazes de perceber os supostos manipuladores e que os militares eram os únicos com virtudes, reserva moral e energia para enfrentar a guerra, desmascarar o inimigo interno e, através de um difuso pensamento e prática paternalista, conduzir a nação ao bom caminho. Dessas idéias, podemos reter desde o tom paternalista em relação ao (jovem) estudante, até o discurso demonizador em relação aos professores (aliciadores) comunistas.

[30] Apesar dessa influência externa, não devemos compreender as Forças Armadas latino-americanas – inclusive as do Brasil – como receptáculos vazios dessa "teoria". Muito da sistematização da doutrina e seu incremento foi (re)elaborado nos próprios países da América Latina.

Um último aspecto, mas não menos importante: a participação das "massas" na vida política passou a ser vista como algo incômodo e perturbador da ordem. Daí o conjunto das mobilizações a favor das reformas de base ter sido interpretado como desordens na direção de uma 'república sindicalista' no Brasil. Percebe-se a recorrência a variadas metáforas do jargão médico na análise do mundo político em diversas conjunturas.

A compreensão destes elementos é fundamental para perceber o comportamento de diversos atores moldados pelo discurso anticomunista. Basta analisar as manifestações *pré* e *pós*-golpe para perceber que essas idéias, em alguma medida, se transformaram em força material com as mobilizações favoráveis ao golpe ocorridas em praticamente todas as capitais brasileiras.

Além do que foi dito, é digno de registro que a vitória do movimento político-militar encontrou a esquerda com pouca capacidade de resistência e/ou desarticulada. Um exemplo disso é que dias antes do golpe, Luiz Carlos Prestes (PCB) declarou sua crença quanto à impossibilidade de um golpe, pois "os golpistas teriam as cabeças cortadas" (GORENDER, 1987, p. 64).

Não por acaso, as tentativas de resistência foram isoladas, restritas a pequenos círculos e rapidamente derrotadas. Isso não deixou de causar estranheza àqueles militares convictos de que havia em curso uma guerra revolucionária e, no outro pólo, perplexidade e abatimento moral entre os militantes afinados com a esquerda. Nesse clima, o deboche passou a ser usado como arma de ridicularização e desmoralização da esquerda na explicação da sua limitada resistência ao golpe. Covardes, fracos e traidores foram alguns dos termos empregados por parte da imprensa, militares e setores afinados com o ideário anticomunista para (des)qualificar os militantes.

Consolidada a vitória do golpe militar, o aparato repressivo não pouparia estes grupos (independente de vínculos orgânicos) identificados com as lutas sociais no governo Jango. Prisão, fugas, tortura e exílio passaram a fazer parte do vocabulário político da esquerda (GASPARI, 2002).

Já por parte dos golpistas, as palavras de ordem foram decretar a "operação limpeza" – entendida como repressão e controle social - e deflagrar os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Os IPMs foram institucionalizados em abril de 1964 pelo Governo Castelo Branco e tinham por objetivo eliminar a

“subversão” principalmente em empresas estatais, universidades etc. Tinham como foco todos aqueles que envolveram-se na luta pelas reformas bem como em iniciativas políticas e/ou culturais que tinham trabalhadores e camponeses enquanto público alvo (MOREIRA ALVES, 1984).

Pela visibilidade nacional na luta pelas reformas de base, o setor estudantil também foi atingido pela repressão e, além da sede da UNE ter sido incendiada e diversos estudantes presos nos estados, foram instalados processos judiciais para indiciar pessoas que organizavam os CPCs[31]. Outros estudantes que também atuavam junto às entidades representativas (DAs, DCEs, UEB, UNE) e na luta pelas reformas de base foram denunciados.

2.2 O golpe civil-militar na Bahia

A Bahia não ficou distante das mudanças no quadro político e o golpe militar teve seus impactos no estado. Em termos institucionais, a principal surpresa foi Lomanto Júnior ter sido preservado no cargo de governador. Havia uma forte crença de que o chefe do executivo seria deposto, dentre outras razões por que

> O governador deu passos concretos em direção a um campo de forças políticas que se agregava em torno de propostas de reformas sociais mais profundas no país, de que são exemplos sua crescente aproximação ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o apoio político e material ostensivo do governo estadual à realização em Salvador, no mês de julho de 1963, do SEMINÁRIO ESTUDANTIL DO MUNDO SUBDESENVOLVIDO, evento patrocinado pela UNE, em colaboração com a União Internacional dos Estudantes e a Federação Mundial da Juventude Democrática, entidade com fortes ligações com os países socialistas do Leste Europeu (DANTAS NETO, 2006, p. 235).

Vale ressaltar que Lomanto Júnior havia assinado documento em apoio a Jango. No dia 01 de abril, o então governador divulgou um manifesto (JORNAL DA BAHIA, 01/04/1964)[32]. Num dos trechos, o governador dizia que

[31] Com o golpe de 1964, os CPCs foram fechados (RIDENTI, 2000).
[32] A matéria de capa foi intitulada “Lomanto assegura fidelidade a JG!”.

> A Bahia lança neste instante um veemente apelo à Nação para que, sensível aos seus sentimentos cristãos, não permita a destruição de sua paz interna, repelindo a ameaça de guerra civil, que ora se esboça. O governo da Bahia, coerente com os seus pronunciamentos anteriores, manifesta-se, firmemente, pela defesa da legalidade democrática, com a preservação dos poderes constituídos, repudiando, por isso mesmo, qualquer tipo de ditadura.

Como já foi observado, este manifesto era genericamente a favor da legalidade democrática - mas sem citar o nome de Goulart (GOMES, 2001). O próximo passo com visibilidade pública do governador foi ir à TV e pedir que

> os operários continuassem trabalhando, agradeceu a "colaboração do povo", a "solidariedade do Cardeal da Silva" e o "papel das Forças Armadas", lembrando que a "luta fraticida" só interessava aos agitadores (DANTAS NETO, 2006, p 240).

Já no dia 07 de abril, Lomanto Jr. divulgou um manifesto assinado por seu secretariado e parlamentares da base governista. Vale a pena citá-lo na íntegra:

> O Governador Antônio Lomanto Júnior, seu secretariado e as forças políticas que apóiam o seu Governo, estas representadas pelos dirigentes partidários e suas bancadas na Assembléia Legislativa do Estado, convocados pelo seu espírito de fidelidade à Bahia e à vocação democrática de seu povo, coerentes com a posição anti-comunista que, desde a campanha sucessória de 1962, vem mantendo-os à união em defesa não apenas de postulados democráticos, mas da própria sobrevivência da Pátria.
>
> Os acontecimentos políticos e militares que, a partir da noite de 31 de março, vêm emocionando a Nação, revelaram a que extremos chegou a infiltração comunista no organismo nacional, obrigando as Forças Armadas do País a tomar das armas que a nação lhe confiara para evitar que a onda vermelha nos engolfasse, esmagando a vontade da maioria democrática do povo brasileiro. Os inimigos da Pátria foram levados à derrota na primeira etapa da luta em defesa da democracia. Mas a grande tarefa de consolidação da vitória das armas nacionais só agora começa. Conscientes da

> delicadeza do momento, quando acima de tudo, urge preservar a paz da família brasileira e a continuidade das instituições políticas e jurídicas do País, o Governador da Bahia e as forças que com ele dividem as responsabilidades de responder pelos destinos do povo baiano, querem, sem vacilações nem equívocos, reafirmar sua conhecida posição de repúdio a tudo que represente negação aos princípios democráticos e cristãos, que sempre presidiram a vida e a História do nosso povo, reafirmação que se consubstancia na mais nítida e eloqüente solidariedade a quantos, na sua determinação patriótica, livrarem o nosso país da ameaça comunista, garantindo o clima de desenvolvimento político, econômico e social do Brasil (A TARDE, 07/04/1964).

Comentando capítulos do desenlace, Muniz Ferreira afirma que:

> O próprio governador Lomanto Júnior, que chegou a se reunir com sindicalistas na sede do Jornal da Bahia na suposta expectativa de organização de um movimento de defesa do mandato do presidente Goulart, acabaria tendo de se conformar ao novo estado de coisas nos dias que se seguiram. Como estímulo a esta decisão, foi despojado, pelo comando militar, do controle sobre a polícia militar baiana e visitado no Palácio da Aclamação pelo general de Brigada Manoel Mendes Pereira que muito provavelmente o confrontou com duas alternativas: a adesão ao golpe ou sua destituição.

Diante das alternativas, Lomanto Júnior deu uma guinada política e apoiou o golpe. Além do manifesto divulgado pela imprensa, o xeque-mate da adesão do governador foi sua ida ao aeroporto recepcionar o General Justino Bastos, Comandante do IV Exército – gesto interpretado pela imprensa como coerente com o posicionamento do governador ao lado dos militares. Como emblema do simbolismo deste encontro, é digno destacar que foi reproduzida

> na Bahia, à época, versão de que só a partir deste encontro com o Gal. Justino ter-se-ia dado o salvamento do Governador da cassação. Comenta-se que o próprio Lomanto contava, não se sabe como piada ou relato, que ao se reunir com o general, este lhe perguntara: “O sr. fuma, governador?”, ao que Lomanto teria respondido: “Sim, general, mas se o sr. quiser, deixo agora mesmo” (DANTAS NETO, 2006, p. 527).

Versões à parte, há uma lacuna de explicações densas na historiografia baiana a respeito dessa engenharia política. E a propósito da maleabilidade de Lomanto, o professor João Eurico Matta, em depoimento a Dantas Neto, atribui "à sua convicção de que lhe cabia, antes de tudo, evitar a deposição, para preservar, obstinadamente, o mandato popular que recebera um ano antes[33]" (DANTAS NETO, 2006, p. 241). O cientista político apresenta uma hipótese:

> Os "revolucionários" baianos, assim como jamais cederiam de todo (antes se adaptariam) a apelos tecnocráticos, terminaram entendendo que não era o caso de depor Lomanto Jr. Embora figura considerada por eles menor e, portanto, inofensiva para reagir politicamente num contexto sob controle autocrático, o governador gozava de inegável popularidade, sendo inconveniente, além de desnecessário, cometer um ato antipático ao senso comum (DANTAS NETO, 2006, p. 244).

O desfecho deste episódio frustrou aqueles que imaginaram uma resistência ao golpe dirigida pelo chefe do executivo baiano, articulado com Francisco Pinto (Prefeito de Feira de Santana), Pedral Sampaio (Prefeito de Vitória da Conquista) e Virgildásio Sena (Prefeito de Salvador). Todos os três foram golpeados e despojados de seus postos institucionais[34]. Acrescente-se ainda que alguns vereadores e deputados também perderam seus mandatos.

Outros casos poderiam ser listados. Todavia, seria um engano imaginar que a violência do golpe se restringiu apenas às lideranças do executivo e legislativo. Parte da imprensa baiana também foi alvo da repressão. Gomes se recorda de um repórter do *Jornal da Bahia* que esteve de plantão na madrugada do golpe:

---

[33] Em relação ao sucesso da empreitada, o mesmo depoente credita ao apoio dado a Lomanto pelo General Justino Bastos.

[34] Enquanto estes prefeitos foram cassados, outros aderiram ao golpe civil-militar, a exemplo do prefeito de Camaçari José Evaristo de Souza que, "através deste democrático e vibrante vespertino testemunho os meus aplausos e a minha imensa alegria pela retumbante vitória das gloriosas Forças Armadas defendendo e revigorando os nossos ideais de democracia, mantendo o nosso regime dentro dos princípios cristãos e democráticos e banindo do solo pátrio as ideologias alienígenas que escravizam os povos e deturpam os sentimentos de liberdade (A TARDE, 10/04/1964).

> Ele [o repórter] testemunhara a invasão da redação e das oficinas por um grupo de 12 militares armados de fuzis e metralhadoras, sob o comando de um capitão do Exército conhecido por seu fanatismo anticomunista. Na frente do prédio [...] três viaturas da Polícia Especial do Exército e dezenas de soldados armados bloqueavam a entrada (GOMES, 2001, p. 33).

Ainda de acordo com o autor, o editorial se posicionava contrariamente ao golpe, mas a repressão apresentou vetos deixando o jornal com "imensos claros, que denunciavam a ação da censura" (Op. cit., p. 34). Esse relato foi feito também por um militante estudantil que estagiava no *Jornal da Bahia*:

> Quando cheguei no jornal [...], encontrei Joca [João Carlos Gomes] – que era o editor chefe do jornal – saindo naquela hora [umas 9 horas da manhã] [...].O jornal tinha [...] recebido intervenção militar de noite. Tinham mudado a manchete. O jornal ia sair com uma manchete "Rebelião contra o governo". Aí eles tiraram a manchete do jornal. Saiu sem manchete, com um claro.

Também houve repressão ao movimento sindical, especialmente o Sindicato dos Petroleiros (SINDIPETRO), que teve sua sede invadida. Houve um IPM para indiciar trabalhadores e ativistas sindicais. Muitos sindicatos sofreram intervenção.

***

A lógica apontada nas linhas anteriores esteve de acordo com a repressão aos atores enquadrados na categoria de "inimigo interno". Mudando o foco de análise, é interessante destacar que houve também os "amigos do regime", simpatizantes do golpe que aplaudiram a ruptura institucional. Torna-se importante essa ênfase porque nutrimos desconforto com uma reconstrução memorialística a respeito da ditadura militar brasileira que privatiza o ônus, deixa o peso do regime fundamentalmente nos ombros dos militares e esquece o apoio de setores civis, classes, instituições e políticos ao golpe civil-militar.

Ampliar a escala social ajuda na análise sobre a reação ao golpe no interior da UFBA no bojo de uma atmosfera política de recepção positiva de

determinados extratos sociais à ruptura institucional. A existência deste público com seus gestos de apoio foram fundamentais para o sucesso do golpe militar e sua lógica repressiva.

O jornal *A Tarde* foi tomado pela mesma maré golpista que contagiou a maioria da imprensa brasileira. Sugestivamente intitulado "Glorioso 1º de abril", o editorial comentava:

> Empulhado por um grupelho de aproveitadores, peritos na difícil arte que se resume na trilogia da mistificação, incompetência e baderna, o País pela voz de comando do patriotismo decidiu fazer cessar o parasitismo que estava sangrando a veia da saúde (A TARDE, 04/04/1964).

Este trecho apresenta elementos discursivos de natureza anticomunista, através de expressões como "aproveitadores", "mistificação", "baderna" e "parasitismo". Além disto, torna-se relevante enfatizar o uso de uma metáfora médica ("sangrando a veia da saúde") para a análise da crise política.

A referência ao jargão médico não foi prática exclusiva do Jornal *A Tarde.* É possível mapear vários outros impressos brasileiros que recorriam a esse vocabulário. Para ampliar a reflexão sobre o fenômeno, seria um erro interpretar esse comportamento enquanto um monopólio da imprensa brasileira, pois o discurso médico fez parte da gramática política dos golpistas na Argentina, Chile e Uruguai, dentre outros países. Neste sentido, o *A Tarde* ecoou em nível local uma tendência da imprensa pró-golpes nos anos 1960: reproduzir a noção de que o "organismo" estava enfermo e somente uma intervenção militar poderia sanear o corpo social, curar o doente e combater os seres nocivos. Tudo isso tinha como pano de fundo a idéia do *câncer* como o diagnóstico que melhor explicava a crise política e, ao mesmo tempo, estimulava o medo social e alimentava o imaginário do terror. Portanto, a biologização da política também fez escola na Bahia, principalmente através do jornal *A Tarde.*

Além de depositário do discurso anticomunista, o *A Tarde* se constituiu em uma fonte imprescindível para mapear ações de outros setores favoráveis ao golpe civil-militar. Naquela conjuntura, o periódico se tornou uma arena na publicização de gestos em apoio ao golpe, dando visibilidade a algumas

entidades com pouca presença na vida social soteropolitana, mas cujo apoio ao golpe era interessante de ser demonstrado. Numa dessas iniciativas,

> O Círculo de Pensamento e Ação (CEPA) [...] veio deixar a sua posição jamais duvidada hipotecando solidariedade às gloriosas Forças Armadas pela redemocratização do Brasil. [...] Retomemos a nossa bandeira quase enxovalhada pelos agentes de Moscou e de Pequim (A TARDE, 07/04/1964).

Já na coluna *A Tarde Operária*, há uma matéria sugestiva intitulada "Líderes sindicais visitaram o Comandante da VI Região". Vejamos um trecho:

> Dirigentes de cerca de quinze sindicatos de trabalhadores na Indústria estiveram na última sexta-feira onde foram cumprimentar o general Manoel Mendes Pereira, oportunidade em que apresentaram a solidariedade dos trabalhadores bahianos afirmando a sua integração ao movimento de redenção nacional já consolidado (A TARDE, 14/04/1964).

Ainda segundo a matéria, os interventores nos sindicatos dirigidos por comunistas foram escolhidos pelo Delegado Regional do Trabalho. O jornal afirmava, ainda, que as assembléias sindicais estavam suspensas e que "o Comandante da 6ª Região e o Delegado Regional do Trabalho devem ser consultados em tudo que de extraordinário se pretenda realizar na vida dos sindicatos" (A TARDE, 14/04/1964).

Já que abordamos os sindicatos dos trabalhadores, torna-se interessante apontar o seu lado antagônico: as instituições ligadas ao *capital*. Alguns presidentes de entidades representativas de frações de classe burguesas se posicionaram através de nota pública:

> No momento em que a Nação assiste com unção cívico-patriótica ao movimento que a salvou da iminente ameaça de sua comunização, cumprem as Classes Produtoras da Bahia o indeclinável dever de apresentar às Forças Armadas os seus aplausos, confirmando dessa forma ao Exmo. General Manoel Mendes Pereira, digno comandante da VI Região Militar a solidariedade de que pessoalmente, desde o primeiro instante, lhe levaram. [...] Associação Comercial da Bahia, Federação

> das Indústrias do Estado da Bahia e Centro das Indústrias do Estado da Bahia, Federação do Comércio do Estado da Bahia, Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia, Centro do Comércio do Estado da Bahia, Clube de Diretores Lojistas de Salvador (A TARDE, 07/04/1964).

Além de nota pública, grupos empresariais baianas homenagearam os "líderes da revolução" em ato na sede da entidade. Com saudação oficial feita pelo presidente da associação comercial, o evento contou com a presença do vice-governador Orlando Moscoso que "felicitou a nação e o povo [...] por terem as classes armadas [...] arraigadas convicções democráticas [...] a fim de assegurar o funcionamento do regime da livre empresa, da moralidade [...] e dos princípios [...] que nos ligam às nações livres".

Até aqui demonstramos iniciativas que ilustram uma recepção positiva ao golpe com moções, homenagens, missas, telegramas. Além de atos em recintos fechados e notas escritas, é impressionante a quantidade de notícias sobre marchas realizadas em diversos municípios baianos nas semanas posteriores ao golpe[35]. Os exemplos mostram que esses eventos não ficaram restritos a Salvador. Citemos apenas um:

> POVO EXULTOU COM A VITÓRIA DA DEMOCRACIA
>
> LIVRAMENTO
>
> O povo enxultou com a vitória democrática e manifestou sua solidariedade às Forças Armadas. A Igreja se encheu de fiéis que foram render graças a Deus pela libertação do Brasil ao domínio dos comunistas, numa revolução em que não houve derramamento de sangue.
>
> A população local tem aplaudido, ainda, a operação limpeza, que vem assegurando maior tranquilidade à democracia (A TARDE, 10/04/1964).

A matéria não foi exceção, muito menos o tom entusiasmado na cobertura jornalística. No caso de Salvador, vale ressaltar que o principal

[35] Apenas mais dois exemplos. A marcha em Santo Antonio de Jesus foi convocada para o dia 21/04/1964 (A TARDE, 17/04/1964). Já a manifestação em Amargosa foi programada para 19/04/1964 (A TARDE, 18/04/1964).

evento no espaço público que congregou multidão para hipotecar solidaridedade ao golpe militar também foi uma marcha. Contando com aberto apoio da igreja e da imprensa com suas manchetes sugestivas, decretação de ponto facultativo no serviço público, convocações de diversas entidades dirigidas a seus filiados, fechamento de escolas e redução da jornada de trabalho em empresas privadas para permitir participação dos funcionários, o evento foi visto como a "apoteose da vitória" (A TARDE, 16/04/1964).

Um oficial da polícia local teceu comentários sobre o sucesso do evento. Sempre argumentando a legitimidade social do movimento civil militar, o coronel Humberto Melo afirmou que:

> As Forças Armadas não poderiam obter o êxito que estão tendo se não contassem com esse admirável apoio do povo por todas as classes. Confesso-me profundamente sensibilizado com as demonstrações de compreensão que a família, as entidades trabalhadoras, as classes econômicas, a sociedade baiana, enfim, tem dado ao exército. Dentre estas, a que nos foi prestada pelas quinhentas senhoras desta terra, tocou-me a fundo coração e a alma de brasileiro e de patriota. Sinto que a chama cristã continua acesa no seio da família bahiana e que as idéias do comunismo ateu sofrerão sempre um combate sério no recesso desses lares que só almejam paz.

Vale enfatizar que esse discurso foi algo recorrente na memória militar como justificativa para a ação golpista (D´ARAÚJO, 1994). O argumento básico foi considerar que houve um chamado da sociedade brasileira para a intervenção das Forças Armadas naquela conjuntura a fim de salvar o país do comunismo, da desestabilização, do ódio de classe, da inflação, da crise moral etc. É necessário sublinhar que compreendemos a relevância no registro de atitudes de setores civis a favor do golpe, mas não absorvemos o discurso militar que dilui o papel das Forças Armadas para a ruptura institucional – desconsiderando que o movimento foi protagonizado pelos militares desde o início.

2.3 A recepção ao golpe na UFBA: o Conselho Universitário e as congregações

Uma semana após o golpe militar, o conselho universitário da UFBA se reuniu. Embora tenham sido convocados, os representantes estudantis não compareceram. Segundo o Reitor, eles "estavam arredios" (ATA CONSUNI. NOTAS TAQUIGRÁFICAS. (NT),[36] 09/04/1964). Mesmo com a ausência da representação estudantil, essa reunião é bastante instigante para a reflexão sobre a recepção ao golpe civil-militar por parte da cúpula dirigente (Reitor e diretores de unidades).

Durante a reunião, o reitor comentou que alguns professores da Faculdade Politécnica propuseram um ato de apoio ao Comandante da 6ª Região Militar. O Reitor recusou prontamente a sugestão alegando que a universidade não era um partido político, tampouco uma Câmara de vereadores. Todavia, segundo ele, depois de muita reflexão, e para evitar mal entendidos, "redigi um documento que nós divulgaremos e comunicaremos às autoridades militares. Quero ler o documento para que o mesmo conste de Ata" (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). O documento mencionado foi uma moção, abaixo discriminada:

> O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964. Reitor Albérico Fraga[37], Adriano Pondé, Arnaldo Silveira, F. Magalhães Neto, Maria Ivete Oliveira, Carlos Geraldo, Antonio Queiroz Muniz, Lafayete Pondé, João Mendonça, João Rescala, Luciano Aguiar, Ismael de Barros, José Calasans, Carlos F. de Simas, Dirce F. de Araújo, Hermani Sávio Sobral, Nilmar Rocha, Pedro M. Tavares Filho, Theonilo Amorim, José V. Torres Homem, Ivo Braga, Alceu Hiltner e Benjamim Sales (ATA CONSUNI. 09/04/1964).

[36] Quando mencionarmos uma informação presente nas notas taquigráficas, usaremos esta expressão (ATA CONSUNI. NT).

[37] É digno de nota que, durante polêmica em relação à data da entrega da moção, o Reitor mostrou-se bem sintonizado com a agenda do comandante do Exército e com as mudanças levadas a efeito na Base Aérea, o que nos sugere um contato mais estreito entre Albérico Fraga e os militares.

Mais adiante, o reitor comunicou que divulgaria a moção aprovada na imprensa, no rádio e a transmitiria "por ofício ao Sr. Comandante da VI Região Militar, ao Comandante da Base Naval e ao Comandante da Base Aérea" (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

O documento foi divulgado entre os militares com rapidez. Houve homenagens aos militares que tiveram como um dos protagonistas o reitor Albérico Fraga. No outro dia, a moção foi publicada pela imprensa (A TARDE, 10/04/1964; JORNAL DA BAHIA, 10/04/1964). Ainda assim, essa difusão foi insuficiente, ao menos para o empresário Clemente Mariani - ressentido depois dos incidentes na aula inaugural, discutidos no capítulo 1 -, que reivindicou ampla divulgação da moção para "mostrar que a universidade não apoiou a baderna que se instalara no país e que sanou desde o 1º. de abril"(ATA CONSUNI. 06/05/1964).

Insatisfações à parte, a resolução foi publicizada somando forças à maré civil de aplausos ao golpe militar no estado. Não custa nada dizer que esse gesto foi bem acolhido pelos membros da caserna. Em 13/05/1964, a ata da reunião do CONSUNI UFBA reteve uma menção do comandante da Base Aérea manifestando gratidão pela colaboração do CONSUNI UFBA com a nova ordem instituída (ATA CONSUNI. 13/05/1964).

É possível imaginar que o principal propósito externo da primeira reunião pós-golpe foi aprovar a moção em apoio ao movimento político-militar para sua imediata divulgação, explicitando que a instituição *tomou partido* favorável à ação golpista.

Não sabemos ao certo o papel mobilizador da resolução do CONSUNI em desencadear outras iniciativas de apoio institucional, mas o fato relevante é que a aclamação ao golpe de 1964 não ficou restrita ao CONSUNI. Houve outras iniciativas que reforçaram a solidariedade de instâncias da UFBA ao novo contexto, a exemplo da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas que se mostrou "satisfeita com a vitória da democracia". Segundo a imprensa:

> Os professores, na sua unanimidade, expressaram a satisfação com que receberam a vitória da democracia no Brasil, ameaçado como estava pela subversão dos mais comesinhos preceitos de liberdade e dignidade humanas. Num preito de

> justiça e de respeito à verdade foi realçada a preponderante e decisiva atuação das classes armadas, que num gesto de acendrado patriotismo salvaram a nação dos ominosos dias que a aguardavam.
>
> Ao examinar a situação da escola no período que antecedeu à fase atual, os professores unanimemente, condenaram com veemência os fatos que se vinham verificando no seu seio, onde um grupo exaltado de comunistas e simpatizantes, constituindo embora uma pequena minoria contribuía com a sua indisciplina e desrespeito aos professores para comprometer-se o conceito daquele instituto de ensino.[...]
>
> Por deliberação unânime da mesma Congregação serão passados telegramas de congratulações ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao deputado Luiz Viana e de apelo ao General Juracy Magalhães para aceitar o Ministério de Minas e Energia (A TARDE, 17/04/1964).

Não pensemos nesta atitude da FCEUB como algo isolado. Outras congregações formularam moções favoráveis aos militares:

> A Congregação da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, hoje reunida, pela primeira vez após os acontecimentos da semana passada, vem solidarizar-se com as forças armadas pelo importante papel desempenhado na defesa das instituições e manifesta ao Comandante da 6ª Região Militar, o seu decidido aplauso e apoio (ATA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA. 07/04/1964).

Do mesmo modo, a Faculdade de Filosofia deixou um registro demonstrando satisfação com a ação dos militares:

> Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Conselho Departamental desta Faculdade aprovou um voto de congratulações com as gloriosas Forças Armadas pela sua decisiva atuação no movimento redentor de 31 de março
>
> (ATA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, 27/04/1964).

Na área de saúde, a Faculdade de Medicina não silenciou e,

> sendo essa a primeira reunião da Congregação após o vitorioso movimento militar pela restauração das instituições democráticas do país, renova o voto de respeito, acatamento e congratulações feitas pela Diretoria às Forças Armadas, na pessoa do General Manoel Mendes Pereira, comandante da 6ª Região Militar (ATA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DA BAHIA. 29/04/1964.).

Além do que já foi dito, a imprensa publicou a seguinte nota:

> A Faculdade de Medicina, fiel ao seu passado de esplêndidas tradições, saúda as Forças Armadas na pessoa de V. Excia. e congratula-se com a nação pelo restabelecimento do respeito às instituições democráticas tão desgraçadamente enxovalhadas pela sanha comunista.
>
> Ao aplaudir o gesto das Forças Armadas, quer a Faculdade expressar a sua confiança em que elas extirpem, agora, e definitivamente, o comunismo que tragava o País, espalhando a subversão e espoliando-o dia por dia.
>
> Queira V. Excia. receber e transmitir aos seus companheiros a expressão de alto apreço desta casa (A TARDE, 10/04/1964).

Referência na área de artes, a Escola de Teatro foi noticiada manifestando solidariedade ao golpe: “Amanhã, terça-feira, está prevista as homenagens da Associação dos dirigentes Cristão de Empresas e da Ala Democrática da Escola de Teatro da Universidade da Bahia” (A TARDE, 13/04/1964).

Argumentamos que os exemplos apresentados são suficientes para atestar a vigência do colaboracionismo por parte de autoridades e instâncias da UFBA no aplauso ao golpe de 1964. Distantes de aprovações meramente formais apenas para economia interna e demarcação de posições no tabuleiro político da universidade, essas moções e declarações buscaram difundir amplamente que a instituição foi favorável à “ação redentora das forças armadas”.

Além da aprovação das moções e sua divulgação nos jornais, houve também as visitas feitas pelo Reitor Albérico Fraga e alguns diretores de Faculdades membros do CONSUNI e das congregações aos comandantes militares. Estes acontecimentos foram destacados pela imprensa como

homenagens da universidade à atuação das Forças Armadas. Portanto, devem ser somados a outros gestos já mencionados de aplausos à ruptura institucional que contribuíram para conferir legitimidade ao golpe e explicitar o apoio social de setores civis.

Potencialmente "formadora de opinião" junto a alguns extratos sociais pelo simbolismo e presença na vida social soteropolitana, a UFBA, ao aprovar e publicizar essas moções, ofereceu aos militares o argumento de que a "elite intelectual" também apoiou o movimento político-militar. Mesmo que problematizemos esse discurso, já que muitos intelectuais representativos do mundo da cultura, das artes e das letras não estavam na universidade, seria um equívoco subestimar o impacto dessas demonstrações públicas.

Os exemplos provam o colaboracionismo e nos levam a perguntar como explicar esse fenômeno. No caso do Reitor Albérico Fraga, esse posicionamento se explica pela proximidade político-ideológica com o ideário golpista. Albérico Fraga havia sido presidente da UDN – partido que fazia oposição ao Governo João Goulart e que apoiou o golpe civil-militar (SILVA, 1992; BENEVIDES, 1981)[38].

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao recorrente discurso anticomunista desenvolvido pelo reitor e presente na ata do CONSUNI, bem como seus gestos políticos na repressão aos estudantes ligados à esquerda. Um ex-militante afirmou que Albérico Fraga era uma pessoa "politicamente conservadora".

De acordo com um outro entrevistado, o reitor "tinha sido indicado por um governo que tinha sido deposto. [...] Ele gostaria certamente de continuar". Consideramos pouco relevante esse argumento para explicar o posicionamento

[38] Silva (1992, p. 162) analisa o processo de redemocratização na Bahia em 1945 e reconstitui a trajetória da UDN evidenciando seu apoio aos golpes "tentados no período que se iniciou em 1945 e que se encerrou em 1964. Todos atentaram contra as regras do jogo democrático". Benevides analisa a história da UDN, suas características partidárias e ideário político. A autora argumenta que "caberia à UDN o papel ostensivo na divulgação das teses de "guerra revolucionária" (inspiradas pela íntima associação com a Escola Superior de Guerra) que se constituíram no arcabouço ideológico para a congregação de todas as forças de centro e de direita [...] contra a "ameaça comunista". [...] Em junho de 1963, como presidente da UDN e líder da oposição na Câmara, Bilac Pinto alertava para os três pontos principais da crise brasileira: a crise de autoridade, a crise de moralidade e a crise administrativa. Aí estava, bem de acordo com as denúncias udenistas, o embrião da tese da "guerra revolucionária" que Bilac Pinto sustentaria em vários pronunciamentos em janeiro e fevereiro de 1964, e que seriam decisivos para consolidar a frente de militares e civis, vitoriosa na deposição de João Goulart" (BENEVIDES, 1981, p. 124).

do Reitor uma vez que já estava próximo o fim do mandato e já havia articulações eleitorais em curso. Caso essa tenha sido a intenção do Reitor, convém adiantar que os militares não o premiaram com esse novo mandato. Portanto, consideramos que o apoio do Reitor Albérico Fraga ao golpe civil-militar se explica centralmente pela afinidade ideológica com o ideário dos golpistas e suas vinculações políticas com a UDN.

Poderíamos estender o posicionamento do Reitor a todos os membros do CONSUNI e professores das diversas congregações que aprovaram votos de louvor ao golpe? Um ex-diretor do DCE em 1964 apresentou uma resposta generalizante:

> Quando os novos donos do poder assumiram [...] [aqueles que] ocupavam posições na universidade [...] achavam que se eles fizessem uma moção de apoio não haveria nenhuma ameaça contra eles e outra coisa eles também tirariam vantagem disso [...] então muita moção aconteceu até por oportunismo [...] quer dizer então não foi tanto assim por uma identidade ideológica em relação ao movimento militar [...] mas gente que querendo sustentar suas posições passou a apoiar porque seria a forma para se manter no poder.

É interessante considerar que muitos mudaram de opinião e se ajustaram habilmente às novas circunstâncias.. Ao mesmo tempo, o trecho se aproxima de uma interpretação de Weber (1992), ao analisar a ação da burocracia estatal motivada por prestígio e manutenção de espaços de poder[39].

Nesta linha de raciocínio, consideramos relevante não subestimar o papel da coação já que a Universidade era um órgão federal, hierarquicamente

[39] Refletindo sobre uma teoria do Estado, Weber (1992) aponta que "toda organização de dominação que exige uma administração contínua requer, por um lado, a atitude de obediência da ação humana diante daqueles senhores que reclamam ser os portadores do poder legítimo, e por outro lado, mediante essa obediência, a disposição sobre aqueles bens concretos que eventualmente são necessários para aplicar a coação física: o quadro administrativo pessoal e os recursos administrativos materiais. Por sua vez, o quadro administrativo, que representa a forma de manifestação externa da organização de dominação política, bem como a de qualquer outro empreendimento, não está ligado à obediência diante do detentor do poder, àquela idéia de legitimidade da qual acabamos de falar, mas sim por dois meios que apelam ao interesse pessoal: recompensa material e honra social. Os feudos dos vassalos, as prebendas dos funcionários patrimoniais, o salário dos modernos servidores públicos – a honra de cavaleiro, os privilégios estamentais e a honra do funcionário – constituem a recompensa, e o medo de perdê-los é o último fundamento decisivo da solidariedade do quadro administrativo com o detentor do poder". Esta perspectiva analítica não considera uma ação da burocracia motivada por afinidade política e ideológica.

subordinado ao governo federal e suscetível a retaliações realizadas por este. Assim, os apoios podem ter sido expedientes para preservar empregos, projetos acadêmicos e posições nas estruturas de poder do cobiçado serviço público federal. Daí, a vigência do colaboracionismo.

Há mais um elemento que deve ser incorporado na análise. Sabemos que a experiência histórica é sempre plural e o comportamento humano caracterizado por clivagens, ambigüidades e hesitações. E estes traços não seriam diferentes numa universidade marcada por heterogeneidade política e desafiada a se posicionar após uma situação de crise marcada por intensa polarização social que teve como desfecho um golpe civil-militar com toda violência característica de uma ruptura política. Deste modo, torna-se pertinente não esquecer que houve um clima de repressão e medo que contagiou aquela atmosfera social com algum impacto no posicionamento dos atores políticos. É fundamental reter isso, pois essa reflexão aponta decorrências teórico-metodológicas para a investigação histórica sendo conveniente observar que

> num sistema em que controles e vigilância são fortes e múltiplos, todos aqueles que estão distantes com relação à linguagem oficial e às normas do Estado evitam expressar-se publicamente, só deixam poucas fontes escritas [...] ou mascaram sua diferença sob aparência da conformidade. (FRANCOIS, 1998, p. 159)

Essas idéias foram formuladas por um pesquisador que se debruçou sobre a desagregação da Alemanha Oriental e seus antigos tentáculos de repressão, controle e vigilância social. Embora tenha sido empregado para um contexto específico, acreditamos que os comportamentos descritos por Francois – a ausência de crítica através da escrita e o consentimento apenas na aparência - podem ter se reproduzido em outras formações sociais e contextos marcados pela repressão política, a exemplo daquela que atingiu o Brasil e, mais especificamente, a UFBA durante o imediato *pós-golpe militar*.

Com base nesse pressuposto, mesmo sem uma base documental mais sólida, registramos que não interpretamos a assinatura de todos os membros do conselho universitário à moção como alinhamento político-ideológico ao

golpe civil-militar. Considerando que poucos conselheiros emitiram opinião na reunião – ao menos conforme foi registrado pela ata/notas taquigráficas -, é possível reter esse silêncio majoritário como um dado para a análise, um posicionamento, um gesto, um indício relevante. Defendemos a idéia de que o silêncio majoritário na reunião do CONSUNI mostra ausência de entusiasmo e alinhamento global com a ruptura institucional.

Entretanto, mesmo essa falta de entusiasmo não foi suficiente para gerar uma demarcação de posição contrária. Para compreender essa postura, seria omissão grave não enfatizar que a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida por tropas da Polícia Militar em 09/04/1964 - no mesmo dia em que o CONSUNI UFBA se reuniu. Por serem considerados comunistas e defenderem idéias "exóticas" e "alienígenas", o reitor, o vice e o conselho diretor foram destituídos dos cargos, bem como vários estudantes e professores foram presos, interrogados e humilhados. Vale registrar que a intervenção na UnB foi feita com o aval do Ministro da Educação (CUNHA, 1988, pp. 39-41).

Provavelmente a Universidade de Brasília foi referência de que a autonomia universitária estava ameaçada e poderia ser violada naquele contexto. No âmbito local, a residência do universitário da UFBA já havia sido invadida pela polícia dois dias após o golpe. Assim, é possível propor que, para alguns setores, parece ter sido mais interessante silenciar na reunião do CONSUNI e aplaudir institucionalmente a deposição do Governo João Goulart para manter o mínimo de autonomia preservada do que correr o risco da UFBA ser submetida a uma intervenção militar. Em outras palavras, como formulou um entrevistado, uma explicação plausível para o comportamento de alguns professores membros do CONSUNI é um apoio à moção para preservar a própria universidade. Este comportamento aparentemente paradoxal não se afasta do colaboracionismo, ainda que em perspectiva diferente daquela esboçada pelo Reitor e alguns diretores mobilizados pelo discurso anticomunista e pelo ideário golpista.

Para além dessa situação, vale registrar que não por acaso o próprio MEC acionou o discurso da autonomia universitária. Num almoço oferecido por alguns reitores ao ministro da educação dias depois dos incidentes na UnB, este teria afirmado: "nós queremos é assegurar a autonomia da universidade. Não quero que os militares [entrem] para a universidade adentro para fazer as

investigações. Vocês é que devem fazer". Evidencia-se que, para o MEC, a autonomia universitária tinha como contrapartida o colaboracionismo.

De modo complementar ao cerco para a colaboração e o apoio da universidade ao golpe, houve também pressão do MEC visando cooperação da instituição com a repressão ao "inimigo interno". Assim, mapeamos algumas menções e correspondências envolvendo a Reitoria, o Ministério da Educação e o Comando da 6ª Região Militar: ofício da VI Região Militar a respeito de atividades de professores e comunicado do MEC recomendando a instalação de inquéritos nas universidades para investigar ações subversivas. Pela relevância da mensagem, identificamos também um telegrama do Ministro da Educação que vale a pena ser citado:

> Recomendo V. Magnificência entre entendimento Comando Militar Região, solicitando-lhe indicação de um servidor militar fim acompanhar processos humanos artigo 7 Ato Institucional[40] assessorando Comissão designada V. Magnificência nos termos Portaria 259 de 20 de abril. Certeza contar com sua colaboração subscrevo-me cordialmente. Flávio Lacerda – Ministério da Educação.

Alguns professores universitários se anteciparam a essa recomendação do MEC. Além da moção em apoio ao golpe, a reunião do dia 09/04/1964 teve lances sugestivos deste tipo de postura colaboracionista com a repressão. No próximo item, analisaremos alguns deles.

2.3 A repressão ao "*inimigo interno*" na Universidade da Bahia

É apropriado notar que a perseguição a funcionários e principalmente a professores não foi um drama social restrito à UBA. A Universidade de São Paulo também se tornou palco de enredos envolvendo punição, perseguição e delação no meio docente. É famoso o livro da ADUSP relatando fragmentos

[40] O mencionado artigo "suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo o estado, mediante "investigação sumária" e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar" (MOREIRA ALVES, 1984, p 55).

desse passado (ADUSP, 1979). Capítulos com traços semelhantes aconteceram também na UFRGS (ADUFRGS, 1979). A UFMG se inscreveu na memória e na história com conflitos e intervenção militar durante o imediato pós-golpe. (PIMENTA, 1985). A Universidade de Brasília também sofreu intervenção militar. Além disso, o Conselho Federal de Educação interveio e nomeou reitores *pro tempore* na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CUNHA, 1988).

Após essas considerações gerais, nos concentremos na UBA. Vejamos um trecho do discurso do reitor na reunião do Conselho Universitário:

> As Forças Armadas que assumiram o comando da situação até que a situação se regularize, do ponto de vista constitucional e legal, o funcionamento dos poderes [...] Estão no propósito, propósito que foi manifestado reiteradamente pelo Sr. Comandante da região, de não permitirem a permanência de comunistas notórios, fichados, conhecidos, em postos de direção...inclusive, é claro, no setor universitário (ATA CONSUNI UBA. NT. 09/04/1964).

O trecho acima deixa evidente que os comunistas eram os principais alvos a serem combatidos. De acordo com o pensamento anticomunista, sendo alguém estranho à universidade a quem só restava infiltrar-se nela, o inimigo onipresente devia ser derrotado pelo aparato repressivo. A partir desta noção, a perseguição aos comunistas – com toda elasticidade na aplicação do conceito - atingiu não apenas estudantes, mas também professores e funcionários. Observemos um trecho atribuído ao Reitor Albérico Fraga, na primeira reunião do CONSUNI após o golpe:

> Pratiquei, e o fiz com a abundância do coração, o primeiro ato arbitrário como Reitor da universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidório Batista de Oliveira, que todos os diretores conhecem porque passou de faculdade em faculdade e os senhores me pediam por tudo que tirassem esse indivíduo de suas faculdades [...]. Mandei-o para o lugar próprio, para o DCE onde ele ficou a articular como manivela do professor Nelson Pires todas as misérias contra a universidade [...]

> O professor Nelson Pires, comunista, agitador contumaz, serviu-se desse negro analfabeto, que não sabe assinar o nome direito, para espalhar varrinas, inclusive na imprensa [...]
>
> Esse preto está preso. Preferi não organizar um processo contra ele porque isto era dar muita importância a quem não merece. Fiz sua demissão pura e simples [...]
>
> Vocês todos me conhecem e sabem do meu feitio. Não gosto de perseguir ninguém. Nunca pratiquei um Ato, conscientemente, para prejudicar ninguém. Agora, esse tal de Isidório eu faço questão que fique registrado em Ata que pratiquei de coração alegre porque se trata de um negro moleque ousado e que merece ser castigado (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Este trecho contém pérolas do discurso anticomunista, racista e meritocrático. A linguagem é escravista: "moleque", "ousado", "castigado". Para o reitor, comunista era sinônimo de agitador; que articulava contra a universidade – uma redução de escala das idéias da Doutrina de Segurança Nacional na sua visão do comunista como um agitador contra a nação; que se utilizava das pessoas; que tinha relações com um outro comunista, mas, dada a condição de funcionário (*status* inferior em relação ao professor) e negro (supostamente inferior pelo discurso racista) e supostamente analfabeto (argumento de cunho meritocrático), perdia a condição de um "ser" da mesma espécie e incorporava o status de um "inocente útil" usado como manivela. Alguém que, por todas essas razões, sequer merecia o direito de defesa. Era um condenado a *priori*[41]!

[41] Só encontramos uma matéria jornalística sobre o funcionário acima citado. É um indício do ostracismo e do esquecimento a que foi submetido esse personagem no processo histórico.

O professor Nelson Pires[42] voltaria a ser envolvido numa outra situação delicada, conforme foi relatado pelo Reitor:

> Tivemos esboçada uma crise que eu consideraria gravíssima não fossem as *demarches* que o professor Carlos Geraldo [diretor da Faculdade de Medicina] realizou, em bons termos. Doutorandos de medicina, que se formam este ano, escolheram professores notoriamente comunistas, docentes livres e professores que estão envolvidos nas malhas dos inquéritos militares, para figurarem no quadro de formatura [...] Eu recebia a visita do Coronel Avelar que me vinha comunicar também, isto, que tinha notícia de que os estudantes, doutorandos de medicina, haviam escolhido esses professores comunistas [...] para figurarem no seu quadro de formatura e que a área militar considerava isto um acinte e podia me adiantar que eles não levariam a termo o seu 'desideratum' e por certo não ocorreria essa formatura, inclusive, se fosse necessário, com a detenção da turma toda. O Coronel Humberto Melo [...] sentou-se ao meu lado e também me falou a respeito, dizendo que tanto ele como o General Mendes Pereira e outros oficiais estavam [considerando] o fato como um acinte ao Exército que havia mandado, oficialmente, comunicar à Faculdade de Medicina que não só o Prof. Nelson Pires era comunista como também que ele, pelas suas atividades não tinha nem condições morais para exercer a profissão de médico, então ele não podia admitir que os doutorandos tomassem tal atitude. Disse mais que se por acaso a universidade não tomasse as medidas disciplinares convenientes, o Exército tomaria a seu modo. Então tranquilizei o Cel. Humberto (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

É pertinente ressaltar a justificativa para a cassação dos professores paraninfos: os comunistas eram considerados seres tão imorais que não

[42] O professor Nelson Pires "exerceu a cátedra até 1964, quando, por motivos políticos, foi afastado da vida universitária. [...] Sua vida de professor, psiquiatra, coronel do exército e comunista, ficou tremendamente complicada a partir de 1964. Foi para Buenos Aires onde recebeu a notícia de sua condenação a dois anos de prisão. [...] Pressentindo que seria inevitável a sua condenação pelos tribunais da ditadura, não compareceu ao julgamento e aguardou a sentença em Buenos Aires. Foi condenado a dois anos de prisão. [...] Nelson Pires refugiou-se no Chile onde era amigo de Salvador Alende e sua esposa. Quando irrompeu o golpe militar chileno ele teria entrado a tapa no último avião que saiu de Santiago, os estrangeiros que moravam no mesmo hotel que ele, foram fuzilados. [...] Em virtude de ter permanecido muitos anos no estrangeiro, como exilado, teve oportunidade de entrar em contato expatriados políticos, o prof. Nelson Pires pode colher informações fidedignas através de pessoas que tinham sido torturadas. Através dessas pessoas, ele pode avaliar o comportamento dos torturadores. Considera que esses indivíduos não podem ser rotulados de "personalidades psicopáticas", nem avaliados como sádicos, o que seria uma explicação superficial e simplista. De modo geral, procura-se "psiquiatrizar" o problema do torturador, isolando-o do contexto no qual teve origem e da situação histórica que motivou o seu aparecimento". PICCININI (2004). Consultado em http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0904.htm, no dia 10/06/2008. às 09:47h.

tinham condições éticas de serem paraninfos, quanto mais exercer a profissão de médico. Noutras palavras, havia uma incompatibilidade em um médico, cuja função social é salvar vidas, ser comunista - tido como aquele que destrói a vida – e, ao mesmo tempo, paraninfo de uma turma de formandos em Medicina.

O conflito evidencia o significado simbólico da formatura para os atores sociais. O veto ao paraninfo tinha um claro sentido de intimidação dos alunos. Neste caso específico, os militares foram vitoriosos uma vez que, segundo a ata, houve uma mudança no rol dos homenageados. De modo mais amplo, é um exemplo da disputa política em torno de rituais (KERTZER, 2001). Com o passar do tempo, até o final de 1968, a solenidade de formatura se consolidou como um ritual de resistência ao regime militar. Tornou-se um importante momento de publicização de críticas políticas, como demonstraremos posteriormente.

Desviando as lentes da referida personagem, a partir da leitura das atas podemos inferir que, no plano interno da universidade, um professor e três alunos foram investigados[43]. Esse número não nos impede de supor que, para alguns, não faltou desejo de amplificar a repressão política na universidade, como atesta um fragmento textual de um diretor ao se referir aos Ofícios do Governo cobrando uma postura colaborativa das universidades no cerco à subversão. Segundo ele: "o que é necessário é que as Faculdades apresentem os nomes daqueles que nos deram dor de cabeça. Devemos, pois, tomar uma iniciativa enérgica para que isto não se venha a repetir" (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). Já o Reitor, ao defender a necessidade das investigações internas, afirmou:

> ou nós tomamos na mão essas soluções ou então vamos voltar àquela outra situação verdadeiramente humilhante em que viveu a autoridade do país, porque havia uma total subversão da ordem hierárquica[44] não só no setor universitário como até no setor militar (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

[43] Professor Nelson Pires e os estudantes Carlos Alberto Oliveira, Pedro Castro e Carlos Mangieri.

[44] Note-se que a expressão "subversão da ordem hierárquica" fez parte do jargão golpista dos militares.

Estas investigações internas foram apenas relativamente levadas adiante. Lembremos que o Conselho já havia aprovado a criação de uma comissão para apurar os incidentes ocorridos na aula inaugural. Após o ofício do governo, o conselho ratificou a mesma comissão. O seu desfecho já foi apresentado no capítulo 1: todos os investigados foram inocentados. É relevante dizer que havia um número maior de estudantes e professores universitários que foram mapeados pelos militares na luta contra a "atividade subversiva" na Bahia. Isso significa que, embora muitos tenham tido vontade, não houve uma ação incisiva do CONSUNI na repressão e punição interna à instituição. Esta é mais uma evidência que sustenta o argumento de que nem todos os conselheiros apoiaram a moção em apoio ao golpe de 1964 por alinhamento político-ideológico com o ideário golpista.

Por ora, é oportuno apresentar considerações sobre alguns choques envolvendo alunos e professores diretores, tentativas de resistência etc.

2.4 O clima político no imediato pós-golpe: a reação do ME e a postura dos diretores de Faculdades

> Depois eu reuni os estudantes pedindo que deixassem a faculdade porque esta era a determinação da Universidade. Ainda assim ele aproveitou e fez um discurso vermelho. Preferi tolerar para que a Faculdade fosse pacificamente escoada. As coisas continuaram nessa situação. Arnaldo Silveira. Diretor Faculdade de Odontologia (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

> O 1º de abril de 64 nos pegou desprevenidas. Naquela manhã, sem ainda saber de nada, havíamos marcado uma reunião na Faculdade de Filosofia por conta do Método Paulo Freire no qual estávamos engajadas. E qual não foi nossa surpresa ao encontrarmos as portas fechadas. Uma colega conseguiu não sei como enfiar catorze pessoas num DKW e fomos até a Faculdade de medicina no terreiro, onde estava acontecendo uma assembléia (NASCIMENTO, 1999, p. 140).

Comecemos com um trecho do relato do professor José Calasans:

> No dia do golpe eu estava como diretor da faculdade de Filosofia onde tive conhecimento do que estava acontecendo

> no país. O reitor Albérico Fraga me chamou e determinou o fechamento de todas as unidades. Não foi fácil, porque alguns grupos achavam que isso contribuiria para o golpe, uma vez que não haveriam pontos onde os estudantes pudessem se reunir (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Este depoimento atesta a orientação dada pela reitoria da universidade de fechar as unidades. A UBA só seria reaberta dias depois, como podemos verificar no comunicado feito pela reitoria e publicado na imprensa:

> As atividades escolares da Universidade suspensas por efeito dos últimos acontecimentos políticos foram hoje reiniciadas. Para esta determinação o Reitor reuniu em seu gabinete os Diretores das diversas unidades a fim de apreciar as providências adequadas ao prosseguimento normal daquelas atividades[45]. Nessa reunião o Reitor e os diretores expressaram sua confiança em que perdurará sem interrupção o restabelecimento da ordem democrática. Salvador, 6 de abril de 1964.

Da mesma forma que evidenciam a orientação oficial da reitoria, alguns fragmentos documentais apresentam traços do clima político, ações de resistência estudantil, bem como a reação de alguns professores vide o exemplo do diretor da Faculdade de Odontologia. Segundo ele:

> Logo que tive notícia da eclosão do movimento, chamei o presidente do Diretório Acadêmico, por sinal um moço de boas maneiras, mas intransigente do ponto de vista dele. Ele tentara fazer uma reunião dos senhores alunos, no que teria sido obstado por mim que não permitiria, naquele momento, nenhuma assembléia e ele, não tendo obtido essa licença, dirigiu-se a todas as aulas que funcionavam e fez uma preleção dizendo que apoiassem o Sr. Presidente da República, que esse era o dever dos estudantes enfim, aquela pregação que nós já conhecemos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Não contente com o esvaziamento – ou aproveitando o vazio – da Faculdade, o diretor resolveu

[45] Vale atentar que, três dias depois, o reitor voltaria a se reunir com os diretores de unidades formalmente via Conselho Universitário. Isso acentua a probabilidade do CONSUNI ter sido convocado sob o clima da invasão da Universidade de Brasília.

> dar, imediatamente, uma busca no Diretório e apreender todo o seu arquivo. Encontrei revistas, instruções mimeografadas do que deviam seguir os estudantes, o procedimento que deviam ter [...] que deviam incentivar o aumento de matrícula, o aumento do restaurante e bolsas, principalmente bolsas porque esse sistema de agitação calaria muito mais profundamente no sentimento de todos porque se tratava de uma coisa que o estudante devia ter direito. Independente disto, deveriam incentivar os excessos [...]. Colocamos todos esses documentos no arquivo da nossa Faculdade e lacramos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

O trecho é representativo de um tipo de reação favorável ao golpe na UFBA, com o diretor engajado e internalizando o papel de polícia política.

Ainda em relação ao impacto e à recepção ao golpe entre estudantes engajados no ME, vale conferir um relato com lances cômicos. De acordo com uma estudante:

> A minha mãe não queria me deixar sair, e só acabou consentindo se eu levasse junto comigo uma tia velha. Como essa tia fosse muito beata, eu lhe disse que havia um santo protetor dos anticomunistas. Ela ficou assanhadíssima em conhecê-lo, e concordou em me acompanhar à igreja onde ficava a imagem do tal santo. Foi assim que eu consegui levar várias pessoas para a sede da ação Católica que ficava, àquela época, na sacristia da Igreja de Nazaré onde fora articulado um esquema de fuga. Nenhum policial poderia desconfiar de um carro dirigido por uma garota acompanhada de uma velhinha, mesmo que no banco de trás houvessem não sei quantas pessoas espremidas (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

É pertinente apresentar novamente o testemunho do professor José Calasans sugerindo que houve alguma solidariedade do diretor da Faculdade de Filosofia com o ME. O trecho nos dá mais argumentos para evitarmos associar todos os que assinaram a moção em apoio ao golpe com um alinhamento automático ao ideário do golpe militar. Observemos o relato:

> Recebi um telefonema do (Reitor) Albérico dizendo que a polícia iria vasculhar a faculdade. Fui para lá imediatamente, e muito preocupado, porque o diretório estava coberto de cartazes considerados subversivos. Mas felizmente o delegado encontrou as paredes vazias e apenas um livro sobre Cuba.

> Quando cheguei tive a impressão de ter visto alguém sair correndo (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Possivelmente a notícia se espalhou entre os ativistas. Angelina Nascimento conta que

> nos avisaram que a polícia ia baixar no D.A., então formamos um grupo para chegar antes e retirar tudo. As portas estavam trancadas, mas conseguimos arrombar uma janela e entrar, arranhando todos. Mas valeu a pena. Quando os soldados chegaram, já havíamos fugido. Não sei se eles perceberam as marcas deixadas pelos cartazes nas paredes [...]. A mesma sorte não teve a biblioteca. Eles fizeram uma fogueira com os livros. Dizem que até uma gramática da língua portuguesa foi queimada porque tinha capa vermelha (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Em uma entrevista desenvolvida, percebemos novamente uma menção à queima de livros - a única diferença registrada foi o local apontado, o colégio da Polícia Militar. Segundo o entrevistado,

> foram queimados diversos livros. Houve uma espécie de ritual de queima de livros. O livro adquiria uma simbologia importante tanto que organizamos posteriormente o clube do livro, espécie de embrião do grêmio estudantil.

Há uma notícia que retoma o tema da queima de livros: "farto material subversivo foi apreendido [...] por agentes da polícia na escola de Teatro [...]. Foram encontrados, além de numerosos volumes de obras esquerdistas, várias centenas de folhetins de propaganda [...] moscovita. O material apreendido será lançado ao fogo destruindo-se assim de uma vez por todas mais um foco de propaganda [subversiva]" (A TARDE, 06/04/1964)[46].

Seria limitador falar de repressão sem apontar sinais de resistência. Os relatos indicam que houve alguma surpresa do ME com a vitória dos golpistas.

[46] O ato de queimar livros não foi inaugurado pelos militares baianos. É algo recorrente na história da humanidade, desde a Suméria até a guerra do Iraque. As ditaduras militares se apropriaram desta prática. Os exemplos citados no imediato pós-golpe nos remetem a refletir que o "livro não é destruído por ser odiado como objeto", mas sim com a "intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de idéias de uma cultura inteira" (BAEZ, 2006).

A reação interna à universidade foi marcada por espontaneísmo, temor, paralisia. É necessário salientar que as organizações de esquerda e outros setores sociais em nível nacional e local sofreram as mesmas limitações.

No caso da universidade, interessa lembrar que a orientação político-administrativa da reitoria foi fechar as faculdades. Isso impediria concentração estudantil e, portanto, maiores possibilidades de organização coletiva. Ainda assim, em algumas Faculdades houve assembléias que foram desbaratadas pela repressão. A ex-aluna Suzana Marcelino conta que

> a assembléia da Faculdade de Medicina da UFBA, na manhã do golpe foi desbaratada pela polícia. Ainda vejo com nitidez um professor pulando a altíssima janela do anfiteatro Brito e correndo ladeira abaixo rumo ao Pelourinho. (NASCIMENTO, 1999, p. 140).

Já um ex-estudante de direito disse que "chegamos a realizar uma Assembléia com muitos estudantes [...]**.** Porém, a certa altura, estávamos cercados pela polícia e tivemos que nos dispersar". Na Faculdade de Odontologia, um estudante "dirigiu-se a todas as aulas e fez uma preleção pedindo que apoiassem o Sr. Presidente da República, que esse era o dever dos estudantes" (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). Acrescentem-se ainda intenções não viabilizadas de articulação do ME com lideranças institucionais.

Fragilizada pela pouca base estudantil ativa e condicionada pela ausência de conexão com os outros atores políticos – os poucos que ousaram resistir -, as tentativas de resistência ao golpe por parte do ME não ultrapassaram as expectativas ou ações de setores militantes, com pequena visibilidade social e política.

Houve problemas organizativos específicos, restrições de outros atores sociais empreendendo resistência, surpresa pela falha do dispositivo militar do Governo Jango, desestímulo pela rápida derrota da esquerda, perplexidade e sensação de impotência; essas dificuldades devem ser vistas em escala nacional. De acordo com Martins Filho:

> Existem indícios suficientes para afirmar que a massa dos estudantes foi tomada por uma certa paralisia no momento do

> golpe [...]. Com isto não se está dizendo que a massa dos estudantes apoiou o golpe de 64, mas que não existe evidência de recusa de massa do movimento estudantil ao golpe. Ao contrário, existem alguns sinais de que a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por todo aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar (MARTINS FILHO, 1997, p. 80).

A partir dos dados sobre a baixa resistência estudantil ao golpe no ME em nível nacional e pela análise do conjunto da documentação disponível, achamos plausível afirmar que o discurso anticomunista e golpista funcionou como um anestésico junto ao estudante comum. No caso da Universidade da Bahia, devemos adicionar um possível impacto negativo junto aos estudantes-comuns a respeito dos conflitos na aula inaugural antes do golpe, bem como a ampla propaganda disseminada associando o ME com a agitação. Parece razoável imaginar que essa atmosfera contribuiu para aumentar um hiato entre o ME, os setores militantes e o estudante-comum e gerar apatia, desorganização, distanciamento e inércia política na reação ao golpe.

Vizinho da paralisia e da desarticulação, o medo foi outro ingrediente marcante do comportamento de muitos universitários, notadamente aqueles que tinham algum engajamento político no ME. Na ata do CONSUNI, o Reitor afirma que

> hoje recebi a visita de um rapaz de nossa Faculdade, Presidente interino do Diretório, rapaz sério, discreto, direito, contra quem não havia nada, mas ele estava – a onda de boatos é grande, nessas oportunidades - assombrado pelo fato de ser o Presidente em exercício. Na minha aula eu disse aos meus alunos que ao fazerem essa reforma eu lembrava que o vice-presidente em exercício do Diretório era um rapaz de boas qualidades, que age com muito equilíbrio, que funcionou na Congregação de maneira correta, de modo que não se tem nada a dizer contra ele. Sabendo disso ele veio me procurar para agradecer ao mesmo tempo que me perguntava se ele não estava correndo o risco de ser preso. Eu disse que não e se por acaso ele viesse a sofrer qualquer constrangimento que me mandasse comunicar porque eu iria reclamar a sua liberdade de vez que ele não tinha razão de ser preso (ATA CONSUNI. NT, 09/04/1964).

Possivelmente a fala acima não nos remete a um caso isolado. Mais de um mês depois do golpe, a carta de renúncia ao cargo de presidente do DA Filosofia endereçada ao diretor da Faculdade corrobora nosso argumento:

> É fato que as Forças Armadas, através do seu setor universitário, anunciou ao presidente deste Diretório Acadêmico que estavam suspensas ações deste órgão, até a posse da nova Diretoria, apesar de não nos destituir. Há muito está programado e vem sendo sempre protelado um coquetel em homenagem aos calouros desta faculdade. O Departamento de Assistência, departamento encarregado de tal, secundado pela Secretaria geral, organizou o coquetel para o dia 23 de maio (hoje). Com base no que ouvi do oficial encarregado para assuntos estudantis, tomei deliberação contrária ao coquetel, solicitando aos responsáveis pelo mesmo que o não fizessem. As duas secretarias insistem em fazê-lo de qualquer forma, alegando que as ações do Diretório suspensas não atingem aquelas de ordem recreativa e social, que os colegas já têm a ciência do coquetel e estão sempre a reclamá-lo. Alegações essas que até certo ponto considero procedentes mas, fundamentado no que ouvi do citado oficial, oponho-me ao coquetel – não ao coquetel em si, porém visto como uma ação do Diretório – e assim sendo em vista da sistemática insistência das duas secretarias venho por meio deste apresentar aos colegas a minha renúncia à Presidência deste Diretório Acadêmico.

Esses dois exemplos podem ser emblemáticos do medo que foi disseminado entre os ativistas do ME – independente de afinidade com organizações de esquerda. Para compreender essa atmosfera, é fundamental lembrar da elasticidade do conceito de inimigo interno aplicada durante a repressão após o golpe e, ao mesmo tempo, chamar atenção para a sua flexibilidade. Mesmo perante a justiça militar, alguns ativistas do ME não foram perseguidos. Alguns diretores de Faculdades os acobertaram? A repressão foi ultra-seletiva só mapeando os estudantes que eram expressões públicas do ME?

As interrogações levantadas não atenuam a afirmação de que muitos ativistas políticos engajados antes do golpe tiveram suas vidas relativamente esquadrinhadas e foram investigados pela polícia. Além disso, muitos estudantes foram denunciados à justiça militar e indiciados por “subversão”. Isso foi amplamente publicizado, provavelmente com a finalidade de divulgar a

pedagogia da repressão e disciplinar os estudantes descontentes com o golpe civil-militar.

Um fator complementar para explicar o medo é considerar a existência de muitos estudantes com vínculos profissionais com as Forças Armadas. Na conjuntura do golpe, muitos deles exerceram um papel de repressão e vigilância no âmbito de cada Faculdade. Para exemplificar, tomemos o relato de um diretor:

> Logo que tivemos notícia da eclosão do movimento (o golpe militar), fui imediatamente, com surpresa minha, procurado por um aluno com o qual nunca havia tido maiores contatos. Esse aluno, apresentando-se na qualidade de Tenente do Exército, ignorado naturalmente por toda a Faculdade, me apresentava uma lista de mais ou menos vinte estudantes e dois professores [...] dizendo-me que o Chefe do Estado Maior havia autorizado a que ele entrasse imediatamente em contato comigo, mas que aqueles alunos deveriam ter, imediatamente, proibida a sua entrada na Faculdade até que eu me entendesse com o Chefe do Estado Maior. Daqui da Reitoria fui ao Estado Maior onde li uma lista e o Chefe do Estado Maior dizia que iam ser presos aqueles alunos porque eram tidos e havidos como comunistas. Não tinha outra providência a tomar, a não ser voltar à Faculdade. Voltei à Faculdade e proibi a entrada desses alunos [...] Pedi que não comparecessem mais à Faculdade até que providências outras fossem tomadas (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Mencionar isso é importante porque há uma questão nestas linhas que merece ser enfatizada com todas as letras: se havia o *inimigo interno* a ser combatido, esses soldados da frente anti-subversão assumiam o papel ativo no novo regime em construção. Ou seja, embora restrita a alguns setores, houve uma pequena base social ativa que se engajou no combate à "subversão" na universidade no imediato pós-golpe.

Num outro ângulo, é digno de ressalva o posicionamento do diretor: diante do fato, não havia providência a tomar e pediu simplesmente para que os alunos não voltassem à Faculdade quando poderia ter comunicado o fato ao Exército. Esse comportamento mostra que devemos evitar analisar retilineamente a atuação política dos membros do CONSUNI.

Em meio a essa atmosfera de perseguição e medo, alguns compreenderam que a melhor alternativa era se desvencilhar de documentação pessoal comprometedora e tentar refúgio na residência estudantil da UFBA: "Doce ilusão! A polícia invadiu o dormitório de madrugada e levou todo mundo preso, entre eles, eu" (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Visada pelos órgãos de repressão, a residência do universitário foi invadida em 2 de abril de 1964 e todos foram presos (45 estudantes e 2 funcionários[47]). Enganou-se quem acreditou na inviolabilidade do território universitário. Podemos imaginar que esse gesto demonstrou que "os militares não iam brincar em serviço". Teve um significado simbólico para além do ME e, somado às intervenções policiais noutras universidades brasileiras, possivelmente fez os setores críticos ao golpe pensarem duas vezes nas melhores táticas de resistência.

Sem perder de vista a amplitude da repressão, voltemos para nosso alvo de pesquisa. A partir da documentação produzida pelo CONSUNI, observemos alguns lances da cruzada anti-subversiva junto aos estudantes mais engajados no ME.

2.5 O Conselho Universitário e os estudantes

Já foi dito que a primeira reunião do Conselho Universitário após o golpe militar não contou com a presença de representantes estudantis. Comentando o paradeiro desconhecido dos discentes, o Reitor afirmou: "não sei se estão detidos. Se fosse Chefe de Polícia eles não estariam soltos porque são dois agitadores perigosos" (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). Mais adiante, comentou:

> Posso informar ao conselho que não me tenho descurado do propósito, do empenho de minorar o quanto possível, essa situação de detenção, agora, não tenho condições de liberar todos os estudantes. Inicialmente foram liberados 25 que tinham sido detidos na Residência do Universitário e que não

[47] Quanto aos funcionários, o Reitor disse: "estavam à paisana porque não estavam de serviço, foram levados como estudantes e, por mais que dissessem que não eram estudantes, a polícia os levou. Consegui do Cel. Humberto Mello a liberdade de ambos" (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

> tinham ligações maiores com o problema. Em relação aos outros, tenho informação segura de que estão bem tratados, bem alimentados e em situação de nenhum constrangimento, a não ser de estarem detidos. Qualquer professor que deseje visitar os estudantes detidos têm possibilidade de fazê-lo, dirigindo-se à Região para obter autorização escrita. Confesso que não irei visitá-los e vou dizer o porquê: não quero que os que lá estão imaginem que eu fui lá para gozar, para tripudiar sobre a sua desgraça, de modo prefiro evitar a minha presença. (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Em seguida ele conclui:

> tenho a consciência de que estou, tanto quanto possível, atuando no sentido de atenuar as dificuldades [...] tenho pedido, insistentemente, que os estudantes sejam bem tratados porque a mocidade é sempre assim, irrefletida e nós devemos agir como pais. [...] O professor universitário deve, no momento, agir como verdadeiro pai para atrair essa mocidade aos bons caminhos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

É pertinente apontar a auto-representação do reitor como o pai que deve indicar o bom caminho para a mocidade. Tal postura paternalista subestimava a capacidade do jovem de ter opções de vida conscientes e se aproximava do pensamento de muitos militares. Segundo o General Costa e Silva,

> cabe a nós, do governo, que já estamos mais experimentados, mais vividos e mais maduros, compreender muitas irreverências dos jovens e encaminhá-los com paciência, com dignidade principalmente, para o bom caminho (RIZZO DE OLIVEIRA, 1976, p. 110).

A noção maniqueísta do *bom caminho* tinha suas vinculações com o ideário anticomunista da guerra fria (ocidente *bom* e oriente *mal*). Não deixa de ser retrato de uma época. Vale ressaltar que a noção de ingenuidade juvenil guarda fronteira tênue com a idéia dos "inocentes úteis"[48] manipulados pelos

[48]Esta classificação será trabalhada numa espécie de tipologia dos subversivos (BREHPOHL DE MAGALHÃES, 1997). Neste sentido, aparecerá em diversos processos judiciais envolvendo estudantes. Noutros momentos, os próprios militantes assumiam esse discurso como estratégia de sobrevivência e preservação. Num destes casos, o pesquisador perguntou: "Você fingia que era um inocente útil? César Maia: Eu sempre dava uma de idiota. Tanto, que eu fui um dos poucos não "abriu" nada, em nenhuma prisão. Porque eu não me colocava perante o

comunistas que, estranhos ao meio estudantil, mas ágeis na técnica da infiltração, tiveram uma relação instrumental para fins próprios com os jovens, aproveitando-se da generosidade e desviando-os do bom caminho[49].

Depois dessas considerações gerais, voltemos nossas lentes para as notas taquigráficas. Através delas, podemos mapear o colaboracionismo da reitoria com a repressão ao ME no imediato pós-golpe. Segundo o reitor:

> Documentos fartos foram encontrados na [União dos Estudantes da Bahia] U.E.B.[...]. Dando, ontem, a minha primeira aula, depois desses acontecimentos, tive oportunidade de fazer um apelo aos meus alunos no sentido de que fossem evitados atritos, de que fossem evitados choques. Dando, ontem, a minha primeira aula, depois desses acontecimentos [...] aproveitei a oportunidade para dizer que, como professor estava envergonhado por haver apurado que havia, na nossa comunidade, estudantes que pela sua indignidade de conduta merecem ser expulsos da universidade porque esses recebiam dinheiro de Moscou e de Pequim para fazerem a baderna dentro da universidade. Acredito que esses devem ser castigados devidamente, devem ser expulsos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Apesar da ira do reitor, seria leviano omitir que nenhum estudante foi expulso da UFBA no imediato pós-1964. Quanto ao discurso do reitor, não é difícil identificar sua afinidade com o ideário anticomunista difundido na época. Sá Motta (2002, p. 169) demonstrou que "foi travada uma verdadeira batalha em torno das representações relacionadas à ´pátria do socialismo´" na construção de um imaginário anticomunista no Brasil. Após o golpe militar, ganhou fôlego a proliferação de notícias vinculando os subversivos ao "inferno soviético", alimentando a paranóia da infiltração dos comunistas a serviço daquela potência estrangeira supostamente interessada na desintegração da nação brasileira. Neste quadro, nada mais lógico do que a conclusão do reitor a respeito do ME ser financiado por países socialistas.

---

inquisidor. Eu me colocava como um manipulado, um idiota. Contava histórias assim". In: MACHADO, Otávio Luiz. Depoimento César Maia à Otávio Luiz Machado. Ouro Preto, Projeto Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP, 2003.

[49] Esta idéia está bastante presente em Carvalho (1978) e em diversos discursos de militares (D´ARAÚJO, 1994b).

É inegável que havia algum nível de articulação do ME brasileiro com entidades internacionais. No caso local, a realização do Encontro dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido mostra isso. A partir dessas coordenadas históricas, podemos interpretar que o texto do reitor foi alimentado pelo imaginário anticomunista pintado com o verniz do mito.

Agindo com base no suposto de que na presidência dos DAs estavam os "chefes comunistas", "perigosos" e "atuantes", o reitor propôs envolver Diretores de Faculdades e estudantes na "operação limpeza" dos DAs. Contrapondo-se a uma sugestão de destituição de todas as diretorias dos órgãos estudantis pelo conselho universitário, o Reitor afirmou:

> Não queria que o Conselho adotasse uma medida que me parece um tanto coercitiva. Sou, por temperamento, um homem liberal, de modo que não gosto que se suponha que estou me aproveitando da situação para fazer pressões (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

A lógica que orientou a relação da reitoria com as entidades estudantis foi excluir dos DAs os principais ativistas do ME e submeter essas instâncias de representação à nova legalidade imposta pelo regime[50]. Assim, os estudantes tidos como *comunistas* – conceito elástico uma vez que foi sinônimo de qualquer contestação ao *status quo* ou afinidade com a luta pelas reformas de base – e/ou identificados com a esquerda foram expurgados da direção das entidades. Segundo o reitor,

> Temos conseguido essas modificações nos diretórios tranqüilamente em assembléias presididas pelos diretores, de modo que está se processando a substituição daqueles que realmente se tornaram indignos da condição de líderes estudantis (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Esse trecho torna mais explícita a tática da "parceria" entre diretores e estudantes. Como se depreende dos relatos, a partir da vitória da "postura

[50] Esta lógica difere da relação da Reitoria com as entidades estudantis regional e nacional, a saber, a União dos Estudantes da Bahia (UEB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Para o governo, estas entidades deveriam ser extintas. A respeito, ver Martins Filho (1987, p. 85).

liberal" do Reitor Albérico Fraga na reunião do CONSUNI, os diretores de Faculdades não destituíram formalmente todas as diretorias, mas, na prática, organizavam assembléias de estudantes e viabilizavam as mudanças nos DAs expurgando aqueles considerados "indignos" para a tarefa - leia-se: aqueles engajados com o ME no contexto anterior ao golpe. Neste sentido, não devemos subestimar o poder de pressão dos diretores naquele contexto e o papel de coerção das autoridades universitárias no interior das Faculdades.

No que diz respeito ao DCE, a reitoria não foi nem um pouco transigente com o rito formal - diferente do discurso do reitor em relação às diretorias dos DAs - uma vez que os dois representantes estudantis foram destituídos pelo CONSUNI e meses depois uma nova diretoria foi eleita. Provavelmente alguns membros desta diretoria oscilavam na fronteira tênue entre o anticomunismo, o combate à esquerda e o apoio ao golpe militar. Um dos indícios que reforça esta explicação é a presença do estudante Naomar Alcântara – novo presidente do DCE – no papel de testemunha de acusação no IPM aberto pela 6ª. Região Militar para processar estudantes engajados no ME antes do golpe.

Uma questão básica salta aos olhos. Se a reitoria conseguiu construir essa lógica, isso resultou também do apoio que essa política - e a própria recepção positiva ao golpe - teve perante alguns estudantes. Reconhecer isso é importante para não reproduzirmos um discurso com a mesma matriz do ideário anticomunista ainda que com polaridade invertida. Noutras palavras: os estudantes que assumiram as entidades também foram sujeitos ativos neste processo e fogem da interpretação de que seriam "inocentes úteis" manipulados por professores e administradores universitários anticomunistas.

Dar visibilidade a esta questão é relevante por várias razões: evidencia mais um exemplo histórico que nega a validade de proposições em torno do "poder jovem" e sua noção essencialista do estudante enquanto um "revolucionário", "progressista" e "oposicionista nato"; contribui para questionar uma abordagem que mitifica o papel do jovem durante a ditadura militar no Brasil; estimula investigações sobre ações de jovens em apoio ao golpe; instiga o debate sobre as reconstruções memorialísticas que envolvem a ditadura militar no Brasil. Feitas essas considerações, é chegado o momento de descrever alguns lances de apoio discente ao golpe.

2.6 Apoio de setores estudantis ao golpe

De acordo com um entrevistado, não existiu direita organizada para a ação cotidiana no ME, mas "houve apoio ativo [ao golpe militar] através de delações e através de colaboração indireta assumindo o diretório acadêmico [...]. Os próprios militares arregimentaram pessoas de sua confiança para colocar [nos diretórios estudantis]".

Já foram apontados indícios e evidências da colaboração estudantil com a destituição das antigas diretorias dos DAs. Conseguimos mapear outros exemplos que merecem considerações, pois indicam ações de apoio ativo ao golpe militar. Nessa perspectiva, o diretor da Faculdade de Medicina apresentou relato sugestivo na reunião do CONSUNI UFBA pós-golpe:

> Na segunda feira fui procurado por um grupo de estudantes que me declarava o desejo de convocar uma assembléia geral e me levaram a seguinte proclamação: (Lê) "Os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia...". Tiraram seis cópias dessa proclamação e anexaram a relação dos nomes dos alunos de cada série.
>
> Distribuíram por assinatura. No momento em que eles tiveram maioria absoluta de assinaturas convocaram a assembléia que se fez ontem. De modo que quando a assembléia foi convocada já estavam vagos os cargos porque todos aqueles que assinaram estavam de acordo com a proclamação. Convocada a assembléia foram ratificados os termos e feita a eleição para provimento dos cargos considerados vagos. Tudo correu sem incidentes e depois eu os empossei, de acordo com o que havia acertado com o Magnífico Reitor. Entreguei a essa nova diretoria o diretório.
>
> De modo que a situação por lá se resolveu simplesmente, de uma forma que me parece muito justa, muito legal porque ao assinarem os alunos tomaram conhecimento da proclamação. A proclamação é muito incisiva. Eles sabiam o que estavam assinando, estavam assinando um aplauso às Forças Armadas. Eles tomaram cerca de quatrocentas assinaturas em menos de um dia. Ontem foi feita a eleição e a posse às 15:30 horas já estava efetuada (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Durante a pesquisa no arquivo da Faculdade de Medicina, localizamos o documento. Vejamos:

> Os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, aplaudindo a atitude tomada pelas Fôrças Armadas na defesa dos ideais democráticos do povo brasileiro e profundamente consternados com a existência de material subversivo nas sedes das entidades estudantis, resolvem sejam considerados vagos os cargos do Diretório Acadêmico desde quando seus ocupantes já não representam a opinião dos estudantes desta casa.
>
> Assim sendo, convocam a assembléia geral dos estudantes, em dia e hora a serem marcados, nesta Faculdade, para eleger os novos dirigentes do seu Diretório (ABAIXO ASSINADO, 1964).

Há algumas ressalvas que devem ser feitas. Não encontramos cópia do documento com as supostas quatrocentas assinaturas. Além disso, a folha do abaixo-assinado contém o timbre oficial do MEC/Faculdade de Medicina da UFBA. Isso pode nos sugerir um outro exemplo prático da "parceria" entre a Direção da Faculdade e setores estudantis no combate à "subversão" no DA Medicina. É possível também algum nível de manipulação por parte do Diretor, no método de recolhimento das assinaturas e no número de assinantes.

A partir do que foi dito, devemos afastar tanto a teoria da conspiração e a noção de 100% de manipulação no ato e no número de assinaturas, quanto uma visão ingênua em subestimar o possível poder de pressão de professores e demais autoridades universitárias na construção do abaixo-assinado. Noutras palavras, sem afastar a validade do documento enquanto mais uma prova da existência de algum grau de colaboracionismo de estudantes de medicina e de professores com o golpe, as condições de produção da fonte são marcadas pela atmosfera de controle, vigilância e medo vigentes no imediato pós-golpe.

Um outro exemplo comprova a vigência de ações colaboracionistas na Faculdade de Medicina. De acordo com o *A Tarde*, a convite da nova diretoria do DA, o Capitão do Exército, Evandro Carvalho dos Santos, fez uma palestra na faculdade sobre "as causas da revolução e a participação dos moços". Naquelas circunstâncias, a simples realização da atividade na Faculdade pode denotar uma cumplicidade da instituição com o golpe civil-militar, um território propício à propagação das idéias anticomunistas necessárias à legitimação do novo regime e, ao mesmo tempo, um "*foco subversivo"* que deveria ser

minado. Há, ainda, uma matéria jornalística em que os membros do DA entregaram ao General Mendes Pereira um Manifesto:

> O novo Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, recentemente empossado, cônscio dos seus direitos e deveres, vem, de público, manifestar seu regozijo em face dos últimos acontecimentos políticos, em que as Forças Armadas do Brasil, numa tomada de posição condizente com as reais tradições democráticas do nosso povo, mostraram mais uma vez a sua eterna vigilância e amor à pátria livrando-a do abismo vermelho que a esperava. A estes heróis da Pátria, a nossa admiração e estima e, ao povo baiano, a afirmação de que, neste DA, novos alicerces democráticos serão levantados, novas perspectivas esperarão o estudante de Medicina, para que ele possa realmente desempenhar a sua função primeira: estudar. Estudar para ser um bom profissional e, assim, melhor servir ao seu povo (JORNAL DA BAHIA, 15/04/1964).

Recheada de jargão anticomunista e marcada pelo "regozijo" à ação das Forças Amadas, a nota indica que a perspectiva apontada pela nova diretoria era contribuir para o estudante desempenhar sua função precípua de estudar. O contraditório é que esse projeto de esvaziar a *política* da ação estudantil era vislumbrado após um *ato político* – o apoio da nova diretoria do DA ao golpe civil-militar. Esse discurso foi recorrente antes e após o golpe, sendo muito usado ao indicar, subliminarmente, que o verdadeiro estudante não devia participar da vida política – leia-se, não devia criticar a nova ordem instituída.

Deslocando o eixo do curso de Medicina, mas ainda próximo de uma recepção favorável ao golpe, há uma outra matéria sugestiva:

> Os estudantes democratas da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, unidos em torno dos altos ideais patrióticos e em consonância com as verdadeiras vocações que norteiam o povo brasileiro, querem através deste manifesto fazer público a nossa irrestrita adesão às gloriosas Forças Armadas, que tão oportunamente fizeram ressurgir em nossa Pátria a verdadeira democracia, única forma de governo compatível com a dignidade humana.
>
> Coerentes com os princípios acima expostos, querem proclamar que já não mais reconhecem autoridade na ex-diretoria do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, visto que neste órgão, militavam elementos anti-patrióticos, subversivos e

> agitadores mercenários, que tentavam a olhos vistos e bradavam viva a voz a negação das liberdades democráticas. Tais fatos foram patenteados pela apreensão de amplo material comunista, cuja procedência é suspeita, não sendo estranhos, porém os destinatários, que neste momento não são encontrados.
>
> Isto posto, os verdadeiros estudantes, inconformados com tal ocorrido e estando acéfala a direção estudantil da escola, convocam os demais companheiros para na próxima segunda-feira, dia 6, às 10horas, na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, se reunirem em assembléia geral, a fim de que seja apreciado o afastamento e a conseqüente vacância da diretoria do CARB.
>
> Assinam o manifesto os estudantes Ney Correia dos Santos Mello, David Meira Martins da Silva, Jesus de Almeida Moura e outros (A TARDE, 06/04/1964).

Dias depois, os estudantes de Direito novamente voltaram ao noticiário. Dessa vez,

> face ao completo abandono em que se encontrava o Centro Acadêmico Ruy Barbosa, órgão de coordenação do corpo discente da Faculdade de Direito, resolveram os estudantes convocar uma reunião de assembléia geral para a eleição da nova diretoria.
>
> Quando a comissão composta por alguns membros da diretoria do CARB foi comunicar ao Reitor Albérico Fraga sua eleição, o presidente do Centro Acadêmico Ruy Barbosa disse ao reitor, que sua posição à frente daquela entidade era, tão somente, a de defender os interesses da classe estudantil. Afirmando que a verdadeira posição dentro de um sentido apolítico: "Queremos trabalhar pelos nossos colegas, sem que no meio desse trabalho surjam as injunções políticas" – frisou o estudante Ney Melo (A TARDE, 20/04/1964)

Estas duas matérias salientam o discurso dos líderes estudantis sobre o estado de "acefalia" e "abandono" que caracterizava a entidade. Ilustram o que já foi dito a respeito da fuga ou prisão de militantes estudantis após o golpe. De outro lado, é sugestiva da ocupação que foi feita por estudantes a partir do vazio de poder nas entidades estudantis com a fuga ou renúncia dos antigos diretores.

Não esqueçamos do presidente do DA de Filosofia que renunciou ao cargo e do estudante de Direito que procurou o Reitor Albérico Fraga temendo

ser preso. Mesmo a UEB não ficou imune ao ato de renúncia, seja por adesão à nova ordem, seja por pragmatismo e medo. Vejamos o manifesto de renúncia do vice-presidente da entidade:

> Declaração – Como 4ª vice-presidente da UEB conclamo todos os companheiros para se unirem de forma coesa e apoiarem todas as medidas de redenção democrática capazes de estabelecer um clima de tranqüilidade, dedicação ao estudo e colaboração na apreciação dos problemas nacionais livres de qualquer influência demagógica de caráter comunista. Essa união deve assegurar condições para que nossa mocidade possa [com] ordem e com respeito, colaborar com as autoridades para a tranqüilidade da família brasileira e particularmente de Salvador. Conclamo ainda a volta imediata às atividades escolares em demonstração de disciplina e desejo sincero de ver restabelecida a ordem e a tranqüilidade nacional, a fim de que o país encontre o caminho seguro do desenvolvimento e da felicidade. Pelo presente manifesto, apresento a minha renúncia ao cargo de vice-presidente daquela entidade. Carlos Spínola Palma (A TARDE, 06/04/1964).

***

É preciso dizer que a reação favorável ao golpe no meio estudantil não foi algo exclusivo de setores estudantis universitários, tampouco ficou restrita a atos em recintos fechados e moções. Para a realização da "marcha da vitória" após o golpe, houve uma "convocação à mocidade da Bahia" publicada no *A Tarde* e assinada supostamente por um jovem, que num dos trechos argumenta que

> A ação nefasta de um grupo subversivo não logrou nem logrará jamais destruir a nossa força jovem e livre que é o próprio sentido vivo de nossa Brasilidade.
>
> Cerramos fileiras em torno deste ideal e vencemos. Vencemos porque o Brasil é uma árvore sólida, cujas raízes se enterram profundas na Democracia e na fé. Os ramos podres foram definitivamente cortados. Nunca correu tão livre quanto agora a seiva incorruptível de sua energia vital. E ai daqueles que tentarem lançar mais uma vez nesta árvore as parasitas vermelhas, que aos troncos jovens não servem, mas que enganosamente tentam servir-se deles.

> Estejamos atentos, Mocidade da Bahia, e consolidemos na Democracia a esperança do nosso tão alto porvir.
>
> Vencemos com a Revolução Pacífica – agora é chegada a hora de Ação de Graças. Deus ouvi-nos e gulou-nos, cerremos fileiras mais uma vez ao seu lado. A Marcha da Vitória a realizar-se no dia 15 deste mês, às 3hs da tarde será antes de tudo a Marcha da Fé, a Marcha da Família. Vinde jovens do interior e uni-vos a nós. Saiamos todos às ruas para entregar os louros da Vitória a quem eles são devidos: à ajuda de Deus, à bravura das Forças Armadas, aos ideais das famílias, à coragem dos jovens.
>
> E de retorno à Paz dos nossos lares, não deixemos que a vida de todos os dias arrefeça as forças do ímpeto de lutar e trabalhar por uma Nação maior e mais gloriosa.
>
> Jovem, "não pergunte o que o Brasil pode fazer por você, mas o que você poderá fazer pelo Brasil". A.C.C.R. (A TARDE, 15/04/1964).

Atos como a escrita e a publicação dessa carta não devem ser generalizados para o conjunto dos estudantes. Sequer sabemos o significado da sigla, muito menos se ela foi escrita realmente por um jovem. Não identificamos na imprensa outras ações demonstrativas de entusiasmo programático e ideológico dos estudantes com o ideário golpista. Esse dado é relevante para a explicação da recepção ao golpe no meio estudantil.

Além dessa iniciativa, foi proposto realizar um ato específico de estudantes em apoio ao golpe. Segundo a imprensa:

> haverá na Praça da Sé uma grande concentração dos estudantes democratas e do povo bahiano, numa passeata que realizarão em homenagem às Forças armadas por terem restaurado, de uma vez por todas, as instituições democráticas brasileiras que antes estavam sendo minadas pelos dirigentes esquerdistas (A TARDE, 09/04/1964).

É digno de mencionar que não encontramos nenhuma referência à cobertura da passeata. Poderíamos simplesmente analisar esse silêncio como uma omissão da imprensa. Contudo, no contexto da euforia (retro) alimentada por *fatos* e *notícias*, achamos esta hipótese pouco plausível. Acreditamos que

o evento frustrou as expectativas dos organizadores não se apresentando como uma “significativa homenagem às Forças Armadas”.

Deste ponto de vista, a partir dos dados apresentados e discutidos, o sentimento anticomunista presente em parcelas estudantis e o medo diante da atmosfera geral de repressão política e da coerção de autoridades universitárias reuniram base social para o abandono e a destituição das antigas diretorias de DAs e do DCE, mas não foram suficientes para se transformar em apoio ativo significativo ao golpe civil-militar que proporcionasse um *rosto social* estudantil universitário com destaque.

Paralisia, apatia e relativa indiferença podem ser os melhores ingredientes para explicar a recepção dos estudantes universitários ao golpe. Isso permite inverter o raciocínio com que Martins Filho habilmente caracterizou as reações de resistência: as tentativas de apoio ativo ao golpe não passaram de ações isoladas de estudantes sem maior capacidade de atração no corpo discente universitário. É razoável considerar que, na conjuntura do imediato *pós-golpe*, houve um distanciamento da maioria dos discentes em relação à polarização esquerda (a favor das reformas de base e contra o golpe) *versus* direita (contra as reformas e a favor do golpe militar). No caso da UFBA, possivelmente essa fronteira foi ampliada a partir dos incidentes na aula inaugural que culminaram com a prisão do presidente do DCE. E esse hiato se refletiu numa ausência de participação, seja nos atos de resistência, seja nos atos de apoio ao golpe. A maioria do estudante-comum assistiu ao binômio golpe-resistência no lugar social de um expectador.

Um dado pode ser acrescentado para dar mais solidez à análise: a imprensa tendeu a enfatizar a inexistência de resistência estudantil ao golpe. Um exemplo atesta a força do argumento. Ao comentar a volta à normalidade democrática na UFBA, o *A Tarde* apontou algumas considerações:

> A normalização das atividades universitárias é um dado importante para compreender-se a posição de nossa mocidade universitária. A assiduidade, a ordem e o ambiente de normalidade que se nota nas faculdades, para muitos, eram inesperados.
>
> Na verdade, a história universitária mais recente tem sido de agitações cada vez mais extremadas. A Universidade parecia

> um foco perigoso de baderna, para quem não conhecia o real espírito da mocidade brasileira, por princípio democrática.
>
> A volta ordeira e pacata dos universitários, desde o primeiro dia em que se reabriram as atividades docentes veio desmentir o juízo dos que assim pensavam. E provar, sem sombra de dúvidas, que todo o clima de desordem instalado nas escolas superiores não passava de uma artificialidade proposta por uma minoria agitada e ativa, que agora já passou a compreender o erro em que laborava.

Essa matéria sugere aspectos para uma boa crônica da recepção ao golpe. O retorno às aulas na UFBA uma semana depois do *31 de março* parece ser emblema da existência de poucos atos de resistência ao golpe com visibilidade e força social. Ainda assim, essa assertiva não nos impede de pensar no potencial de focos políticos de rebeldia e desobediência, seja pelo esvaziamento do recinto universitário no dia do golpe e posterior fechamento da UBA, seja pelo fato de que, entre o registro do golpe e a volta à "normalidade", os militares haviam decretado o toque de recolher em toda a cidade e se passaram 9 dias de repressão, de ameaças, de controle, de medo...

Ainda sobre iniciativas solidárias com o golpe no meio educacional, vale ressaltar que o movimento secundarista não ficou imune às mudanças advindas com o golpe de 1964. O Presidente da ABES já era afinado com o anticomunismo e a ASES já era alinhada à luta anti-Jango e dotada de forte discurso anticomunista. Dias após o golpe, a entidade divulgou manifesto convocando

> todos os estudantes de grau médio e que sejam democratas com o objetivo de prestar seu apoio de solidariedade às Forças Armadas que, num arroubo patriótico livrou a Pátria brasileira do jugo bolchevista.
>
> Disse o presidente Waldeck Ornelas, presidente da ASES, que bem mais de uma centena de estudantes já hipotecaram sua solidariedade aos componentes das Forças Armadas e que as inscrições para o voluntariado continuarão abertas na sede daquele órgão na Barroquinha (A TARDE, 06/04/1964).

Notemos que a pequena quantidade de estudantes voluntários pode denotar também o pouco apoio ativo estudantil secundarista ao golpe militar em Salvador. É interessante acrescentar que houve ingerência no grêmio estudantil de um importante colégio - como atesta a matéria abaixo:

> Mediante deliberação tomada pela diretoria da Associação Bahiana dos estudantes secundários em sua recente reunião, ficou acertado que o interventor do Grêmio Colégio da Bahia é o estudante Abimael Teixeira.
>
> A indicação do estudante Abimael para aquela interventoria contou com o apoio do prof. Orlando Bahia Monteiro, diretor do Colégio Estadual da Bahia (seção Central). Os demais componentes do Grêmio Colégio da Bahia serão indicados logo após entendimentos que o estudante Abimael mantenha com a direção da ABES e do referido estabelecimento de ensino (A TARDE, 15/04/1964).

Esta intervenção no Grêmio do Colégio da Bahia não soa estranha quando comparamos com a notícia de "homenagem do C.B. (Colégio da Bahia) às Forças Armadas". Segundo a matéria:

> Realizou-se [...] no auditório do Colégio da Bahia, uma significativa homenagem da Congregação daquele tradicional estabelecimento de ensino ao general Manoel Mendes, comandante da Sexta Região Militar, como reconhecimento ao representante das Forças Armadas aqui na Bahia pelo ato [...] que ele e seus companheiros de farda praticaram na defesa da liberdade e da democracia.
>
> **Presenças**
>
> Estiveram presentes à solenidade, o secretário de Educação, [...] o prof. Orlando Bahia Monteiro, diretor do Colégio da Bahia, além de outras autoridades, bem como professores e alunos que ali se fizeram presentes, para engrossar s fileiras de todos que reconhecem nas gloriosas forças Armadas o baluarte defensivo de nossas instituições democráticas (A TARDE, 22/04/1964).

2.7 A repressão ao setor educacional: a caça continua

Ao mesmo tempo em que apontamos iniciativas para transformar alguns aplausos estudantis ao golpe em apoio ativo com visibilidade social, não se deve esquecer que, para além das medidas repressivas implementadas na UFBA, houve uma política repressiva e sistemática por parte da polícia a todos aqueles que faziam parte do "foco de subversivos". Deste modo, foi importante excluir os supostos comunistas das entidades estudantis, propagandear fatos que sugerissem como essa atuação era isolada e destoava do bom mocismo da juventude baiana, acentuar a normalidade do retorno à vida universitária e ressaltar a recepção positiva e favorável do golpe junto a setores estudantis. No entanto, para a DSN, isso era insuficiente pela própria natureza do inimigo a ser combatido.

Infelizmente, no momento de escrita dessa tese, os arquivos da repressão no estado da Bahia não foram disponibilizados à pesquisa pública. Certamente, contribuiriam para uma análise do ME visto pelas lentes da repressão. Carente desta documentação, o que nos resta é apresentar o discurso oficial a respeito do *modus operandi* da polícia. Em entrevista, um oficial do serviço secreto da polícia, visando enaltecer os esforços da corporação, afirmou que:

> Tivemos de agir depressa e sufocar prontamente todas as áreas de subversões que poderiam constituir perigo iminente. Prendemos os líderes. Ocupamos os pontos estratégicos e mantivemos, mesmo com o perigo de nossas vidas – pois o soldado está sempre disposto a dar a vida em holocausto dos sagrados interesses da pátria – a tranqüilidade da família baiana (A TARDE, 09/05/1964).

E para entender a força dos tentáculos da repressão alimentada pela paranóia do perigo comunista, o mesmo oficial apontou as diretrizes da estratégia repressiva. Apesar de longo, vale a pena reproduzir o trecho no que se refere ao setor estudantil:

> Nós vamos prescrutar o mundo estudantil, nós vamos prescrutar a elite intelectual, nós procuraremos sentir o comportamento das massas, nós procuraremos sentir dentro daquilo que podemos chamar de "'oportunistas", a sua atuação: nós vamos, por outro lado, buscar o comportamento dos

> políticos, o comportamento dos líderes, dos partidos, suas aglutinações, seus conchavos, suas cobaias, enfim; nós vamos fazer uma varredura em todos esses elementos que, destacadamente na sociedade do presente, têm participação social ativa na vida do país. Então esse comunismo, esse agente principal da subversão, nos preocupa [...] não, apenas o partido em si, mas a sua influência [...]. Assim, nós vamos buscar dentre aqueles que podem influir sobre a juventude, nós vamos buscar aqueles jovens no curso secundário, no curso de colégio, na universidade, pois estamos procurando hoje, nos dias que correm, encetar um trabalho que para nós tem grande valia [...]. Precisamos descontaminar – e essa descontaminação há de ser feita e teremos de fazê-la a qualquer preço – qualquer que seja o sacrifício, qualquer que seja, finalmente as atitudes que tenhamos que tomar – para erradicar, dentre o corpo docente do colégio públicos e particulares, das universidades, os professores que possam instilar esse veneno, que, dia a dia, gota a gota, vão tornando os nossos jovens em homens implicados, em homens como que amestrados" Coronel Marino Freire Dantas – Chefe do serviço secreto (A TARDE, 09/05/1964).

É digno mencionar, ao menos, três premissas do discurso. Uma primeira diz respeito a uma diferenciação entre líderes/elite/oportunistas e as cobaias (as massas); a outra é a particularização dessa distinção: os professores como agentes patológicos que influenciam negativamente os jovens (cobaias influenciáveis); a terceira é a associação entre comunistas enquanto doentes cujo contato contamina. Diante de tudo isso, era necessário um *vale-tudo* para extirpar a doença e efetuar a descontaminação. Saliente-se que essas premissas se sintonizavam com o imaginário anticomunista no Brasil de existência do inimigo interno que, como uma serpente, se infiltrava e manipulava as pessoas; de outro lado, se aproximava da associação do comunismo como um agente patológico e suas derivações, desde a presença de um jargão médico no diagnóstico da crise e da atuação comunista - contaminação -, até pela representação dos comunistas como doentes.

Para não nos alongarmos na recorrente análise do discurso anticomunista presente no combate ao ME, o fundamental é dizer que essas idéias ganharam força material e animaram a prática social do aparelho repressivo do estado. Não por acaso a UFBA foi visada e esquadrinhada – como parte do setor educacional que englobava intelectuais, professores e

jovens. Além disso, como já foi dito, a diretoria de muitos DAs foi destituída e substituída e as entidades gerais (UNE, UEB e DCE) foram fechadas ou sofreram intervenção sob a égide de informações sobre a subversão no meio estudantil nacional e local, como se depreende da leitura abaixo:

> Aqui, em Salvador, a União dos Estudantes da Bahia sofreu interdição e os Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia e Faculdade de Filosofia da UBa, também foram fechados.
>
> A possibilidade de que voltem a funcionar é de se pôr à frente de seu destino uma diretoria composta de elementos que não tenham paixões político-partidárias, nem tampouco mantenham vínculos com grupos anti-nacionais o que, em verdade, descaracteriza o sentido do movimento estudantil (A TARDE, 09/04/1964).

A questão que pode ser formulada é: vitoriosos na destituição das antigas diretorias das entidades estudantis, os entusiastas do golpe civil-militar se consolidariam nas entidades estudantis? Eles conseguiram encontrar "elementos sem paixões político-partidárias" que impedissem a reorganização de um ME em oposição à ditadura militar? Responder essas interrogações é um sugestivo fio condutor para o próximo capítulo.

3. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

3.1 O pós-golpe na UFBA

Consolidada a vitória dos golpistas, os verbos conjugados pelos militares foram reprimir e expurgar aqueles considerados "inimigos do regime". Segundo Fico (2001, p. 22), "entre os dias 10 e 13 de abril, [houve] 45 cassações de mandatos, 162 suspensões de direitos políticos por dez anos e 146 transferências de militares para a reserva". Mattos (2003) aponta que mais de

7.000 pessoas foram presas na primeira semana, enquanto 50 mil foram para trás das grades entre abril e junho de 1964.

Os resultados dessa fúria repressiva foram sentidos principalmente pelos militantes do movimento sindical e ativistas das ligas camponesas. Os expurgos tiveram como alvo também funcionários públicos, juízes e militares. Os estudantes não ficariam imunes, nem o conjunto dos ativistas engajados na luta pelas reformas de base. A militância de esquerda também seria visada. Não por acaso, a UNE e o PCB foram alvos de processos judiciais. Logo nos primeiros dias após o golpe, segundo um estudioso

> o "Comando Supremo" baixou um "Ato Institucional" que, posteriormente à decretação de outros, nos anos seguintes, passaria a ser conhecido como AI-1. Este primeiro ato conferia ao "Comando Supremo da revolução" o poder de promover as punições desejadas pelos radicais. Tal poder passaria às mãos do presidente da República, por sessenta dias após a posse. Porém, demonstrando claramente seu ânimo e sua preeminência, Costa e Silva, através do "Comando" fez expedir, na antevéspera da posse de Castelo, o "Ato do Comando Supremo no. 9" e a "portaria no. 1". O primeiro estabelecia que os encarregados de inquéritos e processos (visando às suspensões de direitos políticos, às cassações de mandato etc.) poderiam delegar atribuições referentes a diligências ou a investigações, bem como requisitar inquéritos ou sindicâncias levadas a cabo em outras esferas. A portaria determinava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar crimes militares contra o Estado e a ordem política e social. Com isso, foram criadas as condições para que vários coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães exaltados persistissem na "caça às bruxas", mesmo depois da posse de Castelo Branco, pois eles assumiram a responsabilidade pela condução dos IPM (FICO, 2001, p. 36).

O Estado de Segurança Nacional foi institucionalizado com a promulgação do Ato Institucional No. 1. O AI-1 visou reforçar o executivo e restringir o poder decisório do congresso. Autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos e criou as bases para os Inquéritos Policiais Militares. No dia 15 de abril, o General Humberto Castelo Branco assumiu a presidência da república.

Em sintonia com a operação limpeza decretada nacionalmente, na Universidade da Bahia alguns professores foram detidos. O professor Nelson

Pires foi demitido da instituição. Segundo a ata do CONSUNI (09/04/1964), o Reitor Albérico Fraga também demitiu o funcionário Isidório Batista sem direito de defesa por ser negro, funcionário, analfabeto, comunista e agitador.

No que se refere ao ME, houve a destituição das diretorias dos DAs, da representação estudantil no Conselho Universitário e da antiga diretoria do DCE. O presidente Pedro Castro já se encontrava na prisão depois dos incidentes na aula inaugural, ocorrida antes do golpe. Respondeu ao inquérito e ficou preso durante um ano. Outros discentes foram enquadrados pela Justiça Militar e tiveram que cumprir pena. Os estudantes que foram soltos e aguardaram o julgamento em "liberdade" eram obrigados a visitar a Polícia duas vezes na semana.

Pari passu à exclusão da representação estudantil e sua punição pelos novos "donos do poder", estudantes mais afinados com o ideário golpista e/ou submetidos à coerção das autoridades universitárias assumiram o papel de interventores que colaboraram com os golpistas. No caso do DCE[51], o presidente Naomar Alcântara seria inclusive uma das testemunhas de acusação no Inquérito Policial Militar aberto para punir alguns ativistas (BNM 394).

As destituições das antigas direções somadas à intervenção nas entidades estudantis trouxeram uma descontinuidade no acúmulo e experiência de luta e uma desarticulação do ME sob orientação da esquerda entre abril de 1964 e o segundo semestre de 1965, ainda que possa ter havido alguma disposição reivindicatória por parte do DCE e dos DAs relacionada a problemas existentes nos cursos. Ao que parece, estes setores estudantis tentaram pautar demandas específicas.

O movimento secundarista soteropolitano demonstra como a direita, até para se manter na direção das entidades, construía uma retórica reinvidicatória, desenvolvia lutas e buscava conquistas para o corpo estudantil. A diferença

[51] A nova diretoria do DCE foi formada por: Presidente (Naomar S. de Alcântara); 1. Vice (Sérgio Ramos); 2.Vice (Severino Cortizo Bouzas); Sec. Geral (Benedito Romualdo); 1. Sec. (Sérgio Almeida); 2. Sec. (Murilo Henriques); 1. Tes. (Maria Antonia Andrade); 2. Tes. (Maria Oliveira; Bibliotecária (Lina Rebouças de Castro); 2. Rep. (Aurélio Assis Filho); Suplente (Luiz Allan Silva). Os representantes no Conselho Universitário passaram a ser Naomar Soares de Alcântara e Aurélio Assis Filho (ATA CONSUNI. 02/06/1964). Já em 24 de maio, a segunda diretoria teria sido eleita (A TARDE, 30/05/1965). Juscelino Barreto dos Santos (presidente), Ivan Benedito Fonseca Ferreira, Valdemar da Rocha Santos, Fernando Jorge Sarmento, Délcio Gama, Maria Lígia Alves de Souza, Robson da Silva Dória, Raimundo de Melo Souza, Ovídio Batista Valadão Neto.

com a esquerda estava no nível de autonomia e independência em relação ao reitor e ao governo; na perspectiva de politização geral da ação política, inserindo a conexão entre a questão específica e o nível macro e na ausência de oposição ao governo e à ditadura militar.

A tentativa da repressão de sufocar qualquer foco de resistência ao novo regime não respeitaria sequer rituais como as formaturas universitárias. No capítulo 2, demonstramos que houve um veto aos paraninfos escolhidos pelos estudantes de Medicina no imediato pós-golpe. Decorridos sete meses do golpe civil-militar, a questão das formaturas voltou a ser pautada na reunião do Conselho Universitário:

> O Magnífico Reitor tratou do problema relativo ao excesso na linguagem por parte dos oradores nas solenidades de formaturas, achando que os diretores que presidirem às sessões deverão cassar a palavra dos oradores que se tornarem inconvenientes, suspendendo, imediatamente as solenidades e que todos os diretores deverão agir de maneira idêntica. Finalmente S. Magnificência fez um apelo ao Presidente do Diretório Central dos Estudantes para que houvesse comedimento nas orações de formatura, ficando assim, restabelecida a tradição das solenidades de formaturas. O Conselheiro Naomar de Alcântara (pres. DCE) disse que aceitava as sugestões do Magnífico Reitor e que, pessoalmente, conversará com todos os oradores (ATA CONSUNI. NT. 30/11/1964).

Além de sugerir que a resistência ao golpe de 1964 passou a ecoar nos discursos durante as formaturas, o trecho acima evidencia a tentativa do Reitor em controlar e disciplinar as formaturas de modo a eliminar seu conteúdo de crítica política – coibir o “excesso na linguagem” e garantir “comedimento nas orações de formatura” - ao novo regime, delegando essa atribuição aos diretores de unidades. Quanto à colaboração da representação estudantil, não passaria de declaração de boa vontade com o reitor uma vez que, na reunião seguinte, Naomar de Alcântara anunciou sua formatura.

Questionado sobre a eficácia do controle por parte da reitoria, um entrevistado respondeu: “Antes a liberdade era completa para os oradores. Então, a reitoria não interferia em absolutamente nada., [...] e nem no espírito

da festa. Isso tudo veio a partir [...] do AI-5". Um outro estudante da Faculdade de Filosofia comentou:

> Eram rituais essencialmente políticos. [...] A gente julgava que era uma forma de confrontar a ditadura. Que era um tipo de enfrentamento que marcava a autonomia universitária. [...] Era um evento na Reitoria [...] também a escolha dos paraninfos que geralmente eram professores ou militantes ou professores realmente com grande contribuição e participação política na universidade [...] era um espetáculo político de resistência. [...] com a certa pompa que o momento de formatura exigia aquela beca [...] mas um conteúdo era inteiramente político-ideológico [...] era um evento eu tinham grande participação e repercussão. [..] tinha espaço político também nos jornais[52] [...] e dentro da própria comunidade universitária.

Os relatos atestam que fracassou a tentativa de controle direto por parte da reitoria. Já demonstramos que antes do golpe de 1964 a formatura já era um evento de demarcação de posições políticas e continuou sendo após o golpe. É interessante apenas relativizar a afirmação de que a Reitoria passou a influenciar no rito após o AI-5. Sem desconsiderar a influência do AI-5 na produção de um clima de medo numa atmosfera política mais favorável ao controle social do protesto universitário, inclusive nas solenidades, conforme demonstraremos no final deste capítulo, é importante perceber uma dinâmica de controle invisível e mais sutil: a proposta de formatura única para os cursos, centralizando a organização do evento e, talvez, minimizando as brechas para a contestação.

Após essa rápida digressão sobre a dimensão do protesto político envolvendo o ritual das formaturas, ressaltemos duas mudanças importantes que já afetavam a vida universitária na reunião do CONSUNI que tratou pela primeira vez do controle das solenidades. A primeira é que, como foi dito na introdução, a Universidade da Bahia já havia sido transformada em Universidade Federal da Bahia (UFBA).

---

[52] Um único exemplo comprova essa repercussão na imprensa: "quem tem assistido as cerimônias de formatura das diversas faculdades vem sofrendo com o tamanho dos discursos pronunciados que, muitas vezes, se estendem por quase que uma hora e meia sem qualquer compaixão pelos que assistem, em ambiente fechado, no calor de dezembro" (A TARDE, 05/12/1967).

O segundo aspecto é que o presidente da sessão do CONSUNI não era mais o Professor Albérico Fraga e a UFBA contava com um novo Reitor. O Professor Miguel Calmon foi eleito a partir da Lista Tríplice aprovada pelo Conselho Universitário em 02/06/1964 e posteriormente submetida à apreciação por parte do Presidente da República[53]. Em 1º. de julho, assumiu a Reitoria (CALASANS, 1991). O Dicionário Histórico Biográfico apresenta alguns dados biográficos de Miguel Calmon:

> Em 1936, prestou concurso para livre-docente da cadeira de materiais de construção da Escola Politécnica da Bahia, passando [...] a catedrático em 1940. [...] Ainda em 1940, foi eleito diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia, pertencente à família Calmon. [...] Em 1944, tornou-se diretor da Associação Comercial da Bahia [...] Nas eleições de 3 de outubro de 1958, elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do Partido Social Democrático (PSD) [...] Em agosto de 1962, Miguel Calmon, já no final do seu mandato, foi convidado para o cargo de subsecretário do Ministério da Fazenda. No dia 14 de setembro, assumiu interinamente a pasta. [...] Em sua curta permanência à frente do Ministério da Fazenda, Miguel Calmon anunciou um plano para a estabilização da moeda e a diminuição do déficit de caixa do Tesouro. Entre as outras iniciativas tomadas por ele, destacam-se a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental e as medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituído pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio, organização criada em 1960. [...] No dia 1º de julho de 1964, foi designado reitor dessa universidade (CPDOC, 2007. Consulta feita em 14/05/2008, às 13:56h)http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Miguel_Calmon_du_Pin.asp).

Estes traços biográficos permitem reter algumas questões. Homem de partido e mescla de intelectual, empresário e político, Miguel Calmon assumiu postos importantes em entidades representativas dos empresários baianos. Foi nomeado Reitor da Universidade Federal da Bahia pelo Marechal Castelo Branco e assumiu a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) entre julho de 1966 e junho de 1967, o que mostra capacidade de liderança nacional, bem como inserção nas redes de poder. Além disto, sua origem e posição de classe talvez lhe permitissem um trânsito

[53] A lista aprovada foi a seguinte: 1. Prof. Miguel Calmon Du Pin e Almeida; 2. Prof. Carlos Geraldo; 3. Prof. Adriano Pondé.

nos circuitos institucionais e na relação com os militares com alguma altivez política, sem ameaçar seus vínculos com o projeto de modernização do Brasil implementado pelos militares. Um demonstrativo do que foi dito é que, na sua gestão, buscou viabilizar a reforma da UFBA em parceria com técnicos de agências estadunidenses. Na condição de Reitor, buscou estabelecer uma relação de diálogo com a representação estudantil[54].

Alguns fatos ilustram traços do perfil político do professor Miguel Calmon à frente da Reitoria da universidade. Em 10/07/1964, o Conselho Universitário aprovou conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Castelo Branco (ATA CONSUNI, 10/07/1964). A ata não contém nenhuma ressalva ao conteúdo da proposta, tampouco voto contrário. Registre-se que, ao contrário da reunião que aprovou a moção em apoio ao golpe civil-militar, neste fórum houve presença estudantil.

A justificativa para a homenagem enfatizou o currículo e as qualidades do Marechal Castelo Branco[55]. Esse aspecto ganha relevância, pois difere da reunião do CONSUNI que aprovou a moção em apoio ao golpe com diversos registros do Reitor Albérico Fraga e de alguns diretores de unidades concordes com o ideário golpista e o discurso anticomunista.

Meses depois, a reunião do Conselho Universitário realizada em 27/08/1964 pautou a fiscalização externa à universidade. A ata registra que "o Magnífico Reitor Miguel Calmon deu conhecimento ao Conselho dos entendimentos mantidos com o Tenente Coronel Abelardo sobre a fiscalização dos pagamentos de fornecimentos à universidade" (ATA CONSUNI, 27/08/1964).

O tema não era estranho ao contexto uma vez que o discurso golpista teve o verniz do combate à corrupção em instituições públicas. De todo modo,

---

[54] Por reconhecimento desse diálogo ou por mera cordialidade, quando o Reitor Miguel Calmon faleceu, o DCE "tomou várias providências, inclusive convocando todos os universitários baianos, através de imprensa falada e escrita. Comunicou, ainda que nesta madrugada, quando do passamento do Magnífico Reitor, os estudantes baianos, que estavam reunidos em assembléia geral [...] aprovaram, por unanimidade, um voto de pesar", cf ATA CONSUNI. NOTAS TAQUIGRÁFICAS. 07/05/1967.

[55] Não desconsideremos que, em 1941, a USP propôs entregar o título de Doutor Honoris Causa a Getúlio Vargas (CARNEIRO, 1999, p. 36). A UFRN concedeu o título de Doutor Honoris Causa a Flavio Suplicy Lacerda – ex-Ministro de educação (SILVA, 1989, p. 135). Portanto, é possível que a concessão de títulos a presidentes e autoridades políticas seja um expediente pragmático que denote boas relações e benefícios de diversas ordens.

o foco fundamental para nossa análise diz respeito ao comentário feito pelo Reitor Miguel Calmon:

> Acho que o momento é delicado e um ato nosso, digamos assim, de pseudo-independência poderia causar um transtorno sobre a vida da universidade, com conseqüências imprevisíveis [...]. Não nos constrange a fiscalização de quem quer que seja, sobretudo quando ela é decorrente de um Ato revolucionário que nós sabemos ainda estar em vigor. Sinto que há votos de reação e quero apenas voltar a insistir na minha exposição inicial. Estamos vivendo ainda uma fase revolucionária de modo que ainda não podemos esperar que a vida civil se restabeleça com a tranquilidade e a normalidade desejada[56] .

Vale mencionar um último exemplo que nos ajuda a sistematizar o perfil do Reitor Miguel Calmon. Em 1966, o representante estudantil no CONSUNI, Saul Quadros, criticou a política educacional do governo e foi repreendido pelo Reitor Miguel Calmon:

> Peço ao nobre Conselheiro resguardar-se nas palavras porque não poderia consentir que fosse feito, dentro de um Conselho cuja autoridade tem que ser devidamente respeitada para garantir e preservar a autonomia universitária, não poderia consentir em ver V.Exa. proferir palavras desabridas contra a atuação do governo. Aqui não é o campo próprio para essas manifestações (ATA CONSUNI, 14/10/1966).

É oportuno considerar que a tentativa de controle direto às formaturas não teve sucesso entre 1964 e 1968; a fiscalização das finanças da universidade pelos militares aponta uma preocupação com a "pseudo-independência" e sugere a existência de uma oposição no interior do CONSUNI reiterando, para o reitor, o risco de uma reação que produzisse "graves conseqüências" para a instituição; por fim, a censura ao posicionamento crítico do estudante ao abordar a política educacional do governo na reunião do CONSUNI estimulava a autocensura.

[56]Mesmo sem documentação que prove a hipótese, é possível propor a preocupação do Reitor Miguel Calmon – e até entre alguns membros do CONSUNI - com a "preservação" da universidade. Uma posição de independência poderia questionar a mínima autonomia mantida e comprometer a instituição, seja com intervenção dos militares, seja com o comprometimento de verbas para o funcionamento da instituição, projetos etc. Por isso, a menção do reitor aos riscos de uma "pseudo-independência". Esta pode ter sido a principal mensagem subliminar transmitida pelo Reitor às pessoas descontentes na reunião. Para manter a autonomia universitária, melhor não nutrir conflitos com os militares.

A partir destes exemplos, interpretamos a feição da linha política do Reitor Miguel Calmon como sendo uma relação pragmática com os militares: uma ausência de entusiasmo em relação ao ideário do regime militar e uma concordância geral com a política do governo para o ensino superior.

Como não convém congelar os atores sociais no tempo, é lícito dizer que o Reitor e o CONSUNI – dado o papel do reitor em imprimir um tom político às reuniões - não ficaram vulneráveis aos conflitos ocorridos nos diversos contextos. Em alguns momentos, a representação estudantil voltou a tecer críticas à ditadura militar sem que tenha havido repreensão explícita por parte do reitor registrada em ata. É importante não perder de vista que, durante o período em que Miguel Calmon esteve na presidência do CRUB, houve intensos processos repressivos ao ME em nível nacional. Deste modo, convém apontar algumas coordenadas da conjuntura para entender esse processo de reorganização do movimento estudantil.

3.2 A Lei Suplicy Lacerda e a reorganização do ME

Reiteramos que, após o golpe civil-militar, o CONSUNI enquadrou as entidades estudantis às exigências governistas e buscou eliminar a influência da esquerda na universidade. Se, por um lado, houve sucesso na destituição das antigas diretorias dos DAs e do DCE, é interessante refletir sobre o relato de um ex-militante que afirma que "já tava subjetivamente engajado [...] [assisti] o golpe militar ainda como secundarista e a partir daí com a repressão que foi desencadeada com a implantação da ditadura militar o efeito que produziu [...] foi estimular mais ainda a participação".

Este trecho nos alerta para a existência de uma resistência silenciosa ao golpe civil-militar por parte de alguns estudantes e que, aos poucos, se manifestaria com a inserção no ME e a oposição à ditadura. Outro ex-militante confirma que foi "um pouco [contagiado] com a irritação que tomou conta dos estudantes com essa intervenção branca que o golpe determinou nos diretórios das Faculdades". Em 1965, ele já estaria à frente do DA de Arquitetura e assumiria a diretoria da UEB em 1967-1968.

É interessante dizer que uma das medidas que contribuiu para essa reorganização do ME veio do próprio governo Federal. Referimo-nos à Lei 4464/64. Esta Lei visava disciplinar as entidades estudantis, excluir a influência da esquerda e acabar com a autonomia do ME (POERNER, 1979). Era também chamada de Lei da Mordaça ou de Lei Suplicy Lacerda em homenagem ao Ministro da Educação Flávio Suplicy Lacerda (Ex-Reitor da UFPR). A Lei 4464/64 mantinha os Diretórios Acadêmicos por curso ou Faculdade e criava os Diretórios Estaduais e o Diretório Nacional dos Estudantes. Subordinava o seu funcionamento ao MEC e ao Conselho Federal de Educação, proibia greve e instituía o voto obrigatório nas eleições dos diretórios, impedindo os ausentes de prestarem exames acadêmicos. Em termos de representação, a ausência do DA implicaria em não recebimento de verbas e auxílios oficiais.

É pertinente notar que havia setores estudantis que eram anticomunistas, mas valorizavam a UNE – o que sugere que a entidade, na época, no meio estudantil, não era associada automaticamente aos comunistas. Deste modo, enquanto o ME se encontrava em fase de desarticulação com lideranças perseguidas, fugas, substituição das antigas lideranças por estudantes mais ou menos afinados com o golpe militar e intervenção nos DAs, a Lei Suplicy Lacerda despertou reações contrárias no meio estudantil contribuindo, paradoxalmente, para a rearticulação do ME em oposição ao Governo. As primeiras críticas à medida partiram de entidades que "haviam escapado ao fechamento e à repressão porque haviam se colocado, tacitamente, a favor da intervenção militar. Trata-se [...] das UEEs de Pernambuco, Minas Gerais e Paraná [...] e da União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro" (MARTINS FILHO, 1987, p. 90).

A palavra de ordem "Em defesa da UNE" foi o mote da resistência. Em julho de 1965, em São Paulo, foi realizado o XXVII Congresso Nacional dos Estudantes – o primeiro Congresso da UNE depois do golpe militar. De acordo com Altino Dantas, presidente da entidade entre julho de 1965 a julho de 1966:

> A diretoria eleita no XXVII Congresso era composta de uma geração nova de estudantes que surgiram das bases para substituir as antigas lideranças ceifadas pela repressão. Esse aspecto vai marcar muito essa primeira gestão da UNE após o

> golpe; experiência e maturidade política teriam que ser adquiridas com a prática, o que levou essa diretoria a passar por grandes crises e acabar sua gestão com apenas dois diretores, dos 10 eleitos. A tarefa principal era organizar e mobilizar e a ela nos lançamos, levando a todo o país o plebiscito contra a "Lei Suplicy", reorganizando as UEEs fechadas ou sob interventoria, mobilizando pela autonomia universitária e contra o terrorismo cultural que se abatia sobre a universidade brasileira (SANTOS, 1980, p. 34-35).

Em Salvador, sintonizados com a reorganização da UNE, "os presidentes de diretórios acadêmicos decidiram que a UEB – fechada há pouco mais de um ano – deve ser reestruturada para voltar a servir à população estudantil baiana como órgão máximo da classe estudantil" (JORNAL DA BAHIA, 12/08/1965). Segundo a mesma fonte,

> O Congresso Extraordinário da União dos Estudantes da Bahia (UEB) que se instala hoje, às 21 horas, no Teatro Vila Velha, vai debater principalmente a reorganização e reestruturação da entidade, cujas atividades estão paralisadas desde os acontecimentos políticos-militares do ano passado (JORNAL DA BAHIA, 12/08/1965).

Segundo a mesma fonte, a iniciativa partiu do DCE UFBA e contou com representantes de 14 diretórios da Universidade da Bahia, 5 da Universidade Católica e 6 das Escolas Independentes. Uma diretoria provisória foi eleita e a principal resolução aprovada foi lutar contra a Lei Suplicy e as eleições obrigatórias, marcadas para o dia 16/08/1965.

Antes da eleição, dirigentes da UNE enviaram circular à imprensa afirmando que "o comparecimento à farsa eleitoral ditada pelo Sr. Suplicy representa o passo fatal depois do qual a consequência lógica e inevitável será, para o movimento estudantil, a legalização da mordaça" (JORNAL DA BAHIA, 14/08/1965). Já o presidente do DCE, Juscelino Barreto, afirmou que "ficou deliberado que acataríamos a palavra da UNE, de não realizarmos as eleições impostas [...]. Levada, porém, esta proposta aos diversos diretórios, em assembléia geral, voltou-se atrás decidindo-se pela eleição, onde faríamos a campanha do voto nulo" (A TARDE, 18/08/1965). Vale ressaltar que, em

paralelo à eleição oficial, os estudantes organizaram um plebiscito para "saber se a Lei Suplicy merecia ou não repúdio" (JORNAL DA BAHIA, 17/08/1965).

Essa diferença de posicionamento das entidades refletia uma divergência nacional do ME. A UNE tinha deliberação contrária à participação e só modificaria sua tática um ano depois. Ainda segundo o ex-presidente da UNE, em 1965

> o grande problema frente à "Lei Suplicy" surgiu entre as correntes atuantes do movimento estudantil; enquanto uns pregavam o boicote total (a direção da UNE defendia essa posição), outros pregavam uma certa adaptação à lei, argumentando que os estudantes não teriam força para sustentar um boicote total. A vida e a prática mostraram que prevaleceu a posição da negação total da lei, manutenção da UNE, UEE´s, DCE´s livres, manutenção dos CA´s livres e tomada dos DA´s propostos pela "Lei Suplicy". É claro que houve evolução da proposta original de boicote, pois embora ela tenha prevalecido no fundamental, desmoralizando a imposição governamental, em alguns locais onde as condições eram muito difíceis houve uma adaptação para evitar que o controle das entidades caísse em mãos estranhas ao verdadeiro movimento estudantil (SANTOS, 1980, p. 43).

No caso da UFBA, alguns setores dispostos a reorganizar o ME e lutar contra a Lei optaram majoritariamente por agir por dentro dos DAs enquadrados na Lei, pois havia receio de punição aos estudantes que não participassem do pleito. Entretanto, este caminho também não era consensual. Na Faculdade de Filosofia, por exemplo, houve uma chapa única que contabilizou 139 votos, mas quem ganhou a eleição foi o voto nulo com 530 votantes[57]. Junto com outras faculdades, "os estudantes de Filosofia [...]

[57] Segundo o Jornal da Bahia (17/08/1965), "o maior índice de insatisfação dos estudantes manifestou-se na Universidade Católica. Na Faculdade de Filosofia, concorreu ao pleito uma só chapa, mas os alunos denunciaram que ela foi composta por imposição e escolha dos nomes pelos membros do corpo docente. A chapa foi classificada como uma violação da ética estudantil, pois fora lançada à revelia dos alunos [...]. Na Escola de Serviço Social, a presidente do diretório, estudante Banedita Lima, classificou a eleição de anti-democrática e denunciou como ânsia de 'certos oportunistas que se valiam da ocasião para alcançarem cargos'". Além disto, "duas mesas eleitorais foram formadas sob a presidência e assistência de professores titulares da Universidade Católica, onde os alunos por meio de senhas começaram desde cedo a votação. Notava-se a presença nas salas em que se realizavam as eleições do reitor da Universidade, Monsenhor Eugênio Veiga, Diretor da Faculdade de Direito, Prof. Manoel Ribeiro, Diretor da Faculdade de Filosofia, Padre Antônio Rodrigues e delegados de Faculdades, professores e universitários" (A TARDE, 17/08/1965). No caso destas eleições, estes fragmentos nos atentam para não subestimar um maior papel de controle e coerção por parte das autoridades universitárias da Universidade Católica na relação com os estudantes.

decidiram [...] [também] enviar ao Presidente Castelo Branco um manifesto em que condenam a Lei Suplicy Lacerda" (JORNAL DA BAHIA, 19/08/1965).

Interessa dizer também que houve questionamentos acerca da legitimidade da chapa assumir o DA, uma vez que esta foi derrotada pelo voto nulo. Talvez isso explique porque todos os membros da chapa renunciaram e o DA da Faculdade de Filosofia não foi legalizado. Ainda assim, isso não foi obstáculo para o diretório se legitimar e ser reconhecido pelas instâncias da Universidade, ao menos em 1968. De acordo com um ex-diretor do DA:

> na prática a direção da escola e a própria reitoria não podiam deixar de reconhecer a representatividade das lideranças e do diretório. [...] Eu me lembro que eu era o presidente do diretório e o reitor [...] pediu ao presidente do DCE [...] que o segundo representante [estudantil] no conselho universitário fosse o presidente de Filosofia [...] o que era uma contradição por que o diretório era ilegal, mas a representatividade do diretório era tão significativa. E não foi por mim, pela minha pessoa, mas por que filosofia era uma escola importante. [...] Então na prática a gente nunca sofreu esta restrição da Lei Suplicy, nem nos submetemos a ela.

O ocorrido no DA de Filosofia se estende a vários outros diretórios do Brasil. Aliás, ressalte-se que a própria UNE, mesmo na clandestinidade[58], conseguiu manter sua autonomia política e organizativa. Estes exemplos demonstram o fracasso da legislação autoritária e da tentativa do governo de subordinar os organismos representativos estudantis ao Estado. Uma nova legislação proibiria o funcionamento da UNE e, em 1967, o Governo publicaria ainda o Decreto Aragão – também ineficiente no controle do ME (MARTINS FILHO, 1987).

Um outro ativista que foi presidente do DCE da UFBA nos apresenta um relato do período de 1965-1966:

> Alguns DAs se enquadraram. Se alinharam ao DCE. Outros que não se legalizaram, se alinharam com a UEB. Tínhamos diretórios legais e ilegais. Havia resistência porque tínhamos que aceitar diversas exigências. Mas não forçamos a barra. Os DAs ilegais não podiam dialogar com a Reitoria. Mas se mantiveram na luta.

[58] O último congresso legal da UNE foi em 1965. Os congressos de 1966, 1967 e 1968 foram clandestinos.

Parte do relato referente ao quesito legalidade deve estar circunscrito ao ano de 1966 e indica a flexibilidade de táticas do DCE na relação com os DAs. Ao afirmar que ambos "se mantiveram na luta", o depoente chama a atenção para a derrota da política do governo no que diz respeito a excluir a esquerda e criar uma liderança estudantil "democrata" – leia-se favorável ao governo.

Ao contrário da intenção governista, em fins de 1965 e 1966, militantes de esquerda ou membros da oposição aos interventores de 1964 já voltariam a estar na direção de algumas entidades influenciando os rumos do ME. No caso da UFBA, ilustramos com o fato de que "na Escola de Arquitetura, elegeu-se o acadêmico Sérgio Soares Dias". O militante mencionado era do PCB e foi presidente da UEB em 1967-68. Já em Medicina, foi vencedora a "chapa 'Unidade', de oposição ao atual Diretório Acadêmico, que se instalara pelo processo da intervenção, em decorrência dos acontecimentos político-militares de abril de 1964" (JORNAL DA BAHIA, 17/08/1965).

Vale dizer ainda que a reflexão sobre legalidade e legitimidade pode ser estendida à UEB. Embora fechada e proibida pela ditadura militar, a entidade conseguiu ter uma vida semi-clandestina entre 1965 e 1968. Seus congressos eram divulgados na imprensa. O Governador negociava com os dirigentes da entidade. O presidente da UEB falava publicamente[59]. Ao menos dois eventos importantes envolvendo a UEB foram realizados na UFBA durante a gestão de Miguel Calmon (1966) e de Roberto Santos (1968).

Além da resistência à Lei Suplicy, a análise da reorganização do ME em fins de 1965 deve considerar também que o tempo passava e os militares não demonstravam disposição em voltar para os quartéis. Não por acaso, aumentava o descontentamento de setores que apoiaram o golpe civil-militar acreditando que os militares iriam promover uma "intervenção cirúrgica" na ordem social e transferir o poder aos civis. De acordo com um cientista político

[59] Outra notícia comenta que "continuam sendo apuradas as urnas da eleição para a diretoria da U.E.B., faltando ainda os votos do interior. Até agora as perspectivas são as mesmas, todas as chapas com pouca diferença de votos uma da outra" (A TARDE, 08/11/1967). O Presidente eleito da U.E.B., Sérgio Dias, informou que, durante as férias, estará, juntamente com sua equipe, ocupado em organizar e planejar as atividades do órgão para o ano de 68 (A TARDE, 05/12/1967).

> a prorrogação do mandato do general Castelo Branco, inicialmente previsto para completar o período iniciado com Jânio Quadros, a cassação de políticos moderados como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e uma série de medidas arbitrárias consolidaram a imagem negativa do governo militar no meio universitário. [...] Uma nova expressão – "terror cultural" – ganhou ampla circulação (MARTINS FILHO, 2007, p. 189).

Um dos exemplos do "terror cultural" foi a segunda intervenção na UnB em 1965, culminando com invasão policial do campus, demissão de 15 professores pelo reitor-interventor Laerte Ramos de Carvalho e demissão coletiva de mais de 200 professores (POERNER, 1992). A agressão policial à UnB despertou indignação no ME. Eis que, no final de 1965, os estudantes da UFBa aprovaram uma greve geral de 48 horas em protesto contra a barbárie cometida na UnB. Foi a primeira greve geral estudantil na UFBA depois do golpe civil-militar.

Além de indicar mais um exemplo que mostra como a reorganização do ME na UFBA foi influenciada pela conjuntura mais ampla, é interessante enfatizar o uso da greve como instrumento de luta uma vez que, no contexto da Lei Suplicy, a universidade teve que adaptar seu regimento à Lei. Alguns itens visavam disciplinar as entidades estudantis; um deles proibia a realização de greve. Portanto, a greve estudantil de solidariedade aos professores demitidos na UnB e a ausência de repressão por parte do Governo e da Reitoria reitera que, na prática, esta legislação não foi suficiente para conter o ME nem foi aplicada *ipsis literis* na universidade.

Enquanto no nível interno o ME se reorganizava, um fato político criado a partir do movimento estudantil secundarista contribuiria para consolidar a reorganização do ME na UFBA na cena pública e do ME soteropolitano.

3.3 A aliança entre estudantes secundaristas e universitários

Tradicional colégio público de boa qualidade localizado no centro soteropolitano - próximo de algumas Faculdades e das principais vias de

acesso aos circuitos de protesto político -, o Central foi marcado pela atuação de um grupo de militantes do PCB que "tinha uma sólida base entre os estudantes e a clara noção de que a luta política, naquele momento, passava pela cultura" (JOSÉ, 2000, p. 57)[60].

Já existia um inconformismo político-cultural difuso no teatro, na música, na literatura. Ridenti (1993) afirma que havia um florescimento cultural não estancado pelo golpe de 1964. Ainda que exista uma lacuna de pesquisas sobre como essa atmosfera cultural se manifestou na Bahia e o seu papel na resistência à ditadura militar, é importante ter em mente esses aspectos, ao menos na influência junto aos militantes do PCB.

No Colégio Central, esta dimensão político-cultural difusa nacionalmente contribuiu para pautar a questão da liberdade de expressão em 1966 e para a formação de uma consciência crítica e rebelde por parte de muitos estudantes, manifesta através da participação no movimento estudantil. As entrevistas indicam que muitos dos ativistas estudantis ensaiaram seus primeiros passos de participação política no Central[61].

Um destes ex-militantes foi Carlos Sarno. Estudante do Central, em 1966, escreveu *Aventuras e Desventuras de um Estudante*. Segundo um pesquisador,

> É uma obra quase singela. Narra as atribulações de um interiorano que vem estudar na capital e se insurge contra a burocracia e o autoritarismo do colégio. A peça desenvolve os temas da liberdade, da democracia, da necessidade de auto-organização estudantil, do fortalecimento do grêmio, da afirmação dos direitos humanos. O seu lado singelo, no entanto, não conseguia obscurecer a sua pretensão política. E, sob uma ditadura, tudo parece ser maior do que é. A peça podia acirrar os ânimos dos alunos do Central – ao menos foi dessa maneira que o diretor Walter Reuter pensou e por isso

[60] Ainda segundo José (2000, p. 58) "o Grupo de teatro do Colégio Central (Gateb) já atuava desde 1964, quando encenou a peça *Do Tamanho de um Defunto*, de Millôr Fernandes, sob a direção de Haroldo Cardoso. Dela participaram, entre outros, Emanuelli Marimpietri, José Cordeiro Filho, Francisco Ribeiro Neto, Ângelo Oliva, José Nogueira Neto, Marie Hélène Russi, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Nemésio Garcia, Ruth de Brito Lemos, Orlando Lacerda e Mário Galvão, vários dos quais estarão envolvidos com a luta política aberta contra a ditadura militar mais à frente". Interessa mencionar a pesquisa de mestrado em curso desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social UFBA por César Cerneiro a respeito da *questão cultural* no Central entre os anos de 1966 e 1968.

[61] Ao lado desta escola, devemos acrescentar o Colégio Severino Vieira, o Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) e a Escola Técnica.

> decretou que ela não podia ser exibida no estabelecimento que dirigia (JOSÉ, 2000, p. 58).

A peça foi ensaiada no Mosteiro de São Bento[62]. Com o aval do secretário de Educação do Estado, a direção da escola proibiu os estudantes de encenar a peça e suspendeu sete alunos[63]. O grêmio convocou uma greve em solidariedade aos colegas punidos. Na impossibilidade da peça ser encenada no colégio, restou a possibilidade do restaurante universitário. No dia combinado, a Polícia Militar invadiu a residência do universitário da UFBA. Jovens foram espancados. Até o vice-governador, que passava pelo local, foi ameaçado pelos policiais.

A ação da polícia despertou indignação de intelectuais baianos. Jorge Amado expressou "solidariedade aos estudantes vítimas da violência policial quando exerciam uma atividade cultural e meu protesto indignado contra a ação da Polícia trazendo à Bahia o clima de terrorismo cultural que reina no País, envergonhando nossas tradições de civilização" (JORNAL DA BAHIA, 05-06/06/1966).

O conflito ainda ganharia maiores ares de radicalização. Após a invasão da residência estudantil, os estudantes convocaram uma manifestação em frente à Reitoria visando protestar contra a violência policial. No meio do tráfego lento, algum estudante identificou o Ministro das Relações Exteriores, Juraci Magalhães, dentro de um carro. Eis que em pouco tempo houve vaias. O ministro saiu do carro e trocou insultos com os estudantes até que houve pedradas em direção ao carro do ministro, sendo que uma delas atingiu o Coronel Mansur - que acompanhava o Ministro. Dias depois, o governo emitiu nota pública:

> O Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, tendo em vista os acontecimentos últimos, verificados no meio estudantil, com possibilidades de novas crises e

[62] O Mosteiro constituir-se-á num importante território de protesto e construção de alianças entre o movimento estudantil, a igreja e os intelectuais. Presença fundamental nestes enredos, o abade do Mosteiro, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, "é ainda um personagem à espera de um biógrafo"(JOSÉ, 2000, p. 61).

[63] Os setes alunos suspensos foram Carlos Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Ruth de Brito Lemos, Alexandrina Luz Conceição, Zoroastro Pena Santana, Nemésio Garcia e Francisco Ribeiro Neto. Todos foram expulsos do colégio e, por decreto, proibidos de estudar em escola pública (JOSÉ, 2000).

> perturbação da ordem, torna público estarem terminantemente proibidas manifestações de rua, passeatas, agrupamentos em frente a estabelecimentos de ensino ou próprios da Universidade e Colégios e Ginásios estaduais, vendo-se na contingência de usar de medidas enérgicas na hipótese de transgressão a essas determinações (A TARDE, 06/06/1966).

A Reitoria da universidade, após reunião extraordinária do Conselho Universitário, divulgou uma moção:

> O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR MIGUEL CALMON, reunido em sessão extraordinária, lamenta os acontecimentos recém-verificados e se empenha em que sejam sempre salvaguardados pela necessária compreensão os superiores interesses da comunidade (JORNAL DA BAHIA. 05-6/06/1966).

A nota do CONSUNI é ambígua. Não há menção explícita de quais acontecimentos mereciam ser lamentados: a violência da polícia? A transgressão estudantil? A pedra atirada no Coronel Mansur? A invasão da Residência? Todos estes episódios? Não ficam explícitos também quais eram os "superiosos interesses da comunidade. Apesar da ambigüidade, a nota foi a primeira manifestação pública da Reitoria durante a gestão do Professor Miguel Calmon e se diferenciou da moção aprovada pelo CONSUNI em apoio ao golpe de 1964. Para o ME, se a nota não trouxe solidariedade, também não implicou repressão.

Além do CONSUNI, os incidentes repercutiram na imprensa que se constituiu num campo de disputa política. Trinta e dois intelectuais escreveram um outro manifesto:

> Os intelectuais, artistas e jornalistas, abaixo-assinados, manifestam integral e irrestrita solidariedade aos estudantes do Colégio Estadual da Bahia, em busca de liberdade cultural para o funcionamento normal e isento de censuras dos grupos artísticos daquele estabelecimento. A liberdade de expressão, e só ela, oferece os meios pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento da faculdade criadora e os meios legítimos de despertar as consciências e a inteligência. Uma arte censurada, sob que pretexto for, além de violentar um preceito constitucional, é uma das formas características de terrorismo cultural, contrário às normas democráticas. Esperamos que as

> autoridades educacionais encontrem uma solução para o problema, atendendo às justas reivindicações culturais dos estudantes da Bahia (JORNAL DA BAHIA. 07/06/1966).

Os estudantes da UFBA decidiram em assembléia declarar greve de 48 horas "em solidariedade aos secundaristas e em protesto à agressão sofrida quando consentiram a encenação da peça no restaurante universitário" (A TARDE, 08/06/1966). Ao mesmo tempo, a agressão ao Coronel Mansur trouxe problemas para a liderança estudantil. Segundo o presidente do DCE à época:

> este ato nos valeu seis inquéritos policiais militares. Na qualidade de presidente do DCE, por pouco não me responsabilizaram, pois à época, estava num Congresso fora do Brasil e tive que provar esta situação. Fui submetido a vários interrogatórios. Eles queriam saber os responsáveis.

Mapeamos uma notícia indicando que

> Foi citado pelo encarregado do I.P.M. instaurado pelo Comando da 6º Região Militar, para apurar os responsáveis pela agressão ao Ministro das Relações Exteriores, fato ocorrido [...] em frente à sede da Reitoria da Universidade Federal, o estudante José Renato Rabelo a comparecer ao Quartel General, a fim de prestar depoimento perante o referido I.P.M. (A TARDE, 04/07/1966)

O inquérito não implicou punição a nenhum estudante universitário. A repressão da direção do Colégio da Bahia à peça *Aventuras e desventuras de um estudante* instigou a resistência de secundaristas e universitários e mostrou seu potencial aglutinador. O fato político foi criado e a dialética repressão-resistência funcionou. A violência policial sensibilizou mais ainda os estudantes e atraiu o apoio de intelectuais a favor da liberdade de expressão. Tudo isto ampliou o protesto estudantil e contribuiu para a reaglutinação do ME em Salvador, em termos de ação de rua. Nos jornais da época, este episódio aparece como a primeira manifestação organizada do movimento estudantil em Salvador abertamente contra a ditadura. Em sentido inverso, a repressão à peça foi o primeiro ato organizado do regime militar contra o ME soteropolitano após o golpe civil-militar (CASTRO DE ARAÚJO, 1998).

3.4 Repressão policial e solidariedade ao ME

A mobilização contra a violência policial também marcou o protesto universitário em 1966. Iniciadas por demandas educacionais, diferentemente de Salvador, as passeatas organizadas em outras cidades do Brasil foram violentamente reprimidas, o que inseriu a dimensão da "solidariedade interestudantil e a veemente denúncia da 'repressão'" (MARTINS FILHO, 1987, p. 96).

Ainda segundo Martins Filho, esta escalada repressiva deve considerar a edição do AI-2 em outubro de 1965 como "o início da primeira fase de aprofundamento do processo de militarização do Estado. [...] o Ato no. 2 significou um momento inicial de resolução das tensões internas às Forças Armadas, no sentido do abandono das formas liberais e democráticas e da neutralização do conjunto da 'classe política'" (MARTINS FILHO, 1987, p. 96).

O AI-2 foi uma resposta do governo para atender à pressão de setores das Forças Armadas alarmados com a vitória da oposição em alguns estados nas eleições para governadores e prefeitos. Vinte e quatro dias depois do pleito eleitoral, o AI-2 extinguiu os partidos políticos, instituiu as eleições indiretas para presidente da república, delegou poder ao presidente para decretar o recesso do Congresso Nacional, ampliou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal etc.

A centralização do poder nas mãos do presidente veio acompanhada de uma ênfase no combate ao "inimigo interno" pela lógica da DSN. Enquanto isso, a derrota da legislação autoritária para controlar o ME e a ascensão da esquerda estudantil vieram acompanhadas de manifestações de rua e solidariedade aos estudantes. Em função destes aspectos, a força repressiva passou a ser vista pelos militares da "linha dura", naquele contexto, como o principal meio de enfrentar a questão estudantil. Em março, houve uma intensa repressão ao Congresso da UNE em São Paulo. Quatro meses depois, a polícia invadiu o congresso da UEE-SP; os estudantes cariocas saíram às ruas em solidariedade aos estudantes paulistas e foram espancados no episódio conhecido como 'setembrada' (POERNER, 1992).

Este ciclo repressivo iria se reproduzir em Salvador. Em setembro de 1966, a UEB realizou seu Congresso na Residência do Universitário, sob o reitorado de Miguel Calmon. O encontro aprovou uma greve de 48 horas em protesto contra a violência policial desenvolvida contra estudantes paulistas e contra a cobrança de anuidades. Cumprindo orientação da UNE de registrar o 22 de setembro como o Dia Nacional Contra a Ditadura, uma outra resolução foi aprovar a realização de uma passeata. Diante da publicização da resolução, a Secretaria de Segurança Pública tentou desqualificar a passeata:

> A Secretaria de Segurança Pública, tendo em vista a divulgação da notícia da realização amanhã, dia 22, de uma passeata sem permissão legal, cumpre o dever de tornar público que não permitirá a referida passeata. A Secretaria de Segurança Pública faz um apelo às famílias baianas e, sobretudo, aos estudantes, que tão bem se têm conduzido com disciplina e alto espírito de compreensão, para que não se deixem envolver em manifestações que visam, exclusivamente, perturbar a tranqüilidade e a ordem pública (A TARDE. 21/09/1966).

No dia anterior à passeata, o clima soteropolitano era de apreensão. A SSP declarou que disponibilizaria 1000 homens para intervir na passeata e a Polícia anunciou abertamente que infiltraria investigadores no meio da concentração. Os estudantes, por sua vez, se reuniam na Faculdade de Filosofia da UFBA e confeccionavam cartazes com críticas ao governo para levar à passeata.

A manifestação foi duramente reprimida. Segundo a imprensa, cerca de 20 estudantes foram presos, três ficaram feridos por cassetetes e um à bala (JORNAL DA BAHIA, 23/09/1966). Diante da violência da repressão, alguns estudantes tentaram se esconder no Mosteiro de São Bento. O que nenhum deles esperava eram tiros dos policiais no Mosteiro. Os disparos contra a Igreja mostraram que, naquela conjuntura de aumento do ciclo repressivo, não havia território sagrado, muito menos porto seguro blindado diante da repressão.

No outro dia, o fato político criado causou indignação, sendo que o Reitor Miguel Calmon, o Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Jorge Novis e um representante do governador prestaram solidariedade a D. Jerônimo. Ademais, a violência policial despertou a crítica de professores universitários

que expressaram solidariedade aos estudantes. Os professores da Faculdade de Filosofia publicaram um manifesto contra a violência policial (A TARDE, 27/09/1966).

Atentos à relevância da atitude que rompia com o silêncio dos professores até então na crítica à ditadura militar, os estudantes aprovaram uma moção de aplauso àquele gesto dos docentes: "a Assembléia Geral dos Universitários da Bahia, reunida na Faculdade de Filosofia Federal, no dia 27/09/1966, vem neste momento apresentar uma moção de aplausos à atitude desassombrada dos Professores desta Faculdade pelo Manifesto lançado em solidariedade à nossa luta" (JORNAL DA BAHIA. 28/09/1966).

Os professores da Escola de Administração também se posicionaram publicamente:

> Os professores abaixo-assinados, da Escola de Administração da Universidade da Bahia, julgam de seu dever aduzir sua voz a dos que já se manifestaram sobre a situação reinante nos meios estudantis. Bem compreendem os professores, os altos ideais e os nobres objetivos que têm animado os estudantes brasileiros. Lamentam e rejeitam as violências que têm sido cometidas na repressão às manifestações e reivindicações de estudantes universitários e secundários. E, embora cientes da delicada situação que o Brasil ora atravessa, não podem deixar de manifestar sua disposição de cooperar com a mocidade estudantil na busca de soluções que permitam superar a atual crise e recolocar o país na sua trajetória histórica para o desenvolvimento através de caminhos democráticos. Por isso tudo, declaram-se os professores, abaixo-assinados, identificados com as preocupações e as aspirações brasileiras que os estudantes têm procurado expressar.

Uma outra nota proveniente de nomes do mundo das artes veio a público:

> Escritores, artistas, intelectuais sem outros compromissos que os da afirmação e defesa dos direitos humanos queremos exprimir, acima de quaisquer diferenças de idéias, nossa mais firme e irrestrita solidariedade aos estudantes baianos que, no exercício pacífico da manifestação de seu pensamento, foram brutalmente agredidos e feridos pela polícia. Walter da Silveira – crítico, Jorge Amado – escritor, Floriano Teixeira – pintor, Jenner Augusto – pintor, Lênio Braga – pintor, Mirabeau Sampaio – escultor, Genaro de Carvalho – tapeceiro, Haroldo

> Cardoso – diretor teatral, Martha Overbeck – atriz, Jairo Roberto Bamberg – ator, Paula Martins – atriz, José Raimundo – ator, Maria Manuela, atriz, Ariovaldo Matos – jornalista, Carlos Libório – jornalista, Maria Adélia M. de Araújo – atriz, Orlando Sena – jornalista, Adelmo Oliveira – poeta, Alberto Luís Viana – ator, Joselito de Abreu – jornalista, J. C. Teixeira Gomes – jornalista, Newton Sobral – jornalista, Alberto Silva – jornalista, Florisvaldo Matos – poeta, Hellington Rangel – jornalista, Marcos Santa Rita – escritor, Lázaro Guimarães – jornalista, Hélio Mendes – jornalista, J. Lopes da Cunha – jornalista, Solon Barreto – jornalista, José Luiz Penna – ator, Rosa Costa – atriz, Roberto Santara – ator, Luiz C. Laborda – ator, Yumara Rodrigues – atriz, João Augusto – diretor teatral, Othon Bastos – ator, Mário Gusmão – ator, Fernando Rocha – jornalista, Regina Ribas – jornalista, Antonio José (Tom Zé) – músico, Soane Ninck – atriz, Almir Fonseca Filho – poeta.

Os ventos de solidariedade aos estudantes também sopraram no Conselho Universitário. Durante o Congresso da UEB, a polícia havia agredido um estudante em frente à residência estudantil. Saul Quadros, presidente do DCE, registrou a questão na reunião do CONSUNI:

> houve uma prisão de estudante, antecipada de espancamento. Telefonamos ao Prof. Thales e S. Exa., prontamente levando o nosso pedido até o Secretário da Secretaria de Segurança Pública, providenciou de imediato a soltura do rapaz que não tinha nada a ver com o movimento estudantil. Em nome do DCE, o Prof. Thales de Azevedo lá esteve conversando com o Secretário Rui Pessoa e o rapaz foi imediatamente liberado, antes mesmo das providências que foram tomadas pelo Magnífico Reitor Miguel Calmon (ATA CONSUNI. 30/09/1966).

Apesar das manifestações de solidariedade, não se deve supor uma relação de solidariedade horizontal na relação entre os membros do CONSUNI e o ME, pois há um fragmento que indica que nem todos os conselheiros eram vistos como aliados dos estudantes. O Professor Magalhães Neto registrou em tom indignado que “elementos [...] procuraram o meu carro, esvaziaram os pneus, furaram um deles, sujaram todo o carro dando-me uma despesa posterior [...]. E sobre a carroceria do meu carro havia inscrições a tinta de “Abaixo a ditadura”, “Fora os Gorilas” e coisas semelhantes” (ATA CONSUNI. 30/09/1966).

É interessante indicar como a imprensa se posicionou. No caso do *A Tarde* (24/09/1966):

> grupos de estudantes, para justificarem a sua posição nesta cidade em face de agitações verificadas em outras capitais, entenderam de fazer passeata sem a permissão que, até dos partidos políticos, é indispensável para manifestações públicas e entraram em choque, felizmente sem maiores conseqüências, com a Polícia. Portando bombas, pedras e até armas, mostravam a intenção de que estavam possuídos ou, o que parece mais certo, a ingenuidade com que se prestaram ao papel de testas ferro dos cabeças desses movimentos, que lançam a juventude nas ruas para tais escaramuças e salvam a própria pele ocultando-se misteriosamente.

Como se observa, a crítica à repressão policial convivia com o discurso de infiltração e manipulação da juventude pelos "agitadores profissionais". Ainda sobre as repercussões dos conflitos, é oportuno mencionar também que as direções das entidades estudantis solicitaram audiência junto à SSP e criticaram a violência policial, especialmente o seu comandante, o Capitão Etienne. Além disso, responsabilizando o Secretário de Segurança, enviaram um "memorial à Ordem dos Advogados denunciando o Bel. Rui Pessoa por ter transgredido, segundo alegam, com agravantes, várias leis constitucionais e artigos do Código Civil, ao comandar a ação policial que dissolveu a passeata estudantil". Aqui se constata a combinação de uma tática de ação *legal* com ação *ilegal*.

Após o desgaste político da ação policial, os estudantes encerraram a greve, acatando sugestão da UNE. Apesar de alguns estudantes terem sofrido violência física, o ME atraiu uma rede de solidariedade e simpatia junto a setores da intelectualidade, inclusive professores da UFBA. Em 1967, essa rede se ampliaria, assim como a aliança com os estudantes secundaristas seria retomada.

Convém ressaltar que, neste período, a UFBA já seria dirigida por um novo reitor. Roberto Santos formou-se em Medicina pela UFBA em 1949. Em 1951, já era Professor da instituição. Foi reitor da UFBA entre 1967 e 1971. Posteriormente, foi governador do estado e deputado federal. Ocupou cargos no Conselho Federal de Educação. Sua eleição foi marcada por disputas das quais o próprio Roberto Santos dá seu testemunho:

> Em junho houve eleição para reitoria e o nome natural era Orlando Gomes, jurista, professor da Faculdade de Direito, vice-reitor de quase todo o mandato de meu pai, de 1946 a 1961. Mas havia muita disputa e nesse clima o governo federal foi contaminado por uma resistência ao nome de Orlando, porque ele fora do Partido Socialista, na década de 1930. E o governo militar recusou Orlando. Nas vizinhanças da eleição eu entrara como o nome mais votado no segundo escrutínio. Em determinada altura o ministro da Educação, Tarso Dutra, mandou me chamar, e numa conversa juntamente com Adriano Pondé, o então reitor em exercício, disse que havia resistência com o primeiro nome da lista e, como eu era o segundo, estavam cogitando meu nome para reitor. Eu disse que não poderia aceitar, considerando inclusive a amizade de minha família com Orlando Gomes, e ele disse que então teria que devolver a lista para a universidade, pedir que organizasse outra, enfim, uma crise. Naquele tempo em que se temiam muito as retaliações políticas, pedimos tempo para consultar por telefone (estávamos no Rio com o ministro) o conselho universitário e o próprio Orlando Gomes, que foi taxativo no sentido de que eu aceitasse para evitar crise na universidade. Bom, o resultado é que eu, que tinha tido no começo do governo de Luiz Viana um trabalho enorme para me preparar para ser secretário, com menos de três meses estava saindo para a reitoria.

Com base nestas declarações, pode-se compreender as homenagens constantes de Roberto Santos a Orlando Gomes no início da gestão. Há de acrescentar que Roberto Santos foi ativo defensor da reestruturação da universidade.

> Ao contrário do que o movimento estudantil difundiu, aqui se cuidava só da reestruturação da universidade, e numa concepção desenvolvida por educadores brasileiros. O mais importante dessa reforma é que os setores básicos do conhecimento, que tinham pouco relevo na organização original das universidades, passavam a ter uma importância muito maior - algo que eminentes educadores brasileiros defendiam desde a década de 1930 e que só a Universidade de São Paulo experimentara, na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Filosofia, e depois a Universidade de Brasília, em 1960. Pois bem, o decreto-lei que generalizou este princípio foi de 1966 e não teve nada que ver com o acordo MEC-USAID. As coisas se confundem por causa dos complementos à reestruturação feitos para enfrentar o movimento estudantil, e que pegam particularmente na questão da representação estudantil. O diretório acadêmico ficou impossibilitado de funcionar nos moldes que funcionou até 1967 e o diretório

> central dos estudantes, mais as uniões estaduais, tudo foi cancelado, enfim... Tanto na representação estudantil como no governo da universidade as coisas foram muito alteradas e a isso é que chamam de reforma universitária. Mas o que nos importa, do ponto de vista do desenvolvimento científico da universidade, é que a reestruturação de que falo implantou o ensino das ciências na generalidade das universidades. O que a reestruturação gerou, portanto, foi a possibilidade da pesquisa científica dentro das universidades.

Anunciava sua discordância quanto à transformação da universidade em Fundações e à cobrança de anuidades. Desenvolveu algum diálogo com o ME e inicialmente concordou com a mobilização a favor de mais verbas para a UFBA que culminou com uma greve estudantil de ocupação em 1968. Não encontramos registros de censura por parte do reitor aos estudantes.

Roberto Santos concordava com alguns princípios da "Revolução de 64". Na reunião do CONSUNI de 13 de agosto de 1969, apresentou uma moção de entrega do título de Doutor *Honoris Causa* ao Presidente Costa e Silva. A resolução foi fundamentada na reestruturação material e acadêmica da universidade, no currículo supostamente conhecido do general e na política de modernização do ensino superior desenvolvida pelo Governo Federal. Ou seja, não houve menção de louvor à ditadura militar.

3.5 A Lei Orgânica: resistências e conflitos

No capítulo 1, já apontamos que a agenda pela reforma universitária foi central na pauta do ME. Após o golpe de 1964, a questão prioritária passou a ser a existência das entidades estudantis de modo autônomo e independente dos mecanismos de controle do regime. A reorganização do ME em 1965 em oposição ao governo veio acompanhada de lutas contra a cobrança de anuidades e contra a violência policial em 1966 e, no caso de Salvador, houve a dimensão cultural da liberdade de expressão e da resistência à repressão à peça teatral. Já em 1967,

> outro foco de tensão foi o anúncio de que o governo federal preparava uma reforma universitária destinada a modernizar a escola superior no sentido de racionalizar cursos e adaptar os currículos às necessidades da produção. Conhecidas como PEG (Política Educacional do Governo), essas medidas deram aos estudantes universitários mais uma bandeira de grande potencial aglutinador. O convênio do Ministério da Educação e Cultura com a Agência para o Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos – o Acordo MEC-Usaid – foi denunciado como prova de que o governo militar queria privatizar a universidade pública e implantar o ensino pago (MARTINS FILHO, 2007, p. 193).

Para enfrentar a nova pauta, os estudantes universitários realizaram em maio de 1967, em Salvador, o Seminário de Reforma Universitária (SERU), onde foram instituídas as comissões para estudarem diversos problemas. Segundo o Jornal *A Tarde*, transcrevendo entrevista do presidente da UEB:

> Além disto, 'caracterizam o acordo MEC-USAID[64], bem como o Relatório Atcon, no sentido de transformar a Universidade Colonial brasileira em uma Universidade capaz de fornecer os quadros técnicos e ideológicos que o imperialismo reclama, e se capacita a absorver. A finalidade da reforma da Universidade Federal da Bahia, favorecida e ratificada pelos representantes do MEC-USAID, é de [adaptar] o sistema universitário, sua estrutura e mecanismo, sua filosofia educacional e sua metodologia pedagógica na orientação tecnicista que o Imperialismo desenvolve na América Latina (A TARDE, 12/05/1967).

O que parecia um problema abstrato ganhou concretude e força social a partir do ensino secundário. Houve protestos estudantis de massa durante 6 dias consecutivos contra a regulamentação da Lei Orgânica pelo Governo Luís Viana. O ME receava que o Governo, com base no Artigo 36 do parágrafo 9, transformasse as escolas públicas em fundações e institucionalizassem o

[64] De acordo com Martins Filho (1987, p. 130), "os acordos MEC-USAID inseriam-se numa longa tradição de 'colaboração técnica' entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que remonta ao pós-45. Até 1956, no entanto, os convênios assinados se restringiram ao fornecimento de assessoria e equipamentos no setor do ensino técnico. No Governo Kubitschek, a influência americana ampliou-se a projetos no ensino elementar. Na década de sessenta, após a vitória da Revolução Cubana, o Departamento de Estado dos EUA mostrou renovado interesse em implementar acordos mais abrangentes. Entretanto, a crise do governo Goulart fez com que, mesmo assinados, esses convênios permanecessem letra morta. Com o golpe de 64, a situação alterou-se significativamente e logo se retomaram os entendimentos com a USAID. A série de acordos assinados entre 1964 e 1966 é que passou a ser conhecida como os Acordos MEC - USAID".

pagamento de mensalidades. Para o movimento estudantil secundarista, a cobrança de anuidade implicaria fim da presença do aluno de baixa renda na escola.

Para os estudantes universitários, a Lei Orgânica materializava os Acordos MEC-USAID, na sua versão para o ensino secundário. Em 10 de agosto, os estudantes da Faculdade de Filosofia já pareciam dispostos a lutar contra a lei de reforma do Ensino (JORNAL DA BAHIA, 10/08/1967). Dias depois, o debate foi interrompido pelos ventos sociais do protesto dos secundaristas:

> Um grupo de estudantes esteve em frente à Faculdade de Filosofia, quando lá se realizava uma Assembléia Geral, a qual foi interrompida e os universitários, prestando seu apoio ao movimento, foram engrossar as fileiras dos estudantes de nível médio, dirigindo-se todos para o largo de Nazaré, onde se fizeram ouvir vários oradores, inclusive o presidente da ex-UEB. Em assembléia geral, os estudantes da Faculdade de Filosofia votaram seu apoio oficial ao movimento dos estudantes de nível médio, inclusive uma nota de louvor a ex-ABES (A TARDE, 23/08/1967).

As manifestações começaram com uma greve geral nas principais escolas secundárias. A ação na rua foi o principal meio de resistência. Além dos estudantes secundaristas e universitários, pais de alunos e professores do ensino secundário[65] participaram das mobilizações que ocorreram nos três turnos e diferentes pontos da cidade.

O governo negava o interesse em acabar com a gratuidade do ensino e acusava a manifestação de ser obra dos agitadores. A polícia agiria armada de fuzis, baionetas e bombas de gás, ao invés de apenas “fantas” e cassetetes. O Corpo de Bombeiros participaria ativamente da repressão inclusive utilizando jatos d´água para dispersar os estudantes. Um contingente da polícia chegaria até a usar máscaras contra gás, “apavorando um grupo de meninos que passavam pelo local e julgaram estar vendo assombrações” (A TARDE, 22/08/1967). O deboche da imprensa pode ser ilustrativo do exagero na coreografia montada pela polícia para a finalidade de repressão política.

[65]A Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção Bahia também se engajou na luta, tendo à frente o seu presidente Juscelino Barreto – ex- presidente do DCE UFBA.

O primeiro território de protesto foi a Assembléia Legislativa – espaço em que a medida seria apreciada. Os jovens se concentraram em frente à Assembléia Legislativa, cantaram o Hino Nacional e entoaram gritos como "Abaixo a Lei Orgânica", "Escolas para o Povo" e "A Lei é Desorgânica". Em manifesto distribuído durante a caminhada, os estudantes enfatizavam que a luta era "contra a transformação dos colégios públicos em fundações" e se dirigiam especialmente aos "pais de um modo geral, pois sabemos o quanto eles se sacrificam para nos manter em Colégios (mesmo gratuitos). Esperamos o apoio dos pais e podem estar certos que o nosso movimento é honesto e sincero" (A TARDE, 22/08/1967).

Entretanto, não foi bem isso que entendeu o deputado Sacramento Neto – Presidente da Casa Legislativa. Ele definiu a presença dos estudantes como "um movimento comunista de subversão da ordem" (JORNAL DA BAHIA, 22/08/1967) e convocou o aparato policial. Neste primeiro dia a polícia praticou atos de violência dirigidos a funcionários da assembléia e reservou aos estudantes apenas o cerco e a dispersão.

Em 25/08/1967, já haveria mudanças no *modus operandi* policial. "Empunhando cartazes com faixas pretas, símbolo de luto, presas aos mastros, os estudantes [faziam] as primeiras manifestações em frente à Reitoria" quando

> três carros da Polícia Militar e um do Corpo de Bombeiros chegaram ao local e dissolveram a manifestação com coronhadas de fuzis, jatos de água e bombas de gás lacrimogêneo. Mais de mil estudantes entraram no prédio da Reitoria [...]. O Reitor Roberto Santos, tranqüilizando os estudantes, anunciou que 'os universitários teriam total proteção enquanto estivessem dentro do prédio que lhes pertence' (JORNAL DA BAHIA, 25/08/1967).

Paralelo ao refúgio na reitoria, outros estudantes revidavam os ataques policiais com pedaços de paus e apedrejavam os soldados que bloqueavam as ruas e os carros da polícia. Montaram barricadas usando "banheiras velhas e túneis de lixo dificultando sobremaneira o tráfego [...]. Ao mesmo tempo, usando tábuas de caixotes velhos, os universitários prenderam pregos com a ponta para cima a fim de furar os pneus dos carros da Polícia Militar" (JORNAL

DA BAHIA, 25/08/1967). Como se observa, os estudantes (ab)usavam da criatividade para driblar a falta de recursos para autodefesa.

Houve um contingente de estudantes que não pôde participar da manifestação na Reitoria por que foram sitiados pela polícia. Uma parte procurou abrigo na Faculdade de Direito da Universidade Católica. Como contrapartida, um carro do Corpo de Bombeiros esvaziou seu tanque com jatos d´água na direção dos estudantes que se encontravam na Faculdade e atingiram até a Cúria Metropolitana e o setor de arquivo.

No outro dia, os comerciantes esboçaram preocupação com a diminuição das vendas em função da violência e do medo da população. O balanço oficial era de quatrocentos estudantes detidos para averiguações, mais de sessenta menores devolvidos aos pais e sete policiais atingidos com algum ferimento. À tarde, em reunião do Conselho Universitário, o Reitor "agradeceu a colaboração que recebeu de todos os Srs. Conselheiros, ressaltando a cooperação dos acadêmicos Carlos Alberto e Walter Baptista [...] [e] propôs em seguida [...] que, em razão da agitação na classe estudantil, fossem suspensas as aulas e fechados os prédios da universidade". Já um estudante fez um registro na reunião:

> gostaria de fazer aqui, em público, um protesto pelos incidentes ocorridos na manhã de hoje, particularmente na Reitoria, protesto contra a atitude das Forças Armadas e quando falo em Forças Armadas estou incluindo forças armadas no plano estadual como no plano federal e, por incrível que pareça, os soldados do fogo da prefeitura municipal [bombeiros]. Os estudantes secundários e, posteriormente, os universitários, preocupados muito particularmente com aquilo que lhe diz mais de perto, com o problema da reforma universitária e o problema da legislação sobre o pagamento das anuidades nos cursos secundários, promoveram alguns dias atrás, como hoje pela manhã, protestos democráticos, como todos os senhores conselheiros que estavam aqui presentes, na Reitoria, para o Conselho Universitário, presenciaram, alguns discursos e palmas e a polícia, posteriormente, o corpo de bombeiros, provocaram incidentes de proporções imensas, incluindo todos os membros do conselho, inclusive presentes à Reitoria. Gostaria que constasse de Ata os nossos protestos, como também constasse de Ata um voto de solidariedade aos estudantes secundários, como também o nosso elogio pela maneira como se comportou o dirigente maior da universidade e todo o seu corpo docente, em defesa da autonomia universitária.

Do mesmo modo em que o posicionamento da representação estudantil indica a perspectiva de construção de alianças e aplausos à atitude do Reitor Miguel Calmon, há uma diferenciação importante: enquanto o MEC dizia que para manter a autonomia era preciso *colaborar* com os militares, o ME afirmava que preservar a autonomia universitária passava por *resistir* à ditadura.

Um outro gesto emblemático da percepção do ME sobre os considerados inimigos foi demonstrado numa assembléia dos estudantes da Faculdade de Filosofia. Observemos a resolução pelas lentes da imprensa:

> Eis o resultado do radicalismo em que foi situado o problema da aprovação da nova lei Orgânica do Ensino: os estudantes da Faculdade de Filosofia decidiram ontem em Assembléia Geral organizar um abaixo assinado considerando o secretário Navarro de Brito *"persona non grata",* naquela Escola onde ele por sinal é professor. É o tributo que paga um jovem e competente professor, mas que talvez não lhe fosse imposto se a radicalização não tivesse dominado o encaminhamento do problema (JORNAL DA BAHIA, 23/08/1967).

No capítulo IV, retomaremos a questão acima suscitada. Por ora, a fonte realça que, no plano da relação interna à universidade, os gestos estudantis oscilavam entre a negociação e o conflito. Já na esfera dos conflitos de rua, merece o registro a utilização das vaias como arma de resistência estudantil, a prisão de um funcionário do jornal *Diários Associados* e a quase prisão do fotógrafo do *A Tarde* pela Polícia. Estes gestos são sugestivos do apoio que a mobilização estudantil despertou na opinião pública e na imprensa em geral. De outro lado, mostram a ira policial numa atuação marcada por nenhum abrandamento. Outros atores usaram da violência. Segundo o *A Tarde*,

> às 21h e 30m de ontem um grupo de manifestantes apedrejou a fachada do "Jornal da Bahia" quebrando vidraças e o anúncio luminoso. Eram cerca de vinte e cinco manifestantes que surgiram da Barroquinha e, aos gritos, investiram contra a sede daquele matutino obrigando a que os operários e redatores se abrigassem das pedradas. [...] Ainda não foram identificados os autores da covarde agressão ao "Jornal da Bahia" [...]. Vários estudantes condenaram a cena de vandalismo, alguns dizendo que isso não faz parte do movimento deles (A TARDE, 25/08/1967).

No outro dia, os estudantes organizaram um ato de desagravo ao *Jornal da Bahia*. Argumentaram que a ação contra o periódico partiu da JERB, uma organização de direita estudantil. Além disto, diante da declaração do Governador na TV garantindo a gratuidade e da votação na assembléia legislativa de um projeto que assegurava a gratuidade no ensino, o protesto estudantil foi recolhido. Uma boa síntese pode ser vista no depoimento do ex-presidente da UNE, que acompanhou algumas mobilizações:

> Em agosto de 67, os secundaristas baianos travaram uma luta impressionante – que tive a felicidade de acompanhar – contra a instituição de anuidades em escolas públicas, uma das muitas e permanentes investidas contra o ensino gratuito. A luta da Bahia se ampliou de maneira imprevisível tanto para o governo e a repressão como para as lideranças. Durante mais de uma semana, levas e levas de estudantes ocuparam as ruas de Salvador de manhã, de tarde e de noite. O apoio de professores, pais e alguns deputados e vereadores engrossava o movimento. Na noite do quinto dia de manifestações ininterruptas, o governador do estado foi à televisão afirmar que "assim como o governo havia permitido as manifestações para que os estudantes tivessem uma sensação de liberdade, da mesma forma, a partir do dia seguinte, por causa da comprovada infiltração de contumazes agitadores, o governo passaria a reprimir, e fazia um apelo aos pais para que mantivessem seus filhos afastados da agitação etc etc". A repressão se desencadeou como já estava se tornando tradição no Brasil pós-64: bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral (não posso esquecer a menina de uns treze anos me trazendo uma bomba detonada e pedindo que eu falasse no megafone que a bomba tinha a inscrição "made in USA"), invasão da reitoria da UFBA e de outras escolas, policiamento ostensivo nas ruas, prisões e assim por diante (SANTOS, 1980).

A repressão recrudescia e o movimento estudantil apresentava fluxos e refluxos muito acentuados (SANTOS, 1980, p. 61). Os estudantes comemoraram sua principal vitória contra a ditadura militar na Bahia; conquistaram aliados na opinião pública; aprofundaram as relações de solidariedade entre secundaristas e universitários; atraíram a simpatia de autoridades universitárias e viveram uma rica experiência de luta que marcaria a história e moldaria a memória de muitos militantes.

3.6 1968: um ano que terminou

Já foi dito que, nos anos 1960, após a aprovação no vestibular dentro do quadro de vagas disponíveis nos cursos, os alunos recém-ingressos passavam por um ritual de passagem nas faculdades: o trote. Em sintonia com essa dimensão da cultura universitária, os estudantes aprovados na turma de economia (1968) foram iniciados no rito. Puxando uma carroça, interromperam o tráfego no Centro de Salvador e debocharam da derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, como indica um dos irônicos cartazes: "Quem nasce no Vietnã – Vietnamita. Quem morre – americano" (JORNAL DA BAHIA, 13/03/1968). Já na Faculdade de Filosofia, houve a "'Semana do Vietnã' com exposição de fotografias e artigos no mural, distribuição de monografias referentes ao tema [...], conferência proferida [...] sobre o Vietnã e Oriente Médio" (RELATÓRIO DA GESTÃO ARAPIRACA, 1967/8).

A solidariedade à resistência vietnamita assumia caráter antiimperialista e também pautou o DCE e a UEB se constituindo numa referência a mais no estímulo ao engajamento político dos setores militantes. Segundo um entrevistado:

> Em 1968 [...] A história da Guerra do Vietnã [...] era muito presente. A discussão sobre a Guerra do Vietnã e a importância da derrota que os Estados Unidos [tiveram] em função de uma ação guerrilheira de cunho camponês [...] isso teve uma influência muito grande na consciência da vanguarda ou da massa avançada do movimento estudantil.

1968 combinou simultaneamente mobilizações em diversas latitudes: os EUA foram sacudidos por protestos contra a Guerra do Vietnã e o preconceito racial; a França viveu o *maio de 68* envolvendo estudantes e trabalhadores; os movimentos armados emergiam na África; os estudantes alemães organizavam eventos contra o autoritarismo nas universidades; a Federação Nacional das Associações Estudantis – Zengakuren – lutava para preservar o Japão de armas nucleares. Em muitos países, a ocupação de universidades por estudantes foi uma forma de protesto recorrente.

A América Latina não ficou imune a estes terremotos políticos. Os estudantes mexicanos travaram lutas por reformas educacionais em pleno ano de Olimpíadas, culminando com o massacre de Tlatelolco, que teve como resultado entre 300 e 500 mortos. Jovens argentinos protestaram por demandas educacionais. Em Caracas, o ME emergiu com visibilidade, o mesmo acontecendo na Bolívia. No Uruguai, mais de cem mil pessoas compareceram ao enterro de um estudante morto pela polícia (A TARDE, 16/08/1968).

Há ampla bibliografia que aponta o repertório dos protestos (PALMEIRA & DIRCEU, 1998; GARCIA & VIEIRA, 1999). Para os objetivos desta tese, o fundamental é indicar que esses eventos, em maior ou menor grau, contribuíam para uma atmosfera internacional de rebeldia social nos diversos planos. Afinal, não se deve esquecer que o movimento *gay* e o movimento feminista protagonizaram lutas importantes enfatizando o combate ao preconceito sexual e a resistência à opressão das mulheres.

Essas linhas gerais devem ser consideradas de modo difuso na atuação do ME na UFBA. Vale enfatizar que essa afirmação foge de qualquer análise mecanicista que interprete os acontecimentos locais como reflexos de influxos externos. Como escreve um pesquisador, "a pertinência desta aproximação entre a cena nacional e internacional é óbvia. Menos clara, entretanto, é a natureza da influência desta sobre aquela" (MORAES, 1989, p. 137). A título de exemplo, um dos estopins das mobilizações de massa no Brasil aconteceu "primeiro no Brasil – e não na França" (p. 138).

Convém indicar também que a ditadura militar no Brasil vivia um momento de definição de projetos entre os setores moderados e duros. Em vários momentos, o ano de 1968 registrou conflitos relacionados a uma disputa de rumos para a ditadura militar. Costa e Silva já era Presidente da República e a hostilidade no combate à oposição continuaria. Tudo isso influenciaria o movimento estudantil nacional.

Segundo Martins Filho (1987; 2007), uma importante questão do ME foi a luta dos excedentes. Classificados no vestibular em posição abaixo do número de vagas, esses estudantes – chamados de excedentes – se mobilizaram para garantir sua vaga em diferentes estados brasileiros (SILVA, 1989; SALDANHA DE OLIVEIRA 1998; HEGEMEYER, 1998; DIRCEU &

PALMEIRA, 1998). A problemática tinha a ver com a redução das verbas para o MEC e para as universidades implicando estagnação na oferta de vagas nas universidades. Isso contrastava com o aumento da demanda por acesso ao ensino superior. De acordo com Ridenti (1993, p. 128), "o número de vagas disponíveis no ensino superior brasileiro em 1964 era de 57.342, tendo passado apenas a 58.752 em 1966, período em que o número de excedentes crescera de 40.139 para 64.627". Já em 1968, "havia 89.582 vagas e 125.414 excedentes" (MARTINS FILHO, 1987, p. 125).

Estes estudantes se mobilizaram em várias universidades para garantir uma vaga. No caso da UFBA, essa reivindicação também esteve na agenda do ME. Em 1968, o DCE/UEB produziram um Caderno dos Excedentes (UEB/DCE, 1968) e houve iniciativas organizativas envolvendo também os DAs. Ainda assim, a luta dos excedentes na UFBA não chegou a ganhar grandes proporções de mobilização, como ocorreu noutros Estados. Esse é mais um exemplo que relativiza generalizações sobre o ME a partir do eixo Rio-São Paulo, desconsiderando a existência de "dinâmicas próprias" nos estados.

Um aspecto central decorria do fato de que o problema não era homogêneo para todas as Faculdades, já que em cursos como o de Ciências o número de inscritos no vestibular sequer superava o número de vagas. Por isso, um dos entrevistados afirmou que o problema se restringia aos cursos mais elitizados.

O encaminhamento da questão passava fundamentalmente por negociações junto às Congregações das Faculdades – o que propiciava fragmentação na mobilização, ainda que a solução dependesse também de verbas federais para melhoria da infra-estrutura e ampliação das vagas. Em alguns momentos, a reitoria foi vista pelos excedentes como um lócus privilegiado de pressão política no intuito do reitor assumir a liderança institucional junto ao MEC na demanda por verba suplementar. Para felicidade dos estudantes, na maior parte das vezes, os excedentes foram matriculados.

Com dificuldades para dar unidade à luta, a UEB/DCE buscaram construir algum elo entre os excedentes de diferentes cursos. Essas entidades estudantis viam o potencial da luta para despertar o engajamento no ME, pois serviam "como meio de educação e de preparação àqueles que serão os futuros universitários e substitutos das atuais lideranças" (UEB/DCE, 1968). Um

dos entrevistados participou da ocupação realizada no jardim da reitoria em 1968 e depois se engajou no ME. Para ele, essa mobilização trazia muitos limites uma vez que não tinha vínculo orgânico com a universidade, era dispersa, não tinha organicidade e os próprios excedentes não acreditavam no sucesso da luta. Sentenciou: “Era um movimento de massa atrasado. [...] Movimento sem futuro. [...] Movimento disperso”. Afirmou que, ao receber um convite de trabalho no interior do estado, parou de participar da mobilização.

É preciso cautela para evitar transferir a interpretação de um ativista-militante para o conjunto dos envolvidos. Reiterando que não encontramos muitos registros atestando a centralidade dessa luta e a sua força de atração, consideramos que a experiência de luta foi uma oportunidade para alguns estudantes se aproximarem do ME. Vale mencionar que, no ano seguinte, o referido entrevistado ingressou na universidade “sabendo que tinha de lutar”.

Além da luta pelo acesso ao ensino superior, 1968 foi marcado por conflitos no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, que culminaram com a morte do estudante Edson Luís. A resposta ao assassinato cometido pela polícia carioca veio com passeatas e variados gestos de protesto que se propagaram por muitos estados.

O ME soteropolitano não ficou imune à comoção nacional. Houve greve geral convocada pelo DCE/UEB, caminhada com bandeira de luto, passeata de protesto e concorrida missa de 7ª dia com a presença em torno de 1500 pessoas (artistas, intelectuais, estudantes etc.), segundo a imprensa (JORNAL DA BAHIA, 04/04/1968). Atentos à dimensão simbólica, os estudantes *batizaram* o viaduto do Vale do Canela com o nome de Edson Luís e decidiram homenagear o colega assassinado e inserir uma placa no Restaurante Universitário.

Em harmonia com o que aconteceu em outros estados, a mobilização foi nutrida pelo apoio de setores sociais ultrapassando o público estudantil. Ribeiro do Valle (1999) já escreveu que foi a principal vitória do ME junto à opinião pública. No caso local, os artistas de teatro, por exemplo, reverteram para os estudantes a renda de peças teatrais, enquanto intelectuais publicaram manifesto criticando a violência policial e solidarizando-se com os estudantes.

O fato político criado contribuiu para inserir com destaque na conjuntura nacional a luta anti-ditatorial, especialmente a crítica à violência policial. Segundo um ex-militante: “Praticamente as aulas nem começaram por que tinham começado tinha uma semana ou dois dias de aula, e aí estourou isso. Nós fomos pras ruas. Aí era passeata, passeata, assembléia geral permanente com caráter político geral de contestar o regime, contra o governo, contra a violência”. Ainda que sem conflito de rua como aconteceria noutros estados, o ME da UFBa seria influenciado por esta pauta externa.

3.7 Os estudantes e a greve de ocupação da UFBA

Mesmo alerta à luta anti-repressiva, o ME focou energia na luta educacional. Isso por que, mesmo sendo as queixas em relação ao baixo orçamento bem antigas, em 1968, as verbas foram reduzidas e, para piorar a situação, houve atraso na liberação.

Depois de realizar um Seminário sobre a Política Educacional do Governo, organizar a Semana do Calouro nas Faculdades, efetuar passeata pelo centro da cidade e criar Grupos de Trabalho para levantar os problemas dos cursos, o ME aprovou a greve oficialmente no dia 11/06/1968 - data em que os acadêmicos de Geologia, Nutrição, Odontologia, Medicina e Enfermagem já haviam paralisado as atividades. Em um panfleto, diziam:

> [estamos] [...] em greve contra o corte de verbas destinadas à educação feito pela ditadura reacionária entreguista à qual continua a impor ao povo brasileiro o caminho da fome, da miséria e da opressão. O que atualmente ocorre na Universidade – o corte de verbas – tem como único objetivo a transformação do ensino gratuito em ensino pago, que tornará o mesmo mais distante dos trabalhadores (ANEXO BNM, 8160).

Uma das peculiaridades dessa mobilização foi a greve de ocupação. Muitos entrevistados lembraram dessa experiência. Um militante do curso de ciências sociais afirmou:

> As aulas recomeçaram e em junho nós fizemos uma nova greve. [...] Aí nós fizemos uma greve para melhorar as condições gerais da universidade. E essa greve foi muito

> engenhosa. Foi chamada de greve de ocupação. Todas as escolas botaram as direções para fora e nós assumimos as escolas. [...] o pessoal de comando [burocracia] inclusive era proibido inclusive de entrar na escola. [...] e aí dentro das escolas a gente desenvolvia atividades culturais, filmes, palestras, seminários, debates, assembléia permanente. As escolas não ficavam vazias. A gente não tinha aula.

O relato é sugestivo para pensarmos na dimensão do poder estudantil com a ocupação. Assumir as "direções" das faculdades, controlar a entrada de pessoas, inventar um novo cotidiano no território da universidade e protagonizar a construção das atividades foram algumas das sensações percebidas pelas entrevistas. Uma aluna de música afirmou de modo empolgado: "nós tomamos a universidade. [...] Eu tomei [a Faculdade de música, eu tomei música com doze pessoas. Teve escola com 800, 400, 500 [...]Os estudantes tiraram professor, diretor, tiraram todo mundo".

Da mesma maneira que os verbos usados pela entrevistada revelam a positividade do poder estudantil expressando sensação de posse, a narrativa nos alerta para o grau de participação do conjunto dos estudantes. De acordo com um dirigente da UEB à época,

> era uma greve de ocupação e montamos um esquema com os diretórios para haver sempre a presença de estudantes por que a massa aproveita pra sair de férias, mas a gente tentava trabalhar isso fazendo com que em cada sala de aula tivesse um ou dois representantes que passassem um dia sim, noutro dia um outro.

Exceto estas lembranças, não temos dados quantitativos sobre o nível de adesão estudantil. O mais relevante é enfatizar que a agenda reivindicatória construída a partir de problemas específicos parece ter mobilizado um conjunto significativo de estudantes. Além disso, o foco nas demandas particulares dos cursos e faculdades contribuiu para atrair alguns professores a apoiarem o movimento. Um militante comprovou essa assertiva: "professores escolhidos pela gente, aqueles mais progressistas participavam". Outros professores se solidarizavam evitando marcar e desenvolver avaliações de aprendizagem. E

muitos docentes ainda expressaram publicamente sua solidariedade aos estudantes divulgando manifestos:

> Os abaixo-assinados, professores da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, vêm demonstrar, nos termos de seus colegas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, a sua desaprovação à política educacional que, aumentando vagas nos cursos universitários e encorajando matrículas de excedentes como medida indispensável ao desenvolvimento, simultaneamente corta as verbas das Universidades reduzindo-as à indigência. Tal demonstração de incoerência e falta de racionalidade se evidencia, ainda, numa reforma universitária que, se apresenta um avanço na sua estrutura orgânica, esquece os estímulos à atividade do docente, de quem muito exige e a quem pouco se oferece, para realização das tarefas de pesquisa e ensino, tão importantes para a comunidade. Na qualidade de mestres, compreendem as inquietações da juventude como reflexo das incoerências acima denunciadas o [no] espírito das massas estudantis. Os signatários, ao tempo em que, assim, interpretam o atual movimento estudantil, exprimem seu desejo de urgente equacionamento realístico e coerente, dos problemas universitários, pelo mesmo movimento levantados, problemas cujas soluções não deverão estar nunca desvinculados dos interesses do país e do seu povo. (...)
>
> Salvador, 14 de junho de 1968 (A TARDE, 15/06/1968).

O protagonismo estudantil influenciava e estimulava formas de solidariedade política de professores, ao passo que alimentava a auto-organização dos docentes. Houve um impulso nos passos organizativos em prol da construção do sindicato da categoria. O ex-secretário geral da entidade apresentou um fragmento elucidativo sobre a conjuntura:

> aquela “realidade” era a matéria-prima do otimismo que conferia significado a cada dimensão da parcela da minha geração com a qual me identificava, otimismo era alimentado pela retomada da contestação de um regime militar perplexo diante da crescente mobilização dos setores radicalizados da classe média. O movimento estudantil espelhando as vagas libertárias [...] parecia legitimar nosso ativismo. A Universidade Federal da Bahia repercutia à sua maneira o movimento gerado por aquelas irrupções de vitalidade, e foi nesse contexto que seu corpo docente mobilizou-se. Após intenso trabalho de vários meses, em meados de 1968 foi fundada, em memorável assembléia que lotou o solene salão nobre da

> Reitoria da UFBA, a Associação dos Professores Universitários da Bahia (JANCSÓ, 2004, p. 15).

No que tange especificamente à greve estudantil, o apoio de professores ajudava a dotar a mobilização de um espírito de corpo, aumentava a sua legitimidade e dialogava com um segmento discente mais sensível às mobilizações específicas como verbas, laboratórios, reformas físicas nas Faculdades, dentre outras reivindicações[66]. Ademais, ampliava as possibilidades de elaborar uma programação diversificada de atividades. Um participante narrou:

> Além das assembléias quase diárias [...] A gente fazia muitos seminários com os professores [...] aulas que não estavam no currículo, mas que eram importantes [política, cinema, literatura]. Havia muita aula e muitos seminários, mas fora do esquema oficial [...] Então isso mantinha a Faculdade cheia de gente [...] de estudantes e muitos secundaristas.

Um ex-militante afirmou que "foi uma greve muito interessante [com] esquema de revezamento, esquema de segurança, esquema de alimentação. Eram 24 horas dentro da escola; cozinha funcionava, tudo". O esquema mencionado pelo entrevistado dizia respeito às comissões, sendo que uma das que funcionou foi a de finanças[67]. Outra entrevistada mencionou a comissão de comunicação e seus códigos clandestinos: "a gente contatava um com o outro. Eu, por exemplo, era cobra. Cobra fala com leão. Leão fala com gato. Então a polícia não sabia quem era gato e quem era leão por que era cifrada, a linguagem era cifrada, [...] cada escola tinha seus códigos".

Em razão da mobilização dos alunos, a greve incomodava. Para o governo, era um atentado à sua autoridade. Com o passar das semanas sem

---

[66] Influenciava estudantes de outras instituições a exemplo dos alunos da Escola Baiana de Medicina, da Universidade Católica e de algumas escolas secundárias. Em todos estes casos, houve greves estudantis.

[67] Durante o interrogatório aos participantes presos no Congresso da UNE, em outubro de 1968, a polícia quis mapear os esquemas de arrecadação financeira sugerindo que os estudantes cobravam pedágio. Os estudantes argumentaram que as atividades eram viabilizadas com contribuição dos professores e solicitação de ajuda financeira voluntária à população (BNM, 1968).

solução para a greve, circulou uma onda de boatos em relação à invasão policial. Mudando o tom de voz, uma entrevistada lembrou que diziam: "'*olhe a polícia está chegando e apaga tudo'*. Era uma agonia. Passava carro, carro passava [e gritavam]: *'Depressa polícia está chegando'!* Era bizarro". Já um ex-dirigente da UEB, militante do PCB comentou:

> Eu visitava frequentemente todas as unidades até para combater certos excessos. Um dia fui na residência universitária e os caras [militantes do PC do B] tavam fabricando coquetéis molotov. Eu disse "rapaz isso é maluquice [...] eu não vou admitir que vocês queiram enfrentar [a polícia] - se é que vai ter uma invasão – com coquetéis molotov. Vocês vão ser massacrados. Pode acabar de ir desmontando essa putaria agora". Eu jogava duro. "Senão vou chamar meu pessoal e vou desmontar".

Para além dos métodos utilizados nas disputas políticas entre as correntes do ME, esse relato atesta a força da boataria sobre a invasão e o debate relacionado às formas de resistência. Como era esperado, a polícia agiu. Vale a pena o relato de um militante da Faculdade de Filosofia:

> uma noite a Polícia Militar resolveu desocupar na força todas as escolas e prender todos os estudantes [...] à revelia do reitor. Autonomia universitária, já não se falava mais nisso, né?! Reitor ia saber depois. [...] E nós fomos informados até com antecedência que a polícia ia [invadir as faculdades]. [...] Nós tínhamos sistema de comunicação por rádio e por telefone entre as escolas. [...] Como soubemos com antecedência, reunimos em assembléia e [...] anunciamos que a informação era segura que a escola ia ser invadida à noite [...] e aqueles colegas que quisessem permanecer correndo risco, e os que não quisessem que no início da noite fossem embora, por que a coisa ia engrossar. Agora o comando do movimento tinha que ficar até para resguardar a escola por que eles podiam entrar, depedrar e depois jogar a culpa no outro dia pela imprensa nos estudantes por que eles faziam muito isso. E ficamos nos comunicando. Quem quis ficar, ficou. Quem quis ir embora, foi embora. E por volta de 1 hora da manhã, a gente ficou acompanhando pelo telefone [e começou a ação policial].

Antes da invasão, emergiram debates sobre o que fazer e o deboche prevaleceu como arma de resistência. Segundo o mesmo depoente:

> Fizemos brincadeiras. Tinha humor para isso. [...] [Pensamos:] 'eles vão ter que trabalhar para arrombar para a gente registrar a violência'. Teve [debate de enfrentar a polícia], mas a gente viu que não tinha a menor condição, que era um suicídio. Tinham loucos que saíam com essas idéias. [...] A decisão final foi a resistência passiva. [...] A polícia chegou e arrombou a escola. Aquele estardalhaço terrível, botou todo mundo de mão pra cima, as costas pra parede, e tal. Eles entraram muito tensos achando que a gente ia reagir. Não sabiam que tipo de recepção iam ter, né?!. E fomos todos presos. Nos colocaram no camburão e [fomos] levados para o quartel [...] acabou a greve de ocupação assim, com todo mundo preso[68].

De acordo com a imprensa, a Faculdade de Ciências Econômicas foi a primeira a ser invadida, seguida posteriormente da Escola de Administração, da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Medicina. Nesta última unidade, "tropas da polícia utilizando uma escada do corpo de bombeiros, penetraram pela porta da frente, quebrando ainda duas janelas laterais com coronhadas de rifle". Após listar os danos materiais causados pelas tropas, o DA afirmou que a polícia "consumou o mais lamentável ato de vandalismo, pilhagem e estupidez que a faculdade foi alvo durante seus 160 anos de autonomia" (JORNAL DA BAHIA, 16/06/1968). Este fato despertou a crítica de professores universitários de diversas unidades, que, reunidos na reitoria, decidiram expressar

> a)seu inconformismo em face do desrespeito à autonomia universitária e à autoridade de seus dirigentes; b) sua solidariedade às providências adotadas pelos órgãos diretivos da universidade e c) sua disposição de dar continuidade ao diálogo com o corpo discente, buscando uma solução em comum para os graves problemas que afligem a universidade brasileira (JORNAL DA BAHIA, 22/06/1968).

[68] Houve um relato de uma estudante de letras que não conseguimos cruzar com outros depoentes, mas achamos razoável transcrever para o leitor ter mais um exemplo acerca da pluralidade de memórias sobre a experiência: "existia um professor de história que eu acho que ele era vice-diretor da Faculdade [de Filosofia], mas tava em exercício, e que foi uma pessoa incrível [...] ele não permitiu que a polícia entrasse, ele fechou os portões da Faculdade quer dizer e ficou lá [...] quer dizer pra passar tinha que passar por cima dele [...] e a polícia não entrou por que apesar de ser um período de governo militar, de ditadura estabelecida, [...] mas essa autonomia de polícia não entrar no campus [...] era uma questão de honra para nós estudantes e alguns diretores [...] ele ficou lá [...] Eu me lembro dele na frente da faculdade [...] a polícia chegando cheia de metralhadora e fechou e não deixou ninguém entrar".

Já o Reitor Roberto Santos intermediou junto à Secretaria de Segurança Pública a liberação dos estudantes presos, criticou a invasão da polícia, recebeu uma comissão de estudantes, bem como divulgou uma nota:

> As autoridades universitárias, reunidas para exame da situação em que se encontra a Universidade Federal da Bahia e preocupadas com o seu desdobramento, dirigem aos estudantes veemente apelo para que retornem a suas atividades, a fim de que o diálogo entre professores e alunos em torno dos problemas universitários continue no exclusivo âmbito em que deve se manter, recomendar-lhes vigilância para que se não desvirtuem sua motivação e sentido originários (A TARDE, 22/06/1968).

A nota silenciou em relação à invasão policial e ao atentado à autonomia universitária. O discurso do reitor foi centrado em propor o fim da greve estudantil e em recomendar cuidado para que o movimento estudantil não "desvirtuasse" sua motivação original. Agir com cautela foi a mensagem do reitor aos estudantes.

É importante salientar que, no dia da invasão, nem todos os DAs que aderiram à mobilização estavam em greve de ocupação. Da mesma forma que a entrada na greve se deu em ritmos diferentes, a saída atendeu a esse *script*. Segundo uma entrevistada, os alunos da Escola de Música, por exemplo, já tinham desocupado a faculdade. Ela relembrou da fala direcionada a ela e emitida por um colega de outro curso:

> Fico muito triste com uma coisa por que quando você começou com 12 pessoas eu manguei tanto de você por que estávamos com 800 e você com 12. A greve de ocupação tá terminando e você continua com doze e lá eu estou com uma quantidade ínfima por que as pessoas ficaram com muito medo, muito apavoradas e começaram a sumir. Você me apresenta um relatório da escola e eu não fiz o meu, entendeu?!.

Quanto aos estudantes presos, um militante comentou:

> no dia seguinte, o Reitor teve lá, visitou e confessou que não tinha tido conhecimento mas que já tinha entrado em contato

> com a VIa. Região Militar pra negociar a liberação [dos presos] [...] uns dois dias depois tava todo mundo solto voltando pras escolas.

A invasão policial possivelmente amedrontou muitos jovens, mas foi insuficiente para pôr fim à greve de ocupação – ao menos em algumas Faculdades. Dias depois do acontecido, o ME voltou às ruas para protestar contra a repressão policial e a política educacional do governo. Ao fim da passeata, decidiu manter a greve e entregar um memorial sintetizando as reivindicações estudantis à reitoria.

Reiteramos que, além de verbas e reivindicações específicas, a mobilização tinha pautas gerais; uma delas era a crítica aos Acordos MEC-USAID. Numa das passeatas, um grupo de estudantes se deslocou até o escritório que representava o convênio em Salvador. Houve quebra-quebra e parte das instalações foi incendiada. No final do ato, um jovem sapateiro que não era estudante foi preso e posteriormente processado pela justiça militar. O governo divulgou comunicado informando que não mais permitiria a realização de passeatas. As divergências públicas afloraram no seio do próprio movimento estudantil e foram debatidas publicamente. A UEB criticou o incêndio.

Estas divergências não chegaram a desviar o foco do ME na preparação do memorial. No dia 10/07, a imprensa noticiou que cerca de 1.500 estudantes caminharam até a Reitoria e entregaram o documento ao dirigente máximo da universidade (A TARDE, 10/07/1968). Enfatizaram a crítica à transformação da UFBA em Fundação – algo negado pelo Reitor – e aprovaram uma comissão envolvendo estudantes e professores para apreciar as reivindicações.

Aqui já podemos apontar um outro tema presente na greve: a crítica à reforma na UFBA. Enquanto o Reitor Roberto Santos alegava que a reforma era inspirada no projeto da Universidade de Brasília, os estudantes acusavam a reforma de ter sido pouco divulgada e ser inspirada numa "orientação imperialista". Após as verbas serem liberadas pelo governo federal, parece que as direções das entidades estudantis tentaram mudar o eixo da greve focalizando a questão da reforma universitária – é o que indicam os jornais da época. Contudo, já haviam se passado mais de dois meses e, da mesma forma

como a entrada se deu com temporalidade distinta entre os cursos, a saída também seguiu a mesma dinâmica. Alguns DAs aprovaram o retorno às aulas. No final das contas, em 05/08 o ME encerrou oficialmente a greve.

Convém registrar que a reforma universitária carimbou a memória de muitos ex-estudantes em relação ao mandato do Reitor Roberto Santos. Muitos avaliam que o Reitor estruturou a reforma a "serviço dos militares" e do imperialismo. É possível relativizar essa memória, notadamente quando identificamos registros da cooperação de "técnicos estadunidenses" desde 1965.

3.8 A violência de agosto

O retorno às aulas veio acompanhado de novos conflitos envolvendo o ME e o Estado e minimizaria a polarização reitor versus estudantes. Indignados com a prisão do líder estudantil carioca Wladimir Palmeira, os estudantes fizeram uma passeata e incorporaram no protesto a crítica ao aumento do preço da passagem nos transportes coletivos em Salvador. Mas a passeata ficou apenas nas intenções uma vez que se generalizaram conflitos envolvendo policiais e estudantes. Dando materialidade ao comunicado oficial feito após o incêndio no escritório do MEC-USAID e, ao mesmo tempo, em sintonia com a pressão da *linha dura* na conjuntura, a repressão agiu coordenadamente (Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, DOPS e Guarda Civil).

Os conflitos tiveram como saldo dezenas de feridos e muitos estudantes presos. Alguns tiros acertaram o gabinete do líder da Assembléia Legislativa e uma bala atingiu Júlio Pavêse - estudante de Ciências Sociais. Depois da dispersão e posterior reorganização no restaurante universitário, cerca de 100 estudantes fizeram um plantão na Clínica e doaram sangue para o colega – sob a assistência de professores de medicina, num outro gesto de solidariedade dos docentes.

Visando protestar contra a violência, o ME marcou nova manifestação de rua. A tática foi sair em passeata a partir de três locais diferentes. Isso era uma maneira de tentar despistar a polícia. Porém, a Praça Municipal foi apenas o destino imaginário, uma vez que a polícia reprimiu a concentração estudantil. Segundo a imprensa:

> Tiros e bombas de gás lacrimogêneo foram lançados. Houve espancamento indiscriminado. Populares que se encontravam no centro realizando compras teriam sido agredidos. A polícia teria infiltrado agentes no meio dos estudantes para efetuar provocações (A TARDE, 09/08/1968).
>
> Um Professor Catedrático da Escola de Belas Artes - Riolan Coutinho - que passava por perto foi espancado e jogado em um caminhão com dezenas de mulheres e menores de idade (JORNAL DA BAHIA, 09/08/1968).

Alguns estudantes tentaram se proteger no Mosteiro de São Bento. Amarga ilusão! Em sintonia com o endurecimento da repressão em nível nacional, a polícia novamente desconsiderou a Igreja como um território sagrado e não respeitou a autoridade moral do Abade D. Timóteo Anastácio. Invadiu, espancou e prendeu estudantes. O saldo final contabilizou sete feridos a bala (JORNAL DA BAHIA, 09/08/1968).

A invasão do Mosteiro foi duramente criticada. Presididos por Dom Timóteo Anastácio, estudantes, intelectuais, professores, parlamentares do MDB e artistas reuniram-se na Escola de Teatro para o ato de protesto. Ao mesmo tempo, a atmosfera tensa ganhava novos lances após a invasão da Escola de Administração pela Polícia e pela onda de boatos sobre a probabilidade de outras faculdades serem invadidas.

Essa paisagem de tensão contagiou o centro de Salvador. A imprensa publicou notícias de conflitos entre populares e policiais. O pânico se alastrou pela cidade, ao menos se tomarmos como referência o jornal enquanto uma "enciclopédia do cotidiano". A utilização de jornais como fonte histórica possibilitou mapear vários registros abordando o prejuízo dos comerciantes, o fim de expediente bancário, a existência de clientes desmarcando consultas, pontos facultativos em repartições públicas etc. Chegou-se ao ponto de argumentar que o *dia do papai* teria apresentado queda de vendas em 40% (A TARDE, 13/08/1968).

Depois de rumores de nova passeata, a polícia organizou um esquema de repressão ostensiva. Para desespero dos lojistas, o comércio no Centro ficou fechado. A polícia invadiu as Faculdades de Administração e Ciências

Econômicas. Sensíveis à correlação de forças sociais, os estudantes não foram às ruas "para evitar o massacre" (JORNAL DA BAHIA, 14/08/1968).

No outro dia, a passeata foi mais uma vez reprimida com um jornalista sendo agredido pela polícia e 7 estudantes presos (JORNAL DA BAHIA, 16/08/1968). Em seguida, os estudantes universitários optaram por se concentrar na preparação do Congresso da UNE.[69] É importante salientar que esses lances evidenciam um endurecimento da repressão no nível local, acompanhando uma dinâmica nacional. Muitos ex-militantes lembraram das duras condições para a ação política em 1968. Um dos entrevistados afirmou:

> As passeatas que em 1967 [...] ainda eram reprimidas na base apenas da porrada, em 1968 começou a ganhar, a subir um degrau de violência. Começaram a atirar mesmo, a balear, a matar. A coisa na rua ficou mais violenta, mais tensa, muito mais difícil [...] a polícia ocupava previamente a rua pra evitar que a gente [...] fizesse manifestações. Aí tinha que mudar uma passeata marcada pra Praça Municipal tinha que ser feita lá no Comércio de última hora.

Este relato coaduna com uma outra entrevistada que afirma que, em 1968, "normalmente as passeatas não conseguiam cumprir o seu itinerário". Também comentando a intensidade da repressão, um outro entrevistado respondeu:

> Eu me lembro que, em 1967, você não via, não teve caso de morte, gente baleada. A polícia reprimia com cassetete, bomba de gás lacrimogêneo, porrada mesmo. [Já] em 1968 começou a atirar pra matar. Atirar mesmo! Então houve um crescendo [de violência e repressão][o ME não se preparou para isso] [...] e a gente foi de certa forma tomado de surpresa.

O contexto de endurecimento na repressão alimentava a força de propostas de radicalização política por parte do ME. A preparação para o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes é emblemática desse processo em nível nacional. No caso da UFBA, a onda de radicalização e polarização se

[69] Parece que os secundaristas ainda tiveram disposição para organizar outra manifestação no Centro, o que ocorreu em 20/08/1968.

expressaria de outras formas também. Destacaremos uma situação bem peculiar, ocorrida na Faculdade de Direito.

Após perceber que três estudantes de direito eram oficiais militares e haviam participado diretamente da repressão ao ME, os acadêmicos do curso se mobilizaram reivindicando a expulsão dos tenentes-estudantes. A Faculdade ficou fechada por quase um semestre. Os alunos ocuparam a instituição; o diretor Orlando Gomes conseguiu mandato de reintegração de posse; a faculdade foi reaberta e, posteriormente, fechada novamente. No final das contas, os três estudantes permaneceram matriculados na instituição.

Convém apontar que essa indignação com os estudantes-oficiais de direito ganhou contornos de estigma em relação a outros estudantes que eram policiais. Uma onda anti-policial começou a se formar. De acordo com um ex-presidente de Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, houve tentativa de construir um movimento parecido na Faculdade de Filosofia:

> Este exemplo [da Faculdade de Direito] ficou [...] como se fosse uma jurisprudência. Em todo lugar que tinha militar estudando [...] queriam botar pra fora. [...] Naquele momento o clima era tão antimilitar que ser militar era algo vergonhoso dentro do movimento estudantil. E um dia eu fui procurado no diretório por um tenente, que eu nem sabia, mas era estudante do curso de Ciências Sociais por que tava havendo uma articulação na escola para botar o cara pra fora depois deste negócio de Direito [...] mas o cara era tão tranqüilo [...] e dentro da escola era só estudante [...]ele me procurou [dizendo] que achava um absurdo [...]que ia pra aula [...]então as organizações começaram a me exigir que eu fizesse um movimento pra botar o cara pra fora. [...] No dia que ele cometer uma sacanagem aqui ou na rua, aí sim é outra coisa. Você reage pela violência que ele tenha praticado. Mas reagir pela condição exclusiva de militar, aí eu não aceitei de jeito nenhum. Mas isso cresceu [...] eu acabei convocando uma assembléia geral pra discutir o problema [...] a questão era se expulsava ou não expulsava o cara por que era militar [...] E eu assumi o patrocínio da defesa do cara. Nós ganhamos.

Para entender o depoimento, é importante considerar uma ironia da história. Para o entrevistado, durante o processo de julgamento pela justiça militar, esse estudante-oficial teve presença destacada:

> Foi minha testemunha de defesa, se apresentou [...] formalmente com autorização do comando da Polícia Militar o Capitão que eu havia defendido na assembléia, que o pessoal queria expulsar. Esse cara ficou meu amigo e quando soube – eu nem procurei ele – ele se ofereceu e foi de farda de gala na audiência e deu um testemunho que sensibilizou todo o conselho. Eu acho que isso foi decisivo para a minha absolvição por que as coisas não eram muito decentes. [...] eles condenavam sem precisar de provas de defesa, condenavam mesmo. E a tendência era a condenação.[...] Acho que pesou muito o depoimento desse militar a meu favor. Foi uma coisa assim de uma dignidade, de uma grandeza de caráter muito grande.

Sem desconsiderar a lembrança do entrevistado em relação ao seu posicionamento político, a experiência relatada acima deve ser considerada na serenidade do relato do entrevistado. É um exemplo de como a memória atualiza o passado.

3.9 Esquerda e Movimento estudantil

Seria equívoco analisar as lutas estudantis sem considerar um sujeito político importante: a esquerda. Este item apresenta um quadro das organizações políticas de esquerda que atuaram no movimento estudantil e discute as condições que lhe permitiram, em muitos momentos, canalizar a insatisfação de parcela dos estudantes para uma atuação política organizada ou expressar esse descontentamento.

Após a euforia da vitória do golpe civil-militar, a direita liberal "entrou em refluxo, encolheu-se, até quase desaparecer como força política. [...] À direita só restou a ação mais radical, agrupada no Comando de Caça aos Comunistas e grupos afins. [...] Criou-se, assim, um horizonte favorável à emergência de orientações políticas de crítica e denúncia da ditadura" (REIS FILHO, 1999, p. 66).

Ridenti (1993, p. 135) relativiza essa interpretação ponderando que "mesmo quando as lideranças de esquerda foram predominantes no ME, caso

dos anos 60, não deixou de haver nas faculdades uma direita mais ou menos organizada". Alerta que existia também "uma maioria silenciosa com graus diferenciados de politização, que poderia ou não ser mobilizada pelas lideranças do movimento, bem como oscilar politicamente com mais facilidade que os estudantes decididamente envolvidos".

No caso soteropolitano, as entrevistas não mencionaram a existência de uma direita organizada que atuasse sistematicamente no ME e disputasse a orientação geral do movimento. A disputa era mais localizada em algumas faculdades. Em termos mais gerais, há indicações dispersas e que se referem a eventos ocorridos em 1968: uma bomba que o CCC teria jogado na reitoria e ameaças da JERB na greve de ocupação e no "apedrejamento" da sede do Jornal da Bahia. Numa universidade heterogênea, devemos considerar a existência de estudantes de direita, mas que não se organizavam cotidianamente para debater suas idéias, participar das eleições das entidades com chapa e programa, apresentar propostas sistemáticas nas assembléias etc.[70]

Mediações à parte, os pesquisadores concordam a respeito do protagonismo da esquerda estudantil na construção de uma oposição política à ditadura militar. Este processo foi favorecido porque, ao contrário do que alguns setores golpistas esperavam, os militares não demonstravam sinais de "volta aos quartéis". Alguns apoiaram o golpe de 1964 influenciados pelo discurso anticomunista e acreditavam numa "intervenção cirúrgica" dos militares. Aos poucos, passaram a ficar descontentes com a truculência do regime[71].

---

[70] Aqui reside uma diferença em relação ao movimento estudantil secundarista, onde, antes do golpe, existia uma direita organizada que disputava os rumos do movimento. Esse setor dirigia a ASES e havia ganhado a direção da ABES em 1963-1964. Depois do golpe, mapeamos menções à sua atuação pela imprensa até os primórdios de 1965.

[71] Em entrevista, o estudante carioca Jean Marc van der Weid contou que apoiou o golpe e, junto com alguns amigos, foi até o Palácio da Guanabara pegar em armas para defender o governador Lacerda "quando o oficial da reserva formou uma espécie de brigada para, com dinamite, atacar [uma] rádio, a gente achou que era [...] um negócio beirando assassinato. A gente se recusou. [Nós] fomos imediatamente expulsos do local como não confiáveis. [...] a gente começou a rodar pela cidade [...] de repente vêm as ordens dos oficiais para os soldadinhos abrirem fogo com metralhadoras e os tanques em cima daquela multidão [de populares que resistiam ao golpe]. [...] começo a ficar assustadíssimo com a brutalidade, a selvageria e a covardia daquele negócio todo. E, finalmente, perto da UNE eu assisti [à depredação] do outro lado da rua. [...] a fascistada toda tacando fogo no prédio da UNE [...] daqueles quatro amigos, um ficou no jogo até hoje, é de direita, os outros três, depois, todos viraram de esquerda". (RIDENTI, 1993, p. 126). Em 1969, Jean Marc viria a ser presidente da UNE.

As medidas repressivas em relação à universidade contribuíram para fomentar uma antipatia aos militares. O IPM da UNE indiciou 750 pessoas. A UnB foi invadida nos dias posteriores ao golpe. Denúncias de torturas vieram à tona. Estes fatos foram divulgados e despertaram medo em algumas pessoas e indignação em outras. Como diz Martins Filho (1987, p. 83), "logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não articulada no meio estudantil".

A Lei Suplicy Lacerda contribuiu para este processo e despertou reações contrárias de alguns setores anticomunistas, mas favoráveis à UNE. Além disto, serviu para canalizar a insatisfação de estudantes críticos ao golpe de 1964. Alguns militantes afirmaram que assistiram impotentes à derrota da esquerda com o golpe e, posteriormente, demonstraram essa insatisfação atuando no movimento estudantil.

Já vimos que, no caso da UBA, as formaturas se constituíram enquanto espaço de crítica política. Também emblemática da reorganização da oposição no meio estudantil é a vaia que o Presidente Castelo Branco recebeu quando sua presença foi anunciada na aula de abertura do ano letivo na Universidade do Brasil. Portanto, algumas brechas foram criadas para a crítica ao novo regime e uma resistência estudantil difusa, silenciosa e molecular passou a ser canalizada para o ME e para a esquerda.

A situação da universidade contribuía para isso, pois os problemas materiais continuavam. Limites de vagas e redução de verbas eram apenas dois aspectos visíveis aos setores estudantis que demonstravam a ausência de mudança significativa visível e imediata empreendida pelos militares no ensino superior. No caso baiano, em 1965, as verbas foram reduzidas em 20%; atingiram 33% em 1966 e, em 1968, houve redução de verbas para as universidades. Não devemos esquecer que, às vésperas do golpe, o Governo Goulart havia anunciado a duplicação das vagas na universidade.

Vale considerar ainda que a vitória do golpe de 1964 não liquidou uma cultura de esquerda. Setores ligados à intelectualidade tomariam um lugar na crítica à ditadura militar. Artistas, jornalistas e profissionais liberais contribuiriam de diversos modos para a proliferação de uma oposição ao regime militar. De modo difuso, esses aspectos teriam sua importância no meio estudantil.

No plano internacional, a Revolução Cubana se consolidava, estimulava o imaginário revolucionário e a figura de Che Guevara ganhava destaque. Segundo uma depoente, muitos ativistas políticos andavam de boina. A Revolução Cubana inspirou muitos estudantes à contestação política. A Resistência vietnamita aos Estados Unidos também engrossava o caldo de resistência internacional que estimulava uma rebeldia estudantil. Em 1968, um amplo repertório de lutas e atores irá contribuir para uma paisagem de contestação política.

Um outro aspecto não deve ser esquecido. No imediato pós-golpe, a repressão ao movimento estudantil foi seletiva e sem a intensidade que se abateu sobre os camponeses e operários. Além disto, a "autonomia organizativa frente ao Estado [...] impediu o desmantelamento do sindicalismo estudantil no mesmo nível ocorrido com os sindicatos operários" (MARTINS FILHO, 1987, p. 78). A Lei Suplicy representava justamente a tentativa de quebra desta autonomia, o que despertou protestos estudantis e a vitória destes setores na primeira eleição nacional organizada nos moldes legais. É oportuno considerar ainda que a esquerda,

> Ideologicamente, estava [...] preparada para propor o avanço das lutas contra a ditadura. Ao lado disso, as formas de atuação política da esquerda iriam se adaptar com maior facilidade às condições de intensa perseguição e de atividade clandestina do pós-64, podendo contar com o apoio organizacional dos partidos políticos que operavam na clandestinidade. Enfim, deve-se lembrar a familiaridade das correntes de esquerda com os mecanismos de poder característicos do movimento. O conjunto desses fatores permitiria às suas chapas expressar a insatisfação estudantil contra a exclusão política (MARTINS FILHO, 1987, pp. 104-105).

As formas de atuação política mencionada consideravam a clandestinidade como *modus operandi* para a ação política das organizações; a combinação de ação legal com ilegal; a disciplina e a valorização do papel e das ações de vanguarda. Um aspecto comum a muitas organizações de esquerda era alguma dose de militarismo. Isso se refletia inclusive na linguagem e no jargão político. Não por acaso a expressão recrutamento - ação

deliberada e planejada para conquistar novas pessoas para a organização, corrente política ou partido - era familiar a todas elas. Um militante que participou da AP e esteve próximo ao PCB comentou que a estratégia era comum a todas elas:

> O mote era chamar para grupos de estudo. Participar de grupos de estudos geralmente sobre marxismo, sobre revolução brasileira era um mecanismo que todas as organizações utilizavam para depois admitir nos seus quadros o militante. [...] todas elas atuavam no movimento estudantil com a preocupação de formar quadros, de recrutar gente.

Na prática, essa estratégia variou conforme a organização e a conjuntura. Uma militante da Dissidência do PCB afirmou que não houve ritual de recrutamento e que, em 1968, o ativismo político se sobrepôs à formação e ao estudo. Segundo ela, o engajamento foi "algo muito natural e informal. Não teve o momento de formalidade. Tá junto, se identifica". Esta entrevistada fez parte do movimento secundarista e já entrou na universidade como ativista político e com o sentimento de pertencimento ao grupo político dos mesmos colegas que estudaram no Colégio Central. Deste relato, pode-se generalizar a importância da participação no movimento secundarista como um fator que estimulou a adesão dos militantes aos grupos de esquerda.

O relato chama a atenção para o engano que seria imaginar que o recrutamento se dava 100% pelo convencimento teórico. Um militante da AP argumenta que

> entravam as relações pessoais, a afinidade, mas entrava muito a afinidade política e a militância, a afinidade na militância na prática. Então quando eu entrei na universidade eu já sentia uma certa afinidade com as posições de Ação Popular, do PC do B [...] e as relações pessoais foram surgindo em torno destas organizações. Era um misto de simpatia pessoal mais afinidade política.

Esse trecho é importante para relativizar uma noção mítica em relação ao papel da formação teórica na esquerda estudantil dos anos 1960. Alzira

Abreu (1994) demonstrou que muitos militantes estudantis cariocas não conheciam a história do PCB nem dominavam a teoria marxista. Há livros de memória em que os militantes enfatizavam que estudaram o marxismo na cadeia. No caso dos militantes do ME na UFBA que eram de organizações de esquerda, a maioria afirmou que lia Georges Politzer (*Princípios Elementares da Filosofia*) e Afanasiev (*Fundamentos de Filosofia*) para a formação teórica.

Portanto, é necessário um equilíbrio analítico para considerar a diversidade de fatores que influenciavam as escolhas políticas e filiações de estudantes a determinada organização. Este balanço deve mesclar a importância dos grupos de formação, da teoria e da estratégia política de cada agrupamento junto com a afinidade prática, a identidade de grupo e o papel da ação. Segundo Ridenti (1993), a valorização da ação era um componente fundamental daquela conjuntura política. Isso se expressava inclusive na terminologia de muitas organizações como Ação Popular e Ação Libertadora Nacional.

Fatores pessoais também interferiram nas filiações políticas. Alguns militantes foram estimulados à participação por pessoas da rede familiar. Já um outro se identificou com as organizações por questões ligadas à personalidade. Segundo ele:

> As idéias políticas não se materializavam só como idéias. Elas eram muito [...] casadas com a estrutura emocional de cada um [...] não era por acaso que eu me afinava mais com as propostas mais radicais e desprezava as mais ponderadas, as mais conciliadoras. Eu tinha uma carga, uma estruturação emocional que precisava ser mais radical. Mas eu também tinha um lado muito conciliador. E [...] um traço muito de rebeldia muito ao controle.

As outras entrevistas não apresentaram elementos para generalizar este tipo de interpretação. Deixamos claro apenas que nos distanciamos de uma interpretação presente no discurso militar que analisa a participação nas organizações de esquerda e no ME como um refúgio para as carências pessoais dos militantes e seus conflitos familiares[72] (CARVALHO, 1978; DÁRAÚJO, 1994b).

[72] Isto é algo presente também no filme “O que é isso, companheiro?”, de Bruno Barreto (1997).

Voltando para a percepção dos militantes, uma entrevistada do PCB argumentou que as disputas políticas entre as correntes eram superficiais. Provavelmente ela valorizou mais a unidade das esquerdas no combate à ditadura militar. Este pode ser um tipo de fala que indica distintas percepções e engajamentos no interior das próprias organizações. Ainda que agissem em bloco, as organizações não eram homogêneas. Isso fica nítido em uma outra entrevista em que a militante era filiada a uma corrente "mais à esquerda em relação ao PCB" – para usar a terminologia fiel em sintonia com o imaginário da época – mas era contrária a atos violentos.

Convém ressaltar que no período enfocado, apesar do discurso da violência revolucionária, não localizamos ações marcadas por esta estratégia que tenham tido grande repercussão. O mais comum era enfrentamentos com a polícia na rua, nos quais os estudantes, no máximo, se defendiam. Para um militante da POLOP, isso era "uma coisa necessária. [...] onde o militante já devia ir preparado para isso. E isso era apenas um ensaio para uma situação de confronto armado que viria em seguida". Segundo um militante do PC do B, a preparação consistia em saber fazer coquetel *molotov*, lutar *jiu-jitsu* e luta livre para derrubar policial.

Os anos de 1967 e 1968 mostrariam um endurecimento da repressão em proporção infinitivamente superior à radicalização da violência estudantil e das organizações de esquerda. De acordo com um militante da AP, o clima em 1968 era de radicalização, mas o PCB não conseguia acompanhar isso:

> E estas outras organizações (AP, PC do B e POLOP) estavam na linha do confronto indiscriminado [...] de botar pra lenhar! A gente hasteava bandeira do Vietcong na escola – o diretor mandava tirar. [...] A polícia passava na rua e a gente provocava pra ver se gerava algum conflito. A gente apedrejou Juracy Magalhães em frente à reitoria. [...] a gente tocou fogo no escritório do MEC-USAID.

Este relato sugere a importância dada pela AP na criação de fatos políticos. Tal formulação estava presente na linha de ação da organização:

> o papel do movimento estudantil no pós-64 definia-se, acima de tudo, pelas tarefas de denúncia da ditadura militar e, simultaneamente, das forças do imperialismo que a sustentavam. Para atingir este fim, as lutas universitárias deveriam centrar-se nas grandes manifestações públicas, que marcariam sua presença perante a sociedade, procurando atrair, ao mesmo tempo, a ação das forças repressivas do Estado. Dessa maneira, os estudantes trariam, como contribuição decisiva ao movimento antiditatorial, o desmascaramento do caráter opressivo e violento do regime obrigando os militares a "mostrarem as armas", o que deveria propiciar o surgimento de uma consciência antiditatorial no seio das grandes massas. Era essa, em essência, a teoria dos *fatos políticos,* que guiou os passos da AP em 1968 (MARTINS FILHO, 1987, pp. 172-173).

Esta posição não era consensual entre as outras organizações de esquerda, assim como os fatos anteriormente narrados pelo militante. Isso se expressava principalmente nas disputas eleitorais. Um entrevistado apontou as tensões que existiam entre as correntes pelo controle dos diretórios:

> As organizações tinham certo desgaste em relação aos [estudantes]. Elas tendiam a pegar o diretório e colocar o diretório como instrumento da organização. [...] [E usavam] o diretório para esmagar o concorrente, porque a luta interna era muito forte. Era usar o diretório para não dar espaço ao concorrente. [...] Cada organização ia pra assembléia com sua proposta. [...] não tinha mediação.

Um outro militante do PCB também salientou o peso dado pelas esquerdas às disputas pelas direções das entidades estudantis: "havia uma disputa muito forte de diversas correntes de esquerda para ganhar as eleições nos diretórios para ter instrumentos de difundir sua visão de como [...] tirar o Brasil da [ditadura]. Nós [...] do Partido Comunista Brasileiro [achávamos que] só um movimento de massas [que derrubaria a ditadura]".

É fundamental considerar que, ao contrário da Bahia, a presença do PCB no movimento estudantil nacional era bastante marginal. Segundo Martins Filho (1987, p. 179),

> o PCB defendia que, no Brasil, estavam se consolidando processos históricos que tendiam à democratização e que

> poderiam ser ampliados nos quadros do sistema político vigente. A tomada de posição dos comunistas a favor das reformas de base e o seu apoio ao governo Goulart devem ser entendidos nesse contexto. Com tais diretrizes, o partido ampliou suas bases de apoio no sindicalismo operário e em outros setores do movimento popular, passando a desempenhar um papel-chave na frente antiimperialista dos anos finais do populismo. Em seu sentido geral, configurava-se aí a chamada "via pacífica" da revolução brasileira, confiante na eficácia das mudanças parciais e na aliança com um setor progressista da burguesia, supostamente interessado no desenvolvimento econômico autônomo e objetivamente situado ao lado dos trabalhadores, contra a ofensiva do imperialismo.

As conseqüências dessa política são conhecidas pelos erros de avaliação em relação ao Governo Goulart e pela derrota diante dos golpistas. O fundamental aqui é "reter a profunda crise de credibilidade que atingiu o PCB no seio da esquerda, após a derrota em abril de 1964" (MARTINS FILHO, p. 180). Ao mesmo tempo, o PCB era chamado de reformista – no sentido pejorativo por, naquela conjuntura de radicalização, serem "recuados" na luta política e na disposição de enfrentamento. Sofreram rachas, perderam alguns militantes que organizaram o PC do B na UFBA (SANTOS, 1999) enquanto outra parte criou a dissidência que atuaria na UFBA em 1968.

O PCB defendia que o ME priorizasse a luta específica e construísse uma ampla política de alianças para combater a ditadura militar. No quesito *formas de luta*, consideravam que a greve era a "bomba atômica", ou seja, só lançava mão dela após todos os canais de negociação e luta se esgotarem. Divergiam também de formas de luta ilegais e associadas à violência. Segundo um militante:

> Procurávamos fazer passeatas pacíficas. E esse pessoal [das outras correntes] sempre que podia partia para apedrejar [...] nós éramos contra o apedrejamento de ônibus, contra a depredação, interrupção do tráfego. Havia sempre uma tensão muito forte nestes movimentos

Muitas das vezes, as diferenças entre as correntes apareciam de modo bem sutil. Segundo o mesmo entrevistado, a relação com o Reitor Roberto Santos era cordial, pois "eu não era de sair xingando o reitor por qualquer coisa

[...] ele tava lá no cargo. Eu o tratava pelo nome formal". Depois disto, ele comentou uma vaia que recebeu numa assembléia estudantil em 1968 quando leu "magnífico Reitor" num memorial. Não ficou claro de quem teriam partido as vaias.

Interessa dizer que o PCB dirigiu a União Estadual dos Estudantes Baianos entre 1965 e 1968. Segundo um dirigente da UEB, "praticamente só na Bahia os chamados revisionistas ou reformistas e que éramos nós do partidão tínhamos hegemonia".

Outra corrente que existiu no ME na UFBA e tinha pouco peso na UNE foi o PC do B. Para o partido, o ME era "parte integrante do amplo movimento democrático e de libertação nacional. Os principais objetivos que persegue só serão alcançados com a vitória da revolução. [...] Mantendo sua feição própria, tem, necessariamente, de se ligar à luta dos operários, camponeses e outros setores da população" (PC DO B, 1968).

Na orientação nacional aprovada pelo Comitê Central em 1968, o PC do B defendia o apoio e desenvolvimento das lutas democráticas, antiimperialistas e culturais. Compreendia a necessidade da luta ideológica no meio estudantil contra "concepções que se contrapõem aos interesses do socialismo" (Idem, p. 39). A sua política para o ME considerava ainda a necessidade de desgastar a ditadura e o imperialismo, estimular a ação comum entre secundaristas e universitários, articular as demandas específicas com as gerais, difundir as idéias relacionadas à Guerra-popular e combinar ações legais com ilegais.

Um campo fértil para a historiografia da esquerda e do ME é a investigação de como as idéias e formulações gerais foram apropriadas pela militância na ação política. No caso do PC do B e do ME na UFBA, um episódio é emblemático desta perspectiva. Em 1968, militantes estudantis "seqüestraram" um agente do DOPS em represália à prisão de um militante que distribuía panfletos numa passeata. Dois militantes do PC do B teriam participado da ação. Observemos o relato de um outro militante:

> Não foi uma posição do partido. Um grupo - Rosalindo estava no meio - pegou o investigador. Eu não vi. Eu ouvi a conversa e questionei a validade da ação. Que sentido tinha tido aquela ação? Colocaram-no no táxi e pegaram o revólver dele.

> Quando eu questionei Rosalindo [ele replicou]: “pó, não é para fazer revolução?” (SANTOS, 2004, p. 1999).

É oportuno dizer que o surgimento do PC do B na Bahia se deu na Faculdade de Direito, em 1965, quando três estudantes calouros que mantinham laços de identidade passaram a desejar ter um espaço para a participação numa escola politizada. Em sua dissertação de mestrado sobre o PC do B na Bahia, Santos (2004, p. 34) afirma:

> o PC do B veio ao encontro de um grupo que desejava ter uma expressão política para reivindicar conquistas estudantis, como a melhoria na qualidade de ensino e verbas, e se posicionar como corrente política – palmo a palmo - junto com o PCB e a AP no segmento estudantil.

Outros militantes foram articulados. Na faculdade de Medicina e Geologia, houve também estudantes que se identificaram com o PC do B. Em 1968, o presidente do CARB seria Rosalindo Souza. A respeito do processo de crescimento político do partido, há duas particularidades que podemos destacar. A primeira diz respeito ao perfil social de alguns dos seus militantes:

> Podemos dizer que, além das afinidades eletivas e políticas que surgiram no ambiente universitário entre os militantes do PC do B, eles tinham algumas particularidades no que se refere à origem e estratificação social. A origem de estudantes de cidades do interior, o contato com o mundo agrário, trouxe consigo uma compreensão crítica de que o sistema capitalista ressaltava as contradições de classe, visíveis numa cidade como Salvador (SANTOS, 1999, p. 55).

A segunda particularidade tem a ver com o investimento do partido na questão do esporte. De acordo com um dos seus militantes

> Ao lado do CARB, ficava o centro de esportes. [...] E um dos dirigentes foi Dermeval [militante do PC do B que morreria depois na Guerrilha do Araguaia] [...] Os partidos geralmente não davam muita importância e achavam que o cara que ia jogar futebol que tava preocupado com o esporte era alienado, que não esperasse nada dele por que não ia dar em nada. E a

> gente começou a pensar o inverso. Achar que ali estava realmente um pessoal exatamente aberto, e com uma visão da coisa coletiva, por que o futebol é muito isso, de fraternidade [...] e que podia levar depois a dar um salto para ser um militante político. E realmente foi.

Segundo um entrevistado, o recrutamento para o PC do B era parecido com o das outras organizações. Havia um militante mais experiente responsável pelo Partido que orientava as leituras teóricas, circulava edições clandestinas de *A Classe Operária* - o jornal do partido -, manuais de filosofia marxista e livros que tivessem relação com a militância de esquerda. Outro militante responsável pelo recrutamento detalhou o processo:

> Primeiro, nós conversávamos sobre a situação para ver o grau de politização. Depois passava documentos do partido para ele ler. Nós discutíamos os textos para ver se ele concordava ou não com a linha política do partido. Depois, que ele se convencia, ele começava a participar integralmente do partido. Ele começava como um simpatizante, o militante aí começava a criar uma base na sua escola (SANTOS, 2004, p. 35).

Torna-se relevante considerar que as posições políticas gerais, as formas de luta e a compreensão do papel de uma ação política no ME variaram com a conjuntura. No caso do PC do B, após o AI-5, o partido faria algumas inflexões na sua estratégia de ação no ME e deslocaria seus quadros principais da UFBA para a Guerrilha do Araguaia.

A POLOP foi outra organização de esquerda que atuou no ME da UFBA. Segundo Martins Filho (1987, p. 194), “a característica básica da POLOP foi a defesa das teses sobre o caráter socialista da revolução brasileira. Fundada em 1961, a organização nunca conseguiu elevar sua participação no movimento de massas ao mesmo nível da influência que exercia no plano das idéias”.

O eixo geral da atuação no ME era a compreensão sobre o papel auxiliar do ME, pois os estudantes não podiam questionar o regime, dada a sua condição de setores médios. Junto com membros de Dissidências do PCB, essa posição se articulou nacionalmente em 1967-1968 e dizia que:

> o papel fundamental daquele movimento seria o de possibilitar o surgimento de uma consciência crítica no meio universitário de classe média. Para tanto, as lutas desta categoria deveriam se concentrar nos problemas que diziam respeito diretamente ao estudante: acima de tudo, a questão da universidade. Só a partir daí surgiriam as condições para a politização dos universitários, aproximando-os da perspectiva de apoio ao movimento dos trabalhadores" (MARTINS FILHO, 1987, p. 175).

A POLOP compreendia a importância da disputa política de um outro modelo no interior das Universidades - a Universidade Crítica. Uma militante afirmou que "a universidade crítica [...] foi talvez [uma das] coisas mais ricas que o movimento estudantil realizou naquele período". Um outro militante comentou:

> Nós herdamos a universidade crítica. Porque não via muito futuro no movimento estudantil pela composição de classe. A gente procurava alternativas para a universidade. E uma delas foi o movimento universidade crítica que pretendia estabelecer a crítica ideológica às universidades a partir de seus currículos.

O militante definiu a organização como militarista e concluiu que as ações políticas refletiam o militarismo. Segundo o depoente, os militantes eram orientados a roubar livros e mimeógrafo. De acordo com o militante, "a gente transformou o mato do PAF num campo de guerrilha". Exageros à parte, a POLOP valorizava a disciplina militante e se declarava a esquerda proletária. Criticava o PCB por ser reformista-revisionista e o PC do B por ser populista de esquerda. Na POLOP, havia um trabalho de leitura e discussão da literatura marxista e de estudo dos documentos políticos da organização, mas não havia um ritual de formalização do recrutamento.

A esquerda independente foi pólo de atração e alternativa para muitos ativistas estudantis. Era unificada pela inexistência de vinculação partidária e pela compreensão da importância da articulação entre a luta específica e a geral. Buscava se aliar com as outras forças para disputar as eleições dos

diretórios e da UEB e possuía militantes nos principais núcleos de contestação do ME. Um dos seus expoentes foi Saul Quadros, presidente do DCE em 1966 e representante estudantil no CONSUNI.

Concluído este quadro sobre a esquerda estudantil, concordamos com Ridenti (1993, p. 135)) quando diz que a existência dessa diversidade de organizações não deve nos fazer pensar numa organização "muito sofisticada nem que a maioria dos estudantes era manipulada pelas lideranças militantes [...]. Ao que tudo indica, a influência tanto das idéias como dos grupos de esquerda no ME era difusa entre os estudantes". Ao mesmo tempo, o alerta de Martins Filho (1987, p. 171) é bem conveniente: a "necessidade de se preservar, ao nível da análise, a relativa independência entre as práticas da direção e as do conjunto do movimento".

Atentar para essa influência difusa é importante para evitar um transplante automático das "idéias que fizeram a cabeça da esquerda" (GORENDER, 1987, p. 73) para o conjunto dos estudantes. As diferenças não devem ser realçadas porque na maior parte do tempo a luta contra a ditadura militar se sobrepôs a qualquer rivalidade e disputa entre as correntes. É preciso não esquecer também que as posições políticas sofriam inflexões a depender da conjuntura e eram influenciadas também pelo posicionamento do conjunto dos estudantes.

Este comportamento da base estudantil variava também de acordo com os cursos. Determinadas áreas de conhecimento versavam sobre temáticas próximas de uma crítica social, que poderia ser canalizada ou não para a participação política no ME.

Torna-se relevante dizer que, de acordo com as entrevistas e a imprensa, os principais territórios da ação estudantil eram a Faculdade de Medicina (localizada no Terreiro de Jesus), a Faculdade de Filosofia (Nazaré), a Faculdade de Direito (Canela), a Escola Politécnica (Avenida Sete) e a Faculdade de Ciências Econômicas (Piedade). Quase todas estavam localizadas no centro da cidade, sendo que as duas últimas mantinham entre si grande proximidade – a distância era de poucos metros - e estavam situadas a poucos quilômetros das duas primeiras. Sem cair numa espécie de "determinismo geográfico", não por acaso as manifestações estudantis

aconteciam em áreas próximas destas instituições (Praça da Sé, Rua Chile, Praça Municipal).

É necessário destacar a residência estudantil que congregava muitos estudantes. As condições de moradia e alimentação produziam conflitos que estiveram presentes na pauta do ME na relação com a reitoria. Havia uma base ativa no ME que morava na residência e outra que também freqüentava o restaurante universitário, no caso daqueles que iam apenas tomar o café e almoçar. Segundo um militante, muitas assembléias eram realizadas lá por conta desse aspecto.

Por fim, há a especificidade do Colégio de Aplicação. Este colégio funcionava como um laboratório de ensino para os estudantes de licenciatura. Até 1967 funcionava na Faculdade de Filosofia. Segundo os entrevistados, tinha propostas pedagógicas avançadas e foi um território de formação de novas lideranças. Presidente da UEB em 1967-1968, Sérgio Passarinho narrou que começou sua militância no Grêmio do Colégio Aplicação e que o "colégio foi um centro de fermentação. Sairia dali um grande grupo que durante muito tempo liderou o movimento estudantil na Bahia" (REIS FILHO, 1998, p. 180). A importância do colégio foi corroborada por um outro entrevistado:

> [O Colégio Aplicação] funcionou na escola até 1967, lá em Filosofia. Depois ele mudou para o Canela [...] Quando ele funcionava no prédio de filosofia, a influência que recebia do movimento universitário era muito forte. Eu acho que [a mudança de local] já foi uma forma também de neutralizar o avanço da mentalidade renovadora no colégio aplicação essa mudança. [...] Criaram um sentimento de corporação. [...] Eu gozo muito que é uma religião: o Aplicação.

Estas considerações sintetizam questões importantes para a reflexão da relação entre esquerda e movimento estudantil, seus aspectos comuns e suas diferenças. O ano de 1968 aprofundaria caminhos diferentes para a esquerda. O 30º. CONUNE seria o ápice deste processo.

3.9 O 30ºCongresso da UNE, o AI-5 e o cancelamento de matrículas

A preparação para o CONUNE se deu num quadro nacional de refluxo do ME e de aumento das divergências em relação à organização do encontro.

No plano político, a polêmica central foi entre realizar um Congresso aberto ou clandestino[73]. Essa divergência nacional polarizou as correntes políticas que predominavam na direção da entidade: a Ação Popular (AP), as Dissidências Estudantis do PCB e a Política Operária (POLOP).

Na UFBA, a partir do final de agosto, o ME voltou sua energia para a participação no Congresso. Os diversos DAs elegeram seus representantes/delegados, tanto para o CONUNE quanto para o Congresso Regional UNE – a primeira fase do evento nacional. O processo eleitoral combinou a realização de assembléias por curso, votação em urna e indicação/aprovação por séries (BNM 71). Foram ao CONUNE, entre delegados e observadores, 39 estudantes da UFBA e 15 estudantes de outras universidades (DEOPS/SP. *Relatório Operação Ibiúna XXX Congresso da Extinta UNE.* 12/10/1968).

Antes da viagem, os estudantes realizaram o Congresso Regional UNE. Também ocorreu polêmica acerca da sua instalação enquanto evento aberto ou clandestino. Este dilema dividiu as delegações dos estados presentes: Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Bahia (SALDANHA DE OLIVEIRA, 1994). No final, a maioria optou por realizar um Congresso legal. De acordo com Sérgio Passarinho, à época presidente da UEB:

> Fizemos o Congresso em locais públicos, em salas de faculdades, os estudantes receberam *tickets*, impressos. Conseguimos até da reitoria o reconhecimento destes *tickets* como autorização de ingresso nos restaurantes e residências universitários. Alojamos e alimentamos todos os estudantes que vieram para este evento preparatório (REIS FILHO, 1998, p. 182).

Realizada essa etapa, restaria viajar para São Paulo rumo ao 30 º Congresso da UNE em Ibiúna (São Paulo). De acordo com os depoimentos dos estudantes à justiça militar, os delegados viajaram de ônibus; alguns sozinhos e outros acompanhados. A maioria tinha senhas diversas, dadas por um desconhecido com sotaque sulista que passou pela UFBA (BNM 71, 1969, pp. 290-437).

[73] Vale ressaltar que os congressos anteriores da UNE em 1966 e 1967 haviam sido clandestinos. Reuniram no máximo 300 estudantes.

Não obstante as preocupações dos organizadores do congresso com segurança, a polícia desarticulou o evento na madrugada do dia 12 de outubro de 1968, invadindo o local e atirando para o alto. Os estudantes acordaram assustados e perceberam que estavam cercados. Presos, foram levados ao Presídio Tiradentes. A *queda de Ibiúna* se consumava (SANTOS, 1980).

A prisão dos estudantes em Ibiúna ensejou manifestações de resistência em várias cidades. Em Salvador, três dias após a *queda de Ibiúna*, houve protestos e enfrentamentos entre polícia e estudantes. Tiros de uns *versus* pedras de outros. O centro da cidade voltou a ser cenário de violentos conflitos.

Em 19/10, os estudantes baianos que foram ao 30º Congresso da UNE chegaram a Salvador num clima de descontração, mesmo escoltados pela polícia paulista dentro do ônibus. Prestaram depoimentos na Vila Militar, foram soltos e seus depoimentos se transformaram em peças jurídicas do processo judicial aberto pela Justiça Militar para punir o ME.

Antes da liberação dos estudantes, outra manifestação estudantil foi organizada. Os estudantes optaram por alterar a geografia do protesto e migraram para o bairro do Comércio. Isto não foi suficiente para excluir do enredo político as cenas de conflitos com os policiais. Em 1968, não houve mais ação na cena pública protagonizada por estudantes universitários.

A desarticulação do 30º Congresso da UNE era emblema do nível de intolerância da repressão com a oposição. Após a queda de Ibiúna, muitos estudantes brasileiros foram presos e denunciados em processos judiciais e a maioria da liderança estudantil foi fichada junto ao aparelho de repressão estatal. O quadro ficou ainda mais difícil para a oposição à ditadura militar com o Ato Institucional no.5 (AI-5) que fechou as brechas para a ação da oposição *legal* e *aberta à* ditadura militar ao normatizar a censura e o fim do *habeas corpus* - sendo um terreno legal para o arbítrio, o medo e o terror. De acordo com um militante:

> O AI-5 foi uma cobertura legal para o arbítrio indiscriminado. Legitimou o que eles estavam preparando que era a repressão aberta, violenta e desmedida. Eu quando fui preso no congresso de Ibiúna [...] Um oficial que me interrogou, disse: - Vocês estão muito enganados. Vocês estão pensando que esta

> velharia aí – se referindo ao governo - vai continuar contemporizando com vocês? [...] Eu fiquei sem entender. Depois que eu entendi que eram já as forças mais à direita dentro da ditadura conspirando para desembocar onde chegou. [...] Foi um golpe dos militares mais duros dentro da ditadura.

A historiografia atual relativiza essa separação entre os setores moderados e duros (FICO, 2004), mas isto não fragiliza as percepções dos sujeitos no relato. Segundo um outro entrevistado, "o pau quebrou no dia seguinte. No dia seguinte, a polícia já tava prendendo e procurando gente pra prender. Eu não voltei mais pra escola. O diretório foi invadido, depredado". Um outro ex-militante concorda com a afirmação:

> com o AI-5, a repressão caiu assim com a fúria nas escolas, nos diretórios, a gente teve que se esconder, fugir, ficar muito tempo escondido e optar: ou continuava escondido e entrava na luta armada [...] quem tinha estrutura de organização [...]; ou então tinha que se apresentar para ser preso e processado pela justiça militar

Imerso neste quadro, um ex-militante narrou seu itinerário:

> Eu passei algum tempo escondido e depois me apresentei na Polícia Federal. Fui mandado pro quartel do Barbalho [...] que era uma prisão especial pra quem tinha nível universitário. Me mandaram por equívoco para o Quartel do Barbalho por que achavam que eu já tinha acabado o curso, que eu já era professor e me tratavam como professor. Depois quando descobriram que eu não era, ficaram agressivos demais comigo, tentaram ainda me torturar, me bater, como se eu tivesse enganado eles. [...]depois me recambiaram[...] para o 19 BC onde tava a ralé [...]os estudantes [...] pessoas que não eram estudantes.

Ampliando a reflexão, há um relato sugestivo. István Jancsó - um dos engajados na organização sindical dos professores da UFBA – apresentou narrativa rica para pensarmos no impacto do AI-5 na paisagem intelectual da UFBA e, mais especificamente, na política docente. Segundo ele,

> o primeiro sintoma da profundidade do golpe-dentro-do-golpe no ambiente universitário manifestou-se, poucos dias depois, quando da realização de uma assembléia de docentes que havia sido marcada por outra, anterior à qual haviam comparecido mais que trezentos professores. No dia marcado, após uma espera de hora e meia, os doze associados e a metade da diretoria – eu era o secretário geral da Associação – suspenderam a melancólica reunião da qual obviamente não se lavrou ata, dando início a uma hibernação da entidade que durou muitos anos (JANCSÓ, 2004)[74].

***

Após o AI-5, 1969 seria marcante para muitos ativistas e marcaria o fim de um capítulo da história do movimento estudantil na resistência à primeira fase da ditadura militar no Brasil (1964-1968). Enganou-se quem superestimou a descontração da viagem de volta de São Paulo após a prisão no CONUNE. No clima do AI-5, o medo se espalhou e houve uma onda de boatos: "Na realidade, a gente ouviu dizer que os estudantes do congresso não seriam matriculados, mas nada oficial".

O arbítrio sob um arcabouço legal era a palavra de ordem da ditadura. Visando desarticular o movimento estudantil, o governo emitiu o Decreto 477 em 13 de fevereiro de 1969. Esse decreto punia estudantes e professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário. Aos estudantes que o desobedecessem, o Decreto determinava o impedimento de se matricular por até 3 (três) anos numa Faculdade.

A medida fechou os espaços para a ação legal do ME. No caso da UFBA, o Decreto 477 foi aplicado de modo retroativo e, de acordo com um boletim da UEB/DCE, 71 estudantes foram impedidos de se matricular nas respectivas faculdades (BOLETIM AVANTE, 1968)[75]. Segundo um

[74] Mais adiante, ele continua analisando o impacto do AI-5 no cotidiano universitário: "E como era previsível, o emaranhado de siglas, projetos, estratégias, inimizades, desconfianças e esperanças convergia para a Universidade e, em especial, para a Faculdade de Filosofia. Todas essas dificuldades tinham uma componente especialmente dolorosa: a deterioração das relações pessoais. Sólidas amizades eram abaladas; os velhos encontros de amigos eram substituídos por reuniões de "companheiros". As relações sociais tendiam a se formalizar para aqueles que passaram a ter (ou a temer nos outros) uma dimensão clandestina da vida que não poderia ser partilhada, em muitos casos sequer com a mulher ou o marido. A vida política, para muitos, retirou-se da esfera do público, e uma esquizofrenia assumida/imposta triturava afetos, amizades,projetos pessoais. A onipresença da ditadura tornara-se terrivelmente pesada[...]" (JANCSO, 2004, p. 19).

[75] A lista dos estudantes presos foi: AGRONOMIA – Armando B. Rosa; BIBLIOTECONOMIA – Maria Liege; B. ARTES – Terezinha Martins; ECONOMIA – Eduardo Safira, Olavo Bezerra, Filemon Matos, Maria Sampaio e Zezito; DIREITO – Rosalindo, Genebaldo, Armando

entrevistado, os jornais locais silenciaram. Um dirigente estudantil do curso de economia analisou:

> Em 1969, nós temos uma expulsão branca das lideranças estudantis.[...] Já existia o decreto 477 [...] na matrícula de fevereiro de 1969 foram impedidos de se matricularem vários estudantes na universidade, inclusive arbitrariamente [...] quer dizer não tem nenhum documento legal que impeça de se matricular [...] Na realidade uma expulsão branca.

A lista dos cassados foi feita principalmente a partir dos estudantes presos no Congresso de Ibiúna. A documentação por ora disponível não permite afirmar de modo conclusivo os critérios de confecção da lista dos cassados. Entretanto, é plausível propor que, além da lista dos presos no CONUNE, houve um incremento da cassação de estudantes mapeados pelos órgãos de inteligência da repressão. Alguns estudantes que desempenharam papel de liderança em 1968 e cursavam o último semestre em 1968 ainda tiveram direito de se formar antes do decreto 477. É fundamental ressaltar que havia um número bem mais significativo de ativistas do ME e das organizações de esquerda que foram poupados da cassação. Isso indica que a repressão agiu de modo seletivo.

Houve um caso em que o entrevistado credita ao fator sorte não ter tido sua matrícula cancelada: “eu me matriculei. Eles erraram o nome [risos]”. Para além de explicações baseadas em fatores místicos, este último exemplo nos alerta para o fato de que, no início de 1969, ainda não existia um aperfeiçoamento do nível de controle, espionagem, intercâmbio informacional e cooperação por parte dos órgãos da repressão (D´ARAÚJO, 1994b).

Paraguaçu, Aurélio Miguel, Juraci Novato, Amálio Couto, Dermeval, Vitor Hugo, Sara Silva, Rui Hermann, Maria das Graças, Corielano, José Augusto Brito, Hélio Soares, João Dantas, Noraldino, Marcelo Cordeiro, Zuval Gonçalves, Nilo Jaguar, Pinheiro Sales, Pedro Milton, Aloísio Franca Rocha e Eduardo C.; DANÇA – Aninha; ENFERMAGEM – Lurdes; MEDICINA – Nilton Gomes (Bugre), Maria Machado, Albano Franca Rocha, Mario e Jacema; ADMINISTRAÇÃO – Cabral; NUTRIÇÃO – Carmen Célia; ENGENHARIA – Aldo, Herrera, Julio Cassis, Sergio Gaudenzi; FISICA – Tiburcio e Rogério; VETERINARIA – Fernando, Nirvan, Cláudio e João; FILOSOFIA – I., Sarno, Aécio, Gey, Nay, Mary, Zoroastro, Genivaldo Jacobina, julio Pavese, Ângelo, Eneida Leal, Mirtes e Café; FARMÁCIA – João Martins; TEATRO – Celso e Margarida; GEOLOGIA – César, Monteiro, Paulo Henrique, João Almeida; ARQUITETURA – Fernando Passos, Sérgio Passarinho, Marcus Paraguaçu, Raimundo Nonato, Marçal Fonseca e Luiz Magnavita; ODONTOLOGIA – Rafael Correia (AVANTE DCE/UEB, 1968).

A cassação do direito de matrícula dos estudantes não deixou de ser registrada no Conselho Universitário. O representante estudantil pautou o tema na reunião de 20/03/1969:

> os estudantes estão perplexos diante do fato que aqui repercutiu no próprio conselho. Os dois representantes dos estudantes foram impedidos de se matricularem. [...] O corpo discente não sabe os motivos, as origens, não tem conhecimento do porquê desse impedimento. [...] não tem conhecimento de quanto tempo durará esse impedimento de matrícula. [...] não sabe a posição que o Conselho Universitário e o Magnífico Reitor, toma, tomou e tomará em relação a esse impedimento de matrícula. Nós, atuais representantes do corpo discente [...] queríamos ouvir, especialmente do Magnífico Reitor, um pronunciamento nos explicando e colocando qual é a posição dele no caso, e que é que significa, realmente, esse impedimento de matrícula dos estudantes (ATA CONSUNI, 20/03/1969).

De acordo com a Ata, o reitor respondeu:

> O assunto tem sido ventilado em várias oportunidades e ocasiões e o pronunciamento é claro. Nós estamos diante de uma situação de fato, perante a qual os que se julgarem por ele prejudicados, poderão adotar os recursos de ordem judicial que lhes parecerem mais convenientes. É esse o pronunciamento que tem a Reitoria a fazerem no momento, sobre o assunto (ATA CONSUNI, 20/03/1969).

Vale o registro de que, nesta reunião, predominou o silêncio. Nenhum outro conselheiro se posicionou em relação à questão. Quanto à sugestão do Reitor de recurso judicial, convém ressaltar que o AI-5 institucionalizou o arbítrio e influenciou a própria justiça militar e o comportamento dos advogados de presos políticos. De acordo com um estudante de direito que foi atingido pela cassação, o “próprio comportamento da justiça merece uma maior investigação. Nós saímos da prisão e entramos com uma ação de reintegração na faculdade [e] o primeiro problema foi exatamente achar um advogado. [...] Foi um momento de grande pavor na vida do país e da Universidade”.

O ME interpretou a cassação como uma medida da ditadura para desorganizá-lo e adormecer os estudantes. Em março de 1969, as entidades estudantis produziram um boletim no qual a análise desenvolvida apontava que

> o Alto Comando da 6º Região "recomendou" à Reitoria e ao Conselho Universitário que cassasse a matrícula dos principais implicados no movimento do ano passado, fundamentalmente aqueles que participaram do Congresso da UNE.
>
> Com estas medidas, a ditadura acredita que não mais se levantarão os estudantes contra as arbitrariedades policialescas, por suas justas e legítimas aspirações e tampouco se integrarão na luta de todo povo por um governo realmente democrático (AVANTE UEB/DCE, 1969).

Com dificuldade de encontrar apoio institucional para reagir e diante de limitadas brechas jurídicas para resistir à cassação, as entidades estudantis ainda tentaram organizar uma greve geral reivindicando o fim da medida. O dia escolhido fora o 28 de março de 1969 – alusão à memória de um ano da morte de Edson Luís cujo assassinato convulsionou o país estimulando o protesto estudantil. A convocação no boletim é sugestiva:

> Após o impacto inicial sentido pelos estudantes com as atitudes repressivas manifestadas através das cassações, invasão de faculdades, extinção de Diretórios etc., vemos que a consciência democrática da juventude já começa a reagir a tanto obscurantismo e dia a dia avançamos, objetivando imprimir uma derrota à Ditadura na área estudantil. Assim é que assembléias têm sido feitas nas faculdades, cassados e estudantes outros têm falado nas salas de aula, murais tem sido colocados nas escolas e no Restaurante, fazendo com que o espírito de rebeldia incendeie toda a Universidade, atingindo professores e funcionários anti-ditatoriais.
>
> A GREVE GERAL UNIVERSITÁRIA de 1 dia já está sendo preparada, e, a despeito das ameaças de professores fascistas e dos gorilas militares, ela será realizada, pois é mais um passo que o M.E. está dando com firmeza e coragem. [...]
>
> Não assistir aulas durante a greve. Desmascarar professores reacionários e falsos estudantes infiltrados a serviço da Ditadura. Entravar, por todos os meios, a ação dos traidores da honra nacional, dos vendilhões do Brasil ao imperialismo norte-americano.

> O Movimento estudantil brasileiro prepara-se valentemente para a comemoração do DIA NACIONAL DE LUTAS CONTRA A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR (AVANTE UEB/DCE, 1969).

Este panfleto mostra a tentativa das entidades estudantis retomarem mobilizações no pós AI-5 e pós-Decreto 477 e sua aplicação na UFBA. Emerge um tom otimista em relação à possibilidade da retomada do protesto estudantil. No final das contas, porém, as tentativas de reação não foram capazes de reverter a medida. O máximo de solidariedade encontrada e negociação possível entre os diretores e professores foi a abertura de algumas brechas para os cassados assistirem aulas informalmente ou a possibilidade de matrícula em outra instituição como a Universidade Católica. Podemos concluir que a cassação foi modelada pelo caráter de expurgo, teve a sua função pedagógica e, inserida na atmosfera do AI-5,

> criou um problema no movimento estudantil. Quer dizer abateu muito a capacidade do movimento estudantil [...]. Além disto, com o AI-5 criou-se um clima de terror...[o AI-5 foi realmente um negócio][...] você podia ser preso a qualquer momento. Eles invadiam tua casa sem direito a nada. Era um horror.

Ademais, a infiltração de policiais no cotidiano universitário passou a ser lugar comum. Em termos ilustrativos, pode ser sugestivo indicar um trecho do jornal da UEB/DCE no início de 1969:

> Existem falsos estudantes que atualmente permanecem na Universidade com a função de dedar os colegas. Na faculdade de Ciências Econômicas existe um falso estudante que se notabiliza por suas dedagens. É o CRI-CRI, aquele que enviou telegrama ao ditador Costa e SILVA, quando este baixou o AI-5, parabenizando-o. O CRI-CRI não só deda como também pressiona colegas para também delatarem. CRI-CRI, todo Judas tem seu sábado de Aleluia (AVANTE UEB/DCE, 1969).

A invasão do medo e a onipresença da repressão e da vigilância também foram focadas por um professor da Faculdade de Filosofia. Refletindo

sobre o trabalho intelectual naquela atmosfera política do pós-AI-5, ele escreveu:

> Quanto à pesquisa, ela se tornou o refúgio dos que insistiam em preservar espaços de liberdade, mas havia novidade também nos gabinetes de pesquisa: percebemos que podíamos sentir medo. [...] As novas condições impuseram um estreitamento do espaço da vida intelectual, crescentemente restrita à esfera do privado. Os espaços públicos tendiam a ser cada vez mais controlados e tornou-se freqüente a presença de figuras estranhas nos corredores e cantinas das escolas, alcançando as salas de aula. Meus alunos flagraram "ouvintes" gravando as aulas. As reuniões fechadas dos grupos de pesquisa passaram a se constituir nos poucos espaços de liberdade intelectual irrestrita (JANCSO, 2004).

A ditadura derrotara o movimento estudantil sufocando a possibilidade de uma resistência aberta e de massas. Mesmo as ações de vanguarda ficaram limitadas. O AI-5 inaugurou uma nova fase da ditadura militar no plano da sua relação com a oposição política. A nacionalização da repressão aperfeiçoada em 1969/1970 junto com os primeiros sintomas do milagre econômico contribuiriam significativamente para a consolidação da ditadura militar e para o isolamento da resistência ao regime.

Reiteramos que "a cassação do direito à matrícula de alguns estudantes da UFBA, em 1969, representou um atentado à autonomia universitária, sem vozes sociais à altura para uma contraposição a esta medida" (BRITO, 2003). Esta cassação desestruturou o ME ao dilacerar suas lideranças e afastá-las legalmente do convívio universitário. Não encontramos nenhum registro de protesto político no espaço público de estudantes da UFBA no ano de 1969.

Aos insatisfeitos, restaram a resistência clandestina, a prisão ou a fuga para o enfrentamento armado e posterior encontro com a morte, como foi o caso dos militantes do PC do B que foram deslocados para a guerrilha do Araguaia e até essa oportunidade encontram-se na condição de desaparecidos, com seus familiares ainda esperando a conclusão do trabalho de luto de memória. Para os que sobreviveram a esse contexto, lembrar das múltiplas formas de resistência e tons de conflito foi uma oportunidade para

externar interpretações, imagens, percepções críticas e autocríticas. No próximo capítulo, priorizaremos o exame de algumas dessas narrativas.

4. Militância estudantil e memória

Este capítulo analisa as entrevistas realizadas com os militantes do ME na UFBA[76]. Ao investigarmos alguns relatos sobre o passado, a própria memória dos depoentes emergiu como objeto de investigação histórica. Nesta perspectiva, buscamos apresentar tanto reflexões teórico-metodológicas relacionadas ao uso de fontes orais na pesquisa histórica, quanto discutir as narrativas produzidas pelos entrevistados enfocando, dentre outros aspectos, a questão dos mitos relacionados ao ME, a resistência ao golpe de 1964, o colaboracionismo e as descontinuidades da memória.

[76] Lembramos nossa opção metodológica em não identificar os entrevistados para ter mais desenvoltura na análise dos relatos. Do mesmo modo, ainda que o foco neste capítulo esteja na oralidade, em alguns momentos cruzamos as informações com fontes escritas.

Vale dizer que, na maioria dos trabalhos produzidos sobre o ME, não há o uso de fontes orais, o que sugere a existência de lacunas interpretativas na análise de questões importantes - a exemplo da memória construída pelos militantes. Por outro lado, muitas das pesquisas que utilizam entrevistas não contêm discussão teórico-metodológica sobre a oralidade[77]. Devido à "distância temporal entre a ação de testemunhar e a ação contada pela testemunha" (FRANK, 1999, p. 107), e por esta ser uma fonte parcial nos níveis *ótico* e *ideológico* (op. cit, p. 116), convém apontar um lastro metodológico para analisar estes relatos.

Diversos autores vêm enfatizando a relação entre história oral e tempo presente (FERREIRA, 1996; CHAUVEAU, 1999). Para Henry Rousso (2001, p. 98), um indivíduo que fala sobre sua experiência do passado "não falará senão do presente, com as palavras do hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto ele possa saber sobre este passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade". De acordo com Gallian (1996), o documento da história oral deve ser entendido como uma fonte sobre o passado e o presente, pois, da mesma forma que o presente é vivido no nível subjetivo, o passado é experimentado subjetivamente no presente. Ecléa Bosi (1983, p. 17) acrescenta uma boa sugestão metodológica: "lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado". Para ela, o que rege, em última instância, "a atividade mnemônica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra" (BOSI, 1983, p. 23).

É relevante sublinhar que as entrevistas foram desenvolvidas no segundo semestre de 2002 - período marcado pela onda neoliberal na América Latina e por uma atmosfera de defensiva da luta socialista em nível internacional, após a queda do Muro de Berlim como emblema da crise do socialismo burocrático. Tendo como marco importante a derrota da resistência armada à ditadura militar no Brasil empreendida por setores da esquerda, acrescente-se um processo de crítica e autocrítica que marcou a militância de

[77] Há duas exceções que merecem considerações. Na fase final da redação da tese, tivemos conhecimento da dissertação defendida por Keides Batista. A autora desenvolveu análise dos depoimentos de ex-militantes do ME goiano dos anos 1960. Também buscando uma crítica dos relatos produzidos pelo ME, Saldanha de Oliveira (2001) formulou uma crítica à mitologia do poder estudantil construída e alimentada pela UNE e por gerações de militantes. Ambos os trabalhos serviram de inspiração para algumas questões discutidas neste capítulo.

esquerda brasileira, no memorialismo político (CARDOSO, 2007; RIDENTI, 1993), no interior das organizações políticas e no nível da reflexão individual.

Não desejando estruturar nossa abordagem num presentismo automático, cremos, no entanto, que, de modo difuso, esses vetores marcaram os itinerários intelectuais e políticos e devem ser considerados na análise dos relatos dos militantes e suas leituras sobre o passado[78].

Como lidaremos com uma pluralidade de lembranças, seria omissão imperdoável desconsiderar que a reflexão em torno das possibilidades de análise dos relatos implica atentar para algumas características da memória. Em primeiro lugar, ela é seletiva, parcial e interessada (ALCAZAR I GARRIDO, 1993). Além disto, sofre flutuações em função do presente, ou seja, a memória é construída socialmente, experimenta mudanças, negociações e transformações[79]. Por fim, a memória é fundamental para a construção da identidade individual e coletiva e afirmação de coesão ou clivagens no grupo. É neste sentido que Pollack (1989; 1992) formula o conceito de enquadramento da memória. Ou seja, os indivíduos têm que recordar do passado observando certas regras de controle para garantir a coesão social do grupo ao qual pertencem.

No caso desta pesquisa, na medida em que os grupos e atores políticos que atuavam nos anos 1960 sofreram metamorfoses, fissuras e dissensões, poderíamos imaginar a fragilização nesse enquadramento de memória. Ainda assim, as entrevistas não foram marcadas por demarcações de posições políticas diferenciadas. Com exceção de um militante que estruturou sua fala para criticar a esquerda, as entrevistas enfatizaram mais os aspectos comuns ao ME no enfrentamento com a ditadura militar do que suas tensões e conflitos internos.

---

[78] Reiteramos que os militantes entrevistados foram Amílcar Baiardi, Fernando Alcoforado, Marisa Jambeiro, Othon Jambeiro, Pedro Castro, Saul Quadros, Aécio Sampaio, Benedito Veiga, Gey Espinheira, Iracema, Joãozinho, José Sérgio Gabrielli, Juca Ferreira, Jurema Valença, Sérgio Passarinho e Vitor Hugo.

[79] No artigo já comentado sobre o massacre de Civitella Val Di Chiana, Portelli (2001) sublinhou como os depoimentos das pessoas mudam com o tempo. Acrescente-se, ainda, que as memórias são disputadas, às vezes no nível subterrâneo, e buscam o momento certo para emergir na cena pública e se traduzir em reivindicações, bandeiras e lutas. É o que Jelin (2001) chamou de *conjunturas de ativação da memória*.

4.1 Movimento estudantil e mitos políticos

Uma vez que a memória não é homogênea, é conveniente adotar a sugestão de Portelli de considerar estas entrevistas como multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas[80]. Qualificar memórias como divididas não tem contradição com tratá-las como enquadradas, tanto assim que identificamos leituras míticas a respeito de alguns temas.

A montagem deste quadro teórico visa explicitar que, não obstante supormos que a fecundidade das fontes orais permitirá leituras sugestivas para a historiografia do ME, buscaremos fazer a crítica aos testemunhos adotando a sugestão de Portelli: as fontes orais como fatos e representações. Segundo o autor:

> Representações e "fatos" não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* "fatos"; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com *fatos* reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (PORTELLI, 2001, p. 111).

Para ilustrar a força das reflexões acima, fiquemos com um relato carregado de representações apresentadas como fatos. Um militante que atuou no PCB e depois no PC do B alegou que sua saída de determinada corrente política ocorreu devido à sua discordância quanto ao perfil exigido de militante

[80] A noção de *memória dividida* é formulada para dizer que um único evento pode comportar memórias radicalmente diferentes. Enquanto uns comemoram, outros criticam. No artigo já mencionado, Portelli (2001, p. 105) faz referência a este conceito, com base em Giovanni Contini, para mostrar que há uma memória "oficial" que "comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã". Jelin (2001) também afirma que, como a memória é um espaço de disputa política, seria impossível haver uma memória unificada sobre eventos históricos polêmicos.

muito sisudo e austero. Apontou que suas crenças políticas implicavam bom humor e alegria; saiu da organização

> quando foi censurado porque fazia farra, tinha amigos da esquerda festiva. Tinha que ser austero e fazer farra escondida. Eu disse que não concordo com isso não. Em todo meu projeto político, gosto de viver com alegria, com satisfação e na busca da felicidade, bem humorado e alegre. [...] [Eles] eram chatos. Não tinha outro assunto que não fosse política.

Porém, ao ser perguntado sobre como a face lúdica se manifestava nas passeatas, narrou em tom sério:

> Nossas passeatas eram violentas, não eram lúdicas não. Nossa participação era como militante. Palavras de ordem, faixa, panfleto, discurso. Não tinha tempo para o lúdico. Naquele tempo a gente não brincava em passeata. A passeata era coisa levada a sério. Você cantava música e tome-lhe pedras, tome-lhe tiro. [...] o normal era sermos dissolvidos à bala.

Este relato descarta a relação existente no ME entre política e festa e afirma um padrão de militante que contradiz a própria auto-imagem construída pelo entrevistado sobre o seu perfil político à época. Mesmo o militante indicando que 1967 foi o ano mais importante do ME baiano, o relato foi moldado pela violência da repressão. Em entrevista distinta, ouvimos que:

> eram passeatas aguerridas [...] você saía de lá com a disposição do confronto. Não havia, por exemplo, a preocupação com o espetáculo, de você fazer representações, captar um pouco a simpatia da população a partir disso. Era uma coisa que você ia [...] levar sua palavra de ordem esperando que a polícia viesse reagir contra você [...] confronto na rua, bomba, prisão do outro, gente ferida.

Um outro depoente falou que, embora fosse comum a existência de festas para dançar bolero principalmente em unidades que tinham muitas mulheres, “não havia essa questão da festa na política. A preocupação [...] era

com o discurso, com a conscientização política. Quer dizer a gente via muito a festa como alienação".

De modo complementar, estes relatos tentam se contrapor a uma visão que analisa a militância dos anos 60/68 como uma aventura estudantil adolescente[81]. Essa noção povoa o senso comum e sua idéia pejorativa dos jovens como românticos e ingênuos. No outro extremo, os depoimentos se sintonizam com a idéia da "combativa geração de 68". São falas que, embora tragam ao presente algumas visões da época, omitem a relação entre política e festa - aspecto presente na ação estudantil nos trotes, no deboche inscrito no cotidiano, nas festas existentes nas Faculdades e na cultura universitária de modo mais amplo. No caso baiano, desconsidera que, no período compreendido entre 1966 e 1968, houve violência policial combinada com alguma tolerância à ação política do ME, inclusive pela força política e social do protesto estudantil que, em alguns momentos, conseguiu amplo apoio de diversos setores sociais.

Sem desconsiderar a face violenta da experiência, mesmo a repressão ao Congresso da UNE no segundo semestre de 1968 teve lances cômicos e festivos. Um entrevistado narrou alguns detalhes na prisão:

> Ficamos numa cela pequena no Presídio Tiradentes [...] e nos pareceu uma palhaçada você estar preso num presídio [e as pessoas ficavam [gritando]: "A cela no. 12 é a cela Che Guevara, a minha cela 25 é a cela Wladimir Ilitch Lenine; a minha cela é Edson Luís" [...] Aí [um militante da UFBA] se levantou [e disse]: "A cela 26 é cela Vereda Tropical [risos]". Aí o presídio inteiro não parou, nos vaiou [risos].

Durante as entrevistas, emergiram outras lembranças festivas em relação ao clima da viagem no retorno de São Paulo para Salvador. Um entrevistado sintetizou:

> Maravilhoso. Festa. Batucada. Tudo era motivo de [festa]. Até o pessoal que vinha escoltando, armado e tal se descontraiu depois que percebeu que ninguém tava querendo fugir. [...] A gente sabia que por mais tempo que ficasse preso ia ser solto.

[81] Segundo Reis Filho, um dos expoentes dessa visão é o romance histórico de Ventura (1988).

Outro ressaltou:

> Depois na volta no ônibus, viemos escoltados com o pessoal da Polícia Militar de São Paulo. E eu te digo eu em 1 hora de viagem eles já estavam na gandaia com a gente. E eu lembro de [um estudante] com a metralhadora do cara no ombro e o quepe do soldado dançando. Aí dava dinheiro pra eles comprarem cachaça no meio do caminho, eles pararam o ônibus. Aí botava a garrafa coberta, soldado dançando, todo mundo bebendo, uma viagem divertidíssima [...] e eles sentindo que ninguém tava ali preso pra fugir no meio da estrada [...].Estávamos felizes porque estávamos voltando pra casa, apesar de voltarmos num ônibus escoltado pela polícia militar de São Paulo.

Citemos mais um exemplo que ilustra a força do deboche na ação estudantil. Em agosto de 1968, uma das passeatas foi violentamente reprimida pela polícia. Um grupo de estudantes que estava reunido na residência estudantil percebeu alguém com comportamento estranho. Depois de uma abordagem, concluiu que se tratava de Edson Ferreira de Souza - um agente do DOPS provavelmente cumprindo função de espionagem (A TARDE, 08/08/1968). Imediatamente, os estudantes vendaram-lhe os olhos encaminhando-o à assembléia estudantil que se desenrolava. Depois do espetáculo da entrada e catarse coletiva pelo poder estudantil diante da passividade do policial, o deboche foi a arma de resistência:

> prendemos o cara [que] foi levado para uma assembléia enorme que estava tendo na reitoria [...] com um pano na cabeça. Quando ele chegou foi um impacto violento, todo mundo ficou assombrado [...]. Debateu-se na assembléia o que fazer com ele, decidiu levar para a Escola de Veterinária. Naquele tempo ainda não existia o PAF. Tudo ali era uma mata geral, então ele ficou lá a noite toda naquela mata e quando foi uma certa hora da madrugada [...] deixou ele [de cueca] na pista de Ondina lá na praia [risos].

Lançando mão do deboche, o trote é um outro aspecto do comportamento estudantil marcado por política e festa[82]. Apontamos no capítulo 1 que os estudantes de Geologia organizaram um “trote vermelho”,

[82] Essa afirmação não desconsidera que, muitas das vezes, havia o componente da violência nos trotes.

com menção à revolução Cubana. Mesmo diante dos discursos de controle por parte da imprensa, houve críticas políticas no trote em 1966. No capítulo 3, exemplificamos como o trote dos estudantes de Economia de 1968 incorporou críticas aos Estados Unidos e à solidariedade à resistência vietnamita.

O ritual em torno da formatura também sugere a existência da mediação entre festa e política. Comemoração e alegria por parte dos formandos pela conclusão do curso conviviam com demarcação de posições políticas e ideológicas sobre a conjuntura nacional e internacional. Já abordamos as críticas do reitor Miguel Calmon aos "excessos" cometidos pelos oradores de turma ainda em 1964. No período abordado por esta pesquisa, muitos líderes estudantis foram oradores de turma. É relevante dizer que os formandos de economia de 1968 confeccionaram um convite com citações de Che Guevara e Peter Kropotikin e o convite foi usado como peça jurídica para a acusação de subversão no meio estudantil (ANEXO BNM 4204, 1968)[83].

Um outro relato também insere uma questão adicional para analisar o comportamento dos estudantes:

> Era todo mundo muito parecido assim na faixa de idade [...] Então na hora que o couro comia era a hora que a gente se sentia feliz. Todo mundo na rua jogando pedra e disputando pedrada com a polícia. Era o grande orgasmo nosso! Era neste momento.

O trecho indica um tipo de interpretação que aponta a dimensão do confronto como combustível para a participação e radicalização estudantil. Já de acordo com outro entrevistado, os estudantes secundaristas eram mais "porraloucas" e, quando tomavam fôlego, passavam na frente dos universitários e dos partidos. Isso era resultado, segundo o entrevistado, do seu descomprometimento com objetivos formais – como, por exemplo, a entrada no mercado de trabalho. Deste modo, eles seriam mais livres e teriam

[83]A citação atribuída a Che Guevara mencionava: "que importa onde a morte nos irá surpreender! Que ela seja benvinda, desde que nosso grito de guerra seja ouvido, que uma outra mão se estenda para empunhar nossas armas e que outros homens se levantem para entoar os cantos fúnebres em meio ao crepitar das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória". No caso de Kropotikin, o trecho citado dizia que "os que compreenderem que a variedade, o conflito mesmo, constituem a vida e que a uniformidade é a morte estão trabalhando não para séculos vindouros, mas, de certeza e de verdade, de alma e de coração, para a obra da revolução que se aproxima" (ANEXO BNM 4204, 1968).

desenvolvido protestos contra uma medida muito mais próxima do cotidiano e que despertou imensa energia militante, como foi a luta contra a Lei orgânica de 1967.

Isso talvez explique por que muitos dos entrevistados tenham construído suas memórias a partir dos acontecimentos relacionados a essa experiência de resistência. Um deles afirmou que "o principal ano [do movimento estudantil soteropolitano] foi 1967"[84]. As passeatas envolvendo centenas de secundaristas na faixa etária de 15 a 18 anos junto com a presença de pais e mães, professores, estudantes universitários e intelectuais, entre outros, carimbaram a memória destas pessoas.

É ainda razoável admitir a existência de uma dialética *repressão-resistência*, daí a pertinência da análise do entrevistado. Em muitos momentos, a ação da repressão paradoxalmente contribuiu para o aumento da resistência estudantil. A resistência à Lei Suplicy Lacerda e a mobilização pela encenação da peça dos estudantes do Colégio da Bahia são apenas dois exemplos que ilustram a complexa relação entre repressão e resistência. No entanto, isso não quer dizer que se deva fazer uma análise esquemática e mecanicista do ME até porque, em fins de 1968, a repressão venceu a resistência e esvaziou o protesto estudantil.

4.2 A cassação do direito de matrícula

É importante lembrar que a história oral ajuda a entender a dimensão subjetiva de casos que, normalmente, são filtrados por "racionalismos" e "objetividades", esfriados pelas versões oficiais ou cuja compreensão é

[84] Sem entrar no debate sociológico a propósito da existência de comportamentos distintos entre secundaristas e universitários, este é um espaço pertinente para uma breve janela historiográfica. Contrapondo-se a uma espécie de mito do poder estudantil universitário que operou um *quase esquecimento* a respeito do papel do movimento secundarista entre 1964 e 1968, Daniel A. Reis Filho considera que o movimento secundarista teria sido protagonista em relação ao movimento universitário, que teria atuado como coadjuvante. Embora seja relevante enfrentar o suposto esquecimento - inclusive suas razões que se relacionam com uma cultura política paternalista do estudante universitário em relação ao estudante secundarista, optamos em relativizar esta interpretação. É prudente não generalizar para o Brasil uma análise talvez pertinente ao eixo Rio - São Paulo. De todo modo, uma vez que esta investigação não se orientou por este problema historiográfico, optamos em não conferir graus de importância em relação ao papel destes sujeitos coletivos, ainda que estejamos convictos de que a aliança entre ME universitário e secundarista soteropolitano construiu uma dinâmica própria, principalmente a partir da pauta política.

dificultada por documentos escritos com códigos diferentes dos orais (MEIHY, 2000). Esta idéia é bastante sugestiva e, no caso da nossa pesquisa, a oralidade contribuiu para destacar o caráter subjetivo da experiência e o quanto a militância política foi experimentada enquanto sentimento, como ilustra um fragmento narrado por um ex-militante que teve sua matrícula cassada na UFBA:

> Fui enquadrado em 1969 e voltei para concluir o curso de Ciências Sociais em 1972. O clima da Universidade era completamente diferente; era de desalento e tristeza. De um lado o medo – uma coisa paranóica -, as pessoas assustadas, atemorizadas. A reforma universitária já havia sido implantada, você não tinha mais a sua turma de convivência [...] a vontade era largar e não voltar mais porque foi muito difícil. Você tinha vivido até 1968 dentro da Universidade, voltar depois era uma coisa desalentadora.

Algumas questões emergem a partir desse relato. Um primeiro aspecto diz respeito à mudança no ambiente político universitário advinda com o AI-5 que, como já apontamos no capítulo 3, marcou uma virada na ditadura militar. A nacionalização da repressão para o combate à esquerda veio acompanhada de um aprimoramento de suas estratégias de controle, vigilância e infiltração. Radicalizou-se um cerco de intolerância à oposição política. A Universidade não ficou imune a esse quadro.

Enquanto sujeito coletivo, o ME desapareceu da cena pública a partir de 1969. A repressão aos setores militantes e a fobia - perseguição, paranóia e desconfiança - tiveram como conseqüência o distanciamento da maioria discente e o esvaziamento/redefinição do papel das entidades de representação estudantil. Se até 1968 havia uma atmosfera de esperança no enfrentamento da ditadura, o AI-5 trouxe uma nuvem de medo e de restrição das possibilidades de resistência. A política enquanto tema cotidiano passou a ser recalcada mesmo em círculos privados (ALMEIDA, 1997). Essa atmosfera teve impactos na UFBA e afetou subjetivamente o entrevistado.

O fragmento citado estimula a pensar a recepção a essa medida. No que se refere aos militantes, uma estudante de Letras comentou: “a notícia de que estávamos proibidos de freqüentar a escola veio através de um telegrama [...]

era acho que da escolaridade [...] e comunicava que não poderia ser aluno regular naquele ano". Já um aluno de Direito disse que "isso veio como vinha a maioria das coisas ligadas à ditadura. Na Faculdade de Direito, chegou apenas o comunicado por ordem superior [...]. Não havia assinatura. [...] até hoje ninguém sabe". Outro estudante de Ciências Sociais reclamou da ausência de documento escrito e afirmou que recebeu a notícia através de um comunicado oral do diretor da faculdade argumentando que estava cumprindo ordem do Comandante da 6a Região Militar. Um discente da Faculdade de Filosofia argumentou:

> Já existia uma proibição do Comando da Região pra não matricular, [o diretor] tinha uma lista dos que não podiam se matricular no ano seguinte mesmo antes do decreto sair. Depois houve o enquadramento. [...] Isso era o arbítrio. [...] O diretor me disse. [...] Passou a ser muito meu amigo e me disse "Olhe, se acautele [...], se esconda porque a barra vai pesar e nem procure matrícula por que não vai ter".

Esses militantes lembraram do episódio sem ressentimento em relação ao diretor da Faculdade. Sem superestimar uma autonomia na micro-política, os relatos indicam que houve formas de solidariedade desenvolvida por alguns diretores e professores junto aos estudantes na execução da cassação, no afã de atenuar as conseqüências da medida para os cassados. Uma aluna de Letras evidencia isso:

> [Havia alguns] professores que naquela época estavam muito sensibilizados com o problema e, por isso, deixaram que a gente assistisse as aulas que quisesse porque nós não estávamos oficialmente matriculados, mas com o direito de freqüentar [...] os professores [...] a maioria deles e nem todos mas muitos professores nos procuraram e disseram que nós éramos bem vindos na sala de aula. Mas enfim estávamos cassados.

Embora não tenha sido atingido pela medida, um outro militante corroborou a existência de brechas políticas para atenuar o efeito da medida e apresentou o relato da experiência no Instituto de Física, em que os cassados

teriam sido acolhidos positivamente pelos colegas e pela própria direção do Instituto:

> O pessoal que foi para o Congresso da UNE, em 1969 não conseguiu matrícula. Mas claro que aquilo era um processo de luta. Mesmo não conseguindo matrícula eles freqüentavam as aulas porque a gente sabia que ia tentar reverter aquela situação [...] mas na física só houve 4 casos de companheiros que tinham ido ao congresso e que não conseguiram se matricular[85]. [mas mesmo assim eles ainda continuaram freqüentando o ambiente político da faculdade] e os colegas não discriminaram não [...], pois sabiam que era um caso que estava pra ser resolvido e que assim que a gente conseguisse resolver aquela situação [...] os colegas voltariam a estudar [...] A Física felizmente tinha uma diretoria progressista que nos apoiou. Pelo menos neste nível eles apoiaram [e] permitiram fazer uma matrícula paralela, e não colaboraram com a ditadura.

Vale esclarecer que alguns militantes cassados conseguiram voltar para a UFBA anos depois; uma parcela concluiu o curso na Universidade Católica enquanto outro contingente perdeu o direito de matrícula e foi indiciado pela Justiça Militar. Um militante do PC do B que foi preso junto a outros ativistas na Faculdade de Direito se enquadra nesta última situação e enfocou especialmente a reação de alguns colegas à cassação:

> Na época depois da prisão da gente, houve [uma reação] quase como se a gente tivesse meio doente, com uma doença contagiosa. Muita gente ficou com medo até do contato com a gente. [...] a militância já era clandestina, mas [a clandestinidade veio] na própria universidade. Aquelas pessoas que aceitavam a militância da gente, começam a mudar o comportamento diante de você, a não querer mais o contato. [...] isso tudo começa a se diluir e o pessoal começa a dar sinais de que tava atemorizado e você começa a perceber [...] a frieza e até que se dá o afastamento [..] horrível [...] um mal estar muito grande [...] e a gente sabia que a presença da gente ia causar, ia ser um estorvo pra muita gente [...] e aí a gente foi se afastando[86].

[85] Segundo o Boletim da UEB/DCE, em Física teria havido dois estudantes enquadrados pela cassação da matrícula.

[86] Ainda segundo o entrevistado, vale mencionar que a experiência narrada foi compensada "um pouco no caso da gente [militantes do PC do B] exatamente com a solidariedade que a gente recebe desse pessoal, de alguns setores que não eram muito ligados a gente [Ana Guedes de Serviço Social [...], professora Dulce Burgos [...] que acolhe a gente com um certo

A situação descrita pelo entrevistado se aproxima do estigma, ou seja, de "um atributo profundamente depreciativo" (GOFFMAN, 1975, p. 13). Segundo o autor, um dos tipos de estigma é inferido "a partir de relatos conhecidos de [....] comportamento político radical" resultando que "um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus" (Op. Cit., p. 14). Goffman (1975, p. 18) continua argumentando que isso influencia a vida do indivíduo porque "aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber".

Estas notas sobre o estigma ajudam a explicar alguns comportamentos de diversos atores universitários. Neste caso específico, é possível compreender o relato e a dor do depoente, pois a situação de cassação da matrícula emergiu num novo contexto da ditadura militar, marcado por um maior isolamento social da esquerda e pela força do estigma em torno do militante político de oposição. Isso gerou indiferença e distanciamento dos estudantes em relação aos militantes cassados, frustrando uma expectativa do militante de encontrar solidariedade no meio universitário, dado seu compromisso e dedicação com a militância cotidiana.

O depoimento do militante nos remete a uma espécie de exílio forçado no interior da própria instituição. A subjetividade do protagonista é instigante e seu "modo de dizer" fez emergir um temário bastante próximo de um imaginário anticomunista que associava subversão e doença, comunismo e patologia, militância e doença (SÁ MOTTA, 2002).

A esse respeito, Gilberto Velho indicou que sistemas de acusação podem desempenhar as funções de delimitar fronteiras, manipular poder e

---

carinho. [...] é um lado bom. [...] E ao mesmo tempo, como a gente voltou a estudar na Faculdade de Direito na Católica, onde o pessoal muito alienado, muita gente estudando pra ser delegado de polícia mais do que pra ser advogado [...] pouco preocupado com a problemática da luta contra a ditadura, mas ao mesmo tempo tinha esse pessoal de Serviço Social, basicamente mulheres e que acolheu a gente bem[...] muita solidariedade. Isso foi bom [...] porque a gente tava isolado, sozinho".

organizar emoções[87]. No caso brasileiro, mostra-nos a existência de dois sistemas de acusação em relação à militância de esquerda em que a "idéia de doença mental funciona como elemento explicativo e exorcizador" (VELHO, 1999, p. 57). O autor propõe que

> a categoria subversivo, bastante utilizada nos últimos anos serve, fundamentalmente, para estigmatizar as pessoas de esquerda. A categoria esquerda já pode ser altamente estigmatizadora, dependendo do contexto. Mas subversivo em qualquer contexto ameaça a ordem estabelecida, tem conotações de grande periculosidade e violência [...]. Ele é perigoso porque é uma ameaça política à ordem vigente, deve ser identificado e controlado. Embora subversivo seja uma categoria de acusação eminentemente política, contamina outros domínios. Muitas vezes vem acompanhado de criminoso, ateu, traiçoeiro, etc., com fortes implicações morais. Existe também a idéia de que sua mente é corrompida por agentes externos às fronteiras de sua sociedade, tornando-se massa de manobra de interesses "de fora". Ele traz coisas "de fora", contamina a sua sociedade com o exógeno, desarruma uma ordem natural, com idéias e comportamentos deslocados e disruptivos [...]. Por conseguinte, temos um verdadeiro complexo de demonologia em que fica caracterizado um comportamento perigoso, maligno, anormal, doente [...] ele [o subversivo] é visto como possuído por ideologias estranhas, enfeitiçado por seres desumanos por sua iniqüidade e vileza [...] tem tanto possibilidades de contaminar como de enfeitiçar (Op. Cit., pp 59-60).

As notas acima e a bibliografia consultada indicam que, naquela conjuntura, a representação estigmatizadora em torno da esquerda, somada à figura do *preso político/perseguido,* certamente causou mal estar, afrouxou laços subjetivos e contribuiu para uma sensação de *não pertencimento* dos militantes em relação à universidade. Se acrescentarmos o medo do contato e a força da repressão, ficam explicitadas algumas razões do distanciamento dos ativistas estudantis no que diz respeito ao cotidiano universitário uma vez que, neste caso, o responsável pelo inquérito policial teria avisado que os

[87] É interessante reter a idéia de que houve estigmas em diversas relações sociais entre os atores aqui analisados: houve estigma do ME em relação ao Professor Navarro de Brito (trabalhou no governo era agente da ditadura e devia ser expulso da Faculdade); no caso do Diretor Alceu Hiltner (a trajetória e o comportamento conservador radical fez sua inscrição na memória coletiva de modo estigmatizado); houve estigmas em relação aos policiais militares (todos deveriam ser expulsos); houve estigmas na percepção dos militantes em relação aos Catedráticos; por fim, houve também na percepção dos setores militantes em relação ao estudante-comum (alienados).

estudantes seriam interrogados se fossem encontrados a 3 km da Faculdade de Direito. O entrevistado ainda narrou algo relevante sobre o medo após sair da prisão:

> as pessoas que tinham saído certamente estavam vigiadas. Luiz Artur mesmo disse: ´vocês agora são eternamente [...] comunistas comigo a vida toda, serão agitadores para a vida inteira. Qualquer coisa que acontecer, em qualquer momento e vocês acharem que estão tranqüilos e livres, nós estaremos lá pra pegar vocês´. Então isso aterrorizou muito.

Não é nosso intento escrever uma história do estigma a respeito do militante estudantil, muito menos investigar suas origens. É razoável propor apenas que o estigma é retro-alimentado pelas conjunturas. No que diz respeito ao ME do *tempo presente*, há uma disputa de imagens tendo alguma força social o lugar-comum do militante estudantil como, grosso modo, um vagabundo afastado da sala de aula e que só pensa na política. Exploramos essa questão e, ao abordar os impactos do AI-5 para o ME, um dos entrevistados falou que

> o estigma [...] em relação ao movimento estudantil [...] não existia ainda: ser do movimento estudantil, [como] uma coisa ruim, "é coisa de quem não estuda". Isso foi se formando [...] em geral a gente era bons estudantes, mesmo os líderes estudantis eram bons estudantes. A preocupação de ser bom estudante existia. Depois começa [a repressão] [...] aí não dava mais. Você não podia ir pra escola. Se você fosse para escola [...] te prendia [...] Isso foi um processo de quatro a cinco anos [...] mudou a idéia do papel que a gente tinha na escola.

Concordamos com a idéia de construção social do estigma, mas o relato merece algumas ressalvas. Um dos entrevistados que participou do ME antes do golpe afirmou que havia um simbolismo positivo em torno do militante de esquerda e muitos líderes estudantis pareciam celebridades. Filtrando um pouco a carga que a expressão tomou na atualidade, não devemos desconfiar do relato uma vez que existia um sentimento difuso do universitário como elite de privilegiados, considerando o restrito acesso ao ensino superior. Além disso, é facilmente comprovado como havia uma cobertura constante da imprensa em

relação à vida da instituição, ao ME e aos bastidores da política estudantil. Aqui, devemos acrescentar o quanto a imprensa cobria a vida social da militância estudantil.

É interessante apenas atentar para o fato de que a conjuntura do golpe de 1964 e a polarização social em torno de temas como anticomunismo, guerra fria e o acirramento da luta de classes na sociedade brasileira e na relação dos atores com o governo João Goulart vieram acompanhados de representações depreciativas em torno do militante estudantil. Ou seja, havia uma disputa de representações em torno do militante estudantil, alternando-se as imagens da elite política e do agitador a depender do lugar social do emissor.

O golpe de 1964 ratificou a representação negativa em torno do militante estudantil visando o isolamento dos comunistas e da esquerda. Isso foi evidenciado no discurso anticomunista desenvolvido por Professores e pelo Reitor Albérico Fraga presente nas atas do CONSUNI, em matérias produzidas pela grande imprensa e no discurso de atores ligados à direita e ao anticomunismo. Deste ponto de vista, convém relativizar a fala do militante quando se refere ao estigma como algo criado após o AI-5.

Há um outro aspecto do relato que pode ser problematizado: a questão do bom aluno. Um militante questionou essa interpretação. Segundo ele "uma das tradições do movimento universitário era que as pessoas que faziam política estudantil não eram bons alunos [...] de modo geral". Isso põe em questão a idéia de que é algo novo, construído a partir da década de 1990. "Mas eu procurei ser um bom aluno. Então eu era respeitado [...] exatamente pelo fato de ser um excelente aluno [...] respeitado pelos professores e também pelos colegas. [...] Então isso me dava uma autoridade muito grande". Perguntado sobre os outros alunos do PCB, ele respondeu: "De modo geral, não eram alunos brilhantes". Seria este mais um dos mitos sobre o ME nos anos 1960?

Mudando a problemática, mas sem perder o foco, deve-se considerar que o estigma também funciona como um carimbo social que molda a vida de quem o sofre e não respeita barreiras sociais. A partir dessa consideração, buscamos pensar em como o estigma construído em torno do militante de esquerda após o golpe de 1964 se tornou um distintivo na vida dos militantes

do ME. Além disso, tentamos mapear a própria memória sobre o impacto da repressão na esfera pessoal e profissional e selecionamos alguns fragmentos da trajetória de alguns entrevistados.

Deste modo, é prudente alertar que o exílio não foi possível para todos os perseguidos políticos e, mesmo para aqueles que conseguiram sair do país, organizar a vida em terra estrangeira não foi fácil. Os ativistas políticos de esquerda que ficaram no Brasil e não foram mortos pela repressão pagaram um alto preço por suas opções e tiveram dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou foram demitidos ou ainda perseguidos durante muito tempo. Um ex-militante narrou:

> Tive alguns prejuízos [...] eu ganhei uma bolsa para estudar nos Estados Unidos e eles não me deram passaporte porque eu estava sendo processado. Perdi isso. Fiquei sem trabalhar por que não podia trabalhar no serviço público [...] Levei um tempo vendendo remédio. [...] Terminei virando repórter esportivo.

Situação mais dolorosa foi experimentada por um outro ativista. Militante estudantil até o golpe civil-militar, foi julgado e absolvido. Nos anos 1970, viajou para o Rio de Janeiro e desenvolveu formas de solidariedade com pessoas perseguidas pela ditadura. Uma delas foi um ex-colega da Politécnica. O depoente contou que o colega "saiu de minha casa e me deixou uma mala que eu deveria entregar a uma pessoa [...] e me deixou também uma senha que eu deveria passar para um contato". Narrou ainda que, quando se dirigiu ao local para entregar a mala, foi preso por agentes do DOI-CODI. Em seguida relata:

> Chegamos no local [quartel do exército] [...] e lá eu já fui recebido aos socos e pontapés e a cada soco que as pessoas me davam um deles lia desde o preâmbulo até os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem [...] Cada artigo era um soco! Depois te ter tomado uma surra, eles tiraram minha roupa e me colocaram numa geladeira [...] um ambiente de temperatura equivalente a alguma geladeira [...] e neste local tinha um alto-falante e emitia o som de pessoas sendo torturadas [...] exatamente para me intimidar. E depois de passar uns 3 dias porque a gente perde a noção de tempo num lugar desses [...] e eles não me davam nem água pra beber nem alimento, aí então me levavam pra uma sessão de tortura

> [...] era choque elétrico em todas as partes do corpo, era afogamento, era pau de arara [,..] exatamente com a intenção de obter uma confissão ou uma delação [...] eu perdi de 15 a 30 quilos num espaço de 30 dias. [...] eu desmaiei várias vezes durante a tortura, inclusive prenderam minha mulher. Ela não passou pelos constrangimentos que eu passei.

Para os objetivos desta pesquisa[88], além de destacar a crueldade da experiência relatada, interessa dizer que esse ex-militante exercia um cargo importante numa companhia elétrica. Houve mobilização envolvendo a empresa, um parlamentar e o cardeal Dom Eugênio Salles. Depois de passar 30 dias, o militante foi levado para o DOPS. O objetivo dos policiais era "recuperá-lo" dos hematomas e impedi-lo de fazer exame de corpo delito para denúncia. Depois de alguns dias, o militante foi liberado, mas foi demitido da empresa por ordem do Exército.

Os dois casos citados aconteceram depois do AI-5; o primeiro exemplo foi marcado por prisão sem tortura; enquanto no segundo caso a prisão veio acompanhada de tortura. Em ambas as experiências emergiram dores e informações a respeito do impacto pessoal e profissional das opções políticas dos ex-militantes diante da intolerância da ditadura militar em relação à oposição.

Há um outro registro que vale a pena ser exposto, uma vez que aborda a memória da repressão sob outro ponto de vista. Diz respeito a um ex-militante que, em 1966, passou um mês preso por ter sido flagrado pela polícia colando cartazes relacionados ao Congresso da UNE, realizado clandestinamente. Perguntado sobre a sua prisão, apresentou suas percepções:

> O que eu sinto pra mim, o que é mais importante disso tudo é que eu não me arrependo do que eu fiz, não me arrependo do que fiz e fiz por livre e espontânea vontade! Quero deixar bem claro! Ninguém nunca me obrigou a nada. Foi uma decisão minha [...] de opção minha [...] eu nunca me arrependi do que fiz [...] eu acho que minha posição seria a mesma.

[88] Seria possível uma abordagem analisando a questão da tortura no Brasil e uma discussão historiográfica a respeito da memória da militância a esse respeito. Contudo, isso distanciaria a nossa narrativa do objeto central da pesquisa. A esse respeito, ver, dentre outros, FERREIRA (1996).

Durante a entrevista, esse tema foi recorrentemente e enfaticamente pautado pelo entrevistado. Ele mencionou que 1966 foi um "ano importante para a consolidação da ditadura" e em seguida estruturou seu depoimento a partir de reflexões sobre a sua prisão. Parece-nos que a experiência de ter sido preso modelou o significado atribuído por ele ao seu papel na história e funcionou como uma espécie de carimbo geracional, um senso de pertencimento e identidade com a turma juvenil dos anos 1960 marcada pela utopia na transgressão da ordem, pela coragem de resistir e consciência a respeito dos riscos de enfrentar a repressão. Isso pode ser observado num outro trecho:

> [Como] havia todo um trabalho de discussão de textos, de discussão ideológica [...] ficar horrorizado, arrasado eu não fiquei [...] sou muito sincero! Agora a gente ficou sem saber o que ia acontecer. [...] Mas sofri um momento de grande aprendizado. [...] Mas era uma época [...] [em que] a opção política [...] não era de brincadeira! [...]. Como nós presumíamos do perigo que estávamos correndo, aí acho que não foi uma coisa assim que causou grande impacto. Em mim eu sei que não causou!

Esse relato pode ser interpretado a partir da contribuição de Voldman (2001, p. 41) que formula a idéia de grande testemunha como sendo "aquela que construiu sua identidade sobre uma ação voluntária e conscientemente interpretada, qualquer que tenha sido seu nível de responsabilidade ou ação reais". Sem subestimar a contribuição desse militante para a história, o depoimento do entrevistado se aproxima de uma autoconstrução como "grande testemunha".

Para encerrar o exame das lembranças militantes das experiências de repressão, citemos uma outra questão apontada por um militante que foi presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia e que não pôde se matricular em 1969:

> Foi um corte do ponto de vista psicológico muito grande, é como se tivesse tirado o chão porque a política também tinha o

> sentido de sustentação emocional e psicológica [...] de repente você fica sem ela, sem a possibilidade de continuar estudando. [...] O grande impacto foi a retirada da política estudantil da minha vida [...] como se tivessem me tirado algo essencial na vida. Reaprender a viver de outra forma acarretou muito sofrimento. Um período ruim! Muito ruim! Pior que o período de prisão, repressão, perseguição, pior que todas as violências que eu sofri durante o tempo que militei foram os impedimentos a partir de 1969. Eu só vim me restabelecer disso quando passei a militar no MDB [nos anos 1970].

No relato em foco, há uma percepção da experiência *a posterior*i e, como bem sintetizou Delgado (2006, p. 18), "fala-se de um tempo sobre um outro tempo. [...] registram-se sentimentos [...] em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje". Além disso, o testemunho é sugestivo para a reflexão sobre as motivações subjetivas da militância política estudantil, o papel da sociabilidade no exercício e satisfação militante, a experiência vivida como sentimento, o papel dos laços afetivos na constituição das identidades militantes e a própria dimensão afetiva da memória. A narrativa ilustra o impacto subjetivo da perda do contato com o cotidiano da universidade: não deve ter sido fácil para alguém que foi referência política no ME em um importante território de contestação e participação ter que se adaptar a uma circunstância de perda desse direito. Esta questão será retomada mais adiante.

Como afirma Thompson (1992), em alguns casos, os fatos não são o que interessa a respeito do episódio. O interessante é o modo como ele funciona na mente das pessoas. Olhando deste ponto de vista, como diz Portelli, não há fontes orais falsas[89].

Já que mencionamos a face afetiva da memória, uma instigante linha investigativa diz respeito à memória dos ressentimentos. Além do rancor e desejo de vingança, Ansart (2001, p. 22) aponta a "experiência de humilhação e, igualmente, a experiência do medo", como emoções e sentimentos criadores

[89] Um exemplo de aplicação desta abordagem é o artigo de Cristina Feres (1996) sobre a imigração italiana em São Caetano. A autora não se propõe a contar a história do núcleo colonial, mas sim dos *registros* de histórias contadas através de gerações de fundadores e seus esquecimentos. Assim, os fatos precisos não são de interesse primordial. Uma outra investigação afinada com esta perspectiva encontra-se no texto em que Janaína Amado (1995) explora a questão da "mentira" na história oral. Discutindo tradição, veracidade e imaginação, a autora mostra como depoimentos desprezados por serem "mentirosos" podem conter dimensões simbólicas importantes para a análise histórica.

do ressentimento[90]. Cabe acrescentar a experiência do arbítrio como geradora de ressentimento em alguns dos nossos entrevistados.

As proposições feitas visam apenas sugerir o quanto essa abordagem pode ser fecunda para a historiografia. Nesta pesquisa, nos limitamos a observar a existência do ressentimento nos relatos. Assim, ainda focalizando o cancelamento de matrículas, um estudante de Direito lembrou da experiência com ressentimento, indignação e desconfiança acerca do suposto papel ativo desempenhado pelo diretor da Faculdade de Direito na execução da medida:

> O diretor da Faculdade [Orlando Gomes] foi pra sala de aula quando a gente foi preso junto com Luiz Artur [Chefe da Polícia Federal]. Os dois entraram. [...] Quando a gente tentou fugir e não deu, a gente entrou numa sala de aula do primeiro ano. [...] Os calouros tavam tendo aula começando o ano letivo e ficamos lá. Então [...] a polícia entrou com a relação dos que eram cassados. [...] Luiz Artur entrou com ele. Isso nunca tinha acontecido. A Polícia Federal entrar na Faculdade de Direito e muito menos na sala de aula. E aí foi feito uma chamada [...] e na medida em que ia chamando o nome da gente que não era da turma ia descendo.

Questionado sobre o papel dos diretores na execução desta medida, uma militante proferiu o seguinte discurso:

> A direção cumpriu uma determinação como a própria universidade como estrutura administrativa eu acho que não se confrontou com uma ordem que deve ter vindo da Polícia Federal. Não houve uma recusa. Também não sei se naquele tempo as pessoas enfrentariam [...] não me lembro de ter havido em nenhuma unidade uma contraposição das direções em relação a [...] essa proibição de matrícula.

Não encontramos documentação que permita uma análise mais conclusiva a esse respeito. Entendemos que a ordem partiu do Comando da VI

[90] Ao mesmo tempo, é importante dizer que o próprio autor adverte para as dificuldades existentes em traçar uma história dos ódios. Dentre outros aspectos, o autor indaga se a democracia favorece ou desfavorece a formação dos ressentimentos acumulados em experiências vivenciadas em contextos autoritários (ANSART, 2001, p. 23).

Região Militar sintonizado com o endurecimento do regime em nível nacional após o AI-5 e o Decreto 477, especificamente destinado a calar e esvaziar o protesto estudantil nas universidades. A lista dos cassados foi construída a partir do mapeamento dos estudantes presos no Congresso da UNE. Em termos especulativos, é possível pensar que os outros nomes foram listados a partir de um trabalho do setor de inteligência da repressão junto com a contribuição de estudantes oficiais militares ou articulados com a *direita,* professores e diretores de unidades dispostos a "sanear" as Faculdades expurgando os militantes de esquerda.

4.3 Memória, repressão e áreas cinzentas

Há um outro aspecto importante para compreender a cassação. Ainda que seja correto enfatizar como os tentáculos da repressão violentaram a universidade de "fora para dentro" – vide casos sintomáticos como a UnB e UFMG - , não se deve desconsiderar que houve, no mínimo, algum nível de cumplicidade por parte de uma parcela da comunidade universitária com a cassação da matrícula dos estudantes. A esse respeito, já nos referimos anteriormente à acolhedora recepção ao golpe civil-militar no interior da instituição. Podemos interpretar essa face colaboracionista nos aproximando também da definição de área cinzenta. Segundo Portelli:

> a expressão "área cinzenta" foi criada por Primo Levi para descrever os prisioneiros de campos de concentração que colaboraram ou serviram de mediadores com as autoridades nazistas [...]. Mais recentemente, o historiador Stefano Levi Della Torre ampliou a definição para designar a parte do povo italiano que "não tomou partido" entre o fascismo e a Resistência". (PORTELLI, 2001, p. 109).

A partir dessas definições, o uso da expressão neste capítulo quer significar a colaboração das autoridades universitárias com o cancelamento de matrículas dos estudantes. Em sintonia com essa abordagem, exploramos esta "área cinzenta" e um entrevistado registrou, em tom indignado, um comentário sobre a cassação:

> A procedência disso, como vieram as cassações? De onde elas partiram? A origem delas? [...] Alguns acham que veio da própria Reitoria mesmo, alguns devem ter dito que veio de fora, que o próprio sistema militar mandou, o que eu não acredito, pois tinha a relação de nomes. Havia uma cumplicidade aberta e clara na Faculdade de Direito, o cara aceitou [o diretor], determinou a cassação, acolheu o ato e diante da reação da gente [se misturar com os calouros nas salas de aula] ele foi com o chefe da polícia federal para dentro da sala de aula para prisão da gente [...] em outros lugares onde houve a cassação houve no mínimo cumplicidade dos diretores e permissão para que ela pudesse se realizar.

Considerando que "as coisas não podem ser descritas somente do seu interior" (CHAUVEAU & TÉTART, p 110), e diante da impossibilidade de colher o depoimento do diretor já falecido (Professor Orlando Gomes), registramos que entrevistamos o Ex-Reitor Roberto Santos, embora ele não tenha revelado "a complexidade dos mecanismos de tomada de decisão" (Frank, 1999, p. 110), especialmente aqueles relacionados ao evento mencionado pelo entrevistado. Isto porque o reitor negou a existência de violação da autonomia universitária bem como silenciou em relação ao trâmite institucional da execução da medida. É um exemplo de como, através de fontes orais, fatos podem "se tornar não fatos, pelo menos oficialmente" (BURKE, 2001, p. 86).

Sem generalizar para o conjunto dos professores o comportamento do diretor da Faculdade de Direito, achamos plausível a existência de *colaboração* por parte de outros diretores dispostos a "sanear" a Universidade e expurgar os ativistas do ME. Obviamente, essa prática já encontraria precedente pela própria feição colaboracionista que caracterizou a reação do CONSUNI UFBA ao golpe civil militar e à repressão a alguns ativistas do ME.

É relevante ainda abordar mais um aspecto. Não entrevistamos nenhuma pessoa que lembrasse de moções e aplausos da UFBA em apoio ao golpe de 1964, nem encontramos outros documentos com menção ao acontecimento – exceto, obviamente, a ata do CONSUNI, a moção publicada pela imprensa e as homenagens feitas aos militares, também registradas pelo *A Tarde* e *Jornal da Bahia.* Se acrescentarmos a isso o silêncio quase absoluto a esse respeito presente na maior parte dos trabalhos que tratam da história da universidade[91], pode-se afirmar que houve uma *amnésia social* acerca do apoio

[91] A exceção que conhecemos é NASCIMENTO (1999).

de atores universitários e instâncias da UFBA ao golpe civil-militar. É mais um exemplo que indica o caráter seletivo da memória.

O esquecimento do colaboracionismo do Reitor Albérico Fraga, do CONSUNI e de algumas Congregações com o golpe civil-militar foi influenciado pela inexistência de muitos gestos punitivos de dirigentes universitários no plano da própria instituição. Lembramos ainda que a comissão de sindicância inocentou todos os acusados.

A única exceção que conseguimos mapear de lembranças sobre o colaboracionismo diz respeito a uma memória relacionada ao diretor da Faculdade Politécnica – o professor Alceu Hiltner. De acordo com um entrevistado, o sobrenome do diretor era propositadamente confundido com o de Hitler:

> O movimento brincava [...] chamava de Alceu Hitler. Ele chamou o exército para ocupar a Politécnica [...] inclusive contra um principio que é o da autonomia universitária. [...] Ele escancarou as portas da Politécnica para que houvesse a entrada do Exército.

Ao ser questionado sobre a existência de colaboração de membros da comunidade universitária com os IPMs, outro entrevistado respondeu: “não tenho provas, mas [...] ele [o diretor da Politécnica] deve ter sido um dos que colaborou”. Apesar dessa memória quase cristalizada, e não obstante identificarmos na ata do CONSUNI um discurso do diretor bem próximo ao imaginário anticomunista e apimentado com um tom pró-repressão ativa ao ME, não encontramos evidências da existência de colaboração do referido diretor com a justiça militar na repressão aos estudantes. Do mesmo modo, não encontramos registros que comprovem o relato a respeito da suposta invasão do Exército na Faculdade Politécnica. A partir desses cruzamentos, podemos concluir que o diretor entrou pela porta dos fundos na memória dos militantes...

Apesar destes relatos sobre o referido diretor, das lembranças em relação ao seu perfil conservador e anticomunista e dos fatos relacionados à recepção ao golpe civil-militar, a materialização da noção do “inimigo interno” não chegou a ganhar concretude na UFBA numa lógica de suspeição que

significasse repressão em larga escala. Não houve destituição de reitor, nem prisão *em massa* de estudantes, funcionários e professores, muito menos intervenção militar na instituição. Reiteramos que, ainda que significativo e emblemático, houve um único caso de demissão de um professor catedrático – o mesmo acontecendo com um funcionário, que não contou com repercussão na imprensa.

A repressão na UFBA entre 1964-1968 foi seletiva, sem proporcionar acontecimentos que tenham se constituído em fatos traumáticos de relativo domínio público. Com isso não se quer amenizar a violência sofrida pelos que foram alvo da repressão, nem anistiar os que foram cúmplices e coniventes. Apenas ressaltamos que esse colaboracionismo com o golpe militar não produziu outros gestos a ponto de se inserir numa memória social que fosse disseminada para amplos círculos sociais ao longo do tempo, especialmente após a anistia – período marcado por uma proliferação de testemunhos sobre a repressão política no Brasil.

Uma outra razão não deve ser subestimada. Houve uma descontinuidade na própria militância do movimento estudantil, grupo social mais organizado e ativo na comunidade universitária. Alguns dos principais militantes no ME *pré-64* deixaram de participar do ME no *pós-64 e* os poucos que continuaram na militância estudantil passaram a ter atuação mais discreta. Mais do que uma ausência física, isto deve ser pensado como um aspecto limitador na socialização necessária à transmissão das memórias.

Além disto, não houve a proliferação de uma literatura produzida por militantes de esquerda baianos sobre o golpe civil-militar. A existência desse *boom* de memórias talvez pudesse contribuir para uma batalha de memórias que trouxesse à tona o colaboracionismo. Por último, o esquecimento dos atos colaboracionistas na universidade deve considerar ainda a vigência de uma reconstrução memorialística na sociedade brasileira que apaga registros de apoio de setores civis ao golpe de 1964.

4.4 Os relatos: linhas e entrelinhas

Exploremos de outro modo as possibilidades de abordagem dos relatos. Ao interrogarmos sobre aspectos da repressão ao ME, uma entrevistada afirmou:

> Chegou a ter uma prisão. [...] As pessoas enchiam as suas panelas nas suas casas com os livros que não tinham onde guardar; eles futucavam armário, futucavam tudo. Eu sei que na casa de um estudante de engenharia ele infelizmente botou em um lugar que foi visto o livro. E aí foi preso esse livro, foi levado esse livro, foi levado o rapaz entendeu [...] por que ele estava com este livro *A resistência das massas* [...] e eu nunca vou esquecer disto por que ele era de capa vermelha ainda por cima. [...] A resistência que era um livro de engenharia, a capa é vermelha, a gente foi preso por causa desse livro, você sabia?![92] Pois é [...] chama-se a resistência das massas [...] ave maria! [...] Os policiais analfabetos coitadinhos, pensaram que era um livro de revolução[93].

Próximas a outras versões marcadas pelo humor e deboche, as anedotas sobre a ação da repressão no imediato pós-golpe afloraram em diversos relatos e pesquisas. Ridenti (2000, p. 47) chega a dizer que "quem se dedicar a recolher o anedotário, a partir de fatos cotidianos do período, terá em mãos material para um livro divertido". Tudo isso não sem razão, uma vez que o aparato repressivo do regime – incluindo o serviço de inteligência – estava apenas se montando. Somente anos depois viria a ser aperfeiçoado, a ponto de existir uma *comunidade de informações* para enfrentar a "subversão", incluindo agentes especializados no combate a algumas organizações de esquerda (D´ARAÚJO, 1994b).

Contudo, no caso em questão, depois de ser perguntada a respeito de maiores detalhes do *fato*, a entrevistada afirmou que não participou diretamente do evento narrado. Considerando que não encontramos nenhuma edição do livro citado, este trecho pode ser exemplo de um relato influenciado por uma memória herdada (POLLACK 1989; 1992). A esse respeito, refletindo sobre o jogo da memória, Halbwachs (1990, p. 28) atentou que "para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças

[92] Um relato próximo menciona um livro intitulado *A resistência dos materiais*, de fato uma área de engenharia.

[93] Mais adiante, ela afirmou que os estudantes saíam em passeata debochando dessa situação: "Essa ignorância, essa arbitrariedade [...] é livro de engenharia, vocês não sabem o que é cultura [...] isso é ignorância é livro de Engenharia vocês não têm cultura".

fictícias". Um outro fragmento relatado por uma ex-militante corrobora essa assertiva:

> Na realidade, ver eu não vi. Mas eu sei, por exemplo, que no dia, provavelmente logo depois do golpe militar [...] Eu me lembro que um levou um livro que não tinha nada a ver, é até engraçado pensar nisso [...] o livro 1984 que não tinha nada a ver com as buscas que os militares faziam [...] nas repúblicas de estudantes universitários, mas ele me pediu pra guardar achando que podia ser alguma coisa para 212ondena-lo. Eu soube [...] e eu via tudo com esse espanto [de] estudante. Eu nem participava [...] Mas [...] disco de Tchaikovsky que tinham sido carregados [...] que viraram depois piadas.

Os exemplos ilustram a diversidade de informações agregadas aos entrevistados no decurso do tempo entre a experiência vivida no passado e o presente. Mostram a força do deboche como resistência e a possível amplificação de trapalhadas inscritas na memória social em torno da repressão no imediato pós-golpe. Por fim, fazem emergir a questão do peso do mito nos relatos. Burke apresenta indicação valiosa para a compreensão do problema, pois

> emprega o escorregadio termo "mito" não no sentido positivista de "história imprecisa", mas no sentido mais rico, positivo, de uma história com um significado simbólico que envolve personagens em tamanho maior que o natural, sejam elas heróis ou vilões. Essas histórias são em geral criadas a partir de uma seqüência de incidentes estereotipados, às vezes conhecidos como "temas" (BURKE, 2001, p. 78).

´

Outro relato feito por uma estudante pode ser analisado a partir desse referencial, ao expor uma visão a respeito das residências estudantis:

> Era uma maravilha! Era uma maravilha! [...] nossa senhora! Você tomava quantos copos de leite você quisesse. A comida de lá era toda balanceada. Existia uma nutricionista [...] Existia o Lavoizier. [...] aquela lei em que "nada se perde, tudo se transforma". [...] [risos] A gente dizia assim que aquele bolinho de carne e a gente já sabia que era Lavoizier [risos...] Tinha sempre a verdura, em fartura o feijãozinho com arroz, carne, aves [...] todo São João tinha festa com muita muito milho,

> canjica [...] dezembro existia a ceia [...] e quando a comida ainda a gente achava que tava meio ruim – que não era ruim -, meu deus do céu! A gente dizia a o pessoal da reitoria: - venham ver a comida que botaram pra gente! Mentira, a comida era muito boa [...] era uma beleza! [...] Até quartos individuais tinha! Eu fui [...] quantas vezes fui pro interior com passagem aérea? Chegava na reitoria [e conseguia]. [...] Eu ia na reitoria pegar minha passagem [...] Era uma época de fartura. Existiam as condições E mesmo assim, com essas condições se questionava melhorias!

O interessante é a entrevistada ter acionado esse discurso para concluir que lastimava "muito a situação das residências. [...] E hoje ninguém briga mais! Parece que um remédio abafou todo mundo"[94]. O passado termina sendo moldado pela dimensão do mito para ser idealizado em detrimento de um ceticismo em relação aos jovens do presente: ontem, havia fartura e os estudantes lutavam e queriam mais; hoje, há pobreza e acomodação política. Vale apenas a ressalva que matérias distintas nos jornais mostram que a assistência estudantil foi um tema presente no ME e que houve muitas queixas sobre a situação da residência e da alimentação servida nela.

O último fragmento nos remete a um outro tema fértil: a presença do senso comum nos relatos. Uma das perguntas feitas aos entrevistados estimulava uma comparação entre o ME do passado e o do presente. Vejamos a narrativa de um ex-ativista do ME e ex-membro de grupos da esquerda armada:

> O pessoal hoje não tem tolerância [...] [não está propenso] ao dissenso civilizado [...] Nós éramos radicais, mas certas coisas que até comprometem a universidade, nós não fazíamos não [...] Coisas como ocupação da reitoria não tem sentido![95] A reitoria sempre esteve apoiando os estudantes em todos os casos. O Reitor não pode tudo! São atos assim que me parecem mais de vandalismo do que de ação política [...] E certas simplificações [...] Os estudantes sempre propendem a apoiar candidato a Reitor que não tem compromisso com o mérito acadêmico e sim com os movimentos sociais [...]. Há

[94] Mais adiante, perguntada sobre a violência nos trotes da década de 60 ela assegurou que "não tinha assim uma malvadeza como se depois apareceu [...] Não tinha repercussão tão grave quanto você tá vendo ultimamente. [...] Não era esse rituais macabros que depois ficaram contaminados". Por fim, sintetizando sua visão sobre a época, sentenciou que "foi um período de muita alegria. As pessoas queriam conversar e namorar. Não existia uma malícia".

[95] O comentário diz respeito a uma ocupação do gabinete do Reitor da UFBa realizada por estudantes durante a greve estudantil de 2000.

> desvios fundamentalistas que marcam as diferenças [...]. Havia mais tolerância em aceitar outras visões de mundo.

Este trecho permite algumas observações. Embora não tenhamos informações sobre até que ponto o gabinete do Reitor foi alvo de protestos estudantis, não custa lembrar que a ocupação de Faculdades foi uma forma de luta largamente utilizada pelo ME nos anos 1960.

Em segundo lugar, não se sustenta historicamente pensar que as relações entre ME e Reitores foram marcadas sempre pela harmonia. Apenas nos remetendo ao nível local, a greve desenvolvida pelo ME contra o Reitor Edgard Santos é uma evidência disto. Vale ainda dizer que o próprio entrevistado foi acusado de entrar em luta corporal com o diretor da Faculdade em 1964. Este comportamento não parece estar de acordo com a idéia de dissenso civilizado.

Acrescentemos ainda que a expressão vandalismo se coaduna ironicamente com o discurso de desqualificação da ação política feito por militares e por parte da grande imprensa, muitas das vezes para criminalizar ações dos movimentos sociais. No mais, um último aspecto, mas não menos importante: o discurso da tolerância com a diferença. Perguntado sobre a convivência entre os grupos de esquerda e direita no ME, outro militante respondeu risonhamente:

> Uma vez a TFP ousou entrar na escola [Faculdade de Filosofia] pra distribuir panfletos, pra fazer proselitismo. Saíram debaixo de porrada! Não tinha conversa! [...] Eles entraram na sala de aula [...] o professor que [...] [deixou] eles entrar [...] passaram pela decepção da gente invadir a sala de aula e tirar os caras pelo paletó por que eram todos de paletó [risos].

Questionado se a turma apoiava, ele respondeu:

> Todo mundo. Quem não apoiava, não tinha clima para se expressar. [...] Quem era de direita ou quem [...] não era tão radical, ficava inibido. Por que o clima emocional era esse. E mais. As pessoas passavam a ser avaliadas pelo grau de radicalismo. Quanto mais fervor, quanto mais disposição pra briga, quanto mais a retórica agressiva, mais a pessoa passava

> a ser apreciada, corajosa, decidida, autêntica. O discurso de contemporização, de avaliação, de medir as conseqüências, era um discurso covarde, frouxo.

As imagens presentes em torno do radicalismo devem estar circunscritas ao universo militante. Este último fragmento talvez deva ser circunscrito a um contingente dos/algumas correntes dos setores militantes. É um trecho que sugere um processo de estigmatização no interior do próprio ME em torno das idéias de combatividade e radicalismo.

4.6 A resistência ao golpe de 1964

Já afirmamos que um dos objetivos da pesquisa foi investigar a recepção ao golpe de 1964 na universidade e a reação do ME – questão desenvolvida no capítulo 2. Aqui, voltaremos ao tema enfatizando as imagens contidas no discurso dos ex-militantes a respeito da resistência ao golpe. Perguntada a esse respeito, uma entrevistada respondeu:

> O estudante naquela época ele enfrentava. Ele não tinha medo de absolutamente nada! O estudante contestou de uma maneira ferrenha. O estudante foi aguerrido [...] e passou a contestar [...] Ele começou a ir pra rua. [...] todos os dias tinha passeata. [...] O estudante ele vinha armado de gude, de estilingue, ele vinha armado de coca-cola cheia ou a garrafa cheia de água; as mulheres vinham com as bolsas cheias de pregos pra furar os pneus dos carros, se fosse necessidade e ninguém tinha medo de nada. A gente via policial e dava estilingada nele e tome garrafa de coca na cabeça, entendeu?! Tinha policial que falava assim: "pelo amor de deus, não me mate".

Como se depreende do relato, a questão foi respondida genericamente recorrendo a imagens dos estudantes como corajosos. A expressão "naquela época" reflete um tempo mítico sem precisão cronológica nem factual[96]. Houve

[96] Segundo Delgado (2006, p. 17) "é comum, por exemplo, pessoas se referirem ao passado utilizando-se de expressões como "no tempo de Vargas", "à época dos corsos nos antigos carnavais", "quando o transporte de bondes foi extinto", "quando os estudantes faziam passeatas", "no tempo dos militares", "quando chegaram os ciganos", "quando os ferroviários fizeram greve e se deitaram nos trilhos", "no tempo da bossa nova", "quando eclodiu a grande guerra", "no tempo do rádio", "quando a cidade era calma"".

uma generalização típica de uma cristalização da memória em torno de certas idéias. A entrevistada gravou o discurso com ênfase no protagonismo e combatividade de parcela estudantil que efetivamente existiram entre os anos de 1965 e 1968. Quanto ao medo do policial, talvez seja uma outra anedota.

O relato está marcado pelo pronome na 3ª pessoa do singular. Pollack (1992) analisa a presença de pronomes nos relatos de militantes para mostrar como eles servem enquanto uma medida de segurança e domínio da realidade. Neste sentido, sugere que os militantes tendem ao uso do pronome *nós* como forma de conservar uma ligação imaginária com as pessoas, ao tempo em que o *você* significa um maior distanciamento em relação ao grupo. Entretanto, no relato em foco, a entrevistada usa o pronome *ele* e também a expressão "a gente". Ela se encontra no sujeito coletivo que protagonizou a história e falou em nome do grupo.

É fácil constatar também a amplificação da crença em torno do poder estudantil. Essa imagem é quase onipotentemente cristalizada na idéia de que o estudante "não tinha medo de nada". Vale sublinhar a homogeneização desta representação em torno do estudante: "enfrentava", "contestou" e "aguerrido" são alguns dos termos que se aproximam do mito do poder jovem. Mesmo sem entrarmos no terreno da *psicologia de multidão*, é razoável admitir que o medo fosse um componente presente na ação política naquela conjuntura, por vezes contraditoriamente instigador da participação, da transgressão, notadamente quando a multidão era protagonista[97]. É razoável propor que o medo individual era amenizado pela força da mobilização coletiva alimentada pela criação da mística em torno do poder jovem.

É possível explorar outros temas no relato. Considerando que a pergunta feita visava explorar a resistência estudantil ao golpe, como explicar a ausência de resposta específica por parte da entrevistada? Sem perder de vista que o esquecimento não é uma deformação da memória, se constituindo também num objeto de pesquisa (WEINRICH, 2001), consideramos pertinente pontuar como um militante abordou a questão:

[97] Não por acaso diversas peças jurídicas contêm argumentos com esse teor para fundamentar a defesa dos estudantes acusados de envolvimento com a "subversão".

> Houve uma tentativa de resistência armada em Cruz das Almas. Os estudantes se mobilizaram, reuniram armas de fogo e coquetel molotov. Pensamos em assaltar o tiro de guerra e começar uma resistência, mas tudo isso era em função de existir resistência em Feira de Santana onde Pinto (Francisco Pinto) era prefeito e em Vitória da Conquista onde Pedral era prefeito, mas como não houve resistência então nós nos desmobilizamos e aí cada um procurou se esconder.

Já demonstramos no capítulo 2 que os limites da resistência ao golpe em Salvador perpassaram diversos atores sociais, inclusive referências institucionais. Ainda assim, o depoimento não deixa de ser uma memória cômoda: ao invés de reconhecer também os limites da mobilização estudantil para resistir ao golpe, o militante credita o fracasso à ausência de resistência protagonizada pela esquerda institucional.

Diferentemente das duas últimas narrativas, o texto da maior parte dos militantes enfocou a participação política na oposição à ditadura militar silenciando em relação ao golpe de 1964. Registre-se que esse fenômeno não é patrimônio exclusivo do discurso desses militantes baianos. Em pesquisa sobre a militância goiana, Kleides Batista (2006) constatou o mesmo comportamento.

O esquecimento dos ex-militantes quanto aos limites da resistência ao golpe de 1964 pode ser iluminado pela explicação de Halbwachs (1990), que demonstra o papel dos grupos sociais em delinear *o quê* e *como* será lembrado.

Talvez, como sugere Burke[98], de tanto os vencedores imputarem uma memória da derrota aos vencidos, a maneira encontrada por estes de sobreviver e aceitar o desenlace a favor dos golpistas foi esquecer a frágil resistência transformando-a em ausência de reação ou transferir a responsabilidade da derrota para outrem. Essa amnésia social não deixa de ser interessante uma vez que ela não questiona uma mitologia construída em torno dos "combativos" estudantes dos anos 1960.

---

[98] Segundo Burke (2001, pp 85-86) "para entender os mecanismos da memória social, talvez valha a pena examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão e a questão de quem quer que quem esqueça o quê e por quê. Em suma, a amnésia social. Amnésia se relaciona à "anistia", como o que se chamava de "atos de esquecimento", a obliteração oficial de memórias em conflito no interesse da coesão social".

4.7 O militante e o estudante-comum: universos paralelos?

Uma instigante problemática que emergiu na análise das fontes orais diz respeito à relação entre a militância de esquerda e o conjunto dos estudantes. Como se daria esse contato uma vez que a maioria dos estudantes não era organizada politicamente nem partidariamente, tampouco fazia da ação política uma opção cotidiana, um projeto de vida? A questão se torna mais pertinente quando consideramos que nem o estudante-militante nem o estudante-comum se constituíam em blocos homogêneos. Ambos tinham seus ritos específicos, sua rotina, seus valores, suas diferenças e aproximações. Em maior ou menor grau, isso fica evidenciado pelo relato de um ex-membro de grupos de esquerda que reflete sobre o exercício militante:

> exigia a disciplina, exigia o sacrifício, exigia a disposição para se preparar para a grande revolução que iria acontecer. Não era uma forma de vida ligada ao prazer. O prazer era quase algo proibitivo pra gente. O que era exaltado era a capacidade de sacrifício, de doação, de disciplina [...], de culto aos princípios revolucionários. O prazer pessoal era um sentimento pequeno-burguês. [...] [As organizações eram] corporações muito rígidas. Viver era viver em função da mística revolucionária. [...] O militante era um soldado da organização de esquerda. [...] e era um cotidiano tenso. [...] Você [...] deixava de ser uma pessoa-comum.

Um outro entrevistado aponta que “o movimento satisfazia plenamente nossas expectativas [...]; então a gente se afastava muito do [cotidiano] [...] Criava um universo nosso [...] Um universo paralelo”. Essa afirmativa ganha alguma força explicativa se contextualizarmos algumas idéias que orientavam o imaginário da esquerda. Sem desconsiderar as diferenças em torno do caráter da revolução, das formas de luta e da estratégia revolucionária (Ridenti, 1993), havia uma cultura de esquerda compartilhada entre seus militantes – o que não implica necessariamente em distanciamento ou isolamento social da militância de esquerda entre os anos 1964-1968.

Esse ideário de esquerda afirmava a derrubada da ditadura como horizonte; valorizava o papel da vanguarda. Considerava o movimento estudantil como força auxiliar nesse acúmulo de forças e delineava o ME

enquanto um “celeiro de quadros” para as organizações apontando a importância da disciplina e dedicação cotidiana para a ação política.

A esse ideário compartilhado, deve-se acrescentar o contexto de polarização na disputa política já que “o clima na época era muito mais receptivo à radicalização do que à contemporização”, como mencionou um entrevistado, que ilustrou a reflexão com base num acontecimento apontado no capítulo 3:

> Por que o que se pedia, se ansiava era uma radicalização contra o regime e seus representantes em todos os níveis. Então, diretor de escola era agente da ditadura. A gente via as coisas assim. Nós tínhamos um professor de Ciência Política, muito bom. Chamava Navarro de Brito. [...] Foi secretário de educação [durante o governo Luís Viana] [...]. Só que ele tinha sido sub-chefe da casa Civil do Governo Castelo Branco. [...] Nós fizemos uma greve na escola pra botar ele pra fora. Conseguimos botar ele pra fora. Ele não resistiu. Até placa nós pregamos de repúdio a ele na escola. Criamos um clima em que ele não tinha condições de ensinar [...]. Isso pra nós era suficiente. Não contava a competência dele como profissional, como professor. E aí tiramos ele da escola e botamos João Ubaldo Ribeiro no lugar. [...] A greve durou mais de um mês [...] Pregamos uma placa na frente da Escola contra ele, na porta do diretório. Fomos levar moção de repúdio a ele pessoalmente na secretaria de educação. [...] Cara de pau, né? a gente foi lá: “A gente não quer mais que o senhor ensine mais, o senhor é um representante da ditadura, aprovamos por unanimidade”.

O caso envolvendo Navarro de Brito já foi mencionado no capítulo 3. Remete-nos ao legado da Lei Orgânica – cujo Secretário de Educação na época era Navarro de Brito, também professor da Faculdade de Filosofia - e ao desgaste político interno à Faculdade sofrido pelo professor. Este conflito atingiu o nível depreciativo e se construiu a partir do estigma no sentido já apontado neste capítulo, pois a condição de secretário de educação e a de um ex-membro do Governo Castelo Branco passou a ser um distintivo social e algo que “contaminou” a imagem do Professor ofuscando outros atributos positivos.

É digno de nota que esse clima de polarização se manifestava também em outras esferas do cotidiano militante. O mesmo entrevistado salientou que “era engajado até nas escolhas afetivas, os namoros [...], os interesses [...] tinha que ter cuidado pra não namorar menina burguesa, pequeno-burguesa,

alienada. Tinha de ser meninas politizadas, se possível engajadas". É importante destacar que esse militante estruturou seu depoimento a partir da autocrítica fundamentada na crítica às organizações de esquerda. No decorrer da entrevista, ele afirmou de modo contundente que

> as organizações tinham certo desgaste em relação ao diretório. Elas tendiam a pegar o diretório [...] e colocar o diretório como instrumento da organização. [...] As organizações tinham uma visão muito instrumental do estudante. [...] o estudante só era objeto de atenção das organizações quando ele demonstrava algum potencial, alguma inclinação, alguma perspectiva de engajamento organizado. Quando ele se constituía numa esperança de recrutamento. O estudante-comum recebia um certo rótulo: ou era alienado, ou era pequeno-burguês. Aquele que não demonstrava uma certa tendência [...] "revolucionária", marxista-leninista [...] era visto um pouco com um certo desprezo e até uma dose acentuada de preconceito. Havia uma visão [...] meio patrulheira, de cobrança, de patrulhamento ideológico [...] Estudante de primeira linha para as organizações políticas que atuavam do movimento estudantil era o estudante engajado. Depois disso, o estudante que apresentava o potencial de algum dia virar quadro destas organizações. Aquele que não tinha uma formação político-ideológica afinada com as organizações, esse era visto só como massa de manobra. [...] não havia muita preocupação na formação. E a relação com ele não era [....] valorizada e até respeitosa. É como de certa forma, a elite política do Brasil hoje enxerga o povo, o povão como massa de manobra, como elemento que tem de ser conduzido. Eu acho até que eu por ter tido militância numa organização e por ter saído, cindido com as estruturas das organizações que pertenci, eu saí com uma visão muito crítica. Eu consegui estabelecer uma relação com o estudante-comum, o estudante que não era comunista, que não era revolucionário, que não era engajado, muito boa. Eu transitava muito bem. Por que eu me sentia um pouco próximo deles [...] discriminado também pelas organizações, embora tivesse vínculo com elas.

Como se depreende da fonte, ao contrário de um comportamento homogêneo dos militantes marcado por ausência de autocrítica como sugeriu Pollack (1992; 1989), esse militante auto-avaliou sua prática reconhecendo erros, e criticando as organizações de esquerda.

É provável que muitos militantes não concordem com o conteúdo do relato. Por isso, não se deve generalizar o teor da crítica e autocrítica descrita pelo militante. O depoimento foi produzido por alguém que transitou por duas

organizações políticas (AP e PCB) e parece ter algum grau de ressentimento em relação às esquerdas que deve ser realçado para não homogeneizar a sua fala como se fosse representativa do conjunto da esquerda. É um discurso não enquadrado sob o signo da esquerda partidária. Aliás, de modo complementar, é um depoimento marcado por uma matriz de esquerda anti-partidária. Esse ex-militante estruturou sua entrevista a partir da autocrítica e da crítica ao modo de agir da esquerda organizada.

Voltando à discussão a respeito da relação entre militante e estudante-comum, uma chave explicativa que nos ajuda a entender essa relação é adotar como premissa os contornos elaborados por Martins Filho:

> A análise histórica do movimento estudantil mostra como que um gráfico em que existem duas linhas: a do estudante comum e a do militante, organizado politicamente; em certos momentos existe uma aproximação, quando os setores militantes expressam as grandes aspirações da massa (MARTINS FILHO, 1997, p. 81).

A partir do que foi dito, podemos afirmar a existência de um relativo distanciamento entre os setores militantes e o estudante comum no plano do comportamento e estilo de vida. Essas esferas não eram determinantes para cristalizar um hiato de aspirações. Houve variações que foram fundamentalmente determinadas pelo contexto geral. Desse modo, já apontamos que o movimento estudantil no *pré-1964* não se encontrava num momento de fluxo e isso influenciou na ausência de resistência do estudante comum ao golpe militar, fato que se coaduna também com a inexistência de reação organizada dos setores militantes.

Já em 1968, houve alguma aproximação entre os atores como demonstra a greve de quase 100 dias por melhorias materiais na UFBA. Porém, quando a polarização de 1968 ultrapassou gestos internos, seja de embates com professor, seja no interior do próprio ME, e assumiu formas mais radicalizadas no enfrentamento à violência da polícia, o estudante comum se

afastou do ME. Isso fica nítido nas passeatas sem tanta participação realizadas por ocasião do Congresso da UNE.

O quadro foi amplificado após o AI-5. Um dos entrevistados qualificou o AI-5 como um marco do atropelo histórico sofrido pela esquerda. Segundo ele, o AI-5 e o milagre econômico criaram a separação e o hiato entre os setores militantes e o estudante-comum. Disse ainda que "a massa mesmo nos ouvindo e nos admirando [...] foi capaz de perceber que a gente estava entrando numa barca furada. A massa foi mais sensível do que a gente". Ele diz que, depois disto, os principais líderes foram expulsos, a repressão foi mais intensificada e a universidade se tornou um lugar tão insuportável quanto os outros lugares "restando para muitos a mediocridade geral [...] [e] ficar em casa assistindo televisão".

Por tudo que já dissemos, o quadro de medo e distanciamento foi consolidado no ano de 1969 com o endurecimento do regime em nível nacional e o cancelamento de matrículas na UFBA.

***

Engana-se quem imaginar que as entrevistas enfatizaram apenas a dimensão do sofrimento. Houve espaço para alegria, emoção e para reconciliações discursivas com ex-adversários políticos. Segundo um ex-militante, "todas as pessoas de minha geração são meus amigos". Um outro mencionou a existência de "uma relação afetiva com muitos amigos daquele tempo". Outros enfatizaram semelhante linha de raciocínio nos sugerindo que a *amizade geracional* foi acionada enquanto um argumento para a reconciliação com ex-adversários. Ao mesmo tempo, talvez seja emblema de um discurso que torna o combate ao *inimigo comum* - a ditadura militar - bem mais relevante do que as diferenças de leituras e caminhos à época. Algo um pouco próximo do que Ansart (2001, p. 22) escreveu: "nas disputas políticas, o ódio comum possibilita o esquecimento das querelas internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ódio".

Do mesmo modo, o balanço da militância quase que invariavelmente gerou apreciações positivas. Os trechos abaixo constituem ilustrações disto:

> Fiz o que pude fazer e as coisas que eu fiz e muitas delas ficaram [...] eu me lembro desse tempo como um tempo bom [...] muita coisa feita, muita coisa realizada [...] a gente se sente bem [...] não ficou omissão, ficou participação [...] e dizer não me arrependo de nada.

> Mesmo com o espírito adolescente pra o que há de melhor [...] mesmo com os erros por todos nós cometidos – e eu mesmo cometi vários – erros de análise [...] escolhi o lado certo de esquerda, o lado da emancipação.

Não percebemos nos dois relatos um espírito de auto-exaltação individual. No máximo, apresentamos um outro fragmento que enfatiza a coragem pessoal, a politização e perseguição sofrida na faculdade:

> Valeu pela minha participação. Como brasileira fui muito perseguida. [...] eu fui muito audaz na escola. Todas as pessoas passaram e eu fui reprovada. Nunca tive medo de ninguém. Eles não conseguiam me pegar. Eu sofri muito. Porque sempre fui muito politizada. Não me submeti a ninguém. O saldo de qualquer sorte é extremamente positivo.

Já um outro entrevistado mostrou em tom de decepção que "eu fiz o que tinha de ser feito. O que me frustra é que esse esforço não produziu o resultado desejado".

4.8 O movimento estudantil e sua memória de lutas

Refletir sobre as disputas políticas envolvendo a memória nos inspirou a investigar em que medida o ME buscou construir uma memória de lutas em torno de certas datas. É sabido que o 28 de março – alusão à data da morte do estudante Edson Luís, assassinado pelas forças repressivas em 1968, no Rio de Janeiro, e que gerou diversas mobilizações de protesto em todo o país – é visto como um Dia Nacional de Lutas pela União dos Estudantes desde as últimas décadas do século XX. Não por acaso, em 1969, a UNE/UEB/DCE lançaram um chamado:

> 28 DE MARÇO – DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR.
>
> O movimento estudantil brasileiro prepara-se valentemente para a comemoração do DIA NACIONAL DE LUTAS CONTRA A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR, 28 próximo, quando completará 1 ano da morte do nosso colega EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO, assassinado covardemente na Guanabara, o ano passado pela polícia da ditadura.
>
> A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE – conclama a todos os colegas a participarem, a partir desta semana, das mobilizações nas faculdades e colégios em todo o território brasileiro.
>
> A morte de Edson Luiz é chama viva no coração da juventude, como exemplo de participação na luta contra a Violência da Ditadura, contra a opressão e contra a injustiça dominantes no Brasil desde o golpe de abril de 1964.
>
> A ditadura, agora com o AI-5 e o Decreto para ser aplicado na Universidade tenta nos intimidar. Mas o ânimo de luta hoje é maior e o movimento estudantil voltará mais forte para as grandes mobilizações que haverão de concorrer para a derrocada da Ditadura e o julgamento popular dos traidores nacionais que estão, em nome da "democracia", vendendo a honra nacional ao imperialismo norte-americano (BOLETIM AVANTE, 1969).

Este exemplo sugere uma tentativa do ME de delinear a disputa em torno da sua memória e, ao mesmo tempo, buscar inspiração para a resistência à ditadura, nos restando interrogarmos os marcos temporais em que esta prática foi desenvolvida e sua representatividade social e política.

De modo mais amplo, podemos discutir em que medida a criação de uma mística do estudante enquanto "um oposicionista nato" esteve intimamente associada à construção de uma memória em torno de certos eventos históricos. Para ser mais específico, tivemos interesse em investigar, por exemplo, se as lutas em torno da Reforma Universitária no início dos anos 1960 – particularmente o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em Salvador, em 1961 – e a memória da greve de 1/3 em 1962 foram incorporadas no discurso do ME *pós*-64. Ao menos nas entrevistas desenvolvidas e no discurso dos militantes na imprensa e nos poucos documentos em torno da reforma universitária, esta memória de lutas não foi

acionada. Ressalte-se ainda que os militantes que não participaram do ME antes do golpe sequer lembravam da realização destes eventos.

Sem perder de vista as características biológicas da memória e o esquecimento involuntário, consideramos que houve um *freio* na transmissão das memórias de lutas do ME antes do golpe (1961-1964)[99]. Trabalhamos com a noção de que algumas dessas lutas anteriores, no máximo, foram reelaboradas pelo ME. Um exemplo diz respeito à luta pela reforma universitária. Com o golpe, houve uma mudança na agenda do ME em sintonia com a alteração do contexto do Brasil. A luta pela reforma universitária, que era central para o ME, passou para segundo plano e o foco se concentrou na autonomia das entidades estudantis. A questão da reforma universitária só voltou a ser pautada com alguma visibilidade em 1968, a partir da resistência ao acordo MEC-USAID, que estava em vias de implementação na UFBA desde 1965.

Seria equivocado desconsiderar alguns fatores que interferiram na transmissão dessas memórias, tais como a ruptura da ordem político-institucional com o golpe e seus impactos no ME, a transitoriedade da condição estudantil e a nova agenda política do ME após o golpe de 64.

Além disso, a cassação da matrícula de alguns ativistas, somada ao clima de repressão e medo *pós-golpe* e *pós AI-5*, contribuíram para uma "paralisia" na transmissão dessas memórias. Também contribui para isto o fato de que houve um único caso de "expurgo" de professores e não houve intervenção direta dos militares na universidade, quer pela inexistência de invasão dos *campi* universitários pela polícia/exército, quer pela ausência de destituição do Reitor. Ou seja, não houve tantos eventos erigidos enquanto fatos traumáticos que pudessem ser inscritos numa memória coletiva do ME e ser disseminados ultrapassando o *muro geracional*. Há também um outro aspecto sintetizado no relato de um ex-militante:

[99] Sob outro ponto de vista, a preocupação em torno das datas significativas para o ME se torna interessante também pelo intuito de pensarmos até que ponto o ME se apropriou de uma memória de lutas em sua *prática* social. Este é um tema ainda não suficientemente explorado nos estudos sobre memória, mas bastante sugestivo com atesta Jelin (2001) que, dentre outros aspectos, interroga em que medida os atores ou instituições incorporam as memórias do passado em suas lutas.

> Quase todo o pessoal que fez movimento estudantil comigo entre 1964 e 1968 foram pessoas que ingressaram ou em 1966 ou em 1964, que não tinham ainda ascendido a lideranças por que as lideranças pré-64 ou se formaram ou [entraram] na clandestinidade ou desaparecem [...]. Mas não se envolveram mais por que a situação era radicalmente diferente. A UEE foi extinta e nós levamos 1 ano e tanto pra reorganizar [...] Os dirigentes no estado da Bahia pararam de se movimentar. Um outro fez algumas reuniões conosco para nos passar alguma informação.

Este relato chama atenção para a questão da *descontinuidade* entre os ativistas do ME. Algumas das lideranças do ME antes do golpe de 1964 já estavam esquadrinhadas pelo aparelho repressivo após a vitória da deposição do presidente Goulart. Muitos foram presos ou ficaram sob vigilância constante. Outros se formaram. Houve aqueles que migraram para distintos espaços de atuação. Mas, independente do percurso, a maioria deixou de participar do ME ou atuou de forma bastante "discreta". Esse fenômeno merece ser grifado.

Para além da repressão política, vigilância e controle permanente, estas lideranças podem ter tido dificuldades em se adaptar ao novo contexto. Como já foi apontado no capítulo I, mesmo que não fosse a única imagem sobre a atuação estudantil, antes do golpe havia uma conotação positiva em ser militante do ME perante a opinião pública. Era um período em que a própria UNE era recebida pelo presidente da República. Muitos dos líderes apareciam na imprensa com freqüência, seja por atividades políticas, seja pela vida social.

O golpe civil-militar implicou uma mudança de 180 graus no ME. De uma entidade socialmente reconhecida pela sociedade civil organizada e pela opinião pública, a UNE e demais entidades estudantis passarem a ser vistas como ilegais e/ou submetidas ao controle por parte do estado. A dimensão moral da derrota com pouca resistência ao golpe e a surpresa e perplexidade diante do novo contexto são aspectos que também nos ajudam a imaginar o impacto subjetivo para essa liderança, ocasionando desestímulo e distanciamento junto ao ME e à nova geração que emergiu no próprio clima do golpe.

Aliás, segundo um entrevistado, muitos militantes da geração pós-golpe olhavam para a geração anterior com certa distância, seja por força da repressão política, seja por uma análise contundente a respeito da derrota da

esquerda para os golpistas. Se houve continuidade de ideais, sonhos e aspirações de mudança entre a militância do ME antes e depois do golpe, houve mudanças de método de organização, de agenda política, de reivindicações e de sujeitos políticos no ME que contribuíram para um freio na transmissão da memória de lutas antes do golpe para largos extratos sociais da geração estudantil posterior ao golpe. Aprofundar pesquisas sobre estes temas é algo promissor para a historiografia do ME e a reflexão sobre a relação entre história e memória.

Considerações finais

Esta tese analisou as principais lutas desenvolvidas pelo movimento estudantil da UFBA no início da década de 60 e investigou algumas das suas múltiplas formas de resistência à ditadura militar entre os anos de 1964 e 1968. Explicitamos que o ME, nesse período, desempenhou um papel ativo na vida social e política de Salvador. Antes do golpe, realizou mobilizações contra o aumento da passagem de ônibus, organizou evento para discutir a questão do nordeste, participou da luta pela vinda da PETROBRAS.

No plano das reivindicações específicas, antes do golpe de 1964, a principal pauta na agenda do ME era a luta pela reforma universitária. A greve contra o reitorado de Edgard Santos e a estrutura da Universidade da Bahia contribuiu para colocar em pauta nacional a questão da reforma universitária. Após a greve de 1960, o presidente da UNE seria Oliveiros Guanais, estudante da Universidade da Bahia. O primeiro seminário nacional da UNE aconteceu em Salvador, em 1961. Já em 1962, a UNE deflagrou uma greve reivindicando a participação dos estudantes nas instâncias de direção da universidade na proporção de 1/3. Estes exemplos evidenciam o papel nacional do ME desenvolvido a partir da Universidade da Bahia no início dos anos 1960.

Influenciados pelo contexto internacional, especialmente a Revolução Cubana, os estudantes organizaram o seminário do mundo subdesenvolvido. Este evento contou com a participação de representantes de diversos países da América Latina. Polarizou as atenções da imprensa e despertou também a oposição dos setores anticomunistas. Esta reação era sugestiva do clima de polarização presente na sociedade brasileira no contexto da guerra fria e da mobilização social por reformas populares.

O ápice desta polarização aconteceria com os conflitos ocorridos na aula inaugural na Universidade da Bahia, no início de março de 1964. A prisão do presidente do DCE, o discurso da presença de "agitadores" desenvolvido por setores da imprensa, a constituição da comissão de inquérito policial pela Reitoria, a ausência de solidariedade do Reitor Albérico Fraga em relação aos estudantes e o limitado protesto estudantil parecem ter sido uma crônica do desfecho que aconteceria com o golpe de 1964.

No quadro desta polarização mais ampla em torno dos diferentes projetos políticos para o Brasil, houve o triunfo do golpe de 1964. Demonstramos o apoio de setores civis à deposição do presidente João Goulart e os aplausos dados às Forças Armadas pelo Reitor Albérico Fraga e por alguns membros do Conselho Universitário próximos do ideário golpista e do discurso anticomunista. A moção em apoio ao golpe aprovada pelo Conselho Universitário, a colaboração com o *ethos inquisitorial* que caracterizou o imediato pós-golpe, a destituição da representação estudantil no Conselho Universitário, a pressão pela substituição das antigas lideranças nos DAs e DCE e a reprodução de intenso discurso anticomunista comprovam o colaboracionismo destes atores sociais com o golpe civil-militar. Explicitamos que este colaboracionismo com a nova ordem repercutiu nas Congregações de algumas unidades que aprovaram moções "calorosas às Forças Armadas".

Ressaltemos que a utilização de fontes produzidas pela universidade pode contribuir para uma mudança de recorte nas pesquisas sobre o ME e conectar os confrontos de rua com os embates no interior da instituição. Convictos desta idéia, reduzimos a escala e investigamos as atas do conselho universitário. Esta documentação iluminou muitos temas e nos deslocou para, sem perder o foco no ME, nos inserir num esforço de construção de uma

história política da UFBA. Com isto, apresentamos uma abordagem que contribui para a historiografia do ME e da ditadura militar no Brasil ao propiciar a reflexão sobre a recepção ao golpe, a resistência, a colaboração, a negociação e o conflito.

Há de se destacar a existência de gestos de apoio ao golpe civil-militar também patrocinados por estudantes da UFBA, principalmente dos cursos de Medicina e Direito. Embora tenham sido pouco expressivos socialmente, vale realçar o simbolismo destas ações, menos para efeito de generalização da reação estudantil ao golpe, e muito mais para explicitar a heterogeneidade política característica do meio estudantil, acentuada naquela conjuntura. É mais um exemplo histórico que se contrapõe à mitologia do "poder estudantil".

No âmbito da resistência, a reação estudantil ao golpe foi heterogênea. Houve uma pluralidade de tentativas de resistência estudantil: discursos inflamados, intenção de resistência armada, reuniões, assembléias. Porém, imersos no clima de desarticulação nacional que se abateu sobre a esquerda e o bloco social em torno das reformas de conteúdo popular, as tentativas de resistência não passaram de ações frustradas dos setores militantes, combinadas com perplexidade, paralisia e fugas. Provavelmente por questionar a mística em torno do poder jovem e da geração dos anos 60, os limites da resistência foram pouco analisados pelos entrevistados e orbitam entre o esquecimento e o não dito no plano das suas memórias. Aprofundar estas zonas nos parece ser uma área promissora para futuras pesquisas.

Com a mudança brusca no contexto e a destituição dos principais dirigentes estudantis ligados à esquerda, houve uma descontinuidade de uma tradição de luta acumulada pelo movimento estudantil desde o início da década de 1960. A nova representação estudantil oscilou entre a colaboração com o golpe civil-militar e o anticomunismo, sem abandonar a retórica e alguns gestos em torno da luta reivindicatória por assistência estudantil, melhorias materiais na universidade etc..

A descontinuidade trazida com o golpe de 1964 implicou principalmente mudança de agenda política e métodos de organização para os setores de esquerda. A luta pela manutenção da autonomia das entidades estudantis em relação ao Estado passou a ser prioritária em detrimento da reforma universitária.

Após um período de refluxo e desarticulação, a partir de 1965 emergiu um ME sob orientação da esquerda que desenvolveu um destacado papel de resistência à ditadura militar. Essa resistência teve confrontos diretos na rua, mas foi marcada também por uma rebeldia presente em ritos políticos como o trote, as formaturas e o deboche cotidiano. Demonstramos que, após essa reorganização, o ME soteropolitano, especialmente o universitário, não criou acontecimentos que tenham repercutido nacionalmente.

Ao mesmo tempo, se o ME no eixo Rio-São Paulo protagonizou lutas e produziu alguns fatos políticos que foram nacionalizados, a exemplo da mobilização em torno da morte de Edson Luís, nem por isso o ME nestes e noutros locais deixaram de ter dinâmicas próprias. Algumas questões tidas como nacionais – a exemplo da luta dos excedentes – não adquiriram ampla base social com grande capacidade de repercussão local. Mesmo que influenciado pela dinâmica nacional irradiada a partir de alguns "centros nervosos" como o Rio de Janeiro e São Paulo, o ME da UFBA viveu uma "dinâmica própria". A aliança com os estudantes secundaristas em 1966 e 1967 e a construção da greve estudantil em 1968 são as principais faces desse processo.

Não obstante o que foi dito, afirmamos que estas peculiaridades não foram suficientes para a construção de um protesto estudantil aberto e participativo capaz de sobreviver ao "golpe dentro do golpe" simbolizado pelo AI-5. O Decreto 477 e o cancelamento de matrículas consolidaram um esvaziamento do ME sem encontrar vozes dissonantes entre as autoridades universitárias. Seu ressurgimento na cena pública só iria acontecer na primeira metade da década de 1970.

Ainda que tenha como objeto o movimento estudantil, esta tese permite uma visão mais ampla a respeito dos demais atores universitários. A pluralidade política presente no comportamento dos reitores e na relação construída com o ME, a construção de alianças entre representantes estudantis e membros do conselho universitário, o conflito aberto entre estudantes e CONSUNI, a mediação, a denúncia aberta, o apoio ao golpe e as diversas formas de resistência, o silêncio crítico e o silêncio cúmplice são alguns dos comportamentos que exigem complexidade na análise destes atores.

Compreendemos que evidenciar a existência de múltiplas formas de colaboração e resistência ao golpe e na relação com a ditadura militar é uma questão relevante, pois permite desmistificar os atores universitários. Demonstramos que estudantes, professores, membros do CONSUNI e reitores desenvolveram uma prática política heterogênea e seus posicionamentos variaram com o contexto e o acirramento da luta política.

A pesquisa contribui para explicitar a natureza complexa e contraditória dos agentes sociais deste período histórico e estimula a reflexão sobre as conexões entre universidade e ditadura militar. Em termos mais amplos, vale dizer que a pertinência dessa questão deve ultrapassar a UFBA e as outras universidades brasileiras e se estender a países como Chile, Uruguai e Argentina que também viveram sob ditaduras militares. Uma história comparada da recepção aos golpes militares nas universidades latino americanas seria algo extremamente fértil para a historiografia.

Estamos convictos de que a entrevista com estudantes-comuns complexificaria a análise sobre sua relação com os setores-militantes. As lacunas sobre a atuação estudantil antes do golpe ainda permanecem. Do mesmo modo, esperamos pesquisar aspectos de uma "cultura de ME". Esta tese abordou a questão apenas lateralmente. O tema é algo promissor, sobretudo para investigar a multiplicidade de comportamentos políticos no plano da cultura universitária e dos rituais estudantis.

Salientamos a necessidade de nos debruçarmos sobre como essa experiência no ME é/foi processada pelos militantes no campo da memória. Demonstramos a importância da construção de um lastro teórico-metodológico que analise e problematize as fontes orais e a memória construída pela militância. Este tema igualmente nos parece um horizonte sugestivo para os estudos sobre o ME nos anos 1960. Uma análise que se detenha mais na trajetória dos militantes e suas visões da política no presente é um objeto fascinante. Apontamos como é necessário examinar essas memórias, seus silêncios, esquecimentos, ressentimentos e "áreas cinzentas". Neste terreno, nosso objetivo foi apenas mover cortinas. Que outros abram as janelas e possam enxergar questões novas, diferentes e instigantes.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

AARÃO REIS F., Daniel e FERREIRA DE SÁ, Jair. *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio, Marco Zero, 1985.

ABREU, Alzira Alves de. Quando eles eram jovens revolucionários. In: *Galeras Cariocas*. Organizado por Hermano Vianna. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, pp 181-205, 1997.

ABREU, Alzira Alves. Os anos de chumbo: memória da guerrilha, In: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

ADUSP. *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade.* 2. Ed., São Paulo, 1979.

ALCAZAR I GARRIDO, Joan Del. "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". *Revista Brasileira de História*, 25/6, São Paulo, 1993.

ALBUQUERQUE, J. ª Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina.* Rio, Paz e Terra, 1977.

AMADO, Janaína. “O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral”. *História*. São Paulo, n. 14, 1995, pp 125

ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968).* Dissertação de mestrado. PUC-RS, Porto Alegre, 2004.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. *Usos & Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDRADE, Manoel Correia de. *1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-Revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação no Brasil*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*; um relato para a história. Petropólis, Vozes, 1984.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana (1889/1991)*. Salvador, 1997.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (org.). *Usos & Abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BLIKSTEIN, Izidoro. Linguagem e verdade semiótica do discurso dos sobreviventes. In: Coggiola, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: Um balanço histórico*. São Paulo, Xamã: USP, FFLCH, 1995.

BENEVIDES, Sílvio. *Proibido Proibir: Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 1999.

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus,1984.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: *Por uma História Política*. p 57–98. Rémond, René (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *O Departamento na universidade: estudo sobre o departamento na organização universitária, tomando-se como campo de observação a Universidade Federal da Bahia, antes e depois de sua reestruturação-reforma.* Salvador, Faculdade de Educação da UFBA, 1971.

_____. (org.). *UFBA: Trajetória de uma universidade (1946-1996).* Salvador, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. "História e Política: laços permanentes". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n 23/24, 1992, pp 7-18.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. ª Queiroz Editor/EDUSP, 1983.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v 7, n. 34, pp 203-220, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C. *As Revoluções Utópicas.* 2ª Ed, São Paulo, 1979.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969).* Dissertação de Mestrado em História. UFBA/FFCH, 2003.

BRITO, Sulamita de (org.) *Sociologia da Juventude*. Vol. IV, Rio, Zahar, 1968.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989 - A Revolução Francesa da Historiografia.* Rio de Janeiro.

_____. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro.

CAIADO, Nuno. *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.) *Produção Histórica do Brasil (1985-1994)*. São Paulo, Xamã, 1995.

CARDOSO, C.R. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CARDOSO, Irene. "Maria Antônia: o edíficio de n. 294". In: *1968 Faz 30 Anos.* Organizado por João Roberto Martins Filho. São Paulo, Editora da UFSCar, pp 27-48, 1998.

_____. Maio de 68: o advento do individualismo e da heteronomia. *Tempo Social.* v.1, n.1, pp 235-246, 1990.

CARNEIRO, Maria L. Tucci (org.). *Minorias Silenciadas – História da Censura no Brasil.* São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2002.

CARVALHO, Ferdinando de. *Os sete matizes do vermelho.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE-Revista – Elementos para uma história da UNE,* S.P., Ed. Guaraná/DCE-livre da USP "Alexandre Vanuchi Leme", s.d., s.p.

CASTRO DE ARAÚJO, Ubiratan. *1968 – O movimento estudantil na Bahia: um testemunho.* Salvador, mimeo, 1998

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980*. Campinas, 1987, Dissertação de Mestrado UNICAMP.

COIMBRA, Marco Antônio. *Estudantes e Ideologia no Brasil*. Rio de janeiro, Achiamé, 1981.

CUNHA, L. ª *A Universidade Reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *.A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

D'ARAÚJO, Maria Celina (et alii). *Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

_____.*Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

DIAS, José Alves. *A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia (1964-1968)*. Dissertação de mestrado. UFBA, 2001.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Uma universidade de ponta cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade.* Maringá: Clichetec, 2000.

DIRCEU, José e Palmeira, Wladimir. *Abaixo a Ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Garamond, 1998.

DOMONT, Maria Beatriz Janone. *A história de um sonho interrompido...O Centro Popular de cultura da UNE (1961-1964).* Dissertação de mestrado. UFRJ, 1990.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe.* 3. Edição, Petropólis, Vozes, 1981.

DROSDOFF, Daniel. *Linha Dura no Brasil – O Governo Médici (1969-1974).* São Paulo: Global, 1986.

DUARTE, Marta Benamor L. Coutinho. *Foi Apenas Um Começo: A crise acadêmica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e*

da luta contra o Estado Novo. Lisboa, 1997, mimeo., dissertação de mestrado – Universidade Nova de Lisboa.

DUARTE, Terezinha. Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968. In: *1968 Faz 30 Anos.* Organizado por João Roberto Martins Filho. São Paulo, Editora da UFSCar, pp 129-144, 1998.

EVERS, Tilman. "Identidade, a face oculta dos movimentos sociais". *Novos Estudos CEBRAP.* São Paulo, v2, n.4, p 11-23, abril 1984.

FARIAS, Ignez Cordeiro de. Um *troupier* na política: entrevista com o General Antônio Carlos Muricy. In: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____, Os militares e a política: depoimento do Coronel Paulo Pinto Guedes. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo, Xamã, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A . *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FAZENDA, Ivani C.ª *Educação no Brasil nos anos 60 – O pacto de silêncio.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. "O Autoritarismo, a Guerrilha Urbana e a Violência". *Tempo*. Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 1, p 142-165, 1996.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.* Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. "Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar". *Estudos de História*, Franca, v8, n.1, p 69-90, 2001b.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira.* 2 edição, São Paulo, Companhia Editora nacional, 1965.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões.* Petropólis, Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREITAS, Artur. Arte e movimento estudantil: análise de uma obra de Antonio Manuel. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 25, no. 49, p 77-97, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio e Vieira, Maria Alice. *Rebeldes e Contestadores.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

GOMES, João C. Teixeira. *Memória das Trevas.* São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GONZALEZ, Maria Victória E. "Estudantes Universitários: entre as novas e as velhas formas de participação". In: *Ágere: Revista de Educação e Cultura.* Salvador, n.3, p 91- 103, 2001.

GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GURGEL, Antonio de Pádua. *A Rebelião dos estudantes (Brasília, 1968).* Brasília: Editora Revan, 2004.

HABERMAS, J. et alii. O comportamento político do estudante comparado ao da população em geral. In: *Sociologia da Juventude, II*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. 1968: o ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: *1968 Faz 30 Anos.* Organizado por João Roberto Martins Filho. São Paulo, Editora da UFSCar, pp 95-128, 1998.

BURKE, PETER. História como Memória Social. In: *Variedades da História Cultural*. Burke, Peter. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric**.** *A Era dos Extremos*: O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Heloísa B. de*. Impressão de Viagem – CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960-1970.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JANOTTI, Maria de Lourdes. Problemas metodológicos: depoimentos e repressão. *Cadernos CERU/Humanitas.* São Paulo, n.12, p 30-51, 2001.

JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento.* São Paulo, Casa Amarela, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo*. História da Ação Popular*; da JUC ao PCdoB. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.

LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) *Fontes, história e historiografia da educação.* Campinas: SP, Editora Autores Associados, 2004.

MANDEL, Ernest. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa, Edições Antídoto, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto*. Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968.* Campinas: Papirus, 1987.

_____. *O palácio e a caserna – A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-69)*. Tese de Doutorado. Campinas, 1993.

_____. *A Rebelião estudantil: 1968- México, França e Brasil*. Campinas, Editora Mercado de Letras, 1996.

_____. *1968 Faz 30 Anos*. São Paulo, Editora da UFSCar, 1998.

MARTINS, Luciano. "A Geração AI-5". In: *Ensaios de Opinião.* Rio de Janeiro, v. 11, p 72-102, fevereiro 1979.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MATTOSO, Glauco. *O Calvário dos Carecas: História do trote estudantil.* São Paulo: EMW Editores, 1985.

MEIHY, José C. S. B. *Manual de História Oral.* São Paulo, Edições Loyola, 1996.

MORAES, João Quartim de. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil: notas historiográficas e observações críticas". In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1(2), 2.sem. de 1989.

MOREIRA ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petropólis, 1984.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. *45 anos da Faculdade de Filosofia da UFBa*. Colóquio 13, UFBa/CCE, 1987.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. *Trajetória da juventude brasileira*. Salvador, EDUFBA, 1999.

NETO, Artur Ribeiro. “Um laço que não une mais”. In: *Desvios*. v4, p 61-71, julho de 1985.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 2002.

OLIVEIRA, B.ª de. *O Estado Autoritário e o Ensino Superior*, São Paulo, Cortez Editora, 1980.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. *As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2. Ed.; Petropólis, Vozes, 1978.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *O mito do poder jovem: a construção da identidade da UNE.* Tese de doutorado. UFF. 2001.

PCdoB. A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil. In: *Política e Revolucionarização do Partido.* Lisboa, Edições Maria da Fonte, (p15-47), 1977.

PELEGRINI, Sandra C.ª. *A UNE nos anos 60 – Utopias e Práticas Políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

PELLOCIOTTA, Mirza M. Baffi. *Uma Aventura Política: As movimentações estudantis dos anos 70.* Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *As revoluções utópicas.* Petropólis, Vozes, 1979.

PIMENTA, Aluísio. *Universidade: a destruição de uma experiência democrática.* Petropólis: Ed. Vozes, 1985.

POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2 Edição revisada e ampliada, Rio, Civilização Brasileira, 1979.

PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral.* Mexico, Ediciones Era, 1971.

PONGE, Robert (org.). *1968: o ano de muitas primaveras.* Porto Alegre, Unidade Editorial Porto Alegre, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão e Pedro de Moraes. *68 – A paixão de uma utopia*. Rio de janeiro, Espaço & Tempo, 1988.

REIS, Antonio. O jornalista e o historiador: aproximações e diferenças. *Penélope.* n.12, 1993.

RIBEIRO DO VALLE, Maria. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968.* Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993.

RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1995.

RODRIGUES, Lea Carvalho. *Rituais na universidade: uma etnografia na Unicamp*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

ROMAGNOLI, Luís e GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

RUBIM, Albino. (org.). *A ousadia da criação – universidade e cultura*. Salvador, FACOM, 1999.

SAES, Décio A. M de. "Classe média e sistema político no Brasil", T.ª Queiróz, 1985.

SAES, Décio A. M. "Raízes sociais e o caráter do ME". In: Cara a Cara. n.2, Campinas, p julho-set 1978.

SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano.* Maceió, Sergasa, 1994.

_____. O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões. In: *1968 Faz 30 Anos.* Organizado por João Roberto Martins Filho. São Paulo, Editora da UFSCar, pp 145-164, 1998.

SANFELICE, José L. *O movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 64*. (INC)

SANTOS, Andréa Cristina. *Memória da Resistência: Perfil Biográfico dos Desaparecidos Políticos Baianos na Guerrilha do Araguaia.* Projeto Experimental do Curso de Graduação em Comunicação Social-Jornalismo. UFBA/FACOM, 2001.

_____. *Ação entre amigos: história da militância do PCdoB em Salvador (1965-1973)*. Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador, 2004.

SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE.* São Paulo: Ed. Livramento, 1980.

SANTOS, Roberto Figueira. *A Universidade e os novos propósitos da sociedade brasileira.* Salvador, UFBA, 1973.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico.* São Paulo, Cortez Editora, 1993.

SILVA, Justina ª Iva da. *Estudantes e Política – estudo de um movimento (RN 1960-1969).* São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Márcia Pereira da. *Em busca do sonho: história, juventude e repressão (Franca 1960-1970).* Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2001.

SILVA, Sandra Barbosa da. *"Ousar lutar, Ousar vencer": histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação de mestrado. UFBA, 2004.

SIRINELLI, Jean-Francois. Os intelectuais. In: *Por uma História Política*. p 231–269. Rémond, René (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários – Memórias da Guerrilha Perdida.* 8 Ed., São Paulo, Global, 1983.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo, Hackers Editores, 1999.

STATERA, Gianni *Muerte de uma utopia: evolution y decadencia de los movimientos estudiantiles em Europa.* Madrid, Abraxas, 1977.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 8 Ed. Salvador, Editora Ática, 1987.

THIOLLENT, Michel. "Maio de 68 em Paris: testemunho de um estudante". *Tempo Social.* São Paulo, 10(2), p 63-100, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 1997a.

_____(org). *1964: Visões Críticas do Golpe.* Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. "1968: Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira". In: *Revista de Sociologia e Política.* n.2, p37-55, 1994.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: *1968 Faz 30 Anos.* Organizado por João Roberto Martins Filho. São Paulo, Editora da UFSCar, pp 95-128, 1998.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARQUIVOS PESQUISADOS

AEL
ARQUIVO GERAL DA UFBA
ARQUIVO GERAL DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ARQUIVO GERAL DA FACULDADE DE MEDICINA
ARQUIVO GERAL DA ESCOLA POLITÉCNICA
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DA UFBA
BIBLIOTECA CENTRAL